

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
Área de Concentração: Política, Movimentos Populacionais e Sociais

GELISE CRISTINE PONCE MARTINS

AS RELAÇÕES COTIDIANAS DE UMA COMUNIDADE DE CAFEICULTORES, NAS
MEMÓRIAS DE BRAZ PONCE MARTINS (1897-1975)

Maringá

2012

GELISE CRISTINE PONCE MARTINS

AS RELAÇÕES COTIDIANAS DE UMA COMUNIDADE DE CAFEICULTORES, NAS
MEMÓRIAS DE BRAZ PONCE MARTINS (1897-1975)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, área de concentração: Política, Movimentos Populacionais e Sociais, da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Professor Dr. Angelo Aparecido Priori.

Maringá

2012

AGRADECIMENTOS

Ao professor Angelo Aparecido Priori que, através de sua primorosa orientação, auxiliou a realização desta pesquisa.

Ao professor Antonio Paulo Benatte, cujos apontamentos diferenciados, permitiram maior reflexão sobre meu objeto de estudo.

A todos os professores que contribuíram para a minha formação durante a graduação, a especialização e o mestrado.

Aos meus pais, Gines Ponce Martins e Silvia da Conceição de Oliveira Martins, que sempre me incentivaram a estudar e apoiaram esta pesquisa de várias formas.

Ao meu irmão, Alexandre Ponce Martins, que me fez preciosas indicações de leitura na área de Geografia.

A todos os meus amigos, em especial Moisés Franciscan, Denilton Novais Azevedo e Simone Nunes, companheiros de estudos, diversões e eventos, que acompanharam a rotina de angústias, sofrimentos e realizações desta dissertação.

A toda equipe do Laboratório de Pesquisa em História Política e Movimentos Sociais, com destaque para Maria Vandete de Almeida, que possibilitou suporte técnico para a realização do trabalho.

Ao meu querido avô, Braz Ponce Martins. “In Memoriam”.

“A história humana não se desenrola apenas nos campos de batalha e nos gabinetes presidenciais. Ela se desenrola também nos quintais, entre plantas e galinhas, nas ruas de subúrbios, nas casas de jogos, nos prostíbulos, nos colégios, nas usinas, nos namoros de esquinas” (Ferreira Gullar).

RESUMO

A presente dissertação estuda o cotidiano dos migrantes anônimos que ocuparam as terras da região do norte do Paraná e as tornaram rentáveis ao capital, entre as décadas de 1930 e 1970. Nossa principal fonte de pesquisa é autobiografia de Braz Ponce Martins, “Memorial de um século de cafeicultores”, cuja narrativa se inicia em 1897, quando seus familiares emigraram da Espanha para São Paulo e se estende até o presente do autor, no ano de 2002. Para analisar o documento, partimos do pressuposto de que as lembranças pessoais se apoiam na memória coletiva, pois todo indivíduo está inserido em grupo. Para evocar seu passado, o indivíduo apela para lembranças que existem fora dele, nos outros, na sociedade. Logo, as lembranças de Braz são também as da coletividade a qual pertencia. Por intermédio da autobiografia, é possível mergulhar na rotina de trabalho dos contingentes populacionais que se deslocaram para as zonas de fronteira, em busca da riqueza prometida pelas companhias colonizadoras, que enunciavam a fertilidade das terras e ofereciam facilidades de pagamento. Na narrativa, constam os valores das propriedades, as formas de pagamento, o tipo de mão de obra empregada e os produtos cultivados. Com destaque para os modos de sociabilidade da comunidade: as brincadeiras infantis, a educação, a religiosidade, as crendices populares, as preferências políticas, o lazer, enfim, o dia a dia. Em virtude de a memória ser seletiva, suscetível ao esquecimento e à manipulação, confrontamos a autobiografia com a bibliografia referente ao contexto histórico ao qual pertence, utilizamos documentos encontrados nos arquivos pessoais de Braz – fotografias, escrituras, esculturas em madeira – e entrevistamos familiares. A história da família Ponce insere-se no processo de expansão da cafeicultura do oeste paulista para o norte do Paraná. Assim como a maioria dos migrantes, os Ponce são de origem européia e após amalharem o suficiente trabalhando nas fazendas de café como colonos, adquiriram uma pequena propriedade. Derrubaram as matas, construíram casas simples e formaram o cafezal. Em decorrência da instabilidade da cafeicultura, suscetível às geadas, crises de superprodução e às oscilações do mercado, mudaram-se para os nascentes centros urbanos, em busca de melhores condições de vida. Acompanharam o crescimento vertiginoso das cidades, carentes de infraestrutura. Por fim, deslocaram-se novamente, para novas frentes pioneiras, no noroeste do Paraná, e recomeçaram...

Palavras-chave: Memória; Cotidiano; Imigração Espanhola; Colonização; Norte do Paraná.

ABSTRACT

The present dissertation studies the daily lives of anonymous immigrants who occupied the lands of Northern Paraná and made them profitable between the decades of 1920 and 1930. The main research source is the biography of Braz Ponce Martins, “Memorial de um século de cafeicultores” (Memorial from a century of coffee growers). The narrative begins in the year of 1897, describing the coming of the author’s family from Spain to São Paulo, until his present life in 2002. As for the analysis, it was assumed that personal memories are based on the collective memory, since every individual is inserted into a group. In order to recall the past, one usually calls for memories that belong not only to oneself but also to the group in which is included. The study of Braz’s biography provides the chance of immersing into the work routine of population groups who have moved to the border areas. In pursuit of wealth promised by the colonizing companies, these groups were also attracted by the fertility of the land and the payment facilities advertised by the companies. The text sets the values of the estates, the payment methods, type of labour employed and the crops grown. Also, it highlights the social life of the community: children's games, education, religiosity, popular beliefs, political preferences, leisure and so on. Because of the memory susceptibility to forgetfulness and manipulation, the biography was confronted with the literature on the historical context to which it belongs. In addition to that, documents found in Braz’s personal archives - photographs, writings, wood carvings - were used and his family was interviewed. The Ponce family history is part of the coffee expansion process from the western region of São Paulo to Northern Paraná. Like most immigrants, the Ponces are of European origin and after saving enough from the income received by working on coffee farms as settlers, they acquired a small property. Due to the instability of the coffee market, susceptible to frosts, overproduction crises and market fluctuations, the family moved to the newly set urban centres in search of better living conditions and accompanied the rapid growth of cities. Finally, they proceeded towards new fronts in the northwest Paraná and resumed their life...

Keywords: Memory; Daily Life; Spanish Immigration; Colonization; Northern Paraná.

ÍNDICE

LISTA DE FIGURAS	XI
INTRODUÇÃO	13
I. ANÁLISE DAS MEMÓRIAS DE BRAZ PONCE MARTINS: CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS	17
1.1 Apresentação das fontes de pesquisa	17
1.1.1 “Memorial de um Século de Cafeicultores”	18
1.1.2. Arquivos pessoais de Braz Ponce Martins	23
1.1.3. Entrevistas com familiares	27
1.2. Apontamentos teórico-metodológicos	28
1.2.1. As memórias de Braz Ponce Martins como objeto da História Cultural	29
1.2.2. A construção da identidade de Braz Ponce Martins e o imaginário da colonização do norte do Paraná.....	31
1.2.3. As relações entre memória e história	36
1.2.4. A autobiografia como fonte para a História	41
1.2.5. Análise crítica das memórias de Braz Ponce Martins: cotidiano e contexto histórico	43
II. HISTÓRIA DAS ORIGENS E DA INFÂNCIA DE BRAZ PONCE MARTINS: O COTIDIANO DOS IMIGRANTES ESPANHÓIS NA CAFEICULTURA PAULISTA (1897- 1938)	50
2.1. As causas da imigração espanhola	51
2.2. As políticas migratórias brasileiras e os sistemas de trabalho	55
2.3. O acesso do imigrante espanhol à propriedade de terras	57
2.4. A identidade do imigrante espanhol	60
2.5. As memórias de Braz Ponce Martins e o cotidiano na cafeicultura paulista	67
III. A (RE)OCUPAÇÃO DO NORTE DO PARANÁ E O DISCURSO QUE A LEGITIMOU	

(1840-1945).....	73
3.1. Delimitação da região norte	73
3.2. Pré-História da região situada ao norte do Estado do Paraná: a questão indígena	77
3.3. A ocupação do norte do Paraná como expansão da cafeicultura paulista e a colonização empreendida pelo Estado e pelas companhias privadas (1855-1945)	86
3.4. A Companhia de Terras Norte do Paraná: fundação, propaganda e colonização	91
3.5. Os conflitos pela posse da terra no norte do Paraná	105
3.6. A ação do poder público na colonização do norte paranaense	112
IV. A FAMÍLIA PONCE SE ESTABELECE NO NORTE DO PARANÁ (1934-1945).....	114
4.1. As primeiras impressões do norte do Paraná	117
4.2. As lembranças de Rolândia: o cotidiano na Fazenda São Manoel.....	120
4.3. A rotina na chácara em Londrina.....	132
V. O PROCESSO DE (RE)OCUPAÇÃO DO NORTE DO PARANÁ SE COMPLETA (1945-1975)	138
5.1. Londrina: a Capital Mundial do Café	138
5.2. Companhia Melhoramentos Norte do Paraná	147
5.3. Apogeu e decadência da cafeicultura	153
5.4. Cianorte: a Canaã da região noroeste	157
5.5. Anos 60: o norte do Paraná se torna um polo dispersor de populações	163
5.6. A historiografia paranaense e os debates sobre a colonização da região norte	166
VI. MEMÓRIAS DA JUVENTUDE E DA FASE ADULTA: O COTIDIANO NA CIDADE DE LONDRINA E O DESBRAVAMENTO DAS NOVAS FRENTES, NO NOROESTE E OESTE DO PARANÁ (1946-1975)	171
6.1. Os empregos urbanos	171
6.2. Cultura, política e lazer na Londrina dos anos 50	175

6.3. Braz Ponce Martins se torna pequeno proprietário de terras	181
6.4. Criação de porcos em Londrina e os fretes com o caminhão KB5 internacional	186
6.5. Braz Ponce Martins se muda para a zona rural de Cianorte: o sítio da Cariaçu	192
6.6. Desbravando Jesuítas: Fazendinha Santa Cruz	197
6.7. Outras propriedades adquiridas por Braz Ponce Martins	205
6.8. São Tomé: Fazenda Guaritá	209
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	 214
 REFERÊNCIAS.....	 220

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Braz recebe os parabéns	19
Figura 2: Braz e família em frente à primeira casa construída no lote 376, em São Tomé	25
Figura 3: O autor no “Ateliê Arte Braz”, em 2003	26
Figura 4: “Sinistro no coqueiro macaúba”	26
Figura 5: família Ponce em 1921	50
Figura 6: Família Ponce, em 1933	68
Figura 7: Mapa com a delimitação das micro-regiões do norte do Paraná	74
Figura 8: “Os Três Nortes”	75
Figura 9: Kaingáng visto por Debret	77
Figura 10: Família Kaingáng. Aldeamento de Tamarana, em Londrina	86
Figura 11: Missão Inglesa no Rio de Janeiro	93
Figura 12: Área da CTNP/CMNP com o traçado original da ferrovia	97
Figura 13: Cartaz de propaganda da CTNP	102
Figura 14: Visão gráfica em perspectiva panorâmica, do sistema de repartição de terras executado pela CMNP	103
Figura 15: Área dos maiores 20 grilos do Paraná, em 1930	108
Figura 16 A: Primeiras moradias de Rolândia	118
Figura 16 B: Vista do núcleo urbano de Rolândia em 1939	118
Figura 17: Certificado de Pioneiro de Rolândia, concedido a Gines Ponce Alarcon	122
Figura 18: Serradores Antônio e José	123
Figura 19: Foto do grande Pau d’alho, 1940	124
Figura 20: Involução da cobertura florestal no Paraná (1890-1980)	125
Figura 21: Braz preparando armadilhas com seu fiel cão, em 1941	127
Figura 22 A: Antes do engenho movido à força animal, a cana era moída desta forma	131
Figura 22 B: Braz cuidando do tacho no preparo do melado para a rapadura, em 1941	131
Figura 23: Cafezal da Fazenda São Manoel antes da geada de 1942	132
Figura 24: O general Alfred Jold assina os termos da rendição	136
Figura 25: “Folha de Londrina” em 19/07/1975	157
Figura 26: Churrasco realizado no dia da inauguração de Cianorte, no meio da mata	158
Figura 27: Avenida Lovat em 14/11/1960	160
Figura 28 A: Erosão no Parque Manduí	161

Figura 28 B: Erosão intensa destruiu pontes	161
Figura 29: Terceira Estação Rodoviária de Londrina	172
Figura 30: Braz andando de bicicleta em dezembro de 1949, na Vila Nova	173
Figura 31: Prédio dos Correios na década de 1940	173
Figura 32: Cine Ouro Verde, na Avenida Maranhão	179
Figura 33: Veículos de Londrina, em 07/09/1952	178
Figura 34: Vista parcial da “mínima parte”, em 1951	181
Figura 35: Cópia da primeira página da escritura do lote n.º 376	183
Figura 36: Primeira visita às terras compradas em 29/08/1952	184
Figura 37: Hotel Cianorte, o primeiro hotel da cidade	185
Figura 38: Chácara com 180 suínos, em 1958	186
Figura 39: Veículos encalhados na estrada Cianorte-Cruzeiro do Oeste	192
Figura 40: Primeiras casas construídas no lote 376, em São Tomé	192
Figura 41: Casamento de Braz e Mariana	193
Figura 42: Os primeiros filhos, Ramon e Gines	194
Figura 43: Braz, os filhos e o jipe	195
Figura 44: Divisas do Lote n.º 378	196
Figura 45: Expansão da cafeicultura paranaense	198
Figura 46A: Primeira visita às terras de Jesuítas	200
Figura 46B: Primeiras casas da futura cidade de Jesuítas	200
Figura 47: Vista aérea da Fazenda Santa Cruz, em 1999	205
Figura 48: Gado em São Lourenço	206
Figura 49: Braz e seu sobrinho Percílio, na divisa das terras da SINOP, no Mato Grosso, em 1975	207
Figura 50: A família no Porto de Itajaí-SC, em fevereiro de 1977	210
Figura 51: Mapa do lote n.º 340-A, expedido em 20/01/1975, pelo Departamento de Topografia da CMNP	212
Figura 52: Trabalhadores volantes cortando cana-de-açúcar, na Fazenda Guaritá	212

INTRODUÇÃO

Esta dissertação de mestrado analisa o cotidiano dos primeiros agricultores do norte e noroeste do Paraná, migrantes anônimos que chegaram entre as décadas de 1930 e 1950, atraídos pelas terras férteis, as quais a Companhia de Terras Norte do Paraná/Companhia Melhoramentos Norte do Paraná propagandeava e pelo sonho do enriquecimento rápido prometido pela expansão cafeeira, que se finda em 1975.

A principal fonte da pesquisa é a autobiografia de Braz Ponce Martins, “Memorial de um século de cafeicultores” (2003), que conta a história de imigrantes espanhóis que vieram trabalhar nas plantações de café do oeste de paulista, em fins do século XIX. De colonos, tornaram-se pequenos proprietários na década de 1910 e, seguindo a famosa “marcha para o oeste”, migraram para o norte do Paraná nos anos 30. Em 1938, a família Ponce se estabeleceu em Rolândia, mudou-se para Londrina em 1945 e, no ano de 1959, para Cianorte. Não obstante a narrativa se estenda até o presente do autor, em 2002, realizamos um recorte espaço-temporal (1897-1975), a fim de inserir sua trajetória no processo de (re)ocupação capitalista da região.

O capítulo I, ANÁLISE DAS MEMÓRIAS DE BRAZ PONCE MARTINS: CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS, estabelece as condições teóricas e metodológicas que nortearam a pesquisa. Em primeiro lugar, apresentamos nossas fontes: a autobiografia, os arquivos pessoais de Braz Ponce Martins (fotografias, esculturas em madeira e escrituras de propriedade), analisados conforme os parâmetros da História Cultural, e as entrevistas realizadas com familiares, baseadas na metodologia da História Oral. Em segundo, relacionamos a autorrepresentação de Braz como pioneiro e desbravador, que escreve suas memórias como um enredo, em termos de ascensão da miséria à riqueza, com o imaginário da colonização do norte do Paraná, caracterizado pelas imagens da “Terra da Promissão”, “Eldorado Cafeeiro”, “terra onde se anda sobre dinheiro” e pela ode ao pioneirismo.

Em um terceiro momento, relacionamos o conceito de Memória ao de História, para justificar que as lembranças de Braz não pertencem somente a ele, mas à comunidade da qual fez parte, fornecendo informações sobre todo o grupo. Por fim, explicitamos como procedemos na análise crítica da autobiografia, demonstrando que apesar de ser seletiva, parcial, passível de manipulação e construída no presente do autor, a memória individual é uma fonte histórica relevante, desde que se apresente uma problemática de pesquisa ao

estudá-la e se reconstrua contexto social no qual o indivíduo viveu.

Uma vez que nossa problemática de pesquisa centra-se na compreensão das relações cotidianas de pessoas comuns que participaram da colonização do norte Paraná, esclarecemos como o cotidiano pode ser abordado como objeto histórico, conforme as perspectivas da História do Cotidiano. Nossa postura foi a de assumir o sujeito cotidiano da pesquisa como um autor, cuja narrativa não foi utilizada meramente como ilustração dos discursos dos autores consagrados na academia, mas consideradas tão importantes quanto estes.

O capítulo II, HISTÓRIA DAS ORIGENS E DA INFÂNCIA: O COTIDIANO DOS IMIGRANTES ESPANHÓIS NA CAFEICULTURA PAULISTA (1897-1938), avalia o processo migratório em que se insere a família de Braz Ponce Martins. Remontamos às condições da Europa e da América, no século XIX e início do XX, para compreender os motivos que levaram os espanhóis a emigrarem (pobreza, crises na agricultura, necessidade de trabalho, sonho de obter terras na América) e descobrir os locais de onde partiam (Andaluzia, Levante, Extremadura) e os países onde se estabeleciam (Cuba, Argentina, Brasil). Distinguimos as principais ondas migratórias (antes de 1880, 1880-1930 e pós-1950) e os tipos de imigração (subsidiada ou não, individual ou familiar, permanente ou com retorno). Bem como analisamos as políticas do governo brasileiro para atrair os trabalhadores europeus e os sistemas de trabalho (parceria e colonato).

Recorremos a um debate historiográfico acerca da mobilidade social dos imigrantes, para demonstrar como se dava o acesso à propriedade de terras e se os espanhóis conseguiram se tornar pequenos proprietários ou não. Verificamos se os espanhóis e seus descendentes foram assimilados pela sociedade brasileira ou preservaram sua identidade cultural. Por fim, selecionamos as narrativas das origens de Braz Ponce Martins, onde ele reconstrói o passado da família, a partir dos documentos que possui sobre seu pai e das histórias que sua mãe contava; e as memórias da infância, referentes ao cotidiano de uma colônia espanhola no interior de São Paulo, na qual a família Ponce viveu.

No capítulo III, A (RE)OCUPAÇÃO DO NORTE DO PARANÁ E O DISCURSO QUE A LEGITIMOU (1840-1945), inserimos as memórias da infância de Braz Ponce Martins em seu contexto histórico, a partir de uma discussão bibliográfica acerca do processo de (re)ocupação do norte do Paraná. Procuramos delimitar a região norte a partir de sua localização geográfica e das representações políticas, econômicas, sociais e culturais que dela fizeram. Desconstruir o discurso do “vazio demográfico”, ao estudar o processo de exclusão

do índio de seu território, desde o século XVII, quando as primeiras missões jesuíticas se estabeleceram no atual Estado do Paraná, até a década de 1950, momento em que o Serviço de Proteção ao Índio confinou os indígenas remanescentes em Reservas.

Discutimos a consagrada ideia de que a colonização do norte paranaense resultou da expansão da cafeicultura paulista, sob a ótica de diferentes autores. Mostramos que o governo do Estado esteve presente na colonização da região desde fins do século XIX, concedendo terras devolutas a empresas colonizadoras e estabelecendo, por meio de legislações, que estas fossem divididas em pequenas propriedades. Destacamos a ação de uma colonizadora em particular, a Companhia de Terras Norte do Paraná, cuja propaganda atraiu a família Ponce e muitas outras, às famosas terras roxas. Traçamos um breve histórico da CTNP desde sua fundação, por um grupo inglês na década de 1920, até quando foi vendida a um consórcio brasileiro, na época da Segunda Guerra. Por fim, mencionamos os conflitos pela posse da terra, ocorridos entre as companhias particulares, os posseiros, grileiros e o governo estadual.

O capítulo IV, A FAMÍLIA PONCE SE ESTABELECE NO NORTE DO PARANÁ (1934-1944), baseia-se nas lembranças da infância de Braz Ponce Martins, que mostram as primeiras impressões da família ao se estabelecer no norte do Paraná, o cotidiano na fazenda São Manuel, em Rolândia e a rotina da chácara nas imediações de Londrina. Descrevemos como foi realizada a mudança da família Ponce de São Paulo para o Paraná, a derrubada da mata, a construção dos ranchos de palmito e primeiras casas de madeira, o plantio dos cafezais, as relações de trabalho, a alimentação, as festas, a religiosidade popular, a rotina na escola e as dificuldades enfrentadas pela família durante a Segunda Guerra Mundial.

O capítulo V, O PROCESSO DE (RE)OCUPAÇÃO DO NORTE DO PARANÁ SE COMPLETA (1945-1975), visa contextualizar as memórias da juventude e da fase adulta de Braz Ponce Martins. Em primeiro lugar, buscamos compreender o crescimento vertiginoso de Londrina, que atraiu levas de migrantes, inclusive a família Ponce, que se mudou para a cidade em 1945. Para tanto, remontamos à fundação da cidade como sede da CTNP nos anos 30 e relatamos seu desenvolvimento até a década de 1950. Em segundo, analisamos o processo de transferência da CTNP para os capitalistas brasileiros, a formação da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, as mudanças e as continuidades em sua administração e ação colonizadora, com relação ao empreendimento inglês. Isto porque, dentre outras regiões, a CMNP colonizou a cidade de Cianorte, no noroeste do Paraná, local onde Braz adquiriu seu primeiro lote de terras, constituiu família e viveu até sua morte.

Em terceiro lugar, demonstramos como se deu a fundação da cidade de Cianorte e sua relação com a cafeicultura, cuja expansão levou à ocupação do noroeste do Paraná. Em quarto, verificamos de que modo o esgotamento das terras devolutas – graças à ocupação promovida pelas colônias estaduais e particulares, entre os anos 40 e 50 – e a decadência da cafeicultura, fomentaram a concentração fundiária e o deslocamento populacional para as cidades e outras zonas de fronteiras. Deste modo, estudamos desde o apogeu da cafeicultura paranaense, que se inicia após o término da Segunda Guerra e se estende até fins da década de 1950, atraindo grande contingente populacional, até sua decadência, que se inicia na década de 1960, em decorrência de crises de superprodução, dos incentivos governamentais em favor da diversificação da agricultura e da industrialização, e se finda com a geada negra de 1975.

Por fim, comparamos as diferentes versões presentes na historiografia paranaense, acerca da colonização do norte do Paraná, pautando-nos em trabalhos escritos após 1970. Percebermos que a História Regional ora exalta a ação da iniciativa privada, ora desconstrói esta visão, enfatizando a importância do Estado e os conflitos pela posse da terra. Estes últimos são estudos mais recentes, que visam desvendar como se deu de fato a (re)ocupação do território, resgatar a história dos habitantes que lá viveram, quais as reais intenções dos empresários e criticam a historiografia mais antiga, que apenas reproduz o discurso da CMNP.

O capítulo VI, MEMÓRIAS DA JUVENTUDE E DA FASE ADULTA: O COTIDIANO NA CIDADE DE LONDRINA E O DESBRAVAMENTO DAS NOVAS FRENTES, NO NOROESTE E OESTE DO PARANÁ (1946-1975), destaca a rotina de estudos, trabalho, política e lazer de Braz Ponce Martins, revelando aspectos interessantes da cidade de Londrina, na década de 1950. E analisa as adversidades que enfrenta ao se tornar pequeno proprietário, chefe de família e morador da recém-fundada Cianorte. Nas narrativas da fase adulta, observamos a participação do autor no desbravamento das novas frentes paranaenses, no noroeste e oeste – quando adquire uma propriedade em Jesuítas – entre as décadas de 1950 e 1970.

Braz Ponce Martins descreve como adquire as terras, o local das propriedades, sua extensão, valor e as formas de pagamento. Concede detalhes sobre a fauna e flora da região, a construção das primeiras casas, a formação do cafezal, a mão de obra empregada (empreiteiros, colonos, parceiros e trabalhadores volantes), além de fazer referências aos nascentes centros urbanos, à precariedade das estradas de rodagem e à violência rotineira das áreas de colonização recente.

I. ANÁLISE DAS MEMÓRIAS DE BRAZ PONCE MARTINS: CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

A presente dissertação de mestrado, intitulada “As relações cotidianas de uma comunidade de cafeicultores, nas memórias de Braz Ponce Martins (1934-1975)”, surgiu da curiosidade de saber como viviam os primeiros habitantes do norte do Paraná. Ao consultar a História Regional, podemos responder como se deu a ocupação, colonização ou (re)ocupação deste território, isto é, os lugares de origem dos grupos populacionais que aqui se estabeleceram, os motivos que atraíram estas levas de migrantes, como também, seu rápido e surpreendente desenvolvimento econômico.

Contudo, são raras as informações acerca do cotidiano destas pessoas que, em um curto espaço de tempo, transformaram as florestas em um mar de cafezais e construíram grandes cidades. A fim de elucidar a problemática proposta, analisamos a autobiografia de um pioneiro, que participou deste processo histórico. Este capítulo estabelece a tipologia de fontes utilizadas e demonstra os procedimentos teórico-metodológicos que auxiliaram na realização da pesquisa.

1.1. Apresentação das fontes de pesquisa

“Biografias, histórias de vida, entrevistas de história oral, documentos pessoais, enfim, mostram o que é potencialmente possível em determinada sociedade ou grupo”.
(ALBERTI, 2005, p.170)

As fontes utilizadas nesta dissertação são documentos de cunho biográfico. A relevância deste tipo de documentação é deveras justificada perante as modificações ocorridas na historiografia. A ênfase sobre os processos de longa duração e o estudo preferencial de fontes seriais, defendidos pela Escola dos Annales (1929), não davam espaço ao papel do indivíduo na história. Considerava-se que os relatos pessoais, as histórias de vida e as biografias não contribuiriam para o conhecimento do passado, por serem subjetivos e, muitas vezes, distorcerem os fatos, não podendo, portanto, ser representativos de uma época ou de um grupo (ALBERTI, 2005).

A partir da década de 1980, entretanto, registraram-se transformações importantes nos

diferentes campos da pesquisa histórica. Revalorizou-se a análise qualitativa e resgatou-se a importância das experiências individuais, ou seja, deslocou-se o interesse das estruturas para as redes, dos sistemas de situações para as situações vividas, das normas coletivas para as situações singulares (FERREIRA, 2011).

Graças a esta valorização da análise qualitativa, o relato pessoal deixou de ser visto como exclusivo de seu autor, tornando-se capaz de transmitir uma experiência coletiva, uma visão de mundo tornada possível em determinada configuração histórica e social. Surgiram novos objetos e os historiadores passaram a se interessar pela vida cotidiana, pela família, pelos gestos no trabalho, pelos rituais, pelas festas e pelas formas de sociabilidade (ALBERTI, 2005). Paralelamente, a história cultural ganhou novo impulso e os debates em torno da memória foram incorporados à história (FERREIRA, 2011).

As memórias, autobiografias, diários e outros documentos pessoais são fontes ajustadas a um importante paradigma das sociedades ocidentais contemporâneas: a ideia do indivíduo como valor (ALBERTI, 2005). Pois, “as sociedades contemporâneas passaram a ter uma verdadeira obsessão pela memória e o passado tornou-se uma das preocupações centrais no mundo ocidental” (FERREIRA, 2011, p. 178).

Portanto, a partir desta supervalorização da memória, os historiadores passaram a rever os objetos da pesquisa histórica, priorizando os estudos do cotidiano e dando ênfase especial às biografias dos personagens comuns e aos testemunhos orais. Essa focalização na historiografia dos indivíduos foi incentivada pela noção de que o passado pode ser interpretado por sua lógica interna e de que o sujeito histórico observado na sua subjetividade é o melhor caminho para se alcançar este fim (FERREIRA, 2011).

1.1.1. Memorial de um Século de Cafeicultores

“[...] há o caso das memórias de pessoas não famosas. [...] seu valor histórico depende de outro sentido de história, não a grandeza, não o fato político, mas o testemunho que oferece da sociedade – e aí o valor dos homens pequenos se revela [...]”.

(RIBEIRO, 1998, p. 38-39)

Como nossa pesquisa embasa-se na análise da autobiografia de Braz Ponce Martins, primeiramente, segue-se uma breve biografia do autor e as condições em que foram redigidas

suas memórias. Braz nasceu em 21 de abril de 1929, na cidade de Promissão, no Estado de São Paulo. Sua autobiografia começou a ser redigida no ano 2000, na máquina de datilografar, a partir da constatação de que suas histórias dariam um livro. No processo de rememoração, reuniu cartas, fotos e diários antigos. Cada página escrita era lida e comentada com qualquer um que fosse visitá-lo. O resultado foi um livro de 128 páginas, ilustrado com várias fotos da época, intitulado “Memorial de um Século de Cafeicultores”.

O memorial corresponde a duas faces de uma moeda. De um lado a minha biografia retirada de minhas remotas lembranças de quase setenta anos. Contarei a origem de nossos pais, de nossa família, de minha vida e de meus filhos; dos bons e maus momentos vividos, e de outro lado, a nossa família como cafeicultores até os dias atuais (PONCE MARTINS, 2003, p.4)

O livro, cuja capa ostenta um majestoso cafezal, foi publicado em 2003, por uma pequena gráfica do município de Cianorte, no noroeste do Paraná. Foram impressos, autografados e distribuídos cerca de duzentos exemplares, para os familiares e amigos, na sua festa de aniversário de 74 anos, em 2003. No ano seguinte, Braz comentava que teria que ser feita uma segunda edição, porque não paravam de surgir parentes de todo canto do país, pedindo um exemplar e ele já tinha doado até o seu. Intuito este que não chegou a ser realizado, porque no dia 9 de junho, Braz faleceu acometido por um câncer generalizado.



Figura 1: Braz recebe os parabéns. Fonte: arquivos pessoais de Braz Ponce Martins.

Para escrever uma autobiografia é preciso eficiência cognitiva, pois a memória de longa duração, episódica e declarativa, necessita da capacidade de organização para que o

sujeito da história consiga resgatar os eventos vividos e relatá-los (FORTUNA, 2000). Deste modo, antes de adentrarmos na análise das memórias, é preciso destacar que, não obstante fosse membro de uma família de origem humilde, Braz não é um trabalhador rural típico. Ele faz parte de uma minoria que teve acesso à educação formal.

Quando criança, Braz caminhava quilômetros para chegar à escola mais próxima de sua residência, uma chácara nas imediações de Londrina. Desde o primário, demonstrou ser um bom aluno, obtinha notas altas e era sempre elogiado por seus professores. Na juventude, Braz frequentou o Ginásio noturno, em Londrina. Com dificuldades, conciliava o trabalho com os estudos, tendo que realizar suas tarefas durante o horário de almoço. Tivemos acesso a seu histórico escolar do Ginásio, onde consta bom desempenho até na disciplina de francês.

Trata-se de um indivíduo determinado a vencer as adversidades do meio em que se encontrava e que detinha um nível de escolaridade maior que os demais agricultores que viveram na região na mesma época. Visto que, de acordo com Almeida (1981), a maioria dos trabalhadores rurais que migraram para Londrina, entre as décadas de 1940 e 1960, possuía baixa escolaridade. Inclusive, Braz detinha uma sensibilidade artística.

Dona Alzira depois de casada me levava para sua casa e me ensinava a retocar os desenhos que eu fazia na escola. Num dia me aconselhou a frequentar uma escola de Belas Artes, se possível em Curitiba. Foi ela que descobriu que eu tinha dom para as artes, mas seu marido, que se encontrava no balcão da venda, respondeu: Coitado, esse aí vai ter que penar muito limpando covas de café e a família dele nunca vai deixar que largue os serviços da roça.¹ Minha professora enxergava longe, pois há 40 anos faço artesanato e pequenas esculturas, já estou na obra de número 1200 (PONCE MARTINS, 2003, p. 27).

Apesar de nunca ter realizado nenhum curso, desenhava muito bem e fazia esculturas em madeira, as quais se encontram expostas em uma sala de sua residência e até já foram matéria de reportagens de telejornais locais.² “Houve reportagem no jornal de serviços da COCAMAR e outras três apresentadas pela televisão. E no ano passado foi feita uma exposição no Lions Club de Cianorte [...]” (PONCE MARTINS, 2003, p.122).

Como a trajetória de vida deve ser organizada cronológica e coerentemente (SANTOS,

¹ Dona Alzira e Dona Anita Gonçalves foram as primeiras professoras de Braz. Quando ele estava no terceiro ano primário, na escola do Jaborandi, em Rolândia, Dona Alzira se casou e foi substituída por Dona Carlota. O marido de Dona Alzira, Elídio Machado, trabalhava em uma venda, “a pioneira do Quinze”, cujo proprietário era Athanásio Bello, descendente de gregos, oriundo de Cambé (PONCE MARTINS, 2003).

² Nos arquivos pessoais de Braz, encontramos uma fita cassete contendo gravações caseiras, realizadas diretamente da televisão. Onde constam quatro entrevistas realizadas entre os anos de 1992 e 1993. A primeira reportagem é do Programa da COCAMAR, a segunda de um telejornal do SBT, a terceira de um telejornal da Rede Globo e a quarta de uma emissora não identificada. Temos em mãos uma cópia em DVD.

2005), dividimos a narrativa de Braz Ponce Martins em quatro momentos distintos. Entretanto, deixamos claro que esta não foi não a intenção do autor, mas o meio encontrado para facilitar a confrontação dos dados históricos extraídos do relato, com a bibliografia levantada sobre os temas que este incita, com a finalidade de verificar como as informações são estruturadas e sua procedência.

Em um primeiro momento, temos a história das origens. Através dos documentos que possui sobre seu pai e das histórias que sua mãe lhe contava, Braz reconstrói o passado da família, relacionando-o a fatos históricos. Suas referências a eventos específicos nos deram margem para maior investigação. Pois, de acordo com Santos (2005), a citação de datas, locais e fatos de domínio público permitem a construção de um contexto mais próximo do real, incluído nos acontecimentos sociais, econômicos e políticos. Braz descreve as regiões em que seus pais, imigrantes espanhóis, viveram. Devido às aquisições de lotes de terra, a mobilidade geográfica da família era constante. De Ribeirão Preto mudou-se para Penápolis, Promissão e posteriormente, para o norte do Paraná (PONCE MARTINS, 2003).

Em seguida, nos relatos das aventuras infantis, as lembranças de Braz mesclam-se com as recordações de sua família. Pois, desde que a criança se interessa pela significação das imagens e dos quadros que percebe, ela pensa em comum com os outros. O contato com os adultos faz com que adquira muitos meios de encontrar e precisar muitas lembranças. A vida da criança mergulha muito mais do que se imagina nos meios sociais (HALBWACHS, 2004).

Nesta parte da narrativa, transparecem os modos de vida dos colonos no interior de São Paulo. Braz descreve as brincadeiras, os cachorros, o caminhão que sempre realizava as mudanças, as festas juninas, os casamentos. Mas destaca, principalmente, o grande esforço para economizar, uma vez que a família almejava comprar um pedaço de terra. No Paraná, fala da primeira escola e das dificuldades enfrentadas durante a Segunda Guerra Mundial, diante da xenofobia dos colegas (achavam que ele fosse descendente de alemães, por ter a pele e os cabelos claros) e do racionamento de alimentos (fazendo com surgisse um escambo entre os vizinhos). Por descrever o cotidiano das crianças, a autobiografia contribui para o enriquecimento da História Regional, cujos estudos priorizam a atuação dos adultos.

Quando se faz relatos sobre os pioneiros, o comum é destacar a atuação dos adultos. Assim, pouco se tem falado e escrito sobre as crianças e a sua participação nos acontecimentos e também sobre o modo como viram e viveram nos primeiros tempos. Mas há assuntos que se revestem de maior credibilidade quando relatados por crianças que foram as personagens daqueles fatos de outrora. Por exemplo, como eram as aulas na primeira escolinha? Como eram as brincadeiras e os

momentos de lazer (CERNEV, 1995, p.228)?

Em terceiro lugar, verificamos os relatos da juventude, que se inserem no contexto das migrações no campo e entre campo e cidade. Nas décadas de 1940 e 1960, os deslocamentos populacionais são constantes no norte do Paraná; período em que se observa a expansão das zonas de fronteira e o crescimento das cidades da região. De acordo com Almeida (1981), os trabalhadores rurais se deslocavam em busca de melhoria nas condições de vida. A família de Braz mudou-se para Londrina em 1945. O destaque desta parte da narrativa são os empregos urbanos de Braz, mas também nos informa aspectos interessantes da cidade na década de 1950, como por exemplo, o lazer (inauguração do Cine Teatro Ouro Verde) e as eleições (Braz assistiu a comícios de Gaspar Dutra, de Getúlio Vargas e de Plínio Salgado).

Por fim, temos a fase adulta que se estende até o presente do autor, quando redige as memórias, já com mais de 70 anos. Neste ponto, observamos a construção de sua identidade como pioneiro, participante do processo de colonização do norte do Paraná. Braz e sua família transitaram por Rolândia, Londrina, São Tomé e Cianorte, seguindo o rastro dos loteamentos efetuados pela CTNP/CMNP.³ Também encontramos referências a outras cidades que surgiam neste contexto, como Maringá, Umuarama e até mesmo algumas do oeste, como Jesuítas, onde Braz comprou um lote de terras. O que demonstra como a lucratividade do café fez com que sua cultura se expandisse além dos limites das terras roxas (CANCIAN, 1981).

São preciosas as descrições de como adquire as terras, o local das propriedades, sua extensão, forma de pagamento, desbravamento das matas, incluindo detalhes sobre o tipo de vegetação da região e estabelecimento na propriedade pela família. Como são construídas as casas, o modo como é iniciada a plantação do café, como é feita a contratação de mão de obra (que passa por empreiteiros, colonos, parceiros, “porcenteiros” até chegar em “boias-frias”), além de fazer referências aos nascentes centros urbanos.

Como a herança historiográfica nacional constituiu-se em função de problemas que implicam o desprezo pelo estudo de particularidades regionais e locais e o repúdio à consideração do papel dos indivíduos na produção dos processos históricos (DIAS; ROLLO GONÇALVES, 2009), não existem muitas pesquisas sobre personagens pouco conhecidos, o que torna este tipo de resgate e enfoque memorialístico uma necessidade e uma experiência

³ Companhia de Terras Norte do Paraná/Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. A Companhia de Terras Norte do Paraná foi fundada em 1924, por um grupo inglês que, impressionado pela fertilidade das terras roxas, obteve concessões do Estado entre os Rios Paranapanema, Ivaí e Tibagi. Vendida a um consórcio brasileiro em 1947, tornou-se a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (ALBUQUERQUE, 1995).

inovadora (CUNHA, 2009). Neste sentido, “Memorial de um Século de Cafeicultores” constitui-se numa fonte privilegiada para a compreensão do cotidiano de pequenos agricultores, inseridos no processo de expansão da cafeicultura do oeste paulista para o norte do Paraná.⁴ Pois, conforme Karnal e Tatsch (2009), o documento atinge valor pela teia social que o envolve e pelo que revela de mais amplo de uma época e de uma sociedade.

1.1.2. Arquivos pessoais de Braz Ponce Martins

“Para o historiador não existem coisas banais, já que instrumentos e objetos são decorrências de atitudes fundamentais perante o mundo”.

Sigfried Giedion, arquiteto suíço⁵

Nossa pesquisa não ficaria completa, caso se pautasse apenas na autobiografia. Analisar esta ou qualquer outra fonte requer a consulta a outros documentos referentes à mesma época. Pois, o que caracteriza a operação historiográfica é a interpretação das fontes em determinadas circunstâncias sociais, isto é, nos contextos, que só podem ser reconstruídos, ainda que de modo parcial, lacunar ou aproximado, pela mediação de outros textos (FERREIRA, 2009). Com base neste pressuposto, além da bibliografia disponível sobre a temática, consultamos os arquivos pessoais de Braz Ponce Martins.

De acordo com Ribeiro (1998), o que o desejo de guardar os próprios documentos pode indicar, é o anseio de ser, a posteriori, reconhecido por uma identidade digna de nota. Por conseguinte, não existe um recorte radical entre memórias e anexos deixados, por um lado, e por outro, coleções de objetos. A distinção entre o texto e o objeto material, entre a intencionalidade maior e a menor, assim se reduz. Dentre os documentos pessoais encontrados na residência de Braz, destacamos os mais relevantes para a pesquisa: 10 escrituras de propriedade rurais; várias fotografias antigas e esculturas em madeira.

Devemos relativizar a noção de senso comum que identifica os conjuntos documentais de origem pessoal a uma manifestação concreta da memória individual dos seus titulares e destacar o que há de social na produção deste tipo de memória dos indivíduos, ou seja, a

⁴ A trajetória da família Ponce ilustra a já tão discutida afirmativa de que a maioria dos habitantes do norte paranaense é proveniente do interior paulista, que em vista da diminuição das zonas de fronteira, do esgotamento do solo e das políticas de restrição ao cultivo do café, migra para esta região em busca de terras férteis.

⁵ Citado por BURKE, 2008, p. 97.

relação entre indivíduo e sociedade (HEYMANN, 1997). Segue-se uma breve descrição das fontes selecionadas, que evidenciam o que há de social nos arquivos pessoais de Braz.

As escrituras nos auxiliaram a identificar a localização, a dimensão dos sítios e a época em que foram comprados, além do valor das transações comerciais. Os 10 lotes de terra, localizados em São Tomé, adquiridos entre 1952 e 1982, foram comprados da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. Dedicamos parte do terceiro capítulo da dissertação a compreender o papel da CMNP na colonização da região. E, no quarto capítulo, demonstramos em que medida a autobiografia de Braz e os demais documentos confirmam ou destoam do discurso oficial propagado acerca das ações desta empresa privada.

Algumas das fotografias antigas foram utilizadas em nossa dissertação. Como ressalta Kossoy (2001), geralmente, as fotografias sobrevivem após o desaparecimento físico do referente que as originou: são os elos documentais e afetivos que perpetuam a memória. A cena gravada na imagem não se repetirá, as personagens retratadas envelhecem e morrem, os cenários se modificam e desaparecem. De todo o processo, somente a fotografia sobrevive. Inicia-se, portanto, outra realidade, a do documento. A fotografia é instrumento de disseminação da informação histórico-cultural. Não se esgota em si mesma – pelo contrário, é o ponto de partida, a pista para tentar desvendar o passado.

Vale lembrar que as imagens selecionadas não somente ilustram o relato escrito, mas revelam-nos detalhes que não constam na narrativa. E ainda mostram o olhar da família em relação aos locais que viveram/conheceram e aos eventos que participaram/presenciaram. Pois, conforme Pesavento (2008), a imagem não tem a função de meramente ilustrar os fatos, personagens ou espaços mencionados pela narrativa. As imagens são fruto das ações humanas, que interpretam e recriam o mundo como representação; são, portanto, traços de uma experiência sensorial e emotiva. E, para além das sensações que produzem o efeito visual, as imagens são mentais, oriundas de uma percepção que nos remete aos processos da esfera cognitiva de reconhecimento, identificação, classificação e atribuições de significados.

Grande parte destas fotos antigas é de casas em que a família viveu nas regiões pelas quais passou. A casa, tradicional microcosmo do social, reduto da intimidade, mas também do aparecer social, é citada na autobiografia praticamente em todos os momentos em que o autor narra um episódio de deslocamento espacial da família. As casas têm espaço privilegiado nas memórias e nos arquivos de Braz. Isto porque as “casas são raízes, e se existe uma forma de inscrever no tempo e na terra uma presença, a representação do espaço construído, de

propriedade de uma família, é uma imagem exemplar” (PESAVENTO, 2008, p.22).



Figura 2: Braz e família em frente à primeira casa construída no lote 376, em São Tomé. Fonte: arquivos pessoais de Braz Ponce Martins.

Um dos álbuns nos chamou à atenção, por conter fotos de viagens que a família fez no final da década de 1970, graças à geadinha de 1975. Diante da alta do preço do café e do estoque que detinha, Braz amediu o montante suficiente para conhecer 30 cidades, em oito estados (SC, RS, DF, GO, MG, SP, MT e MS). Segundo seu filho Gines, as 900 sacas de café ficaram estocadas porque Braz queria comprar um sítio, mas o dono não quis vender.⁶

Com a Belina Corcel 1976, em 1977 realizamos duas grandes viagens pelo nosso Brasil afora. A primeira com destino as praias do Paraná e outras. Partimos em 02 de fevereiro de 1977 [...]. A nossa outra grande viagem foi também no mesmo ano. Nós tínhamos que aproveitar porque, por causa da geadinha de 1975, o preço do café subiu muito, chegando ao preço de Cr\$1.400,00 por saco [...]. Saímos de nossa casa no dia 06 de julho de 1977 [...] (PONCE MARTINS, 2003, p. 101-103).

Entre 1960 e 2004, Braz confeccionou cerca de 1300 esculturas em madeira. Todas contêm nomenclatura, data de fabricação e numeração de ordem. Várias foram doadas, mas a maioria se encontra no “Ateliê Arte Braz”. Dentre estas, escolhemos as que ilustram as histórias contadas no livro, evidenciando como Braz materializava suas lembranças.

⁶ PONCE MARTINS, Gines. Entrevista concedida a Gelise Cristine Ponce Martins. Cianorte, 11 de junho de 2012.



Figura 3: O autor no “Ateliê Arte Braz”, em 2003. Fonte: Arquivos pessoais de Braz Ponce Martins.

Esculpidas com riqueza de detalhes, cada uma traz em si um trecho da história de seu autor. Por exemplo, a obra intitulada “Sinistro no coqueiro macaúba” alude à anedota de mesmo nome, segundo a qual, uma lasca de pau de um coqueiro adentra na cabeça de Braz, quando brincava com seus irmãos e amigos, em Promissão, no ano de 1935. A escultura mostra Braz sentado embaixo do coqueiro com o pau enfiado no alto da cabeça, cinco crianças a sua volta, um chapéu (cujo feltro foi utilizado para auxiliar na cicatrização do ferimento) e os cocos espalhados pelo chão.



**Figura 4: “Sinistro no coqueiro macaúba”.
Fonte: PONCE MARTINS, 2003, p. 12**

Outras três esculturas foram consideradas importantes para a dissertação, por informarem a rotina de trabalho na fazenda de Rolândia, na década de 1940. Uma explica como era serrada a madeira, outra mostra o processo de moer cana manualmente e a terceira o preparo do melado para a fabricação da rapadura. Também analisamos a escultura que representa Braz preparando armadilhas na floresta para caçar pequenos animais, em companhia de seu inseparável cão Fernete, em 1944, na chácara de Londrina.

Apesar dos artefatos possuírem trajetórias específicas, para traçar e explicar as biografias dos objetos é necessário examiná-los nas diversas modalidades e efeitos das apropriações de que fizeram parte (MENESES, 1998). Nesta perspectiva, não é o objeto em si que interessa, mas o objeto em situação, que adquire forma e densidade na medida em que é socialmente utilizado (RAMOS, 2011). Assim, as esculturas auxiliam-nos a compreender a produção das memórias de Braz Ponce Martins e o contexto histórico de que fazem parte.⁷

1.1.3. Entrevistas com familiares

O relato autobiográfico pode ser enriquecido mediante entrevistas com pessoas próximas do protagonista (GONZÁLES MARTÍNEZ; NARANJO OROVIO, 1984), uma vez que os acontecimentos da vida do indivíduo que se fazem mais presentes são também os gravados na memória dos grupos mais chegados a ele (HALBWAHS, 2004). Em consonância com esta perspectiva, entrevistamos Mariana Gonçalves Martins,⁸ esposa de Braz e seu filho Gines Ponce Martins,⁹ baseando-nos na metodologia da história oral.

História Oral é um termo amplo que recobre uma quantidade de relatos a respeito de fatos não registrados por outro tipo de documentação, ou cuja documentação se quer completar. Colhida por meio de entrevistas de variada forma, registra a experiência de um só indivíduo ou de diversos indivíduos de uma mesma coletividade. Neste último caso, busca-se convergência de relatos sobre um mesmo acontecimento ou sobre um período de tempo. A entrevista é a forma mais difundida da coleta de dados orais. Supõe uma conversação entre informante e pesquisador, este último que a dirige, através de um roteiro previamente estabelecido ou aparentemente sem roteiro, mas conforme uma sistematização. Elas fornecem dados originais ou completam os já fornecidos por outras fontes (QUEIROZ, 1991).

Neste trabalho, o roteiro de perguntas foi previamente elaborado, a fim de obter mais informações acerca da narrativa autobiográfica. As entrevistas realizadas se encontram

⁷ Os dotes artísticos são observados em outros membros da família. Seu irmão Antonio Ponce Martins, confeccionava esculturas em madeira para vender. E seu primo Antônio Ponce Cruz, atualmente com 84 anos de idade, residente em Londrina, também possui um “ateliê”, com esculturas feitas a partir de tocos de árvores (PONCE MARTINS, Gines. Entrevista concedida a Gelise C. Ponce Martins. Cianorte, 14 de setembro de 2012).

⁸ Mariana Gonçalves Martins nasceu em 13 de outubro de 1939, na cidade de Cambé, no Paraná. Coursou até o segundo ano do curso primário e sempre trabalhou no campo, primeiramente com seus pais e posteriormente ao lado do marido. Atualmente, reside em Cianorte e é dona de casa.

⁹ Gines Ponce Martins nasceu em 31 de março de 1961, na zona rural de Cianorte. Coursou Engenharia Civil na Universidade Federal do Paraná, formando-se em 1984. No mesmo ano, casou-se com Silvia de Oliveira Martins, com quem teve dois filhos, Gelise Cristine Ponce Martins e Alexandre Luís Ponce Martins. Atualmente, Gines reside em Cianorte e trabalha como engenheiro civil.

gravadas e transcritas e utilizamos apenas alguns trechos. As entrevistas que constam no segundo capítulo, concernentes à imigração espanhola, foram realizadas em agosto de 2004, com o propósito inicial de nos auxiliar na produção de um artigo científico. As entrevistas presentes neste capítulo e as referentes à colonização do norte do Paraná, utilizadas no quarto capítulo, foram realizadas em 2012, com o objetivo de complementar alguns pontos da narrativa sobre o contexto histórico pesquisado.

A história oral pode ser útil em vários campos de pesquisa, dentre os quais destacamos os que se referem à nossa problemática: a história do cotidiano e a história da memória. As entrevistas de história de vida podem conter descrições bastante fidedignas das ações cotidianas. E são muito interessantes, na medida em que levam à melhor compreensão dos valores coletivos e das próprias ações de um grupo, justamente devido à subjetividade contida no relato do entrevistado (ALBERTI, 2005). Concordamos com Pollak (1992), no sentido de que, quer os historiadores trabalhem com escritos biográficos ou com relatos, o importante é “como” eles trabalham, e não com “o que”; pois a história de vida apareceu como um instrumento privilegiado para avaliar os momentos de mudança, de transformação.

Tendo em vista a necessidade de precisar o estatuto da história oral, Ferreira (2011) esclarece que esta não pode ser compreendida como uma técnica, nem como uma disciplina. Em conformidade com os argumentos da autora, consideramos a história oral como um método de investigação, que funciona como uma espécie de ponte entre a teoria e a prática. A história oral é capaz de suscitar, porém, jamais solucionar questões, ou seja, formula as perguntas, mas não oferece respostas. As soluções e explicações devem ser buscadas na historiografia e na teoria da história. Por ser uma metodologia, a história oral não dispõe de instrumentos capazes de compreender os tipos de comportamento descritos. Apenas a teoria da história é capaz de fazê-lo, pois se dedica a pensar os conceitos de história e memória, assim como as complexas relações entre ambos.

1.2. Apontamentos teórico-metodológicos

Considerando que a autobiografia e os documentos pessoais de Braz Ponce Martins não podem ser analisados em seu contexto histórico-social somente tendo como apoio as entrevistas com seus familiares e a bibliografia consultada acerca dos temas incitados; realizamos uma discussão teórica, inserindo nossa pesquisa no âmbito da História Cultural,

com o objetivo de elucidar a problemática relação entre história e memória, demonstrar como deve ser realizada a crítica das fontes e a abordagem do cotidiano como objeto histórico.

1.2.1. As memórias de Braz Ponce Martins como objeto da História Cultural

“Que tipo de ideia podemos formar de uma época”, escreveu certa vez Huizinga, “se não vemos pessoa alguma nela?”
(BURKE, 2008, p.19)

Nosso trabalho está inserido na linha da História Cultural. Por se tratar de um campo de pesquisa bastante amplo e controverso, buscamos esboçar, resumidamente, apenas os aspectos desta concepção de história que se encaixam em nossa problemática de pesquisa. Isto é, a cultura¹⁰ de pessoas comuns como tema da historiografia. A Nova História Cultural, a partir de 1980, a passa a recuperar a importância das experiências vividas, remetendo aos usos de novas fontes e metodologias históricas (SANTOS, 2005). Esta abordagem se inspirou na antropologia, que ofereceu um modelo teórico alternativo: ampliação do estudo de caso onde havia espaço para a cultura, para a liberdade em relação ao determinismo social e econômico e para os indivíduos, rostos na multidão (BURKE, 2008).

Por trabalharmos com narrativas de memória, é preciso enfocar esta questão no âmbito da História Cultural. Criticada pelas primeiras gerações dos Annales, por estar associada à História Metódica, linear e puramente factual, a história-narrativa foi substituída pela história-problema (FALCON, 1997). A narrativa retornou juntamente com a preocupação com as pessoas comuns e as maneiras pelas quais elas dão sentido às suas experiências, suas vidas, seus mundos. Ou seja, o atual interesse pela narrativa é, em parte, um interesse pelas práticas narrativas características de uma cultura em particular, as histórias que as pessoas “contam a si mesmas sobre si mesmas”. Tais narrativas culturais, como foram chamadas, oferecem pistas importantes sobre o mundo em que foram contadas (BURKE, 2008).

Creio que tudo que é da ordem da experiência humana é útil para o historiador, mesmo se essa experiência deriva de narrativas. Mais vale termos o maior número de experiências humanas possíveis na existência, quando nos pretendemos historiador: isso facilita a adoção de uma ótica compreensiva com relação às pessoas

¹⁰ A preocupação antropológica com o cotidiano encorajou o emprego do termo cultura em sentido amplo, como sendo “todo complexo que inclui conhecimento, crença, arte, moral, lei, costume e outras aptidões e hábitos adquiridos pelo homem como membro da sociedade” (TYLOR, 1871 apud BURKE, 2008, p. 43).

do passado (CORBIN, 2005, p. 14).

A atividade dos indivíduos que se ocupam da memória-mensagem assemelha-se à do narrador que Benjamin analisa. A arte da narrativa pressupõe a marca da experiência vivida. O bom narrador é aquele capaz de intercambiar experiências. O caráter normativo da memória-mensagem tem seu correspondente, no texto de Benjamin, nas qualidades de ensinamento moral e de sugestão prática da narrativa. Para ele, o narrador é o homem que sabe dar conselhos (apud BARROS, 1989). Nestes termos, podemos considerar Braz Ponce Martins um bom narrador, visto que narra suas experiências com o objetivo de transmitir ensinamentos entre as gerações, principalmente no que tange à importância do trabalho:

Economicamente, tomei gosto pelo café quando ainda era criança, mais ou menos com seis anos. No sítio do Barreiro, na cidade de Promissão – São Paulo, papai havia abandonado um taião de cafezal improdutivo [...] mas mesmo assim, alguns pés de café ainda produziam. Papai, desejando aproveitar aquele produto, pediu-me que colhesse aqueles grãos em cereja, pagando-me 400 réis por litro catado. Eu por minha vez, com muito trabalho, consegui colher apenas um litro e papai me pagou com uma moeda tão grande que não cabia na minha mão. [...] Foi um grande incentivo de nosso pai. Aquele litro de café representou muita coisa pra mim, ou seja: “Ganharás o teu pão com o suor de teu rosto” (PONCE MARTINS, 2003, p. 3).

Uma característica importante da Nova História Cultural é o interesse cada vez maior em documentos pessoais ou, “documentos-ego”, que são textos escritos em primeira pessoa, sob a forma de cartas, narrativas de viagens, diários ou autobiografias, tendo em vista a construção da identidade. Esta preocupação é uma reação à aceleração das mudanças sociais e culturais que ameaçam as identidades, ao separar o que somos daquilo que fomos (BURKE, 2008). Porém, esse interesse pelas memórias históricas também pode ser conduzido pelas exigências de comunidades, para as quais a presença do passado no presente é essencial para a construção de seu ser coletivo (CHARTIER, 2009).

Segundo Ferreira (2009), os historiadores que trabalham com uma fonte literária devem interrogar o papel que esta cumpre nas condições sociais e culturais de uma época e a que público se destina. Neste sentido, apropriamo-nos dos argumentos apresentados por Burke (2008) e Chartier (2009) que justificam o atual interesse pelas memórias, por considerarmos pertinentes para explicar os motivos que levaram Braz a se autobiografar.

Por um lado, trata-se de uma operação de reafirmação da identidade de uma pequena comunidade de agricultores, cujo decorrer do tempo fez com que o destino de seus membros se separasse. A autobiografia tem a função de reacender o sentimento de pertencimento ao

grupo, o orgulho das raízes. E demonstrar que o café continuava a ser o elo identitário entre os familiares, embora estes estivessem se espalhado por regiões distintas (interior de São Paulo, Mato Grosso e norte do Paraná). Por outro lado, a autobiografia visa transmitir o passado da família aos seus novos integrantes. Apesar do distanciamento espaço-temporal, a memória compartilhada ajuda a integrar os mais jovens ao grupo, evitando a perda da identidade.

Em síntese, a autobiografia é escrita para a família do autor, com o intuito de preservar a história desta e torná-la conhecida pelas novas gerações. Objetivo extremamente válido uma vez que, por um lado, a transmissão cultural, através das gerações, é fundamental para a continuação da história familiar e social (FORTUNA, 2000) e, por outro, a história da família pode dar ao indivíduo um forte sentimento de uma duração muito maior de vida pessoal, que pode ir além de sua própria morte (THOMPSON, 1992).

Barros (1989) considera os avós figuras fundamentais para a análise da representação da família e como sendo os responsáveis pela manutenção do valor-família, exatamente no momento em que esta está sendo colocada em questão pelas transformações sociais. Os avós são as testemunhas dessas transformações, e seus depoimentos, uma análise dessas mudanças. Com os olhos de quem já percorreu um longo caminho no grupo doméstico, os avós voltam-se para o passado para construir, hoje, frente à modernização da sociedade e dos papéis familiares, um modelo de família no qual é indispensável sua presença como mediador entre as gerações e como transmissor do valor social atribuído à família. O narrador da memória familiar, seu guardião, é imprescindível para se compreender o que Halbwachs (2004) chamou de marcas visíveis do passado ou “museus de família”.

Neste sentido, o recurso da autobiografia torna-se de grande relevância para a construção da memória individual e coletiva e, em consequência, da identidade familiar e social. Pois, de acordo com Rousso (2001), a memória constitui um elemento de identidade, de percepção de si e dos outros. Assim sendo, o conceito de identidade não pode passar ao largo de nossa pesquisa.

1.2.2. A construção da identidade de Braz Ponce Martins e o imaginário da colonização do norte do Paraná

“As histórias que relembramos não são representações exatas do nosso passado, mas trazem aspectos desse passado e os moldam para que se ajustem às nossas identidades e aspirações

atuais. Assim, podemos dizer que nossa identidade molda nossas reminiscências”.

(THOMSON, 1997, p. 57)

Primeiramente, esclarecemos que o conceito de identidade, tão caro à História Cultural, é deveras problemático para ser esgotado neste capítulo introdutório. Procuramos apenas elucidá-lo de modo breve e relacioná-lo à autobiografia de Braz Ponce Martins e ao contexto em que sua trajetória se insere, ou seja, a história do norte do Paraná.

Castells (2003) define a identidade como um processo de construção do significado com base num atributo cultural, que prevalece sob outras formas de significado. Pode haver identidades múltiplas para um dado indivíduo. O sentimento de identidade, para Pollak (1992), é o sentido da imagem de si, para si e para os outros. Isto é, a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros.

Braz Ponce Martins constrói sua identidade nos termos de imigrante, cafeicultor e pioneiro. Sua família integra o processo de abertura das novas frentes pioneiras,¹¹ em Rolândia e Londrina, nos anos 30 e 40, e ele próprio, na região de Cianorte e Jesuítas, na década de 1950. Ao realizar a leitura da obra, percebemos que Braz enaltece sua história e a de seus familiares, ao representar a si e a estes como heróis que travaram uma luta árdua contra o desconhecido, desbravando terras inóspitas. “[...] pioneiro da Cariaçu [...] pioneiro de Jesuítas. A cruz de ser desbravador é muito pesada” (PONCE MARTINS, 2003, p. 81). Talvez, o modo de referenciar seu passado como uma aventura deva-se à influência dos romances que lia avidamente.¹²

A postura de Braz confirma que o desejo de perpetuar-se, mas, mais que isso, de constituir a própria identidade pelos tempos adiante, responde ao anseio de forjar uma glória (RIBEIRO, 2009). Como, de acordo com Halbwachs (2004), a memória é uma construção social e fenômeno coletivo, e, portanto, a identidade se constrói na interação entre o eu e a sociedade; não podemos deixar de comparar a autorrepresentação de Braz com o imaginário

¹¹ Em geral, uma zona pioneira é caracterizada pela aceleração da expansão agrícola e pelo fluxo de uma forte corrente humana. Quando a agricultura e o povoamento provocam um “boom” ou “rush”. Então, os preços das terras se elevam, as matas são derrubadas, casas e ruas construídas, povoados e cidades “saltam da terra quase da noite para o dia e um espírito de arrojo e otimismo invade toda a população” (MONBEIG, 1984, p.282).

¹² Nos arquivos pessoais de Braz, há uma pequena biblioteca com exemplares de romances da literatura universal e nacional, com destaque para a coleção completa de Jorge Amado. Braz costumava ler todos os finais de semana e contar trechos das histórias aos netos.

da colonização do norte do Paraná.

O papel atribuído aos pioneiros na abertura das cidades do norte do Paraná é muito valorizado pela História Regional: “o pioneiro foi o responsável pela consolidação do norte do Paraná enquanto região cafeeira” (ARIAS NETO, 1998, p. 140). Professoras de Cianorte organizaram um livro que o próprio título deixa transparecer o intento: “Cianorte, sua história contata pelos pioneiros”. A figura do pioneiro é enaltecida logo no primeiro parágrafo do livro. “A história de uma cidade não é senão a biografia dos homens que a construíram. Na medida em que se estabelece a linha de vida de um pioneiro e vai-se contando as obras construídas por ele, delinea-se o perfil da cidade que sua história pessoal ajudou a construir” (CIOFFI; PRAXEDES; VARELLA; MESQUITA, 1995, p.1).

Sonia Adum (1992) verifica a existência de várias definições de pioneiro. No dicionário Aurélio são encontrados três sentidos para o termo: o explorador de sertão, o precursor de uma obra e o antecipador de empreendimentos. No caso da produção simbólica acerca do norte do Paraná, a noção de pioneiro adquire nuances diferenciadas conforme a época e o grupo produtor da representação. Em muitos textos, o pioneiro no norte do Paraná é denominado bandeirante moderno, numa clara identificação às bandeiras paulistas dos séculos XVII e XVIII. Em outras publicações é ressaltado como o pioneiro, aquele que está entre os primeiros que chegaram, derrubaram a mata e construíram as primeiras edificações.

No plano da crônica e da imprensa, após uma confusão inicial entre Bandeirantismo e Pioneirismo, o uso do termo pioneiro consolida-se rapidamente como designação do cafeicultor. Essa consagração ocorre no plano do discurso político, uma vez que a própria organização dos cafeicultores enquanto classe no norte do Paraná se dá a partir da luta contra o Estado Novo, ou seja, Ribas e Vargas. Provavelmente, resulta daí a preferência pelo termo pioneiro, que fornece uma identidade distinta do bandeirante, noção na qual o regime ditatorial de Vargas buscou sua legitimidade e a partir desta procurou cunhar as imagens oficiais da nação. Ainda assim, o predomínio do termo pioneiro não significou o desaparecimento total da designação de bandeirante, ocorrendo, às vezes, a coexistência entre os dois enunciados (ARIAS NETO, 1998).

O grupo pioneiro no norte do Paraná partilha de um mesmo conjunto de representações e de uma memória comum, que se caracteriza por uma atribuição de valores de heroísmo à ação colonizadora com base na livre iniciativa, capitaneada pela CTNP. O grupo termina por se identificar a esta ação colonizadora, assumindo para si tanto os valores como a

visão liberal da história que a CTNP difunde em várias publicações ao longo dos anos. Diferente do aventureiro, o pioneiro cria raízes, estabelecendo-se de forma permanente, promovendo a instituição de condições sócio espaciais que facilitam a estabilização da memória do grupo (ADUM, 1992).

Segundo Tomazi (1989), o discurso oficial enaltece os capitalistas ingleses, fazendeiros, diretores e funcionários da Companhia de Terras e lhes atribui a causa da pujança regional. No livro comemorativo do cinquentenário da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, destaca-se a importância da iniciativa individual, do tino empresarial destes pioneiros. As fotografias dos “mais importantes” foram publicadas como se fossem bustos, para nunca mais serem esquecidos. Esta história contada pela Companhia exalta a figura de grandes personagens, que por si só explicam o crescimento e o progresso da região. Para Cesário (1991), estes “grandes pioneiros” constituíram uma elite que atuou na política local e deixou aos seus herdeiros a liderança nestas cidades.

Em contrapartida, para Almeida (1995), os “verdadeiros desbravadores” não têm nome, nem memória. São raros os estudos dedicados aos “pioneiros autênticos”, pequenos agricultores que chegaram à região, atraídos pela promessa de lucro fácil e rápido, mas que tiveram suas trajetórias marcadas por grandes dificuldades socioeconômicas. Neste sentido, as pessoas simples, migrantes anônimos que derrubaram as matas, adquiriram pequenos lotes de terras parcelados e que, de acordo com Cancian (1981), também participaram da produção do café no Estado, teriam sido esquecidos pela História Regional.

[...] o papel que os migrantes estrangeiros e nacionais têm ocupado nos relatos fornecidos pela História Regional é o de meros coadjuvantes no processo [...]. Ao se apropriarem daquelas imagens míticas do pioneiro como sendo o primeiro a chegar e o fundador, tentam transformar o passado de pequenos atos em fatos históricos dotados de significados históricos e capazes de lhe conferirem uma identidade e um lugar na História. São, portanto, os pequenos agricultores que ao chegarem à região, atraídos pela imagem da “Terra da Promissão” e do “Eldorado” e pela promessa de lucros fáceis e rápidos, mas que tiveram suas trajetórias de vida marcadas por grandes dificuldades socioeconômicas que são designados aqui, como os pioneiros autênticos (ALMEIDA, 1995, p. 38).

Esta oposição entre “grandes pioneiros” e “pequenos pioneiros”, evidencia de um confronto ideológico, uma disputa entre a história dos vencedores e a dos vencidos.¹³

¹³ Há pioneiros vencedores: grandes fazendeiros, companhias imobiliárias, oportunistas que enriqueceram ilicitamente aplicando golpes de terras, especuladores e mesmo colonos que acumularam penosamente certo capital com seu trabalho. Há, porém, aqueles pioneiros que são vencidos: os incautos que se deixaram seduzir pelo otimismo da época e perderam suas economias adquirindo falsos títulos, e a grande massa de trabalhadores

Enquanto a historiografia tradicional destaca a ação dos que venceram, a fim de reforçar a ideia de que a região só trouxe prosperidade aos que nela investiram; alguns estudos mais recentes, geralmente influenciados pelo materialismo histórico-dialético, demonstram as consequências acarretadas pelo progresso, como o desmatamento e a exploração do trabalho.

Conforme Arias Neto (1998), não se trata de negar o desenvolvimento do norte do Paraná. Mas de perceber como as representações que buscaram legitimá-lo, atropelaram determinados atores deste crescimento. A presença de homens e mulheres, os quais atuaram na construção da região, foi dissimulada pelo ímpeto das imagens do progresso e suas memórias foram soterradas¹⁴ por cronistas, historiadores e cientistas sociais, cujos olhares estavam ofuscados pelo brilho da “Cidade de Ouro.”¹⁵

Não nos posicionamos a favor e nem contra os “grandes” e/ou “pequenos pioneiros”, porque, como já dizia Hobsbawm (1998), uma história das minorias não pode ser uma boa história.¹⁶ Procuramos evidenciar as contribuições dos pioneiros de modo geral, ao estudar a ação das companhias colonizadoras que efetivaram a ocupação capitalista da região e conceberam um discurso para legitimá-la; bem como o cotidiano dos pequenos agricultores e trabalhadores rurais, que lutaram para cultivar e/ou conquistar sua terra. Uma vez que, na década de 1940, Monbeig (1984) já demonstrava que a sociedade pioneira era hierárquica e desigual, que a ambição do enriquecimento rápido era o seu móvel. O geógrafo denomina pioneiro todos os agentes que participaram de sua edificação: grandes fazendeiros, grileiros, vendedores de terras (especuladores individuais ou companhias imobiliárias), colonos, meeiros, pequenos proprietários e assalariados.

Por outro lado, não podemos censurar por completo a historiografia tradicional. Na tentativa de recuperar a trajetória de pessoas comuns, nos deparamos com um grave problema. Se o documento é a base para o julgamento histórico (KARNAL; TATSCH, 2009), como estudar a história de vida daqueles que não deixaram uma escrita de si, um diário íntimo, uma

rurais duramente explorados (ARIAS NETO, 1998).

¹⁴ Alguns trabalhos que visam criticar o discurso oficial acabam por reforçar “por contraste” a mitologia do pioneirismo. Neste sentido, dizer que as memórias dos homens e mulheres que ajudaram a construir a região foram soterradas, como faz Arias Neto, é mais apropriado do que afirmar que os “verdadeiros desbravadores” não têm nome, nem memória, como alega Almeida. Haja vista que os pequenos agricultores não são propriamente “pioneiros sem memória”, e sim, detentores de uma “memória subalterna”.

¹⁵ Uma das alcunhas pela qual foi chamada a cidade de Londrina.

¹⁶ Os historiadores devem se posicionar a favor do universalismo, porque é a única condição necessária para o entendimento da história da humanidade, inclusive de qualquer fração específica desta. Pois todas as coletividades fazem parte de um mundo mais amplo e complexo. Portanto, não basta a história da identidade, destinadas apenas aos judeus, negros, mulheres, proletários ou homossexuais. Não pode ser uma boa história, embora seja confortadora aos que a praticam (HOBSBAWM, 1998).

correspondência ou uma autobiografia (CORBIN, 2005)? Como conhecer o cotidiano dos primeiros habitantes do norte do Paraná, se os colonos, pequenos proprietários e trabalhadores sem terra, eram pessoas de origem humilde e, na maioria das vezes, iletradas?¹⁷ Ao deixar uma memória de si, Braz Ponce Martins, migrante anônimo, pequeno proprietário de terras e cafeicultor, contribui para o enriquecimento da História Regional.

Portanto, é relevante ouvir as testemunhas dos processos, pois a história mostra cada vez com mais frequência não a vida dos heróis e das figuras públicas e sim a do homem comum (BORGES, 2004). A história pertence, sobretudo, àqueles que a viveram e cabe ao historiador torná-la inteligível a seus contemporâneos (ROUSSO, 2001). Porém, a crescente revalorização da memória, tanto na esfera individual como nas práticas sociais e no interior da historiografia, o “boom” atual da história oral, das biografias e autobiografias, convivem com um movimento inverso que aponta um descaso ou fragilidade teórica, pois se fala muito sobre memória histórica, mas pouquíssimo se reflete sobre ela (SEIXAS, 2004). O que torna necessário pontuar as relações entre a memória e a história.

1.2.3. As relações entre Memória e História

“A linha historiográfica que explora as relações entre memória e história rompe com uma visão determinista que limita a liberdade dos homens, coloca em evidência a construção dos atores, de sua própria identidade e reequaciona as relações entre passado e presente ao reconhecer claramente que aquele é construído segundo as necessidades destes”.

(FERREIRA, 2011, p. 177)

É deveras importante esclarecer as concepções teóricas que embasaram a utilização da narrativa autobiográfica como fonte principal de nossa dissertação. Como estamos analisando a memória de um indivíduo, é fundamental discutir as relações entre memória e história. Em primeiro lugar, elencamos suas semelhanças e diferenças; em segundo, justificamos a importância da memória como objeto da história e; por fim, apontamos suas fragilidades.

Segundo Chartier (2009), o conhecimento histórico é só uma das modalidades da

¹⁷ A maioria dos pesquisadores que trabalha com classes populares recorre à história serial e/ou à história oral. Ver: ALMEIDA, Ana Maria Chiarotti de. **Participação social dos operários de origem rural em uma área urbana: Londrina**. Curitiba: Grafipar, 1981. Um trabalho interessante que combina séries estatísticas com entrevistas centrando-se nos movimentos populacionais, principalmente nas migrações campo-cidade, ocorridas no norte do Paraná entre as décadas de 1940 e 1960.

relação das sociedades com o passado. A memória confere uma presença ao passado talvez mais poderosa. A memória está relacionada ao reconhecimento do passado, enquanto testemunho, em oposição à representação do passado pela história, baseada nos documentos. Para certificar a representação histórica do passado, o discurso histórico se apoia no testemunho da memória, que assegura a existência de um passado que foi e não é mais. Portanto, “a história [...] não diz respeito aos homens enquanto elementos vivos e depositários de lembranças do passado. Ela começa onde termina a tradição, momento em que se estende ou se decompõe a memória social” (BARROS, 1989, p.32).

Pierre Nora (1993) aprofunda a distinção entre o relato histórico e o discurso da memória. A história busca produzir um conhecimento racional, uma análise crítica por meio de uma exposição lógica dos acontecimentos. A memória é também uma construção do passado, mas pautada em emoções e vivências; ela é flexível, e os eventos são lembrados à luz da experiência subsequente e das necessidades do presente. De acordo com Ricoeur, a memória é mais do que um simples objeto da história, pois permanece como a guardiã de algo que efetivamente ocorreu e aproxima-se da história pela sua “ambição de veracidade” (apud SILVA, 2002). Assim, a memória possui uma vantagem em relação à história, que é o reconhecimento. A história não reconhece, reconstrói (RICOEUR, 2007).

Entretanto, para Rousso (2001), a questão ritual das diferenças entre história e memória parece ultrapassada. Em primeiro lugar, porque opor de um lado a reconstrução historiográfica do passado, com seus métodos, sua distância e pretensa cientificidade, e de outro, as reconstruções múltiplas feitas pelos indivíduos ou grupos, faz tão pouco sentido quanto opor o mito à realidade. O historiador tem a tarefa de estabelecer verdades históricas, com base em fontes de informação tão diversas quanto possível; é ilusão achar que é possível descrever ou explicar “o que realmente aconteceu”. Em segundo lugar, um indivíduo, quer fale espontaneamente de seu passado e de sua experiência (publicando, por exemplo, suas memórias), quer seja interrogado por um historiador, não falará senão do presente. Com as palavras de hoje, com sua sensibilidade do momento, mas tendo em mente tudo quanto possa saber sobre esse passado que pretende recuperar com sinceridade e veracidade.

Mas em que medida a experiência individual pode ser representativa? Até que ponto uma história de vida fornece informações sobre a história da sociedade? Vários autores consideram que as biografias de indivíduos comuns concentram todas as características do grupo e ilustram formas típicas de comportamento (ALBERTI, 2005). Isto se deve ao fato da

memória individual não estar isolada, fechada. Para evocar seu próprio passado, um homem tem a necessidade de apelar às lembranças dos outros, a pontos de referências que existem fora dele, na sociedade. A memória autobiográfica se apoia na memória coletiva¹⁸, pois toda a história de vida faz parte de uma história geral (HALBWACHS, 2004).

Quando nos indicam com precisão o caminho que tínhamos seguido, aquelas marcas sobressaem, nós as ligamos uma a outra, elas se aprofundam e se religam por elas mesmas. Elas já existiam, mas estavam mais marcadas na memória dos outros do que em nós mesmos. Sem dúvida nós reconstruímos, mas esta reconstrução se faz seguindo as linhas já marcadas e desenhadas por outras lembranças, nossas ou de outros (HALBWACHS, 2004, p.65).

As lembranças dos outros reforçam e completam a do indivíduo, na medida em que se relacionam com os eventos que constituem seu passado, visto que cada um é membro de vários grupos ao mesmo tempo, maiores e menores (HALBWACHS, 2004). Deste modo, os elementos constitutivos da memória são, em primeiro lugar, os acontecimentos vividos pessoalmente e, em segundo, os “vividos por tabela”, ou seja, pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. “São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou, mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não”. A identificação com este passado é tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada (POLLAK, 1992, p.201).

A memória pessoal transforma-se em fonte histórica justamente porque o indivíduo está impregnado de elementos que ultrapassam os limites de seu próprio corpo e que dizem respeito aos conteúdos comuns dos grupos ao qual pertence ou pertenceu. Neste sentido, um texto de memória autobiográfica é a forma singular mais acabada de uma memória coletiva (MALUF, 1995). Logo, não existe lembrança decorrente da imaginação pura e simples, ou de uma representação histórica exterior (HALBWACHS, 2004). Pois, como todas as atividades humanas, a memória é compartilhada, razão pela qual cada indivíduo tem algo a contribuir para a história social (PORTELLI, 2001).

Embora os críticos da memória coloquem-na como não confiável como fonte histórica,

¹⁸ O conceito de memória coletiva cunhado pelo sociólogo francês Maurice Halbwachs, na década de 1920, que parte de uma reflexão durkheimiana, para destacar a participação determinante do grupo social na reconstrução das lembranças, vem sendo questionado por pesquisadores como Pierre Nora, Michael Pollak, entre outros, por não incluir a esfera do “conflito”. Para Pollak (1992, p.204), “memória é um fenômeno construído social e individualmente [...]. Vale dizer que memória e identidade podem ser perfeitamente negociadas, e não são fenômenos que devam ser compreendidos como essências de uma pessoa ou de um grupo. Se é possível o confronto entre a memória individual e a memória dos outros, isso mostra que a memória e a identidade são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais”. Atualmente, o termo “memória social” é preferível ao de “memória coletiva”.

alegando ser distorcida pela deterioração física e nostalgia da velhice (THOMSON; FRISCH; HAMILTON, 2001), em seu estudo sobre memórias de velhos, Bosi (1994) demonstrou que é possível apreender uma história social bem desenvolvida nas lembranças de idosos. Quando deixam de serem membros ativos na sociedade, os idosos assumem a função própria de lembrar. E sua memória pessoal passa a ser uma memória social, familiar e grupal. Para Bosi (1994), a autobiografia, a narração da própria vida, constitui-se no testemunho mais eloquente dos modos que as pessoas têm de lembrar.

Com base nesta argumentação, podemos afirmar que as memórias de Braz Ponce Martins não são exclusivamente dele, mas remetem à comunidade a qual pertenceu. Suas lembranças são também as da sua família e amigos, revelando-nos a história de todo o grupo. E o fato de ter sido escrita por um idoso não desqualifica a autobiografia. Ao contrário, esta é um documento histórico porque fornece informações sobre os modos de vida dos primeiros habitantes do norte do Paraná, ainda que esta não fosse a intenção do autor.¹⁹

Em suma, a memória é um importante objeto de pesquisa histórica devido à sua função de manter vivos os acontecimentos passados. Todavia, a memória é suscetível aos esquecimentos,¹⁹ às manipulações e é carregada de subjetividade, uma vez que o tempo e as experiências podem modificar as lembranças dos indivíduos. Logo, as informações advindas da memória não são representações realistas do passado, mas construções individuais conforme a importância atribuída aos fatos narrados (PRIORI, 2010).

A memória introduz o passado no presente modificando-o, atualizando-o. Assim, a memória constrói o real, muito mais do que resgata ou descreve-o como “realmente aconteceu” (SEIXAS, 2004). Deste modo, o historiador precisa identificar os princípios de seleção e observar como variam de lugar para lugar, de um grupo para outro, e como mudam com o passar do tempo. As memórias são maleáveis e é necessário compreender como são concretizadas e por quem, assim como os limites desta maleabilidade (BURKE, 2000).

Bourdieu (2001) alerta que, ao expor suas memórias, o indivíduo seleciona certos acontecimentos significativos em detrimento de outros e estabelece entre eles conexões adequadas a fim de dar-lhes coerência, gerando sentidos a partir de uma retórica ordenadora da descontinuidade do real. Trata-se de um esforço de representação, de produção de si

¹⁹ Se falarmos de memória, não podemos deixar de mencionar seu anverso, o esquecimento. Segundo Ricoeur (2007), é como dano à confiabilidade da memória que o esquecimento é sentido. Dano, fraqueza, lacuna. Sob esse aspecto, a memória se define como luta contra o esquecimento. Lembrar é não esquecer. Todavia, é o esquecimento que torna possível a memória. Porque se uma lembrança volta é porque um dia havia sido perdida, se é reencontrada e reconhecida é porque sua imagem sobrevivera.

mesmo. É um discurso formulado com um determinado objetivo, num momento posterior e afastado da dinâmica dos acontecimentos. Com isso, as experiências de vida são submetidas a uma lógica discursiva que enfatiza a sucessão e a vinculação entre os acontecimentos, produzindo uma unidade coerente onde só existiriam fragmentos.

O conceito de “ilusão biográfica”, proposto por Bourdieu (2001), segundo o qual o indivíduo incorpora um sentido à sua trajetória, como se tudo já levasse a um fim predeterminado, é constatado na narrativa de Braz Ponce Martins. Ao eleger o café como eixo central da narrativa, Braz direciona sua trajetória, desde a história de seus pais, ao fim único e específico de se tornar proprietário de terras e cultivar a rubiácea. Para conceder este “sentido” à sua vida, vários aspectos são excluídos da autobiografia. Por exemplo, não obstante a cana-de-açúcar ocupasse a maior parte de sua propriedade,²⁰ no momento em que escreve suas memórias, este produto é mencionado em apenas um parágrafo no final do livro.

É possível observar esta seleção intencional empreendida pelo autor através de outro exemplo significativo: a pouca menção que ele faz à sua esposa. Detalhes da vida íntima do casal são completamente inexistentes. Braz cita a data do casamento e apenas comenta a rotina do trabalho no sítio e os cuidados dispensados aos filhos. O que não significa que ela não fosse importante para o autor. Ao contrário! Por intermédio da esposa, Mariana Gonçalves Martins, tivemos acesso à correspondência escrita por Braz, em 1959, período em que namoravam à distância, ele em Londrina e ela em Cambé. Na leitura das cartas, percebe-se o quanto Braz a amava, a saudade que nutria e os planos para passar o resto de sua vida ao seu lado. Portanto, caráter seletivo da narrativa é evidente, assim como é impossível lembrar-se de tudo, também é impossível narrar tudo (RICOEUR, 2007).

Concluimos que a memória é a estrutura mais ampla e abrangente, é o próprio cimento vida cotidiana. É, ao mesmo tempo, uma habilidade natural e uma construção social, uma atividade, um trabalho que dá sentido ao palco da vida. A memória não é um repositório passivo, mas ativo, atuante, um imenso produto cultural. A memória é o vínculo, material ou ideal, entre passado e presente que permite manter as identidades a despeito do fluxo do tempo, que permite somar os dias de modo significativo. É essencial tanto para indivíduos como para a sociedade ou para grupos dentro dela (GUARINELLO, 2004).

²⁰ Dos 65 alqueires que Braz possuía em 2004, 34 alqueires eram destinados à plantação de cana-de-açúcar e apenas 13 ao café. Atualmente a área destinada ao café é ainda menor, 11,5 alqueires enquanto a cana ocupa 36 alqueires (PONCE MARTINS, Gines. Entrevista concedida a Gelise Cristine Ponce Martins. Cianorte, 11 de junho de 2012).

1. 2.4. A autobiografia como fonte para a História

“Melhor que um modelo teórico, a autobiografia como testemunho [...] podia efetivamente revelar as realidades socioeconômicas de uma época, contribuir para apurar a descrição das categorias profissionais, informar sobre a vida cotidiana e os costumes”.
(LEVILLAIN, 1996, p.166-167)

Uma vez pontuada a relevância da memória e seu caráter seletivo, questionamos quais são os limites impostos pela utilização da memória individual como fonte de pesquisa no âmbito da história. Como se dá o processo de rememoração? Como estas reminiscências são representadas? Autobiografia é ficção ou documento? O que leva alguém a se autobiografar? Por que julga relevante seu próprio testemunho sobre o momento social que viveu?

Halbwachs observa que a rememoração ocorre juntamente com sua revisão. Porque não lembramos as imagens do passado como elas aconteceram, mas de acordo com as forças sociais que estão agindo sobre nós. Deste modo, a memória depende do poder social do grupo que a detém (apud FERREIRA, 2011). Bourdieu percebe que a unidade do “eu” é, na verdade, uma formidável abstração. A ilusão biográfica compreende a ideia de uma identidade coerente; de um todo, com projetos e intenções; de uma trajetória de acontecimentos sucessivos, onde se representa a vida como estrada, caminho, carreira, corrida, etc. Além disso, a ordem cronológica com que organizam biografias imprime uma lógica retrospectiva e prospectiva, preocupada em dar sentido à existência (apud ALBERTI, 2005).

Segundo Calligaris (1998), diários íntimos e autobiografias respondem a uma necessidade de confissão, justificação ou de invenção de um novo sentido. O indivíduo concebe sua vida não como uma confirmação de regras e dos legados da tradição, mas como uma aventura a ser inventada. Para Aguiar (1997), a autobiografia é reconstrução do passado a partir da perspectiva de alguém que considera sua história digna de registro e nunca olha para o ontem de modo descompromissado. Quem redige situa-se no presente e refere-se ao passado evocando, avaliando e analisando o que viveu. A propósito, como nos lembra Otávio Ianni, ninguém escreve suas memórias para falar mal de si mesmo (apud CUNHA, 2009).

A autobiografia se enquadra na categoria de história de vida, cuja única intermediação está no registro escrito (QUEIROZ, 1991). Portanto, é uma fonte literária. E, de acordo com

Velloso (1988), não se pode considerar a produção literária enquanto instância portadora ou refletora do mundo social. Esta concepção, de matriz positivista, é simplista porque considera que a única função da obra literária seria registrar os fatos. Ao passo que esta resulta de convicções, códigos e costumes sociais. Se porventura exprime a sociedade, também a modifica e até mesmo a nega. Se a literatura emerge de uma realidade histórica, isto não implica que deva ser sua fotografia.

Considerando o fator veracidade, poderíamos afirmar que “literatura não é documento; história é documento” (VELLOSO, 1988, p. 258). Mas, afinal, o que é documento? Segundo Karnal e Tatsch (2009), o documento é a base do julgamento histórico. Consiste em qualquer fonte sobre o passado, conservado por acidente ou deliberadamente, analisado a partir do presente e estabelecendo diálogos entre a subjetividade atual e a subjetividade pretérita. O documento histórico é um texto a meio caminho entre o arbítrio de um historiador e de uma sociedade e o seu próprio conteúdo. Não é tão “autônomo” como sonhavam os positivistas, nem tão “submisso” como defende parte do pós-estruturalismo.

Conforme Ferreira (2009), hoje a fonte literária é valorizada por sua riqueza de significados para o entendimento do universo cultural, dos valores sociais e das experiências subjetivas dos homens e mulheres no tempo. A literatura integra o repertório das fontes históricas graças à Nova História que passou a entender o documento em todas as suas formas, não como expressão de verdade e transparência e sim como um monumento.

O documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziu, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento que ele traz, deve ser em primeiro lugar analisados desmistificando-lhes o seu significado aparente. O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si própria (LE GOFF, 1992, p. 548).

Diante do exposto, conclui-se que a oposição objetividade x subjetividade resulta enganosa e não se pode incompatibilizar o discurso histórico e o discurso literário. A obra literária não se indispõe totalmente com a realidade objetiva e pode fornecer um retrato de uma época (VELLOSO, 1988). “Algumas obras literárias moldaram, mais poderosamente que os historiadores, as representações coletivas do passado” (CHARTIER, 2009, p. 25). A obra histórica também guarda certa dose de subjetividade. Como lembra Paul Veyne (1982), do mesmo modo que o romance, a história seleciona, simplifica e organiza o tempo. O

historiador se aproxima da ficção ao fazer com que um século caiba numa página. Em síntese, toda fonte histórica derivada da percepção humana é subjetiva (THOMPSON, 1992).

Em outras palavras, tanto a memória quanto a história revelam-se cada vez mais problemáticas; nem uma, nem outra parecem ser mais objetivas. Nos dois casos, o historiador deve levar em conta a seleção consciente ou inconsciente, a interpretação e a distorção condicionadas por grupos sociais. Lembrar o passado e escrever sobre ele não parecem mais atividades tão inocentes quanto outrora se julgava que fossem (BURKE, 2000).

Assim, a classificação tradicional das autobiografias como verdadeiras ou mentirosas foi gradualmente sendo substituída por uma abordagem mais sutil que leva em conta as convenções ou regras de autoapresentação em uma dada cultura, a percepção do “eu” em termos de certos papéis (o nobre honrado, a esposa virtuosa ou o artista inspirado), e a percepção das vidas em termos de certos enredos (a ascensão da miséria à riqueza, por exemplo, ou o arrependimento do pecador convertido) (BURKE, 2008).

É interessante notar que a autobiografia em questão encaixa-se na classificação proposta por Burke (2008). Braz se autoapresenta como o pioneiro desbravador e constrói o enredo de sua história de vida em termos da “ascensão da miséria à riqueza”. O autor procura demonstrar como a família de origem humilde, fugida da miséria na Espanha, consegue ascender socialmente no Brasil, ao adquirir terras. Sua trajetória é permeada pela ideia do enriquecimento alcançado mediante um grande esforço individual. Ao mencionar suas propriedades, Braz enfatiza que tudo partiu de apenas sete alqueires herdados de seu pai.

Mas como analisar uma autobiografia? No campo da história da memória, a função da testemunha não tem por que ser diferente daquela que lhe é atribuída na historiografia em geral, cabendo ter com ela as mesmas precauções (ROUSSO, 2001). Os historiadores devem estudar a memória como uma fonte histórica, elaborar uma crítica da confiabilidade da reminiscência, no teor da crítica tradicional dos documentos históricos. Pois, quando lemos narrativas de memórias, não lemos a própria memória, mas suas transformações através da escrita (BURKE, 2000). Assim, cabe à história, em razão de sua função crítica, remediar e corrigir as fragilidades e os abusos da memória (RICOEUR apud SILVA, 2002).

1.2.5. Análise crítica das memórias de Braz Ponce Martins: cotidiano e contexto histórico

“O documento histórico raramente é ‘dócil’, ‘aberto’ ou ‘fácil’.”

A leitura de uma história de vida não é uma tarefa simples. Necessita, em primeiro lugar, da delimitação de um problema de pesquisa, para que ofereça elementos necessários para a construção do contexto social ao qual se refere (SANTOS, 2005). Nossa problemática de pesquisa centra-se na compreensão das relações cotidianas de pessoas comuns, que participaram da colonização do norte Paraná, a partir da análise da autobiografia de Braz Ponce Martins, cuja intenção manifesta foi contar a história de uma família de cafeicultores. O que nos impele a justificar esta abordagem de pesquisa e esclarecer como o cotidiano vem sendo estudado pelos historiadores.

A ênfase concedida às práticas cotidianas, no estudo das memórias de Braz Ponce Martins, justifica-se diante do fato dos historiadores terem dedicado poucas reflexões ao tema do cotidiano e de seu lugar na História. “Há uma acusação forte de que o cotidiano sempre ficou à margem de concepções totalizantes que remetem a explicação da realidade social às estruturas que modelam e cristalizam a sociedade global” (CHIZZOTTI, 1992, p. 97).

Dentre a grande diversidade dos estudos que podem ser classificados como de História Cultural, incluem-se aqueles dedicados à chamada História da Vida Privada ou História do Cotidiano (GUARINELLO, 2004). A História do Cotidiano é uma corrente nascida na França, na década de 1960. Sua proposta é bem simples: enxergar a realidade sob a perspectiva das pessoas comuns e das práticas, hábitos e rituais que caracterizam o dia a dia delas, tirando o foco dos grandes nomes e acontecimentos políticos e econômicos e voltando-o para a riqueza que está próxima de todos, impregnada pela aparente banalidade do cotidiano. Investigar, por exemplo, como os cidadãos viviam, namoravam, noivavam e casavam, moravam, se divertiam, eram educados, nasciam e morriam (RAMALHO, 2002).

Com já foi discutido, de uns trinta anos para cá, ocorreu um deslocamento no uso do termo cultura pelos historiadores. Antes empregado para se referir à alta cultura, agora inclui a cultura cotidiana, ou seja, costumes, valores e modos de vida (BURKE, 2008). Neste sentido, nossa pesquisa se insere no âmbito da Nova História Cultural, porque esta recuperou a importância das experiências vividas, remetendo aos usos de novas fontes e metodologias históricas (SANTOS, 2005).

Estas novas abordagens e métodos libertaram os historiadores de preconceitos atávicos e abriram espaço para uma história microsocial do cotidiano. A percepção de processos

históricos diferentes, simultâneos, a relatividade das dimensões da história, do tempo linear, de noções como progresso e evolução, dos limites do conhecimento possível diversificam os focos de atenção dos historiadores, antes restritos ao processo de acumulação de riquezas, do poder e à história política institucional (DIAS, 1995).

Uma vez que nosso objeto de estudo é a vida cotidiana de uma comunidade de cafeicultores na qual o biografado inclui-se, é preciso definir o significado de cotidiano. De acordo com Priore (1997), o termo remete à vida privada e familiar, às atividades ligadas à manutenção dos laços sociais, ao trabalho doméstico e às práticas de consumo. Para Certeau (1994), o cotidiano é aquilo que nos é dado cada dia, ou que nos cabe em partilha, nos pressiona dia após dia, que nos prende intimamente, a partir do interior. É uma história a caminho de nós mesmos, quase em retirada, às vezes velada.

A história da vida cotidiana e da vida privada é, finalmente, a história dos pequenos prazeres, dos detalhes quase invisíveis, dos dramas abafados, do banal, do insignificante, das coisas deixadas de lado. Contudo, nesse inventário de aparentes miudezas, contém a imensidão e a complexidade através da qual a história se faz e se reconcilia consigo mesma (PRIORE, 1997). É a melhor forma de mostrar que a História é feita por todas as pessoas, em todos os momentos da vida – não apenas quando uns poucos participam de feitos extraordinários. Esse viés consolida o estudo dos grupos anônimos, iluminando aspectos da vida deles que até então não eram vistos (RAMALHO, 2002).

Segundo Guarinello (2004), o gênero remonta à velha “História antiquária” que competia com a História oficial em meados do século XIX. A História do Cotidiano apresentava-se como a história do banal, do corriqueiro, do dia a dia, da rotina. Um pedaço da vida em que nada aconteceria a não ser o absolutamente previsível. No entanto, dominaria nossas vidas no que teriam de mais íntimo, individual, privado. Uma História de viés antropológico, dos hábitos e costumes de diferentes povos: o morar, o dormir, o trabalhar, o comer, o amar, o divertir-se, o descansar e assim por diante.

Nos procedimentos típicos da velha antiquária, o cotidiano aparece quase como oposto da história, como o campo das estruturas permanentes, inconscientes, alienantes, quase naturais, sobre as quais as ações humanas são apenas banais, corriqueiras e sem efeito transformador. Privilegia a busca do anedótico, de dados dispersos agrupados numa tipologia da vida social adaptável a qualquer época, sociedade ou lugar. Surge como refúgio da história. Trata-se de uma história sem história. Uma História do não histórico (GUARINELLO, 2004).

Todavia, para Agnes Heller (1992), a vida cotidiana não está fora da história, mas no centro do acontecer histórico. A autora chama a atenção para as estruturas do cotidiano, que considera “o mundo das objetivações”, dentro do qual se dão as ações cotidianas: a linguagem, o sistema de hábitos e o uso dos objetos e que representam o espaço de socialização dos homens, sobre o qual se acumula a cultura humana.

A estrutura da vida cotidiana é constituída por uma relação entre particularidade e generalidade. As ações do cotidiano, ao assimilar o outro e o mundo, fazem emergir a vida dos indivíduos enquanto ser particular e ser genérico. Enquanto ser particular, o humano apresenta sua individualidade, unicidade e irrepetibilidade, baseadas na assimilação de uma dada realidade social. O particular relaciona-se então ao genérico, também contido em todo ser humano.²¹ Ao tomar uma atitude qualquer no dia a dia, não se leva à consciência os choques entre o particular e o genérico (LANA; FRANÇA, 2008).

As ações do cotidiano são automáticas, exigem procedimentos rápidos, não podem demandar “todas as energias em cada decisão” (HELLER, 1992, p. 25). Caso houvesse a reflexão sobre cada uma das ações mais comuns do cotidiano, não seria possível a execução das tarefas do dia a dia. As maneiras de agir do cotidiano são espontâneas, trazem um saber fazer já conhecido e, ao mesmo tempo, são únicas: “reagimos a situações singulares, respondemos à estímulos singulares e resolvemos problemas singulares. Para podermos reagir, temos de subsumir o singular, do modo mais rápido possível, sob alguma universalidade” (HELLER, 1992, p. 35).

Apesar desse fazer singular, a vida cotidiana seria da ordem da alienação. O trabalho de Heller, assentado em perspectiva marxista, mostra que a alienação surgiria do não reconhecimento da heterogeneidade da vida cotidiana. Interessa para a autora a possibilidade de elevação; a partir de ações singulares, o cotidiano abre-se à invenção e ao abandono da alienação (LANA; FRANÇA, 2008).

Uma das principais contribuições de Agnes Heller ao marxismo contemporâneo é, portanto, a colocação da temática do indivíduo no centro das reflexões. E o indivíduo a que se refere não é abstrato ou excepcional, mas sim o indivíduo voltado para as atividades necessárias à sua sobrevivência. Parte de seus escritos é dedicada à definição do conceito de “vida cotidiana em geral”, independente do modo de produção vigente. A vida cotidiana é a

²¹ Por exemplo, as pessoas trabalham – uma atividade do gênero humano –, mas com motivações particulares; têm sentimentos e paixões – manifestações humano-genéricas –, porém os manifestam de modo particular, referido ao eu e a serviço da satisfação de necessidades e da teleologia individuais (PATTO, 1993).

vida de todo homem, pois não há quem esteja fora dela, e do homem todo, na medida em que, nela, são postos em funcionamento todos os seus sentidos, as capacidades intelectuais e manipulativas, sentimentos e paixões, ideias e ideologias (PATTO, 1993, p.124-125).

Conforme Priore (1997), o estudo das formas da vida cotidiana faz parte da ciência histórica desde que esta teve como preocupação retratar o itinerário e o progresso da civilização. Logo, os problemas colocados pelo cotidiano não são menores e a história não é produto exclusivo dos grandes acontecimentos, já que ela se constrói no dia a dia de discretos atores que são a maioria. Contrariamente às aparências, cotidiano e história não são noções contraditórias; resta analisar de que modo se operam as relações entre ambos.

Seguindo a linha proposta por Guarinello (2004), entendemos o cotidiano como uma instância temporal. Embora os historiadores aproximem cotidiano e longa duração, como o tempo do não acontecimento, só é possível superar a falsa dicotomia entre cotidiano e história se pensarmos o cotidiano não como tipos específicos de ação ou como uma dimensão particular das interações humanas, mas como tempo plenamente histórico, no sentido de ser tanto o tempo do “acontecimento” quanto do “não acontecimento”. Na origem latina, “quot dies” é, ao mesmo tempo, um dia e todos os dias. Engloba tanto o instantâneo como o duradouro, o incisivo e transformador e o repetitivo.

O cotidiano tem dois sentidos temporais complementares. É o que acontece em um dado dia, num tempo brevíssimo, uma efeméride, e o que acontece todos os dias, num tempo potencialmente longo. Como se manifestam os grandes eventos, as grandes causas senão no dia, a cada dia, num dado dia? Não são eles também cotidianos? Não se produz a própria mudança no dia a dia, por meio de ações concretas, miúdas, que se somam até tomar a forma de acontecimentos? Pequenas e grandes ações, o banal e o excepcional, a repetição e o único, a inércia e a transformação não existem em planos separados da existência, mas convivem, concretizam-se, no mesmo tempo, que é o cotidiano (GUARINELLO, 2004).

Uma vez superada a dicotomia entre cotidiano e história, buscamos compreender o significado das práticas cotidianas, termo tomado de empréstimo de Michel de Certeau. O que os sociólogos chamavam de comportamento, Certeau preferiu chamar de práticas. Ele analisou práticas cotidianas, como fazer compras, caminhar pela vizinhança, arrumar a mobília, ver televisão. Uma razão para Certeau se referir às práticas, e não ao comportamento, era fazer com que os leitores levassem as pessoas sobre as quais escrevia tão a sério quanto elas mereciam. Ao criticar a noção de “habitus” proposta por Bourdieu, Certeau contradiz a

ideia de que as pessoas comuns não têm consciência do que fazem (BURKE, 2008).

Certeau nos mostra que o homem comum inventa o cotidiano com mil maneiras de “caça não autorizada”, escapando silenciosamente a essa conformação. Essa invenção do cotidiano se dá graças ao que ele chama de “artes de fazer”, “astúcias sutis”, “táticas de resistência” que vão alterando os objetos e os códigos, e estabelecendo uma (re)apropriação do espaço e do uso ao jeito de cada um. Ele acredita nas possibilidades de a multidão anônima abrir o próprio caminho no uso dos produtos impostos pelas políticas culturais, numa liberdade em que cada um procura viver, do melhor modo possível, a ordem social e a violência das coisas (DURAN, 2007).

Para reconhecer de que maneira os atores sociais dão sentido às suas práticas cotidianas, recorreremos à Chartier (2009). Para o autor, é preciso eleger como objeto a tensão entre as capacidades inventivas e as restrições e convenções, ou seja, a posição que os atores ocupam nas relações de dominação, que limitam seu pensamento e ação. Nesta perspectiva, consideramos que os atores sociais analisados – a comunidade de cafeicultores participantes da colonização do norte do Paraná – não obstante possuísem liberdade inventiva e adaptassem suas práticas às suas necessidades cotidianas, estavam subjugados às relações de poder. Assim, suas ações eram limitadas pelo grupo dominante, onde se incluíam o Estado, as companhias colonizadoras, as leis de mercado e os grandes proprietários de terra.

Com relação à capacidade criativa dos atores sociais em questão, citamos o seguinte exemplo. Na época da Segunda Guerra Mundial, foi estabelecido o racionamento de alimentos. A comunidade que estudamos encontrou uma saída para a falta de suprimentos: o escambo. Braz levava o melaço produzido no sítio de sua família para a escola e trocava pelo pão, milho e outros alimentos trazidos por seus colegas. E o querosene, um dos produtos racionados, foi substituído pelo óleo de mamona.

Por outro lado, sabemos que a produção de café que sustentava esta família e a economia paranaense no período, não dependia apenas das ações de seus produtores. Durante a Segunda Guerra, os mercados europeus se fecharam para o café, impondo sérias restrições ao seu comércio. Outras dificuldades se seguiram, como secas e geadas, acarretando a diminuição da produção cafeeira. Após a guerra, graças à diminuição do produto, os preços subiram. E o governo passou a investir na racionalização e no aumento da produção do café. Em suma, embora concordemos que os indivíduos influenciam o curso da história, não podemos deixar de considerar as forças conjunturais e estruturais.

Partindo do pressuposto de que as memórias de Braz Ponce Martins deixam transparecer o cotidiano de sua família e, conseqüentemente, da comunidade a qual pertencia, citamos os aspectos rotineiros destacados na pesquisa: hábitos alimentares (culinária espanhola; alimentos locais); moradias (“catrana” de árvores, ranchos de palmito, casas de madeira em chão batido); trabalho no campo (cafeicultura, agricultura de subsistência, criação de animais) e na cidade (comércio ambulante, carregamento de bagagens, serviços gerais, auxiliar de escritório, representação de vendas); religiosidade (procissões, promessas, curandeirismo); participação política (eleições, comícios, ideologia); ensino e artes (educação formal; desenho, artesanato); comemorações e lazer (casamentos, natais, festas juninas, carnavais, cinema, passeios); enfim, os sonhos (que motivaram as constantes migrações: deslocamentos de um país para o outro, entre estados diferentes, do campo para a cidade).

Procuramos adotar a perspectiva de Ferraço (2003), segundo a qual devemos assumir os sujeitos cotidianos não só como sujeitos da pesquisa, mas, também, como nossos autores, reconhecidos, do mesmo modo como assumimos Lefebvre, Giard, Ginzburg, Certeau... Ou seja, os discursos elaborados e compartilhados por esses sujeitos cotidianos precisam ser pensados não como citações e/ou exemplos dos discursos dos autores que estudamos nas academias, mas como discursos tão necessários, legítimos e importantes quanto estes. Assim, não se trata de usar fragmentos, trechos, das falas desses sujeitos apenas como ilustrações.

Em segundo lugar, é imprescindível reconstruir o contexto em que age o indivíduo (LEVI, 2001). Pois, até a mais subjetiva das fontes, tais como uma história de vida individual, podem sofrer uma crítica, por cruzamento de informações obtidas a partir de fontes diferentes (POLLAK, 1992). Partindo deste pressuposto, dedicamos boa parte da dissertação a confrontar os dados obtidos na autobiografia com a bibliografia sobre os assuntos suscitados – imigração espanhola para o Brasil; expansão da cafeicultura do oeste paulista para o norte e oeste paranaenses; colonização do norte do Paraná – a fim de contextualizar a narrativa.

Concluimos que devemos entender o contexto de criação das memórias, as razões pelas quais as pessoas apresentam suas lembranças de forma específica, a relação entre a memória individual e coletiva e a pluralidade de memórias acerca de um mesmo acontecimento. Em síntese, ao trabalhar com recordações do passado, o historiador deve ter certos cuidados metodológicos: problematizar, contextualizar e comparar seu objeto. A partir desta análise crítica, é possível construir o conhecimento histórico (PRIORI, 2010).

II. HISTÓRIA DAS ORIGENS E DA INFÂNCIA DE BRAZ PONCE MARTINS: O COTIDIANO DOS IMIGRANTES ESPANHÓIS NA CAFEICULTURA PAULISTA (1897-1938)

“A história que estou acabando de narrar devo muito a ela e a fabulosa memória de nossa querida e inesquecível mãe, que costumava contar muita coisa a respeito dela própria e de sua família da remota Espanha” (PONCE MARTINS, 2003, p. 116).

Com a finalidade de avaliar o processo migratório em que se insere a família de Braz Ponce Martins, remontamos às condições da Europa e da América, no século XIX e início do XX. Neste capítulo, distinguimos as principais ondas migratórias (antes de 1880, 1880-1930 e pós 1950), os tipos de imigração (subsidiada ou não, individual ou familiar, permanente ou com retorno). Destacamos os motivos que levaram os espanhóis a imigrarem (pobreza, crises na agricultura, necessidade de trabalho, sonho de obter terras na América), de onde partiam e onde se estabeleciam; a política do governo brasileiro para atrair os trabalhadores europeus; e os sistemas de trabalho (parceria e colonato).

Enfatizamos como se dava o acesso à propriedade de terras, recorrendo a um debate historiográfico acerca da mobilidade social dos espanhóis, se conseguiram se tornar pequenos proprietários ou não; e se foram assimilados pela sociedade brasileira ou preservaram sua identidade. Por fim, selecionamos as narrativas das origens de Braz Ponce Martins, onde ele reconstrói o passado da família, a partir dos documentos que possui sobre seu pai e das histórias que sua mãe contava; e as memórias da infância, referentes ao cotidiano de uma colônia espanhola, do interior de São Paulo.



Figura 5: família Ponce em 1921. Fonte: Arquivos pessoais de Braz Ponce Martins.

2.1. As causas da imigração espanhola

Inúmeros teóricos e pesquisadores de diferentes áreas do saber têm se debruçado sobre o tema das identidades e culturas migrantes. O mesmo se dá na historiografia, pois a História é também a história das migrações. Desde épocas mais remotas, os povos deslocam-se de um lado para o outro do planeta, em busca de lugares mais seguros para se instalar, em razão de alguma catástrofe da natureza ou por terem sido suas terras conquistadas por outros povos. A partir dos séculos XIX e XX, os movimentos migratórios se intensificaram e ganharam novas feições, devido às guerras, os conflitos internos e as crises econômicas (SOARES, 2008).

A maioria dos espanhóis veio para o Brasil no período conhecido como de imigração em massa, que se estendeu de 1880 a 1930. De 1877 a 1930, adentraram no Brasil 3.797.611 estrangeiros. Enquanto que, no período anterior, de 1808 até 1876, somente 350.177 e no posterior, de 1931 a 1963, entraram 1.106.404 (LEVY, 1974). Antes de 1880, a imigração espanhola não havia alcançado dados significativos, porque o Brasil não era o país de destino escolhido pela maioria, que preferia imigrar para a Argentina, Cuba ou outros países latinos, devido a vários fatores, como a afinidade linguística (GONZALEZ MARTÍNEZ, 2000).

A corrente da emigração espanhola que se encaminhou ao Estado de São Paulo para engrossar a mão de obra destinada ao café, que se expandia para oeste, apresentou caráter tardio²² em relação às demais. Iniciou-se no final do século XIX e sua principal proveniência foi a Andaluzia, no sul da Espanha, principalmente as províncias costeiras, a região do Levante, no mediterrâneo oriental e no interior da Extremadura (CÁNOVAS, 2005).

Neste período, o sul da Espanha estava condicionado à miséria e estagnação, devido ao fato de as estruturas sociais permanecerem arraigadas aos imensos latifúndios à custa da expropriação de populações inteiras. As técnicas agrícolas obsoletas condenaram a economia espanhola a conviver com crises de alimentação, além da pressão demográfica²³ aliada à lentidão do ritmo de crescimento industrial (D'ÁVILA, 2004). As causas que condicionaram as grandes correntes migratórias merecem serem examinadas com atenção:

Diante da magnitude do fenômeno, especulava-se quanto às prováveis causas do

²² O caráter tardio deste deslocamento pode estar associado às “golondrinas” (andorinhas): movimentos sazonais para a Argélia, com saídas nos meses de abril/maio e retorno em junho/junho, garantidos pela proximidade geográfica e a certeza de encontrar trabalho (CÁNOVAS, 2005).

²³ A superpopulação é apontada como uma das causas da imigração por vários estudiosos, pois a Espanha contava com mais de 18 milhões de habitantes, no início do século XX. Entretanto, Cánovas (2005) avalia as particularidades regionais, apontando que entre 1857 e 1920, o crescimento populacional chegou a ser negativo em algumas províncias. Seria o caso de Almería, que apresentou declínio populacional, devido ao êxodo rural, associado à industrialização.

derramamento populacional, atribuindo-a ora às más colheitas, às inundações, ora às guerras coloniais²⁴, ao caciquismo²⁵, ao direito hereditário de propriedade, ao latifúndio, ao minifúndio, à superpopulação, à miséria, à desmoralização da sociedade. Ora, até mesmo ao espírito de aventura do povo. [...] Miséria. Fome. Falta de trabalho, fome de terra. Para as pessoas que iam na emigração a única saída, era a realidade, não a retórica (CÁNOVAS, 2005, p.46-47).

Vários pesquisadores concordam que a principal causa da imigração é a pobreza. A região mais assolada pela fome foi a Andaluzia, no sul da Espanha, principalmente as províncias de Almería, Granada, Jaen, Málaga, Murcia, Badajoz e Cáceres. A crise na agricultura era provocada por fatores naturais, como epidemias, secas e chuvas de granizo; ou por problemas como a adversidade na estrutura da propriedade e organização do trabalho (GONZÁLES MARTÍNEZ, 2000).

O setor agrário da Espanha correspondia a dois terços da economia nacional. Na virada do século XIX para o XX, instalara-se um quadro de contradições que alimentava sérios desequilíbrios, entre os distintos setores sociais e as várias regiões. Ao lado de setores produtivos, agrários e industriais, identificados a uma nascente burguesia, havia extensas áreas improdutivas resultantes da desapropriação de latifúndios pertencentes à Igreja Católica (“desamortización”). Como também, vastas propriedades confiscadas, embora herdadas legitimamente (“manos muertas”). No Antigo Regime, os camponeses tinham acesso à terra pelo sistema de campos abertos. Essa economia de subsistência foi vencida pelas diversas apropriações dos bens comunais realizadas pelos grandes proprietários, os únicos a quem as desamortizações propiciaram a expansão dos latifúndios (CÁNOVAS, 2005).

Os andaluzes correspondiam à maioria dos que se declaravam agricultores, dirigiam-se às fazendas de café paulistas, em núcleos familiares, através de Gibraltar. Os imigrantes espanhóis que iam para outros estados estabeleciam-se em grandes capitais e trabalhavam preferencialmente em setores do comércio. Esta consistia numa imigração individual, não participante da política de subsídio, onde prevaleciam homens solteiros. Representavam cerca de 70% dos espanhóis vindos ao Brasil, geralmente oriundos da Galícia, uma região pobre

²⁴ No final do século XIX, a Espanha perdeu o litoral restante de suas possessões coloniais na América (com exceção da Guiné Equatorial). Fato que impulsionou o êxodo ultramarino, devido ao receio das pessoas de serem enviadas ou ter algum filho convocado para a Guerra de Cuba, que havia sido ocupada pelos Estados Unidos (CÁNOVAS, 2005).

²⁵ Nas pequenas cidades e “pueblos” (povoados), era o mandatário local, denominado “cacique”, quem exercia o controle das listas de votos. Onipotentes em praticamente toda a Espanha designavam os prefeitos, controlavam os chefes locais e os funcionários públicos, exercendo todo tipo de irregularidade (usurpavam os impostos recolhidos, isentavam a si mesmo e aos seus amigos de pagá-los, ocupavam terrenos comunais, invadiam terras de terceiros, desviavam canais de irrigação, dentre outras condutas abusivas). Na Andaluzia, o caciquismo mantinha relações com banditismo. Matadores eram contratados a fim de eliminar quem enfrentasse os caciques (CÁNOVAS, 2005).

localizada no norte da Espanha (GONZÁLES MARTÍNEZ, 2000). Portanto, os imigrantes espanhóis podem ser divididos em dois grupos: os provenientes do norte, que imigravam individualmente e costumavam retornar; e os dos sul, fugitivos da miséria do campo, que imigravam definitivamente com a família (MARTINS, 1989).

Entre os anos de 1930 e 1945, verificou-se uma queda acentuada na entrada de espanhóis no Brasil, devido à crise mundial, à Guerra Civil Espanhola e à Segunda Guerra Mundial (AGUIAR, 1991). Após 1950, retomou-se o impulso imigratório, mas em quantidades reduzidas. Os espanhóis que chegam a partir desta data constituem-se em mão de obra qualificada para a incipiente indústria brasileira (GONZÁLES MARTINEZ, 2000).

Grande parte dos espanhóis que chegavam ao Brasil vinha de portos estrangeiros e viajavam em navios italianos, franceses e alemães.²⁶ O tráfego mais intenso ocorria nos portos de Leixões²⁷ e Gibraltar; inclusive, neste último, havia uma agência de recrutamento de imigrantes. Por estar próxima ao porto de Gibraltar, a região da Andaluzia era a mais afetada (GONZALES MARTÍNEZ, 2000). Gibraltar, uma colônia inglesa, era o porto preferido pelas companhias de transporte, visto que não sofria a tutela das autoridades espanholas. Era por onde embarcavam, clandestinamente, muitos que não podiam fazê-lo de maneira legal; devido ao tempo despendido para cumprir as exigências burocráticas e a falta de recursos para arcar com a documentação necessária, além da deserção militar. As pessoas amontoavam-se à espera dos navios de terceira classe (CÁNOVAS, 2005).

Os emigrantes saídos de portos estrangeiros não constavam nas estatísticas oficiais espanholas. O total emigrado no período entre 1882 e 1930, de acordo com as séries espanholas seria de 1.042.775. Enquanto que, os números apresentados pelos países de destino são de 3.297.312 espanhóis emigrados apenas para a América (do total, apenas 2,49% vieram para o Brasil, ao passo que 48,36% foram para a Argentina) (CÁNOVAS, 2005). O recrutamento era realizado pelos “ganchos”,²⁸ emissários enviados às províncias, com o objetivo de oferecer as passagens gratuitas. Os interioranos viajavam de trem e eram alojados em albergues. Após dias de caminhada chegavam ao porto, onde eram registrados como moradores da região e passavam a esperar por um navio (GONZALES MARTÍNEZ, 2000).

²⁶ www.memorialdoimigrante.sp.gov.br/Espanhol.html. Data de acesso: agosto de 2004.

²⁷ O Porto de Leixões é o maior porto artificial de Portugal, construído em fins do século XIX, situa-se a 2,5 milhas a norte da foz do rio Douro, no concelho de Matosinhos, perto da cidade do Porto.

²⁸ Eram agentes da imigração contratados pelas companhias de navegação ou pelos próprios países receptores, que também facilitavam a obtenção de documentação aos emigrantes e até sua falsificação. Atuavam como “ganchos” desde secretários das prefeituras e juizados locais, farmacêuticos, comerciantes e até párocos, ou qualquer indivíduo que fosse bem relacionado. Muitos eram proprietários de pensões próximas ao porto de embarque (VIVES, VEJA & OYAMBURU, 1992 apud CÁNOVAS, 2005).

Madrugada fria de 1895. Um rumor de vozes que indicavam que Murtas, pequeno povoado do encravado na Serra de La Alpujarra, província de Granada, despertara mais cedo. Denso nevoeiro transformava tudo em vultos. Pelas trilhas tortuosas, que terminam na cidade, chegam mais famílias camponesas. [...] O destino de todos é o porto de Gibraltar. [...] Até lá são 100, 200 e para alguns, mais de 300 quilômetros de viagem, dias a pé, dias de trem, conforme a origem dos imigrantes (OLIVEIRA, 2002, p.15-17).

Além das peculiaridades regionais²⁹ e da decisão pessoal do emigrante, vários fatores pesaram na emigração espanhola, de caráter quase peninsular, dirigida não só para a América, como também para outros países da Europa. Entre estes, Cánovas (2005) destaca: as conexões portuárias, os subsídios concedidos pelos países receptores, as cartas de chamada de parentes e amigos já emigrados e estabelecidos, bem como a acirrada propaganda realizada pelos “ganchos”, que criava expectativas nem sempre realizáveis.

Em suma, o fenômeno migratório internacional obedecia a fatores de expulsão e atração. Nos séculos XIX e XX, os fatores de expulsão consistiam na mudança do direito sobre a terra, suscitada pela variação da produtividade das colheitas, em resposta ao crescimento populacional. E a possibilidade de obter terra na América era o maior fator de atração para os imigrantes. Na Europa, a terra era cara e a mão de obra abundante; na América, a terra abundante e a mão de obra escassa (KLEIN, 2000). Portanto, a imigração tem motivações de natureza econômica: a necessidade do trabalho e da permanência (AGUIAR, 1991).

Conforme Cánovas (2005), os espanhóis emigrados eram pequenos proprietários depauperados, advindos de zonas minifundiárias. Visto que o jornaleiro (trabalhador contratado por temporada) vivia numa extrema penúria, o que inviabilizava qualquer iniciativa, ainda que pudesse contar como o beneplácito da passagem. Alguns destes camponeses comercializavam o excedente de sua produção e outros subsistiam ao lado do latifundiário, através do “arriendo” (arrendamento) e da parceria. Embora possuidoras de alguma terra, essas famílias optaram pela emigração; o que demonstra as dificuldades de se obter meios de sobrevivência e a falta de perspectivas de melhoria nas condições de vida.

A revolução liberal ocorrida na Andaluzia, na Extremadura e na Região do Levante, resultou na aceleração do processo de apropriação privada e submeteu a economia de subsistência do camponês a um processo de mercantilização. O pequeno proprietário começou a ser expropriado por impostos, empréstimos e aumento abusivo dos preços. Para garantir sua

²⁹ Entre as variáveis locais específicas, Cánovas (2005) aponta a filoxera, praga oriunda da França, que devastou os vinhedos da Andaluzia, provocando a ruína de camponeses em Almería, Granada, Málaga e Cádiz. Em Almería, à crise vitivinícola deve-se associar o esgotamento das jazidas de chumbo.

sobrevivência, passou a oferecer seus serviços como jornaleiros nos grandes latifúndios produtivos. Ou desfez-se de alguns bens (propriedade, terras, animais), amealhando o montante necessário para emigrar (CÁNOVAS, 2005).

Juntamente com a escassez de terras e a falta de empregos na Europa, há a falta de perspectivas e a dificuldade de ascensão social e econômica. O imigrante buscava preencher um vazio existencial que lhe corroía a alma e assombrava a vida. Diante do exposto, talvez o imigrante estivesse angustiado e sem possibilidade de realizar seu projeto de vida na Europa. O Atlântico emergia como possibilidade de realização de seus ideais (D'ÁVILA, 2004, p. 112).

2.2. As políticas migratórias brasileiras e os sistemas de trabalho

No Brasil, a partir da vinda da Corte de D. João VI, em 1808, iniciou-se uma política de colonização que visava recorrer aos imigrantes europeus para povoar áreas desocupadas com pequenas propriedades policultoras, com base no trabalho familiar (PETRONE, 1984). Até 1850, privilegiando-se camponeses da Europa central, foram fundados diversos núcleos coloniais, com o objetivo de resolver o problema da produção de gêneros alimentícios no país, principalmente nas províncias meridionais: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Esta política sofreu feroz oposição dos cafeicultores paulistas (NADALIN, 2000).

A abolição do tráfico de escravos coincidiu com a expansão do café no oeste paulista, devido ao declínio da produção no vale do Paraíba. E alguns fazendeiros começaram a fazer experiências com o trabalho livre, recorrendo ao imigrante (STOLCKE, 1986). Pela lei n.º 31 de sete de maio de 1856, o presidente da província ficava autorizado a garantir na Europa a responsabilidade dos fazendeiros, pela importância das despesas que fizessem com o transporte dos colonos que recrutassem (KLEIN, 1994).

Em 1886, foi criada a Sociedade Promotora de Imigração, constituída por fazendeiros de São Paulo, com o objetivo de centralizar os serviços referentes à imigração, imprimindo-lhe a agilidade que a expansão dos cafezais exigia. Sua área de atuação referia-se ao programa de arregimentação de imigrantes no exterior, através de panfletos de propaganda, gerenciamento dos contratos com companhias de navegação para o traslado dos imigrantes e administração da Hospedaria local. Esta situação se prolongou até a imigração tornar-se assunto do governo federal, no período republicano. Os imigrantes desembarcados eram alojados gratuitamente na Hospedaria, cabendo à província arcar com as despesas de passagem. A esse sistema, denominou-se imigração subsidiada. O subsídio era restrito aos imigrantes que fossem agricultores e viessem constituídos em família, já que se acreditava

que estas garantiriam a fixação do trabalhador nas fazendas de café ³⁰ (CÁNOVAS, 2005).

O trabalho imigrante se iniciou com o sistema de parceria, ³¹ forma padronizada de divisão da colheita. Os fazendeiros pagavam as despesas de transporte da Europa para São Paulo e adiantavam fundos até que colhessem alimentos nos lotes de terra que lhe cabiam. E esperavam que os imigrantes os reembolsassem por todas as despesas (HOLLOWAY, 1984). Esta dívida inicial anulava o incentivo da remuneração em forma de uma proporção da produção, fazendo com que os imigrantes voltassem toda sua atenção às suas próprias lavouras de subsistência e não ao café (STOLCKE, 1986).

A parceria havia sido adotada nas fazendas do oeste antigo, em regiões próximas à Campinas. Uma das causas de seu fracasso relaciona-se ao fato de que a venda da safra do café era dividida numa base percentual, sistema pelo qual o colono também era dependente das condições do mercado e da taxa cambial. Após 1860, algumas fazendas começam a pagar uma cota fixa por unidade de volume de café colhido, delineando-se um sistema por empreitada (CÁNOVAS, 2005). O sistema de parceria foi abandonado na época da abolição da escravidão. De fins da década de 1880 até 1930, o contrato de colono foi estabelecido como forma de organização do trabalho nas fazendas de café (HOLLOWAY, 1984).

O colonato caracterizava-se pela combinação de um pagamento fixo pelo trato do cafezal, um pagamento proporcional pela quantidade de café colhido e produção direta de alimentos como meios de vida e como excedentes comercializáveis pelo próprio trabalhador ³² (MARTINS, 2004). Alimentos como o milho, feijão e arroz eram plantados entre as ruas de café (agricultura intercalar) e o colono poderia ganhar um pagamento extra, trabalhando como assalariado na própria fazenda ou em outra vizinha. Também tinha direito à moradia, à horta e a alguns animais (MARTINS, 1989).

Apesar da pouca diversificação a que estava sujeita a alimentação da família colona e dos transtornos que a mudança de hábitos alimentares pudesse acarretar ao imigrante, num primeiro momento, a alimentação do colono era razoável e farta [...] o colonato criara, portanto, para as famílias a fartura de alimentos e ao mesmo tempo, a pobreza material (BASSANEZZI, 1975, p.289).

³⁰ Facilmente estas exigências eram burladas. No caso espanhol, incluía-se até constituição de famílias fictícias com documentação falsificada (CÁNOVAS, 2005).

³¹ Entre os pioneiros deste sistema, destacou-se a figura do senador Vergueiro que a partir de 1840, antes da cessação do tráfico de escravos, começou a atrair imigrantes para sua fazenda de café, Ibicaba, na região de Limeira, no oeste paulista. Os resultados vantajosos obtidos nos primeiros tempos encorajaram outros fazendeiros a contratar também colonos de parceria, muitos intermediados pela firma Vergueiro e Cia. Porém, graças à insurreição dos colonos em Ibicaba, em 1857, liderada pelo suíço Tomaz Davatz, o sistema de parceria perdeu o prestígio. Os colonos se sentiram equiparados à condição de escravos e os proprietários, burlados em seus interesses (COSTA, 2007).

³² A prerrogativa de plantar mantimentos e obter receita com sua comercialização eram de vital importância para os colonos, no afã de amedrontar poupança que possibilitasse a aquisição de uma propriedade (CÁNOVAS, 2005).

As relações de trabalho e modalidades de contrato praticadas no início do século XX incluíam o trato (cultivo ou carpa) e a colheita, que caracterizavam o contrato de colono e a formação que era ajustada pelo contrato de formador.³³ Para reduzir as incertezas dos rendimentos do trabalhador, suscetíveis à geadas, secas ou à natureza do café, muitas fazendas separavam a cota da colheita do pagamento anual pelo trato.³⁴ Essa modalidade é considerada a etapa final da evolução da parceria para o colonato. Os contratos de trabalho foram objeto de litígios frequentes. As queixas dos colonos giravam em torno da falta de pagamentos devidos, multas (sob alegação de indolência), dispensas, retenção de mudança, descontos indevidos, maus-tratos, má interpretação de contratos, exigências de contrato escrito. Estas reclamações eram encaminhadas ao Consulado ou ao Patronato Agrícola (CÁNOVAS, 2005).

2.3. O acesso do imigrante espanhol à propriedade de terras

“O emigrante espanhol [...] tinha aspirações e objetivos comuns: buscava melhores condições de vida para si e para sua família. A concretização destes ideais, nos planos de todos, incluía necessariamente a conquista do próprio pedaço de terra”.
(CÁNOVAS, 2005, p. 122)

O imigrante que conseguiu adquirir terra, geralmente uma pequena porção, e nela se estabeleceu com sua família, em condições subumanas, foi designado como pequeno proprietário. Inicialmente, trabalhou em regime familiar, superando as adversidades locais e dificuldades operacionais, já que esta aquisição era sem qualquer benfeitoria, ou seja, “puro mato”. “Fomos morar debaixo de uma árvore, até construir a casa [...], demorou dois meses [...] nós tinha cuidado com os bichos, botava fogo aí [...]. A casa era de madeira, de pau a pique. [...] O córrego não tinha água, nós fazia poço”.³⁵ Passada esta fase, o imigrante iniciava

³³ O trato do cafezal era acertado por um ano. O salário dependia do número de cafeeiros sob os cuidados da família, chamado de talhão. Metade da receita monetária provinha desta fonte de renda. Pela colheita, a família do colono recebia pagamento previamente acertado, que flutuava de ano para ano, dependendo da média de produção por pé de café, que era mais alta em áreas novas. Esta é uma das razões que impelia o colono para as regiões de fronteira. Conhecida pelos colonos como empreita, o contrato de formador tinha duração de quatro a seis anos. Consistia na abertura de novos cafezais em terra virgem, após a derrubada do mato, limpeza e queima, praticada pelos camaradas (trabalhadores brasileiros); incluía cuidar das plantas jovens, replantando as mudas que não vingassem e manter limpas as ruas de café. O colono deveria também arrumar cercas, cuidar do pasto e construir sua própria moradia. Esta era a modalidade preferida, dada a possibilidade de conciliar as culturas intercalares (CÁNOVAS, 2005).

³⁴ Que incluía a limpeza dos cafezais, que deveriam ser carpidos ao menos quatro vezes por ano e a substituição dos pés em mau estado (CÁNOVAS, 2005).

³⁵ Fragmento do depoimento de Dona Teodora Dias, então com 75 anos, colhido por Cánovas, em 1981.

a formação de cafezais, reproduzindo com seus colonos, as mesmas modalidades de trabalho com eles experimentadas (CÁNOVAS, 2005, p. 254-255).

Há um debate sobre a mobilidade social dos colonos imigrantes (STOLCKE, 1986). Conforme Cánovas (2005), esta é uma das questões mais controvertidas da historiografia, que atribui o acesso à propriedade como único fator de ascensão social. De um lado, temos os pesquisadores que afirmam que o nível de renda e as condições de vida dos colonos eram de penúria extrema, razão pela qual muitos fugiam das fazendas. De outro, estão os estudiosos que defendem que as condições de trabalho eram razoáveis e a prova é que uma parte significativa dos colonos conseguiu amealhar algum pecúlio que lhe proporcionou a compra de uma pequena propriedade.³⁶

Segundo José de Souza Martins (1989), graças à imigração tardia³⁷ o espanhol se fixou nas regiões novas de café, onde as terras eram mais caras, o que contribuiu para que poucos deles se tornassem proprietários. E, mesmo depois da crise do café,³⁸ que destruiu o sistema latifundiário (quando empresas capitalistas faziam propaganda de terras ao imigrante com tamanho e preço acessível), em raros casos o espanhol teve acesso a terra. Os poucos que conseguiram adquirir seu pedaço de chão possuíam propriedades menores que a dos demais imigrantes (MARTINS, 1989). Pois, de acordo com dados de 1920, as propriedades espanholas possuíam um tamanho médio de 59 hectares; as dos portugueses, 113 hectares; dos italianos, 78 e dos japoneses, 82 hectares (KLEIN, 1994).

Logo, era mais fácil economizar o dinheiro necessário para repatriação do que a quantia maior exigida para a compra de uma propriedade familiar (STOLCKE, 1986). Segundo Martins (1989), a imigração espanhola foi, caracteristicamente, imigração de mão de obra, pouco diversificada e pouco qualificada. O imigrante chegou numa época de poucas oportunidades, e ele próprio era dos menos preparados para aproveitá-los, caso existissem. O que leva o autor a concluir que os espanhóis deste período estão entre os mais pobres e os de

³⁶ Segundo Cánovas (2005), entre os defensores do sistema, destacam-se Thomas Holloway e Maurício Fonte. A ala crítica, mais extensa, conta com Michael Hall, Warren Dean, Verena Stolcke e José de Souza Martins.

³⁷ A imigração espanhola apresenta caráter tardio, visto que os espanhóis chegaram em maior número após 1905. Deste modo, não substituíram a mão de obra escrava, e sim, os imigrantes italianos (GONZÁLES MARTÍNEZ, 2000). Isto se deu porque, após o decreto de Prinetti, os italianos foram proibidos de imigrar com passagem subsidiada, por causa das denúncias de maus-tratos, divulgadas pela imprensa europeia. Em 1911, o governo espanhol promulgou o Real Decreto, com a mesma proibição. Porém, se os italianos deixaram de imigrar, com os espanhóis ocorreu o efeito inverso, pois entre 1910 e 1914, registra-se o maior número de imigrantes espanhóis adentrados no Brasil: 143.485 indivíduos (MARTINS, 1989).

³⁸ A depressão internacional de 1929 atingiu o Brasil no momento de uma grande safra. Sendo impossível vender os imensos estoques acumulados de café, nem manter o programa de sustentação de preços, adotado desde o início do século XX. O governo federal passou a incinerar o café excedente a fim de reter a queda dos preços. Os pequenos proprietários saíram-se melhor da crise, porque podiam se sustentar com a venda de gêneros alimentícios cultivados intercaladamente (STOLCKE, 1986).

menor mobilidade social. Aliás, para Martins (2004), a ascensão pelo trabalho é um mito, uma vez que todo imigrante que enriqueceu no Brasil chegou com algum capital.³⁹

Holloway (1984), com base em dados estatísticos, demonstra como os estrangeiros, dentre os quais espanhóis, adquiriram inúmeras propriedades em São Paulo, a partir da década de 1930. Porque durante a crise do café, muitas fazendas foram desmembradas e seus lotes vendidos a imigrantes. Por outro lado, D'Ávila afirma que a maioria dos imigrantes espanhóis, em Bauru, conseguiu ascender socialmente, passando do sistema de colonato para o de pequenos proprietários rurais, antes de 1930. Porém, devido à crise, a zona rural se desagregou, as pequenas propriedades foram vendidas e os imigrantes se mudaram para a cidade. “Em 1929, com a crise do café, todos tiveram que deixar a fazenda Val de Palmas e como estava sendo loteada em Bauru, a Vila Seabra, aqueles que tinham um dinheirinho para comprar um terreno, compraram na Vila Seabra”⁴⁰ (D'ÁVILA, 2004, p. 143).

Cánovas mostra como as famílias de seus entrevistados (moradores de uma colônia espanhola, a Villa Novaes, próxima a Catanduva) adquiriram terras em meados da década de 1910, período em que estas estavam bastante valorizadas. Em média, estas propriedades tinham de 5 a 40 alqueires.⁴¹ Cánovas encontrou registros de propriedades pertencentes a espanhóis datadas de 1905 e 1906, provavelmente adquiridas devido à crise de superprodução cafeeira de 1902 e 1903, que levou ao retalhamento das grandes propriedades em glebas vendidas a preços mais acessíveis.⁴² A compra de terras pelos espanhóis de Villa Novaes levava cerca de seis anos, “[...] desde que não houvesse contratempos, após a passagem pelas fazendas, esses imigrantes acabavam acumulando algum pecúlio” (CÁNOVAS, 2005, p. 191).

Klein (1994) afirma que um número significativo de colonos conseguiu economizar para comprar terras, tornando-se pequenos proprietários. Principalmente as terras marginais ou nas regiões de fronteira aberta. E vai mais longe, alegando que o valor das fazendas dos espanhóis era maior do que o de qualquer outro grupo, inclusive italianos e japoneses.

A maioria dos imigrantes só podia contar com a mão de obra da família, portanto,

³⁹ Martins (2004) cita o caso da família Matarazzo, cujo pai era nobre e o filho aristocrata e que ainda recebia dinheiro do governo italiano, que visava manter a lealdade de seus súditos ricos no Brasil.

⁴⁰ Trecho do depoimento de Geraldo Gusmão D'Ávila, em entrevista realizada em abril de 2000, por Rosemeire Pereira D'Ávila. Tiveram acesso à vila mediante o loteamento feito pelo coronel Manoel Alves Seabra.

⁴¹ Raras propriedades tinham tamanho superior a 100 alqueires. Cánovas (2005) cita dois casos de imigrantes espanhóis detentores de áreas de grande porte: Valdomiro & Irmão, com 100 alqueires e Vasquez & Irmão, com 300 alqueires.

⁴² Também existiam outros motivos de venda destas terras. Os imigrantes entrevistados por Cánovas (2001) relataram que, os brasileiros possuíam grandes lotes e iam vendendo até ficarem sem nada. Os espanhóis descrevem-no com certo desprezo, acusando-os de serem indolentes, por não cultivarem suas terras. Em geral, viviam da caça e de uma horta nos fundos do casebre.

quando conseguia adquirir terras para a formação de um sítio, o capital fora amealhado com poucos recursos à custa de anos de privação e economias. A maior parte dos pioneiros trabalhou como colonos nas grandes fazendas das velhas regiões. Os salários não foram tão elevados a ponto de permitir que fizessem grandes economias. A extrema economia e o trabalho excedente que se estendiam a toda a família, fez com que muitos imigrantes conseguissem atingir um determinado montante em dinheiro para a compra de um sítio (D'ÁVILA, 2004, p. 122-123).

Nos anos de 1920, as terras do oeste novo sofreram uma grande valorização, devido à construção das estradas de ferro, o que diminuiu a incidência de aquisição de propriedades na região, fazendo com que os imigrantes se deslocassem para a zona noroeste (CÁNOVAS, 2005). [...] “em carros de boi e dormindo sob céus estrelados sobre um areal branco, para cá vieram muitos imigrantes” (D'ÁVILA, 2004, p. 81), atraídos pela fertilidade destas terras de fronteira, ainda inexploradas. As áreas novas eram preferidas por espanhóis e japoneses, ao passo que os italianos preferiam as velhas zonas dos latifúndios ou os centros urbanos. Mas o acesso à propriedade foi difícil. A aquisição ocorria após dez anos de trabalho nas lavouras de café. E somente na terceira geração obtinha-se uma melhoria nas condições de vida.

A partir das explanações de Cánovas (2005), pode-se concluir que a afirmação corrente de que a aquisição de terras por parte dos espanhóis foi menor em comparação com a de italianos, devido ao caráter tardio de sua imigração, é bastante relativa. Se estas afirmações forem legítimas, todavia, a escassez de oportunidades não constituía obstáculo para esse imigrante, que teria demonstrado diante dos demais grupos, inclusive do italiano, um caráter mais diligente e um senso de oportunidade bastante apurado. O que se evidencia pela criatividade com que praticava toda sorte de transações, de acordo com o volume e a diversificação de negócios realizados por espanhóis, presentes na documentação cartorial analisada pela pesquisadora.

2.4. A identidade do imigrante espanhol: assimilação ou preservação dos costumes?

A identidade é construída valendo-se da história, geografia, biologia, instituições produtivas, memória coletiva, fantasias pessoais, dos aparelhos de poder e revelações de cunho religioso. Estes materiais são processados por indivíduos, grupos sociais e sociedades, que reorganizam seu significado em função de suas tendências sociais e projetos culturais, enraizados na estrutura social e em sua visão de tempo e espaço (CASTELLS, 2003).

De acordo com Ronsini (2004), o conceito de identidade coletiva é pouco desenvolvido nas Ciências Sociais. Há, entre os autores, uma oscilação entre falar de

identidades sociais e de identidades culturais ou simplesmente usar as noções gerais de cultura e de identidade. Uma relação provisória entre as noções sugere que a cultura organiza as identidades e as identidades organizam os significados. O vocábulo identidade é utilizado para nomear os processos simbólicos de pertencimento como cultura, nação, classe, grupo étnico ou gênero. Tais referenciais dizem respeito a aspectos objetivos como posição do sujeito na estrutura social e a aspectos subjetivos ou discursivos que os atores utilizam para incluírem-se/excluírem-se na estrutura social.

Em primeiro lugar, os processos sociais envolvidos na formação e manutenção da identidade são determinados pela estrutura social, de forma que quanto mais subalterno é o grupo, maior a dificuldade em legitimar ou expressar sua identidade. Em segundo, a identidade não pode ser definida em termos absolutos, mas pela relação contrastiva com outros grupos, a definição de um “nós” implica o contraste com “outros”. Em terceiro, ela é usada pelo grupo ou pelo indivíduo nas relações sociais de modo a preservar certos interesses em jogo. Em quarto lugar, envolve um conjunto de representações coletivas, ideologias e estigmas que são narrados e imaginados (RONSINI, 2004).

É possível traçar um paralelo entre as práticas migratórias e a questão da identidade. Compreendida como conjunto das expressões do movimento que animam as relações entre o homem, a sociedade e o espaço, a noção de mobilidade tornou-se uma ideia valorizadora com os filósofos do iluminismo, que investiram nas virtudes libertadoras da viagem. Desde então, essa noção passou a ser sinônimo de liberdade e de emancipação social. Definido em termos filosóficos, a mobilidade ou o nomadismo refere-se a uma prática geográfica de migração, mas também a alguma coisa de irredutível na identidade humana. Desenraizar-se é um ato revolucionário que confirma uma mudança identitária, isto é, aceitar desterritorializar-se, não interiorizar a ordem pretendida pelo Estado e consentir em tornar-se um fenômeno de margem, um “outsider” (RODRIGUES; KOHLER, 2008).

Portanto, a mobilidade renova a questão identitária, que não é um processo acabado, mas um devir que se opõe à identidade fixa da norma. O nomadismo significa ousar encarnar um novo esquema identitário. Trata-se de uma desterritorialização interior, geográfica, social ou cultural. Noção complexa para as ciências humanas, a mobilidade coloca a questão da relação com o mutável e com o espaço. Para Hardt e Negri, “é pela circulação humana que a humanidade se constitui” (apud RODRIGUES; KOHLER, 2008, p.15). O conceito de mobilidade permite considerar o homem e a sociedade realidades móveis expostas a incessantes transformações.

Segundo Martins (1989), comparado aos italianos e japoneses, que mantiveram sua identidade cultural, o espanhol foi, provavelmente, juntamente com o português, o imigrante mais facilmente assimilado:

O espanhol desapareceu na sociedade brasileira sem deixar sinal. Nem mesmo ficou a memória dessa diferença [...]. Não há estudos publicados sobre a imigração espanhola neste período. Também não há relatórios, crônicas de viagem de autoridades espanholas, escritores, jornalistas, missionários, como há em abundância em relação a outros grupos nacionais, particularmente o italiano, ricos em informações sobre as condições de vida dos imigrantes. Mesmo os jornais de língua espanhola trazem muito pouca informação sobre o imigrante espanhol no Brasil (MARTINS, 1989, p.12).

Para Cánovas (2001), os relatos dos imigrantes e de seus descendentes que habitavam a Villa Novaes, nos anos de 1980, deixaram transparecer um senso de identidade individual e grupal, bem como a imagem que o imigrante forjara de si mesmo; no processo de rememorar a vida em família, o trabalho, os hábitos e a alimentação. As histórias de cada família se entrecruzavam, tornavam-se paralelas, devido ao sentimento de unidade, de pertencimento ao grupo. Atitude que se constitui como recurso para o reconhecimento de sua identidade social.

Com relação à identidade, D'Ávila (2004) supõe que o imigrante estava dividido em dois, pois tinha a alma brasileira e espanhola. Era um estranho que vinha de fora, que pertencia a outro mundo social. Sua inserção na sociedade se fazia de maneira aviltante e excludente, visto que deveria assimilar um novo mundo e uma nova maneira de viver. Para Cánovas (2005), o imigrante se defrontava com sentimentos opostos de pertencimento/exclusão e de permanência/provisoriedade.

A homogeneidade da procedência geográfica, a inexistência de uma rede escolar e o isolamento ajudaram a determinar o caráter da identidade. Ainda que os imigrantes ignorassem o que acontecia no Brasil, sempre estavam a par do que ocorria na Espanha, através de jornais e cartas de parentes. Não havia um corte com o país de origem, o que influenciava o sentir, o pensar, o falar e o agir deste imigrante. Logo, o processo de assimilação do espanhol, principalmente com relação ao idioma, não significou a perda da identidade nacional. No plano dos costumes, hábitos e da vida social, a manutenção da cultura de origem manteve-se por muito tempo. D'Ávila, (2004) cita alguns exemplos, como as touradas, realizadas em Bauru por vários anos e a Vila Seabra, que constituía um enclave étnico dos espanhóis.

Aliás, nem mesmo o idioma era tão facilmente assimilável. Pois, Cánovas percebeu que muitos dos habitantes de Villa Novaes falavam um dialeto do sul da Espanha, o que

tornou difícil o entendimento.⁴³ A maioria não era nem sequer naturalizada e havia criado uma fala peculiar, que não era nem o português, nem o espanhol. “Mas um português espanholado ou um espanhol aportuguesado por elementos locais. De qualquer modo, todos eles conservavam um acento marcadamente espanhol, observado na forma de narrar e na construção dos períodos e frases” (CÁNOVAS, 2001, p. 15).

Os casamentos também surgiam como padrões de resistência dos imigrantes espanhóis. Existia uma persistência de padrões étnicos no processo de seleção de cônjuges e formação de famílias (D’ÁVILA, 2004). Nas relações maritais, os espanhóis tenderam a ser endogâmicos, numa proporção superior aos dos outros imigrantes (CÁNOVAS, 2005). “No caso dos espanhóis [...] tanto homens quanto mulheres casavam-se dentro do seu grupo étnico com a mesma frequência: 62% dos homens casavam-se com espanholas e 69% das mulheres com espanhóis” (KLEIN, 1994, p. 82).

Outros fatores de preservação dos costumes eram a culinária, a religiosidade e os ideais políticos. Segundo as entrevistas realizadas por Cánovas (2005), os espanhóis de Villa Novaes viam os hábitos alimentares brasileiros com muita reserva. E não dissimulavam a depreciação aos costumes nativos à mesa. Em geral, reclamavam do arroz, feijão, mandioca, carne seca, mamão, abóbora e da pinga brasileira. Porque estavam acostumados ao presunto, pernil de porco, azeitonas, pera, figo, maçã, pão de primeira e ao vinho da Espanha. Berlini (1999) constata o mesmo em Bauru, ao entrevistar Joaquina S.T.:

[...] demorou pra mim acostumar com a comida daqui, porque no Brasil é arroz e feijão que se come. A minha mãe preservou um pouco a comida da Espanha: a paeja, a miga, o grão de bico, o gaspacho, a carne de porco, agora carne de vaca a gente não era acostumado. Minha mãe morreu fazendo comida espanhola (BERLINI, 1999, p.94).

A religiosidade também era um elemento integrante da identidade do imigrante espanhol. Segundo Cánovas (2001), o catolicismo facilitou a aceitação do espanhol na sociedade brasileira, em detrimento de grupos de outras religiões. Com relação a este aspecto, é preciso ressaltar que o catolicismo brasileiro popular em muito difere do catolicismo romano tradicional. Visto que é fruto de um sincretismo entre o catolicismo ibérico⁴⁴, que

⁴³ O senhor Ildefonso Blasques, entrevistado por Cánovas, em 1981, alega que seus pais e sua esposa nunca aprenderam a falar português. Seus filhos aprenderam o espanhol desde pequenos e este era o único idioma falado em casa.

⁴⁴ “Os contatos de raça e cultura, apenas dificultados, nunca, porém impedidos pelos antagonismos de religião, foram em Portugal os mais livres entre os elementos os mais diversos”. Na Antiguidade, quando a Península foi invadida pelos romanos, apesar da resistência nativa, inaugurou-se um período de latinização da Ibéria. Tratou-se de um domínio econômico e político, que se fez acompanhar sobre a cultura moral e sobre a antropologia

veio ao Brasil com os colonizadores portugueses⁴⁵; as tradições religiosas indígenas que existiam no território; e as religiões africanas que aqui criaram suas raízes (PASSOS, 2011).

Para Serrano,⁴⁶ os jesuítas representaram a presença do catolicismo romano na colonização do Brasil, ao combater as “religiões selvagens e bárbaras” e criticar a ação dos padres seculares, que representavam o “clero ibérico na colônia”. Os quais “pouco se dedicavam à pregação doutrinal”, porém facilmente entregues às “festas de santos e padroeiros”, “aos panegíricos hiperbólicos”, “às liturgias festivas e estéticas” e, não raras vezes, nada tinham em comum como o catolicismo oficial e tridentino. Com a expulsão dos jesuítas, o sertão se viu abandonado “aos impulsos bárbaros” e o catolicismo romano perdeu sua força diante do “catolicismo ibérico e rural” (SILVA, 2009).

Na visão de Serrano, o Brasil católico-romano corria o risco da descaracterização diante das “crendices populares e religiões inferiores” trazida pelos africanos ou cultivada pelos silvícolas. Apesar da semente deixada pelos jesuítas do catolicismo romano suportar a aridez do Império, a má formação do clero secular deixava à nação entregue ao “catolicismo popular”, “inculto”, “estético”, “festivo”, “irracional” (SILVA, 2009). É esse catolicismo popular, cujos ritos eram praticados na Península Ibérica desde a Idade Média, que foi professado no Brasil pelos imigrantes espanhóis.

Entre os imigrantes, havia a exploração dos mecanismos de preservação das solidariedades e identidades étnicas. Em nível de grupo étnico primário, a atenção centrou-se na instituição informal, na cadeia migratória e sobre as instituições formais, como as associações de ajuda mútua e os jornais. “As associações criadas pelos espanhóis constituíram um de seus maiores rastros culturais na América Latina. Em 1933, a estimativa era de duas

ibérica. À conquista dos romanos sucederam-se as invasões de alanos, de vândalos, de suevos e, estabeleceu-se, depois o domínio visigótico. Dominação de três séculos que não destruiu a influência da colonização romana, antes se acomodou em linhas gerais de sua estrutura latina e imperial. Com a relação à religião, foram os invasores que abandonaram a doutrina ariana para adotar o credo católico dos bispos hispânicos. Ao direito escrito dos romanos e o de costumes dos bárbaros prevaleceu o direito canônico, dando aos bispos autoridade de decidirem em causas civis. Assim, a Igreja ganhou nas Espanhas prestígio superior ao dos reis, juízes e barões. A dualidade na cultura e no caráter dos portugueses acentuaram-se sob o domínio mouro. Uma vez vencido os maometanos vindos da África, persistiu sua influência através de uma série de efeitos da ação e do trabalho dos escravos sobre os senhores. “Indicada a possibilidade de ter sido de origem africana o fundo considerado indígena da população peninsular. De modo que ao invadirem a Península, árabes, mouros, berberes, muçulmanos foram-se assenhoreando de região já amaciada pelo sangue e pela sua cultura” (FREYRE, 2011, p.282-285). Diante da assertiva de Gilberto Freyre, percebe-se que embora o catolicismo tenha prevalecido em Portugal, acabou por ser influenciado por costumes dos bárbaros e mouros.

⁴⁵ A Igreja Católica já estava organizada antes mesmo da formação, no século XII, da monarquia portuguesa através da guerra de reconquista contra os mouros. O catolicismo era a ideologia oficial do estado português e o sistema básico de crenças do povo. Na expansão ultramarina portuguesa a presença militante dos membros do clero católico fazia parte constitutiva do universo simbólico e ideológico da empreitada. Por um lado, a missão comercial e conquistadora e por outro, a missão messiânica e salvadora de almas (SOUZA FILHO, 2008).

⁴⁶ Jonathas Arcanjo da Silveira Serrano (1885-1944): intelectual e militante católico, que pensava a identidade nacional a partir da marca do catolicismo (SILVA, 2009).

mil unidades e os afiliados mais de um milhão” (D’ÁVILA, 2004, p. 154-155).

Mantidas através da contribuição mensal dos sócios, de doações e das campanhas de arrecadação de fundos, essas associações representavam uma garantia de assistência médica em um momento que o trabalhador não contava com qualquer legislação social e dependia do amparo providencial e da caridade individual ou pública. Ligavam-se à tradição cultural europeia, no que se refere ao mutualismo – uma das primeiras tendências organizadas pelo movimento operário internacional – originária dos antigos laços de solidariedade familiar ou das associações por ofícios, retomadas pelos imigrantes de modo a enfrentar as dificuldades trazidas pela miséria e pelo desemprego (ANTONACCI; MACIEL, 1997).

A colônia espanhola em São Paulo participou da fundação e manutenção de Associações de Socorros Mútuos, de interesses culturais e assistenciais, traduzindo suas lutas e espírito combativo para sobreviverem e manterem seus laços de tradição. Até meados da década de 1910, já haviam se organizado cerca de treze sociedades que ofereciam auxílios em caso de morte e doenças, instrução, lazer, repatriação, entre outras. Como a “Sociedade Española de Socorros Mutuos” (1898), a “Liga Española de Defensa Mutua” (1903) e a “Sociedade de Beneficencia Hespânica” (1910). Até 1930, registram-se 41 associações espanholas em São Paulo (ANTONACCI; MACIEL, 1997).

Por detrás da criação das associações e entidades beneficentes espanholas, vislumbra-se ao lado de indivíduos de aparente isenção ideológica, ou contrários a qualquer manifestação desta natureza que os pudesse comprometer, outros claramente envolvidos com a militância. Muitos destes vinculavam-se de alguma forma à imprensa, como gráficos, tipógrafos, jornalistas ou linotipistas. Os gráficos, geralmente ex-sindicalistas europeus, alguns refugiados, deportados ou foragidos, aqui aportavam trazendo ideias libertárias, especialmente nos países de menor concentração industrial, caso da Espanha. Tiveram grande influência no movimento operário, além da proporção de seu número, compondo um significativo segmento da liderança socialista e anarquista⁴⁷ (CÁNOVAS, 2007, p. 405-406).

A primeira fase do movimento operário brasileiro recebeu de herança toda a experiência do proletariado europeu.⁴⁸ Com a expansão da onda imigratória, os estrangeiros

⁴⁷ Apesar das correntes migratórias obedecerem rigorosamente às motivações de natureza econômica, fugas de perseguição provocada por fatores de ordem política, também adentram os motivos do ato imigratório, embora não sejam típicos (AGUIAR, 1991).

⁴⁸ Os imigrantes italianos, portugueses e espanhóis formaram a maioria da liderança do primeiro movimento operário brasileiro, no período de 1890 até 1920. Os imigrantes dominavam os sindicatos mais poderosos e mais influentes da capital federal, incluindo os sindicatos dos trabalhadores em construção civil, o Centro Cosmopolita e a organização dos trabalhadores de hotéis, bares e restaurantes. Esses sindicatos, cujos membros provinham principalmente de Portugal e Espanha, estavam à testa do movimento operário em sua fase mais

tiveram papel ativo no trabalho agrícola e urbano. Ideologias e formas de organização foram trazidas nas “malas” dos imigrantes, que defendiam diversos modelos de socialismo, organizavam-se em sindicatos de auxílio mútuo e outros, desencadeavam greves e publicavam jornais que circulam pelos estados, em língua alemã, italiana, espanhola. Em resumo, os núcleos de ação mais dinâmicos do avanço operário até a década de 1920, centravam-se na organização de jornais, na militância individual⁴⁹ e na fundação de sindicatos (CARONE, 1989).

É significativa a presença e atuação de espanhóis nas redações de periódicos de diferentes tendências.⁵⁰ Um número infinito de pequenos jornais e revistas, todos efêmeros, expressões individuais ou de pequenos grupos anarquistas, anarcossindicalistas, tolstoianos, socialistas reformistas, georgistas, etc. A circulação e a venda das publicações eram precárias, daí sua pouca difusão, que em geral não ia além de uma área geográfica restrita. Mas obtiveram resultados satisfatórios, tornando-se veículos de informações. Mesmo com a falta de recursos individuais, havia uma insistência contínua na concretização de novos jornais que substituíssem os que deixaram de existir (CARONE, 1989).

As intenções desses jornais podem ser explicadas pelo sentimento generalizado de abandono dos imigrantes, distantes da pátria e esquecidos pelos diplomatas espanhóis que evitavam vir ao país. E o grande número de folhas, pelo caráter fugaz e descontínuo desta imprensa, que dependia de doações, assinantes e patrocínios para se manter. A grande variedade de periódicos pode ser creditada ao fato de que os espanhóis engrossaram em número considerável a categoria dos trabalhadores gráficos, facilitando a fundação de folhas e a intensa colaboração na imprensa libertária (ANTONACCI; MACIEL, 1997). Também é preciso considerar que os jornais estavam sujeitos às repressões, empastelamentos, apreensões

ativa, 1917 a 1920, liderando greves e ajudando a organizar os trabalhadores deslocados de seus sindicatos (MARAN, 1979).

⁴⁹ Sobre a militância individual dos imigrantes espanhóis, ver: PONCE MARTINS, Gelise Cristine. O imigrante espanhol e o movimento operário brasileiro: 1890-1920. **Revista Eletrônica História e-História**, São Paulo, UNICAMP, março, 2010. Disponível em: <http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=alunos&id=267>

⁵⁰ Como “A Terra Livre” (fundado em 1905 por Manuel Moscoso); “O Libertário”; “O Socialista” (órgão do Centro Socialista de São Paulo); “El Grito del Pueblo” (fundado por Valentim Diego e Everardo Dias); “Na Barricada” (dirigido por Manuel de Campos em 1915 e 1916); “O Trabalhador Gráfico” (onde colaborou Isidoro Diego); “La Voz de España” (mantido pela colônia e dirigido por José Eiras Garcia); “Tribuna de España” (dos jornalistas Antonio Dias e Manuel Rodrigues); “El Progreso” (editado pelo Centro Republicano Espanhol e dirigido por Andréas Ortega) (ANTONACCI; MACIEL, 1997); “La Rebelión” (editado em 1913, por Florentino de Carvalho); “O Livre Pensador” (Everardo Dias, 1903); “O Jornal Operário” (Isidoro Diego, 1905); “Luta Proletária” (Isidoro Diego, 1906); “A Revolta” (Florentino de Carvalho, 1911); “Germinal” (Florentino de Carvalho, 1913), “O Livre Pensamento” (Everardo Dias, 1915); dentre outros (CÁNOVAS, 2007). “El Diario Español” apesar de não ser suspeito de professar ideias socialistas ou anarquistas, descrevia com duros adjetivos as condições dos operários (GONZÁLEZ MARTINEZ, 2000). Originário da fusão de “La Voz de España” (1899) e “La Tribuna Española”, neste também colaboravam dois “jornalistas operários”, Antonio Dias e Manuel Rodrigues e era dirigido Eiras Garcia (CÁNOVAS, 2007).

que se davam com violência, destruição do maquinário e prisões (CÁNOVAS, 2007).

No entanto, é preciso ressaltar que apesar dos imigrantes terem praticamente criado o movimento operário brasileiro e constituírem grande parte de sua militância, o imigrante médio teve pouco contato com o trabalho organizado em sua própria terra natal e, no Brasil, relutava em participar do movimento que poderia lhe causar a perda do emprego, prisão e deportação (MARAN, 1979).

Embora a primeira geração de imigrantes tenha procurado conservar a tradição paterna, os hábitos locais foram sendo progressivamente incorporados pelas gerações seguintes (CÁNOVAS, 2005). Isto porque as mudanças na posição social dos imigrantes determinaram rupturas em seu universo cultural, favorecendo a emergência de novas identidades. Na segunda geração, ainda que os filhos recuperem suas raízes culturais, eles não viveram a experiência dos pais na sociedade de origem, ou das migrações, apenas a recuperaram simbolicamente (D'ÁVILA, 2004).

Portanto, é notória a distinção entre o imigrante nativo e seus descendentes. No primeiro caso, as manifestações pautaram-se por alusões críticas à sociedade de adoção – à alimentação, ao sistema de trabalho, à naturalização. Em contrapartida, seus filhos, através dos quais sobreviveram muitos traços da cultura de origem, expressavam-se com mais flexibilidade, quando referidos às mesmas questões (CÁNOVAS, 2005).

Concluimos que os traços da identidade mantiveram-se no idioma do imigrante, que por anos continuava falando a língua espanhola, principalmente no reduto familiar; na alimentação, ao conservar os pratos típicos de sua terra natal, devido à difícil aceitação da culinária brasileira; e na preservação dos ideais políticos, como o anarquismo⁵¹ (D'ÁVILA, 2004). Traços que não se diluíram, nem foram sobrepostos por uma nova realidade social:

Julgamos que o modo de ser e de viver do imigrante espanhol não se diluiu na rapidez dos *fast-food*, nem nas superficialidades das relações e tradições; estão apenas submersos, esperando um resgate que ultrapasse o ir e vir que dividem povos e nações. Nas entrelinhas de suas histórias de vida e de seus cotidianos, vimos os rastros desses primeiros imigrantes em cada descendente da primeira geração [...]. Há ainda um pouco da Espanha na individualidade de cada um desses descendentes

2.5. As memórias de Braz Ponce Martins e o cotidiano na cafeicultura paulista

O imigrante, raríssimas oportunidades teve de ocupar a “tribuna da História” (uma

⁵¹ A partir de 1890, o anarquismo conseguiu considerável penetração em algumas regiões espanholas. Este se cindiu em tendências, dentre as quais, o anarcossindicalismo, que acreditava ser o sindicato o único meio de revolução social. Esta foi a corrente que mais se desenvolveu em São Paulo, com intensa atuação, constituiu-se na espinha dorsal da liderança militante até os anos iniciais da década de 1920 (CÁNOVAS, 2007).

vez que, viciosamente, a “memória nacional” caracteriza-se pela preponderância de informações contidas em papéis burocráticos recolhidos em arquivos públicos), e de depor sobre si mesmo ou sobre as situações que viveu, para permitir aos pósteros uma reconstituição mais rica do passado (MARTINS, 1973, p. 42-43).

Como o estudo autobiográfico de indivíduos é de grande interesse, porque reflete a vida cotidiana do imigrante e abre novos campos historiográficos (NARANJO OROVIO; GONZÁLEZ MARTÍNEZ, 1984), analisamos a parte inicial da autobiografia de Braz Ponce Martins, com a finalidade de compreender o cotidiano de sua família e comunidade, constituída por imigrantes espanhóis e seus descendentes, que viviam da cafeicultura, no interior paulista, entre 1897 e 1938.

A família assume para o imigrante, quer sob o regime do colonato, quer sob sua propriedade rural, uma importância fundamental. E isso porque representa o eixo em torno do qual orbitava o cotidiano da vida, todos os interesses e projetos, visto que a própria decisão de imigrar envolvia a participação e anuência de toda a família. Geralmente, a composição da família imigrante era nuclear, formada pelo casal com filhos⁵² (CÁNOVAS, 2005).



Figura 6: Família Ponce, em 1933. Fonte: PONCE MARTINS, 2003, p.9.

Mas o que é, enfim, uma família? Segundo Pesavento (2008), para além dos conceitos da sociologia ou das leis biológicas da hereditariedade, é uma história de laços, fios e nós que se fazem entre os indivíduos, ao longo do tempo, como que formando um tecido ou uma malha. Famílias possuem histórias, porque nesta ampla teia que se estende pelo passado, as

⁵² É sabida a participação dos filhos, muitas vezes pequenos, no trabalho na cafeicultura. Braz conta que, em 1935, quando ainda não ia à escola, era responsável por “pajear” seu sobrinho. Quando a irmã e o cunhado iam para o cafezal, levavam uma rede que era amarrada entre dois pés de café, improvisando um berço (PONCE MARTINS, 2003).

raízes são muitas e as trajetórias se cruzam, não somente pelos caprichos da História, com “H maiúsculo”. Histórias, portanto, é o que pode ser dado a ver como herança e que, lembrado, dá margem à existência de uma memória, se transmitida e partilhada. Memórias do privado, por certo, mas que, lidas na sua historicidade, podem dar a ver o social. Memórias culturais, pois pensam o indivíduo integrado socialmente a um contexto.

Portanto, contar uma história, sobretudo a familiar, é transmitir uma mensagem, referida à individualidade da memória afetiva de cada família e à memória da sociedade mais ampla, expressando a importância e permanência do valor desta instituição (HALBWACHS, 2004). A importância do grupo familiar como referência fundamental para a reconstrução do passado advém do fato de a família ser, ao mesmo tempo, o objeto das recordações dos indivíduos e o espaço em que essas recordações podem ser avivadas (BARROS, 1989).

A família de Braz Ponce Martins veio para o Brasil no contexto da imigração em massa (1880-1930), fuga da miséria do campo. Seus pais, provenientes da Andaluzia, no sul da Espanha, emigraram com a passagem subsidiada, na virada do século XIX para o XX, para trabalharem como colonos nas fazendas de café do oeste paulista.

Agora inicio a história de nossos pais e seus progenitores. Ambos nasceram na Espanha. Gines Ponce Alarcon nasceu em 16 de abril de 1887, em Cuervas de Vera, na província de Almería, na costa do mediterrâneo. Era filho de Gines Ponce Navarro e de Maria Josefa Alarcon Torregrosa.⁵³ Nossa mãe, Soledad Martins Garcia nasceu na província de Granada, filha de José Martins e Ana Garcia (PONCE MARTINS, 2003, p. 5).

Braz não possui documentos sobre sua mãe, que se perderam nos incêndios ocorridos nos ranchos de sapê, em que habitava sua família. Não sabendo ao certo quando a mãe emigrou para o Brasil, somente que nasceu em 02 de maio de 1889 e que seus pais e irmão eram colonos. Já seu pai emigrou em 1897, com 11 anos incompletos,⁵⁴ e cresceu na região de Ribeirão Preto, trabalhando em fazendas de café como colono. Quando Gines se casou com Soledad, em 1910, seu capital inicial consistia em duas franguinhas. E continuaram trabalhando como colonos nas redondezas de Ribeirão Preto. Em 1916, trabalharam na formação de café, em Penápolis. “Depois de vencida a empreitada, com certeza sobrou algum

⁵³ Supomos que Gines Ponce Navarro nasceu em 1862 e Maria Josefa Alarcon Torregrosa em 1863, conforme a listagem sintética por sobrenomes, do Arquivo Histórico do Memorial do Imigrante, cujos dados informam que o casal (de 35 e 34 anos respectivamente) e os filhos Catalina (9 anos), Gines (10 anos), José (7 anos), Lorenzo (6 meses) e Maria (2 anos), chegaram ao Brasil no dia 18 de novembro de 1897. Fonte: “Projeto Imigrantes”. Disponível em: www.memorialdoimigrante.sp.gov.br. Data de acesso: 12/08/2003.

⁵⁴ Consta no Livro de “Matrícula de Imigrantes”, nº 61, folha nº 09, lançamento nº 29 que, Gines Ponce, de nacionalidade espanhola, chegou ao Brasil no navio “Les Alpes”, via Santos em 18/11/1897, com 10 anos, tendo como destino “Casa Branca”.

dinheiro para a família que já era grandinha” (PONCE MARTINS, 2003, p. 7).

Segundo os relatos de sua mãe, o pai de Braz comprou as primeiras terras na região de Birigui. Mas foram logo vendidas, devido a pouca fertilidade do solo arenoso. “Diziam na época dar malária até nos coqueiros”. Logo adquiriu terras em Promissão. Uma propriedade de 45 alqueires, onde a família viveu até 1938, quando se mudou para o norte do Paraná. “O lugar chamava-se Bairro do Barreiro, era um verdadeiro “gueto” espanhol. Ali moravam os Serras, Sanches, Gimenes, Parras, Camachos, Hernades e muitos outros [...]. Um fato curioso é que todos os habitantes do bairro falavam castelhano entre si. [...] começamos a falar o portunhol” (PONCE MARTINS, 2003, p.8).

Os parentes ajudaram na formação do cafezal, plantando em cerca de 30 alqueires, que nunca chegaram a produzir mais do que 2000 sacas em coco, como se recorda Antonio.⁵⁵ Vencida a empreitada, os tios foram embora. Depois contrataram colonos para cuidar do café formado. Braz lembra-se dos Vargas, uma família numerosa só de homens. Seu pai construiu a casa de pau a pique para eles morarem e sua mãe fazia a comida. Os Vargas sempre elogiavam o pão de Dona Soledad.⁵⁶ As terras de Promissão eram habitadas pelas famigeradas formigas saúvas. Para se livrar delas, o pai de Braz fazia algumas “experiências”:

[...] eu me recordo de um grande valo entre a área de pasto e o pomar, essa valeta tinha mais ou menos 2 metros de profundidade em forma de cone e na superfície 5 metros entre uma beirada e outra, era para evitar que as formigas saúvas do pasto não invadissem o cafezal. Não sei se deu certo, só sei que a primarada toda se divertia nesse lugar (PONCE MARTINS, 2003, p.14).

Braz escreve sobre o caminhão que fazia as mudanças, os cachorros, as brincadeiras, a alimentação, os casamentos, as festas juninas e natalinas e acerca do esforço da família para economizar, no intuito de adquirir terras. Estes relatos são importantes na medida em que expressam o cotidiano da família de cafeicultores, no interior de São Paulo. Halbwachs discorre acerca das lembranças da infância. “Sabíamos bem, pela atitude dos adultos em presença do fato que nos impressionou, que este merecia ser lembrado. Se nos lembramos dele, é porque sentíamos que em torno de nós os outros se preocupavam. Mais tarde, compreenderemos melhor porque” (HALBWACHS, 2004, p.63).

Braz recorda-se de vários casamentos, de seus irmãos, tios, primos e vizinhos. Conta que eram ótimos, porque tinham comida e bebida com fartura. Pelos sobrenomes, percebe-se que são casamentos endogâmicos: “[...] o da Nica com o José Manuel Sanches Parra, o do

⁵⁵ Antonio Ponce Martins, irmão mais velho de Braz. O lote de 10 alqueires na fazenda Cariaçu, em Cianorte, chegou a produzir o mesmo tanto; relata o autor, comparando as técnicas de cultivo ultrapassadas com as praticadas em suas terras, na época em que escrevia as memórias (PONCE MARTINS, 2003).

⁵⁶ Costume ancestral, o pão era essencial na refeição dos espanhóis. Costumava ser feito em casa com “farinha bem branquinha” (CÁNOVAS, 2005).

primo Augusto e a Dolores, o Angelo Molina casando-se com uma das filhas do Sanches Parra, Eugênio Sanches [...]. O casamento de nossa irmã Nica foi festejado com grande pompa. Dezenas de frangos, perus e leitoas foram sacrificados [...] quando o casamento e o acompanhamento chegaram foi um foguetório” (PONCE MARTINS, 2003, p.10-11).

Nos natais, grandes festas eram realizadas na comunidade, com distribuição de doces e muitos fogos. Os padrinhos de Braz, tio Lourenço e tia Felipa, costumavam montar lindos presépios. No natal de 1937, reuniram-se vários espanhóis do Bairro do Barreiro, que cantavam: “esta noche és noche buena” (PONCE MARTINS, 2003, p.11). Braz também se recorda das procissões:

Um ano houve uma grande seca, e não muito longe do Barreiro ficava a Vila Denisia. Foi organizada uma grande procissão com crianças e adolescentes e a nossa irmandade também, lembro-me que Manuel, Guilherme [irmãos] e eu tomamos parte desta procissão. Fazia muitos meses que não chovia. Nós todos portávamos litros brancos cheios de água. De casa até a vila era um areião só, eu acho que dava 10 quilômetros. Mas parecia que andamos uns cinquenta, todos descalços, a areia super quente estava assando os nossos pés. Não esqueço dessa promessa (PONCE MARTINS, 2003, p.15).

O relato de Braz evidencia que sua comunidade professava um catolicismo festivo, em comunhão com o catolicismo rural ibérico e a religiosidade popular brasileira. Para Passos (2011), o religioso é um componente significativo da estrutura social e está circunscrito no cotidiano. A fé do povo se manifesta através das devoções aos santos, das procissões, das orações de invocações e perdão, dos milagres. Dor, alegria, esperança, problemas, anseios, festas, novenas e santos compõem o cenário do dia a dia. Tais elementos orientam os diversos trajetos e as aspirações humanas. Como essa imagem de Deus é sempre lembrada, celebrada e cantada, o religioso torna-se um elemento consolidador da vida e, a proteção divina, um sinal de garantia frente aos alarmes da realidade.

Quanto aos hábitos alimentares, Braz recorda-se que, em Promissão, nunca faltou leite, porque tinha muito gado. As crianças tomavam-no com farinha de mandioca fabricada em casa. Em volta do pasto, havia muitas árvores frutíferas, principalmente manga e laranja, nas quais gostavam de subir e saborear as frutas direto do pé. Ele ajudava seus irmãos mais velhos a venderem as laranjas em uma colônia nipônica, transportando-as em uma carroça.

Em relação à ideia de que os imigrantes espanhóis foram assimilados rapidamente pela sociedade brasileira, defendido por José de Souza Martins (1989), só o fato de Braz ter passado a infância em uma colônia espanhola e ter se casado com uma descendente de espanhóis, demonstra que a identidade cultural foi preservada. Sua esposa, Mariana

Gonçalves Martins, é filha de Ana Maria Gil Marin, que emigrou da província de Múrcia, em 1913. E seu pai, Romão Gonçalves Marin era filho de espanhóis. Mariana costuma praticar a culinária espanhola até os dias atuais. Entre as receitas que aprendeu com a mãe e a sogra, cozinha frequentemente “migas”, “puchero”, “tordilla”, “paella”, entre outras. E sua mãe, Ana Maria, apesar de ter emigrado para o Brasil com apenas dois anos de idade e nunca ter retornado à Espanha, chamava todos os bisnetos de “muchachos”.⁵⁷

Se a média das propriedades espanholas era de 59 hectares, aproximadamente 24 alqueires, podemos afirmar que uma das primeiras terras compradas pelos pais de Braz tinha quase o dobro do tamanho médio das estatísticas de 1920. Martins (1989) alega que os poucos espanhóis que tiveram acesso a terra, conseguiram-na por causa da crise de 1929. No entanto, os Ponce já estavam estabelecidos e a crise só os prejudicava, o que se assemelha com o caso dos espanhóis de Bauru, entrevistados por D’Ávila (2004). “Após a crise do café e a pouca produção papai parece desanimar” (PONCE MARTINS, 2003, p.14). No Paraná, seu pai adquiriu 140 alqueires da CTNP, na região de Rolândia. E o próprio Braz, ao longo de sua vida, chegou a adquirir 415 hectares no Paraná e cerca de 1250 hectares no Mato Grosso.⁵⁸

Concluimos que a autobiografia de Braz Ponce Martins é uma fonte interessante para a análise da imigração espanhola, devido à falta de estudos sobre o tema, como comentam pesquisadores do assunto, pautados pela inexistência ou precariedade das fontes, inclusive depoimentos escritos pelos imigrantes e seus descendentes (ANTONACCI, 2002). Pois, “o alto grau de analfabetismo⁵⁹ dificultou a preservação da memória escrita entre os espanhóis” (BASSANEZZI, 1996, p.35). Em se tratando do terceiro maior contingente de imigrantes, depois dos italianos e portugueses (AGUIAR, 1991), esta ausência de estudos específicos sobre os espanhóis constitui-se em uma lacuna grave na historiografia.

⁵⁷ MARTINS, Mariana Gonçalves. Entrevista concedida à Gelise Cristine Ponce Martins. Cianorte, 30 de agosto de 2004.

⁵⁸ PONCE MARTINS, Gines. Entrevista concedida à Gelise Cristine Ponce Martins. Cianorte, 10 de agosto de 2004.

⁵⁹ Segundo D’Ávila (2004), os imigrantes analfabetos vinham das regiões mais pobres e superavam os alfabetizados. De acordo com Klein (1994), devido à política de passagem subsidiada, os imigrantes espanhóis eram os mais pobres, vinham em grupos familiares mais do que qualquer outro grupo de imigrantes e certamente eram, em maior número, analfabetos. Conforme dados estatísticos levantados por Cánovas (2005), 72,03% dos espanhóis eram analfabetos, enquanto que entre os portugueses, o percentual era de 72,3% e entre os italianos, de 40,91%. Portanto, a corrente imigratória com maior grau de analfabetismo.

III. A (RE)OCUPAÇÃO⁶⁰ DO NORTE DO PARANÁ E O DISCURSO QUE A LEGITIMOU (1840-1945)

“[...] é necessário, em qualquer estudo que se realize sobre o Paraná, ou mais especificamente sobre o Norte do Paraná, efetuar-se referências sobre sua história e ocupação”.

(ALMEIDA, 1981, p. 16)

Inserimos a trajetória da família Ponce na chamada “marcha para o oeste”, que consistia na busca de terras ainda não esgotadas pelo processo predatório de cultivo do café, e que do oeste paulista alcançou o norte paraense⁶¹ (BELLOTTO, 1992). Neste capítulo, inserimos as memórias de Braz Ponce Martins em seu contexto histórico, a partir de uma discussão bibliográfica acerca do processo de (re)ocupação do norte do Paraná. Procuramos delimitar a região norte; estudar o processo de exclusão do índio de seu território; relacionar a ocupação da região com a expansão cafeeira e; por fim, analisar a ação do governo do Estado, das companhias particulares, dos posseiros e grileiros neste processo. Destacamos o papel de uma empresa em particular, na colonização do chamado Norte Novo. Trata-se da Companhia de Terras Norte do Paraná, cuja propaganda foi fundamental para atrair a família Ponce e muitas outras às famosas terras roxas.

3.1. Delimitação da região norte

O que é o famoso Norte do Paraná? Geograficamente, é toda a região norte deste Estado, compreendida entre os rios Paranapanema, Itararé e os baixos: Cinzas, Laringinha, Tibagi, Ivaí, Piquiri. Historicamente, é toda a vasta região conhecida pelos jesuítas, pelos espanhóis e pelos Bandeirantes, sob o célebre nome de Guaíra, nos tempos dos chefes índios Guairacá e Taioabá. Geologicamente, o Norte do Paraná é a continuação das magníficas terras roxas do Estado de São Paulo, prolongando-se pelo Sul do Mato Grosso, indo terminar além da Foz do Iguaçu, em Santa Rosa, Rio Grande do Sul. Etnologicamente, falando, é ele a mais viva demonstração do quanto

⁶⁰ O termo (re)ocupação é tomado de empréstimo do sociólogo Nelson Dacio Tomazi (1997). Segundo Souza (2008), Tomazi utiliza este termo para definir o processo de colonização do Norte do Paraná, como ocupação de uma região já ocupada. Ainda que os agentes colonizadores tenham insistido na ideia de pioneirismo, de terem desbravado uma floresta inóspita e desabitada. Tomazi demonstra que este fenômeno foi constituído a partir de um processo violento de entrada em um território que já era habitado por índios, posseiros e outras populações sertanejas. Portanto, a (re)ocupação do Norte do Paraná é um processo de expulsão dos habitantes existentes e de exclusão desses elementos dos relatos sobre a colonização, ou seja, a formação da história dos vencedores através da ocultação da presença dos vencidos.

⁶¹ A introdução da ideia de marcha para oeste nas representações do norte do Paraná foi realizada por vários agentes já durante o Estado Novo, sendo que a própria CTNP iniciou este processo. Por um lado, não faltavam na assessoria de Vargas aqueles que apoiassem participação das companhias particulares no movimento, ainda mais a CTNP, considerada um exemplo de dinamismo e modernidade colonizadora. Por outro, a CTNP e o grupo instalado no poder local, procuravam se ajustar ideologicamente ao novo regime (ARIAS NETO, 1998).

pode o braço nacional, auxiliado de quando em vez, pelo braço estrangeiro, e orientado por entidades competentes. Socialmente, o Norte do Paraná é o “tira teima” de muita doutrina fazendeira antiquada; o feliz consórcio de muitas e muitas raças, a prova dos nove hora de um complexo social com que os governos terão muito o que fazer, e cuja solução põe em jogo os mais espertos sociólogos; visto que, semelhante movimento demográfico em nossa Pátria, nunca se deu e nunca mais se dará. Qualquer teoria, qualquer sistema, qualquer tabela tendente a resolver o problema econômico-social do Norte-paranaense, esbarra logo com mil e uma dificuldades desconhecidas noutras regiões. Só mesmo quem vive lá é que poderá ter alguma vaga ideia do que seja esta “Nova Babilônia” (BARROSO, 1956, p. 7-8).

Em relação ao processo de colonização e povoamento do Paraná, France Luz (1997) distingue duas frentes pioneiras: a do oeste, resultante da penetração de colonos descendentes de alemães e italianos, vindos do Rio Grande do Sul e do oeste de Santa Catarina; e a do norte, como prolongamento da expansão cafeeira do Estado de São Paulo. “O chamado Norte paranaense tem seus contornos perfeitamente delimitados ao Norte, a Leste e a Oeste – pelos rios Paranapanema, Itararé, Paraná e Ivaí. Ao Sul, como as condições fisiográficas não são propícias ao cultivo do café – seus limites devem coincidir com a da área tipicamente cafeeira” (PADIS, 1981, p.116-117).

O critério de delimitação baseado na economia cafeeira sustentado por Padis (1981) é questionado por Tomazi (1997), segundo o qual, embora a existência da cafeicultura tenha sido uma das mais difundidas tentativas de subdividir a região, esta perdeu sua funcionalidade devido ao declínio do café. De acordo com a classificação do IBGE (1993), o norte do Paraná pode ser dividido em Meso e Microrregiões:

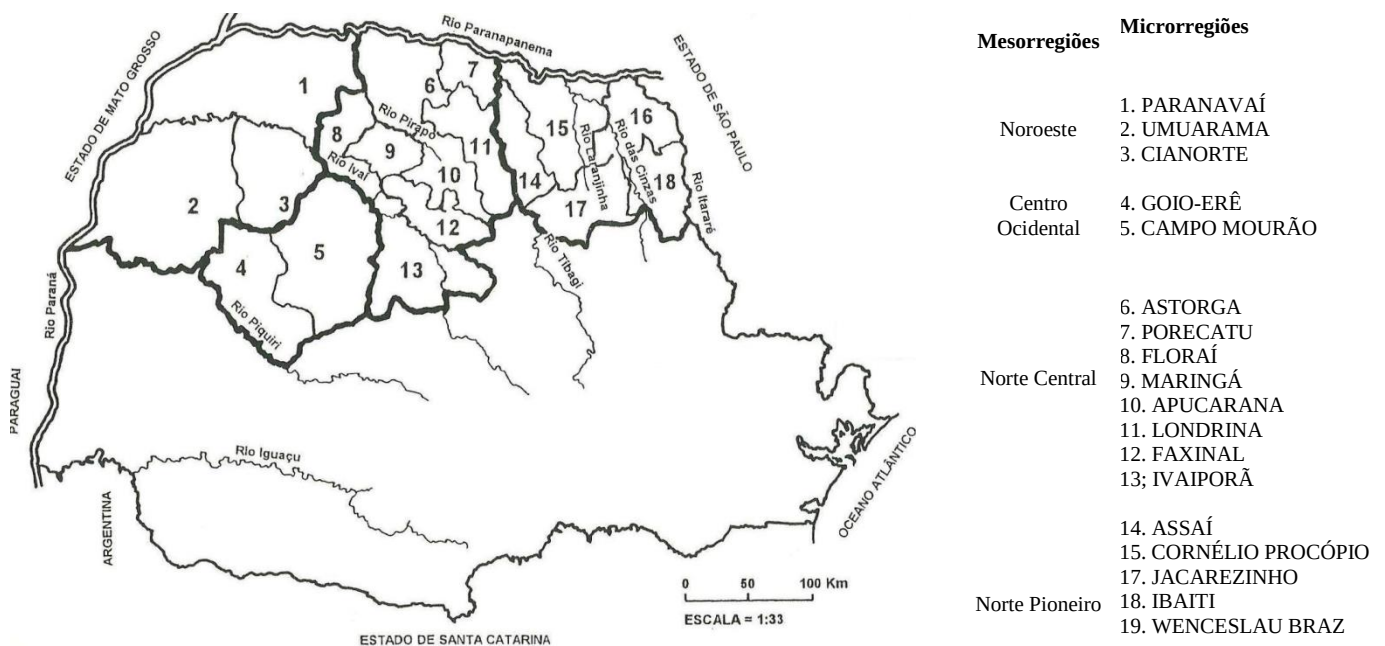


Figura 7: Mapa com a delimitação das microrregiões do norte do Paraná. Fonte: TOMAZI, 1997, p. 130.

Desde o século XIX, o norte foi sendo delimitado, designado de várias formas, à medida que era (re)ocupado. Assim, encontram-se expressões como o “sertão do Tibagi”, o “sertão do Cinzas”, o “extremo norte do Laranjinha”. A divisão em Norte Velho, Norte Novo e Norte Novíssimo é a mais conhecida e consagrada, aparecendo na maioria dos autores (TOMAZI, 1997). O Norte Velho se estende da divisa nordeste com São Paulo até Cornélio Procópio, colonizado entre 1860 e 1925 por paulistas e mineiros; o Norte Novo, delimitado pelos rios Tibagi, Ivaí e Paranapanema, colonizado entre 1920 e 1950; e o Norte Novíssimo, estende-se do rio Ivaí ao Paraná e Piquiri, colonizado de 1940 a 1950 (LUZ, 1997). O mapa abaixo tem por base a divisão realizada por municípios, em 1956.

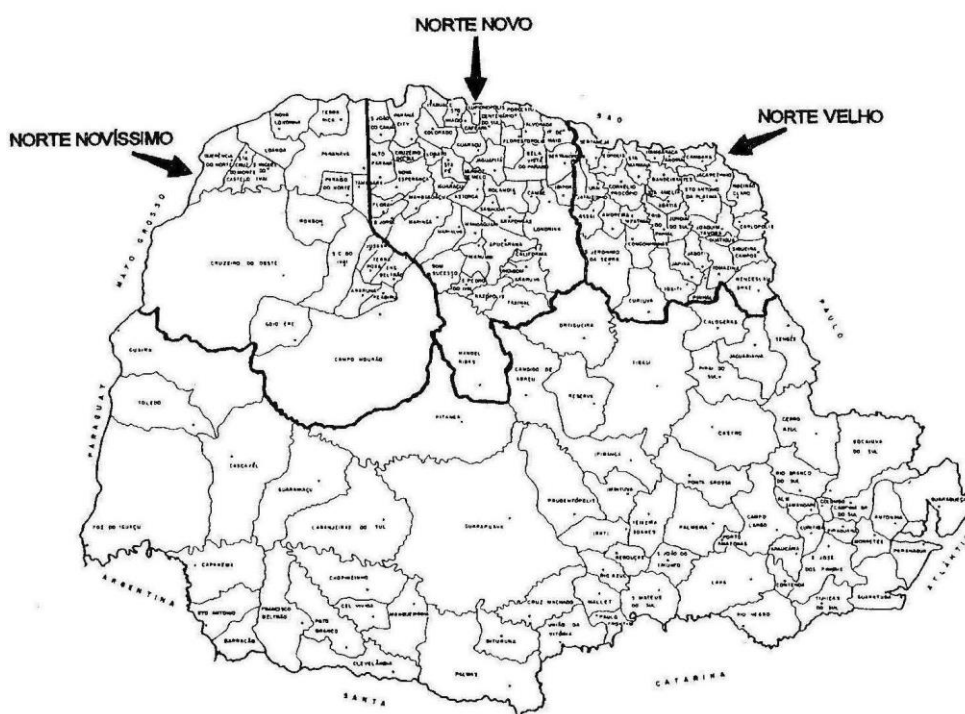


Figura 8: “Os Três Nortes.” Fonte: PADIS, 1981, p. 100.

O Norte Velho ou Pioneiro localiza-se a nordeste do Estado, compreendendo a região de Tomazina, Ibaiti, Santo Antônio da Platina, Jacarezinho, Cambará, Bandeirantes, Cornélio Procópio, Uraí, etc. O Norte Novo compreende as terras colonizadas principalmente pela Companhia de Terras Norte do Paraná, onde se localizam a maior parte das manchas de terras roxas. Possui dezenas de cidades como Londrina, Maringá, Apucarana, Arapongas, Mandaguari, entre outras. No Norte Novíssimo, predominam as colônias organizadas pelo Estado ou pelas imobiliárias particulares. Seus principais centros urbanos são Paranaíba, Nova Esperança, Nova Londrina, Cianorte e Umuarama (TOMAZI, 1997).

Esta divisão pressupõe a ideia de que a (re)ocupação foi linear, realizada em etapas

bem definidas, enquanto que, na realidade, foram várias as formas e as origens deste processo. Trata-se de um discurso que traz em seu bojo uma determinada construção e visão do processo de reocupação da região onde a Companhia de Terras Norte do Paraná aparece como o novo, sendo o que existia antes dela é o velho, e depois dela o novíssimo (TOMAZI, 1997).

A região definida pelos rios Itararé, Paranapanema, Ivaí e Piquiri, abrange uma superfície de 100 mil quilômetros quadrados, dividida em três áreas, segundo a época e a origem da respectiva colonização: o *Norte Velho*, que se estende do rio Itararé até a margem direita do rio Tibagi; o *Norte Novo*, que vai até as barrancas do rio Ivaí e tem como limite, a Oeste, a linha traçada entre as cidades de Terra Rica e Terra Boa; e o *Norte Novíssimo*, que se desdobra dessa linha até o curso do rio Paraná, ultrapassa o rio Ivaí e abarca toda a margem direita do Piquiri (CMNP, 1975, p. 35).

Para Tomazi (1997), até hoje não há um consenso sobre quais são os limites da região situada ao norte do Estado do Paraná e inúmeras são as suas subdivisões. Mesmo com toda a diversidade existente e sem um consenso sobre a definição de sua territorialidade, continua-se a falar no norte paranaense como se houvesse uma unidade indissolúvel. Na realidade, é preciso analisar o conceito de região sob dois ângulos: como noção objetiva e noção subjetiva. A concepção objetiva centra-se no estudo do solo, do clima, da vegetação, do tipo de exploração agrícola ou pecuária, do volume e das características populacionais, dos indicadores econômicos ou da divisão administrativa. A concepção subjetiva é baseada em elementos culturais, ideias e imagens, criados no processo de sua ocupação física. Portanto, a região faz parte de uma organização espacial, que se distingue por certas representações.

A simples enunciação da expressão “Norte do Paraná” faz aflorar um conjunto de ideias e imagens identificadas com: progresso, civilização, modernidade, colonização racional, ocupação planejada e pacífica, riqueza, cafeicultura, terra roxa, pequena propriedade, terra onde se trabalha, pioneirismo, etc... É um discurso construído ao longo de todo século XX, mas principalmente entre os anos 1930 e 1950, procurando criar uma versão, do ponto de vista de quem domina, para o processo de (re)ocupação desta região. Este conjunto de ideias e imagens aparece na maior parte dos textos acadêmicos ou não, como se fossem um dado, uma explicação, inquestionáveis. [...] A violência e a exclusão são os processos sociais mais silenciados, na medida em que expressam o sentido da (re)ocupação e os objetivos da ação do capital na busca de novas terras (TOMAZI, 1997, p.2).

Já Arias Neto (1998) afirma que o norte do Paraná possui uma delimitação territorial precisa, mas tem uma dimensão sócio-política e ideológica muito mais ampla. O autor compreende a formação da região, como a articulação de diferentes dimensões: a organização social do território, as relações inter-regionais, ou seja, as articulações entre a região e o governo do Estado do Paraná de um lado, e o capitalismo internacional com sede em São

Paulo e em Londres de outro, bem como as relações de produção que se instauram internamente e as representações destes processos. “O termo região vem do latim: “régio”, que por sua vez, deriva do verbo “regere”, o que quer dizer governar, reinar. [...] a parcela do território conhecido como norte do Paraná, durante os anos trinta foi o reino da CTNP, e a cidade de Londrina a sua capital” (ARIAS NETO, 1998, p.46).

3.2. Pré-História da região situada ao norte do Estado do Paraná: a questão indígena

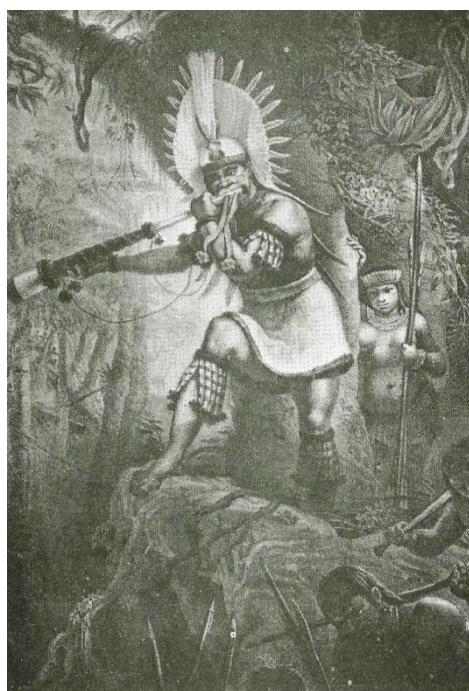


Figura 9: Kaingáng visto por Debret. Fonte: JOFFILY, 1985, p. 204.

Segundo Tomazi (1997), os povos indígenas devem ser integrados à análise do processo de colonização do Norte do Paraná, para que se tenha uma visão daqueles que já estavam na região quando esta passou a ser (re)ocupada sob a ótica do capital. Como todos os homens que vivem em sociedade, eles também devem fazer parte da história da região em estudo. Mesmo que não tenham deixado registros escritos, seus relatos foram e continuam sendo feitos oralmente. Seus descendentes são a expressão viva da existência destes povos que pertencem à nossa história e que continuarão presentes tanto quanto nós.

Entretanto, nos escritos promovidos pelas companhias colonizadoras, pelos governantes, pelos geógrafos dos anos de 1930 a 1950, pela historiografia paranaense universitária e pelos livros didáticos sobre o norte do Paraná, construiu-se o discurso de que os territórios indígenas constituíam-se em vazios demográficos, prontos para serem ocupados pelos pioneiros (MOTA; NOELLI, 1999). Desde que os portugueses iniciaram a conquista do território brasileiro, a imagem dos povos que habitavam este espaço vem sendo denegrida, silenciada e deturpada para justificar as atrocidades cometidas. Ao caracterizá-los como selvagens, indolentes, preguiçosos, sujos, obstáculos do progresso e antíteses da civilização, visava-se exterminá-los e tomar suas terras (TOMAZI, 1997).

Este discurso é oriundo de uma concepção de história que legitima o poder vigente, que parte do pressuposto de que só têm importância as sociedades do passado que possuem

uma relação direta com a constituição da sociedade capitalista. A história da humanidade se inicia no momento da estruturação burguesa da sociedade europeia. Só tem sentido estudar o Egito Antigo, a Mesopotâmica e o mundo Greco-romano, na medida em que se podem encontrar os germes da sociedade burguesa contemporânea. As outras, como a as sociedades indígenas, são vistas apenas como obstáculos ao seu desenvolvimento. Assim, a história do Ocidente é a narrativa das nações que atuaram como agentes civilizadores, em direção aos povos que não conheciam a “civilização” (TOMAZI, 1997).

Dentre os vários estudiosos que contribuíram para o conhecimento do norte-paranaense e omitiram ou desqualificaram a presença indígena na região, citamos alguns exemplos. “Permaneceu o Norte do Paraná, até o último quarto do século passado, como sertão praticamente desconhecido e desabitado” (MUSSALAM, 1974, p.19). “Até a introdução da empresa agrícola de exportação [café] toda a área que compõe o Planalto Ocidental Paranaense, permaneceu mata virgem quase impenetrada” (CANCIAN, 1981, p.47). Serra (1991), referindo-se às missões jesuíticas, considera que a ocupação só se efetiva quando a cultura ocidental cristã chega à região. Cesário (1991), ao descrever os primeiros “norte-paranaenses”, apaga a presença dos índios e posseiros na região.

Mota e Noelli (1999) destacam que desde o século XVI existem relatos sobre a região e seus habitantes indígenas. Nos séculos seguintes, as várias expedições que percorreram seu interior, produziram escritos detalhados de vários de seus aspectos. Tais relatos comprovam que as invasões e as conquistas das terras indígenas sempre foram intencionais e marcadas pela violência. Em contraste com a ideia que se quer passar ao grande público, sobre uma colonização “pacífica e harmoniosa”. Uma vez que a conquista cumpriu os objetivos dos conquistadores, fossem eles espanhóis, portugueses, paranaenses ou pioneiros modernos.

Segundo dados arqueológicos, na região hoje situada ao norte do Estado do Paraná, viviam povos há milhares de anos atrás. Pautando-se em um modelo explicativo bastante simplificado, Tomazi (1997, p.73-74) afirma que os Xetá, os Kaingáng e os Guarani, indígenas que habitavam este território, têm seus antepassados nas seguintes tradições: Caçadores-coletores não ceramistas: Tradição Umbu (fase Itaguajé); 8 mil anos atrás, no Norte do Paraná; Tradição Humaitá (Sítio José Vieira): 7 mil anos atrás, no Noroeste do Paraná; Tradição Sambaquiana: 7 mil anos atrás, na região litorânea. Ceramistas: Tradição Tupi-guarani: 2 mil anos atrás, no Norte do Paraná; Tradições Casa de Pedra, Itararé e Taquara: tão antigas quanto a Tupi-guarani.

De acordo com a classificação proposta pelo antropólogo J.H. Steward, os índios do

Paraná pertenciam a duas das quatro grandes áreas culturais por ele estabelecidas:⁶² a da Floresta tropical e a Marginal. A primeira refere-se aos índios que já conheciam a navegação fluvial, a cerâmica, a rede e a agricultura; é o caso dos tupis-guaranis. A segunda engloba grupos compostos por tribos que desconheciam o uso da rede, possuíam cerâmica e agricultura muito rudimentares, vivendo da caça, pesca e da coleta de alimentos silvestres; este é o caso dos jês (WACHOWICZ, 2010).

Os tupis predominavam no litoral, no noroeste e no oeste do Estado e foram os primeiros a entrar em contato com os portugueses. Dos jês, destacam-se os Kaingáng e os Xoklêngs. Em seus contatos com os nativos, os portugueses se entendiam melhor com os tupis-guaranis, visto que eram mais adiantados do que os jês, embora ambas as nações se encontrassem no estágio da pedra polida (WACHOWICZ, 2010).

Portanto, os territórios localizados entre os rios Paranapanema, Tibagi e Ivaí, hoje denominado noroeste do Paraná, foram ocupados desde tempos imemoriais. Com a chegada dos brancos, iniciaram-se as guerras de conquista contra as populações indígenas que ali viviam. Em vários momentos e por parte de várias etnias, a resistência foi renhida e sangrenta. Pois a exploração das populações indígenas não ocorreu sem obstáculos, tampouco a conquista de seus territórios se deu de forma pacífica; mas com o uso da espada, do arcabuz, da besta, da cruz, de doenças e de acordos (MOTA; NOELLI, 1999).

Conforme Mota e Noelli (1999), nos séculos XVI, XVII e XVIII a conquista dos territórios e populações indígenas era justificada em nome do “rei” (Espanha ou Portugal) e de “Deus” (reduções jesuíticas). Ao longo deste período, os conquistadores escravizaram enormes contingentes de populações indígenas e passaram a veicular os elementos básicos de sua cultura. No século XIX, a conquista ocorreu em nome da “nação brasileira” e a usurpação paulatina dos territórios indígenas foi justificada em prol da questão nacional e do perigo externo. No século XX, o que sobrou dos territórios indígenas foi destruído, em nome do “progresso”. Extensas áreas foram invadidas, desmatadas e transformadas em campos agrícolas ou inundadas para se tornarem hidrelétricas.

Pelo simples fato dos povos indígenas serem coletores e caçadores, a sociedade burguesa imprimi-lhes o estigma de que são irracionais, pré-lógicos, logo, precisam de educação. Embasada na ideia de progresso, oriunda da concepção de racionalidade iluminista do século XVIII, a cultura ocidental considera as sociedades indígenas como inferiores, primitivas, dominadas pela natureza e violentas. Uma vez que não usam os recursos naturais

⁶²Andina (índios que possuíam metalurgia e arquitetura desenvolvida, como os incas), Circum Caribe (tribos localizadas ao norte da América do Sul), Floresta Tropical e Marginal.

com racionalidade produtiva. O que levou à concepção de que estas sociedades viviam num estado de miséria absoluta, já que trabalhavam muito pouco (TOMAZI, 1997).

Para Tomazi (1999), estas sociedades foram e ainda são, em muitos locais, a antítese da sociedade capitalista. Porque não estão voltadas para o lucro e acumulação, visando apenas o homem e sua realização. A vida é um todo indissociável, não havendo separação entre o sujeito que pensa e o meio no qual ele vive. Além de que, estas sociedades viviam com muita abundância. Neste sentido, a sociedade burguesa não podia aceitar tal realidade. Pois o progresso que ela propõe não conseguiu distribuir a riqueza gerada para a maioria da população, ao contrário, desenvolveu mais miséria.

Em suma, esta visão histórica baseada nos conceitos de “civilização” e de “progresso” legitimou a mortandade e o extermínio dos índios (TOMAZI, 1999). As guerras de conquista iniciaram-se no início do século XVI, com as expedições portuguesas e espanholas, que cruzaram a região em busca de metais, escravos e de uma rota ao Paraguai e Peru. Acentuaram-se no século XVII, com a formação das reduções jesuíticas e com as bandeiras paulistas que capturavam os índios (MOTA; NOELLI, 1999).

Entre os séculos XVI e XVII, os Guarani viviam nesta região em grande número. Inicialmente, lutaram contra a invasão de portugueses e, principalmente, espanhóis, mas foram paulatinamente pacificados e subjugados pela ação dos jesuítas, que instalaram 13 reduções, abrigando aproximadamente 200 mil índios Guarani (TOMAZI, 1997). A partir do século XVII, os Guarani lutaram contra os bandeirantes paulistas, que invadiam sistematicamente o território do Guairá em busca de índios para preação. O território ainda foi palco de sangrentos conflitos entre os índios e os espanhóis que buscavam mão de obra para as “encomiendas” e de confrontos entre os jesuítas e as tribos que não estavam dispostas a se sujeitar ao processo de evangelização (MOTA, 1994).

O que restou das reduções jesuíticas foram apenas escombros. Os Guarani restantes da ação dos bandeirantes retiraram-se para o Rio Grande do Sul, formando os Sete Povos das Missões. Outros foram levados como escravos para São Paulo. Outra leva atravessou o rio Paraná, deslocando-se para o Paraguai e Mato Grosso. Muitos também voltaram às matas e dispersaram-se, fugindo dos caçadores de índios (TOMAZI, 1997).

Estas guerras contra as populações indígenas prosseguiram no século XVIII, com a descoberta de ouro e diamantes no rio Tibagi e com as expedições militares que construíram fortificações, rumo ao Mato Grosso. Recrudesceram no século XIX, com a ocupação da bacia ocidental do rio Tibagi e dos campos ao seu norte, pelos fazendeiros dos Campos Gerais

paranaenses, que procuravam expandir seus domínios. Enfim, no século XX, a colonização “pacífica e harmoniosa” foi levada adiante pelas companhias de terras que ocuparam, lotearam e venderam os antigos territórios indígenas, com o aval do Estado do Paraná (MOTA; NOELLI, 1999).

O documento mais importante do período anterior ao processo de (re)ocupação da região em estudo é a Carta Régia de 05 de novembro de 1808, assinada por Dom João VI e encaminhada a Antônio José da França e Horta, Capitão General da Capitania de São Paulo, que permite esclarecer uma declaração de guerra contra os índios, principalmente aos Kaingáng e Xokleng, dos atuais estados do Paraná e Santa Catarina. É neste momento que o índio é reconhecido como um povo, como uma nação, mesmo que seja em condição de aniquilamento. Em resumo, a política era a seguinte: ou aceitam as normas e o modo de vida civilizado, ou então serão escravizados ou aniquilados (MOTA, 1994).

A partir de 1822, a política indigenista do Império faz-se através de meios “brandos e pacíficos”, indicados por José Bonifácio: o comércio como forma de aproximação entre brancos e índios, os casamentos mistos entre brancos, mulatos e índios para unir as raças e formar a unidade nacional e a catequese dos índios pelos missionários. Essa nova política se iniciou com o decreto de 1831, que revogou as cartas régias que legalizaram as guerras contra os índios e sua escravização (TOMAZI, 1997).

Em torno de 1840, a presença indígena na região era detectada; sabia-se que havia indígenas Kaingáng e Guarani, dispersos por todo território. No mesmo momento em que se iniciava a (re)ocupação das terras situadas ao norte do Paraná, foi editado o Regimento das Missões. Pelo decreto n.º 426 de 24/07/1845, o índio foi transformado em trabalhador braçal e seus territórios foram expropriados. Esse decreto, associado à Lei de Terras (Lei n.º 601 de 18/09/1850), legitimou a ocupação das terras indígenas. O governo passou a reservá-la para colonos, transformando o índio brasileiro em expropriado e dependente da benevolência do Estado para obter algo que já era seu (TOMAZI, 1997).

Na Quinta Comarca de São Paulo, futura Província do Paraná, a catequese foi entregue aos missionários capuchinhos, vindos da Itália em 1840. Nesta perspectiva, foi inaugurado o aldeamento de São Pedro de Alcântara, em 1855, para instalar os índios Guarani. E, em 1859, o aldeamento São Jerônimo, para instalar os índios Kaingáng. Os aldeamentos se localizavam na Colônia Militar de Jataí, criada pelo Decreto Imperial n.º 751 de 02/01/1851 e instalada em 10/08/1855 (TOMAZI, 1997).

Devido à inexistência de uma comunicação terrestre com a província do Mato Grosso

e a ameaça de uma possível invasão paraguaia, o Barão de Antonina conseguiu na corte do Rio de Janeiro a criação de uma colônia militar nas margens do rio Tibagi, realizando um trabalho de aproximação com o indígena. O aldeamento recebeu o nome de São Pedro de Alcântara, em homenagem ao Imperador, e sua direção foi entregue a Frei Timotheo Castelnovo. Em frente ao aldeamento indígena, foi fundada a colônia militar de Jataí (WACHOWICZ, 2010).

Durante a Guerra do Paraguai, o aldeamento e a colônia facilitaram a subsistência dos soldados que pra lá se deslocavam. E os índios, exímios canoeiros, auxiliavam o transporte e a comunicação. Após o término da Guerra, o plano de ligar o Mato Grosso com o mar pelo território paranaense foi abandonado. Em consequência, a colônia Jataí não teve o progresso desejado. Emancipou-se em 1896, tornando-se o município de Jataizinho. Com o tempo, o aldeamento indígena foi anexado à colônia. Esses dois núcleos foram os primeiros centros de colonização no norte do Paraná (WACHOWICZ, 2010).

Os Kaingáng saíram dos campos de Guarapuava e Palmas em 1856, ao serem atacados pelos índios do cacique Viri, aliado aos fazendeiros da região. Os sobreviventes foram para o Mato Grosso, onde sofreram muitas enfermidades e fome. Regressaram ao Paraná e foram solicitar abrigo no aldeamento de São Pedro de Alcântara, mas aí estavam acampados seus inimigos ancestrais, os Guarani. Em 1858, assaltaram a fazenda São Jerônimo, do Barão de Antonina, que resolveu doá-la ao governo Imperial, a fim de que nela fosse organizado um aldeamento para os Kaingáng. O aldeamento de São Jerônimo desempenhou importante papel como ponto de apoio estratégico na Guerra do Paraguai (WACHOWICZ, 2010).

A situação dos aldeamentos não era tranquila, visto que os índios aldeados não cumpriam as exigências de Frei Timotheo, sem contar os muitos conflitos violentos ocorridos entre eles. Em 1895, com a morte do Frei, extinguiram-se os aldeamentos. Até 1912, várias tentativas foram feitas para reorganizá-los, mas todas infrutíferas. Apesar da existência dos aldeamentos, vale lembrar que essa não era a única forma de se tratar a questão indígena no Paraná, pois ocorreram muitas chacinas. Situação que levou à intervenção do governo federal que, em 1910, criou o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN), órgão que também incluía a questão dos caboclos e posseiros. Seu objetivo era pacificar o selvagem e transformá-lo em força produtiva, tornando acessíveis as terras dos sertões brasileiros, sob a ótica de sua valorização para o capital (TOMAZI, 1997).

Os Kaingáng foram os principais personagens da resistência contra a penetração dos novos ocupantes nas terras do Paraná (Campos de Guarapuava e sertão do Tibagi/Cinzas),

desde o final do século XVIII até o século XX. De língua Jê, foram ocupando pouco a pouco o espaço que antes era dos Guarani, tendo se instalado nas bacias dos rios Tibagi, Paranapanema, Ivaí e Iguaçu. A conquista de suas terras iniciou-se com a expedição de Afonso Botelho, em 1768, e terminou em 1930, quando os últimos representantes desse povo foram alojados em reservas (TOMAZI, 1997).

Pode-se dizer que, a partir da segunda metade do século XIX, com o interesse crescente da sociedade luso-brasileira sobre as terras ocupadas pela população Kaingáng, a conquista destas terras realizou-se à custa da violência generalizada contra todos os grupos que se opuseram a ela, violência essa frequentemente praticada por grupos indígenas já submetidos e aliados ao “branco”, armados e subvencionados pelos governos provinciais. Nessa triste história destacaram-se os nomes de alguns caciques Kaingáng que serviam aos interesses luso-brasileiros como os de Condá, Viri, Doble, Portela, Prudente e Fongue (VEIGA, 1994, p.34 apud TOMAZI, 1997, p. 153).

A análise histórica da ocupação da região não pode ser dicotômica: índios contra brancos. Pois, alianças foram estabelecidas e rompidas por ambas as partes. Segundo Mota e Noelli (1999), devem ser considerados os grupos conquistadores europeus e seus interesses localizados, bem como as etnias Guarani e Jê (Kaingáng e Xokleng), que eram inimigas. Em certos momentos um grupo indígena poderia procurar as reduções, não obstante fosse refratário à pregação missionária. O que poderia significar uma tática para se livrar dos invasores paulistas ou do trabalho escravo nas “encomiendas” espanholas.

Logo, além dos brancos, os Kaingáng tinham por inimigos seculares os Guarani e os Xetá, os quais sempre mantiveram sob dominação e escravidão. Entretanto, temiam os Xokleng. A alimentação era resultado da caça, pesca, coleta e de uma agricultura rudimentar. A divisão do trabalho era sexual e normalmente andavam nus. Os Kaingáng possuíam uma explicação para o mundo, baseada em mitos que permeavam toda sua vida. Fato que rompe com a ideia de que eles não tinham uma explicação para a origem das coisas, como nós temos, seja ela mítica (mito do Éden) ou científica (Big-bang, Teoria da Evolução, etc.). No caso da morte, por exemplo, eles acreditavam que todo ser humano tem um corpo que morre (hâ) e uma alma (kumbâ) que vive após a morte. Quando alguém morre, o Kumbâ se separa do hâ e vai para outro mundo, designado Numbê (TOMAZI, 1997).

Descrever a história dos Xetá é revelar a realidade da quase extinção de um povo. Pertencentes à família linguística Tupi, podem ter vivido em torno da atual região que vai do município de Apucarana até o rio Paraná. Quando contatados se encontravam na Serra de Dourados, no noroeste do Paraná, região do atual município de Douradina. O primeiro contato com o homem branco de que se tem notícia é oriundo do relato de Franz e Joseph Keller

(1865). Enviados pelo presidente da província do Paraná para explorar a região do Ivaí, Tibagi e Paranapanema, com a recomendação de que fizessem uma descrição das “tribos selvagens” que encontrassem, afirmaram que os Kaingáng aprisionavam elementos de outro grupo, que designavam como Curu-tom, expressão referente aos Xetá (TOMAZI, 1997).

O segundo encontro se deu em 1874, quando um grupo de Xetá foi capturado pelo engenheiro inglês Bigg-Wither. Em 1889, Telêmaco Borba encontrou dois Xetá entre os Kaingáng, na condição de cativos. Em 1907, o cientista tcheco Fric encontrou três prisioneiros num acampamento Kaingáng, com as características dos Xetá. Em 1945 e 1949, o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) enviou expedições à procura dos Xetá, encontrando 10 acampamentos abandonados. A partir de 1950, com a presença de mais colonos e com o desmatamento concomitante, os contatos foram ocorrendo (TOMAZI, 1997).

Assolados pela fome, em virtude das fortes geadas terem destruídos os palmitos e outras espécies de vegetais que lhe serviam de alimento, os Xetá entraram em contatos esporádicos com os plantadores de café da região. Até então, a notícia de que existiam índios selvagens no Paraná era tão inverossímil que o SPI não dava crédito. Após as constantes interferências de um grupo nos ranchos da Fazenda Santa Rosa, foram enviadas várias expedições, que entraram em contato com parte destes índios (WACHOWICZ, 2010).

Em 1955, o SPI encontrou os últimos grupos Xetá na Fazenda Santa Rosa de Antônio Lustosa de Freitas e no interior da mata. As informações que se têm é que uma epidemia de gripe dizimou muitos Xetá. Outros foram morrendo nos anos seguintes. Ficando apenas dois adultos e algumas crianças que foram adotadas, perdendo sua cultura e idioma. Atualmente, alguns deles vivem em reservas Kaingáng (TOMAZI, 1997). “Os Xetá morreram porque o homem “civilizado” não soube compreendê-los” (WACHOWICZ, 2010, p.30).

Provavelmente, os Xetá⁶³ teriam sido mais numerosos, mas o constante perigo representado pelos colonos brancos e pelos Kaingáng fez com que se dispersassem, passando a viver em pequenos grupos nômades, subsistindo da coleta, caça e da pesca. Antes do processo de (re)ocupação os impelir ao nomadismo, os Xetá eram seminômades, viviam em acampamentos (okas) próximo aos rios e cultivavam algumas espécies vegetais. Sobre suas crenças e rituais existem poucas evidências coletadas. A principal crença está ligada a espíritos maus (Möu), que eles espantavam com amuletos de crânios de animais. E um dos

⁶³ Braz Ponce Martins encontrou alguns objetos indígenas em sua propriedade, no município de São Tomé e as guardou na galeria “Arte Braz”. São fragmentos de vasos em cerâmica (que o mesmo tentou restaurar colando-os com “Durepoxi”) e ferramentas (machadinhas feitas de pedra polida), que Braz acreditava serem de uma tribo de Xetás. No local em que foram encontrados os vestígios arqueológicos, o café não se desenvolve direito (PONCE MARTTINS, Gines. Entrevista concedida a Gelise Cristine Ponce Martins. Cianorte, 11 de junho de 2012).

rituais é o da perfuração labial, cerimônia realizada apenas com meninos entre sete e dez anos. Um rito de passagem para a fase adulta (TOMAZI, 1997).

Portanto, os Kaingáng e os Xetá, como todos os homens em outras sociedades, tinham uma vida e uma convivência baseada em certos padrões de regularidade. Construíam suas moradias, alimentavam-se com o que conseguiam encontrar no meio em que viviam, produziam seus instrumentos, enfeitavam-se, cantavam, enfim, viviam, como qualquer ser humano. Possuíam também explicações para o seu mundo e para o que havia acontecido num passado imemorial. Pode-se concluir que “a terra não estava vazia e a mata não era virgem”. Estas já estavam ocupadas por sociedades históricas, com uma organização social, econômica, política e religiosa complexa, onde os diversos povos se relacionavam entre si de modo amistoso e conflituoso (TOMAZI, 1997, p.74).

Segundo Joffily (1985), vários autores confirmam a existência de populações indígenas nas margens do Paranapanema (900 km), do Ivaí (858 km) e do Tibagi (530 km), na década de 20. À medida que iam sendo escoraçados pelos jagunços, refugiavam-se em solos improdutivos desprezados pelos invasores. Com o tempo, foram transformados em boias-frias. E não faltava pretexto para que se pagasse o salário pela metade: “[...] índio não gosta de trabalhar e jamais fará o que o branco está fazendo na área” (CMNP, 1975, p. 85).

Em suma, os territórios entre os rios Tibagi, Ivaí e Piquiri, onde estão assentadas modernas cidades como Londrina, Maringá, Campo Mourão, Umuarama, Cascavel e centenas de outras, nunca estiveram vazios, desde a sua humanização, há mais de 10 mil anos, com a chegada dos primeiros habitantes. Do mesmo modo que não eram sertões desconhecidos como quer fazer acreditar certa historiografia. Contrariando as infundadas ideias disseminadas pelas elites paranaenses, a história da região norte do Paraná não se iniciou com a chegada dos pioneiros e das companhias colonizadoras (MOTA; NOELLI, 1999).

Apesar dos massacres particulares e da ação dos governos, os índios viviam e ainda vivem no norte do Paraná. Adotaram e reinterpretaram os padrões ocidentais, conforme seus objetivos e necessidades, em um processo permanente de produção de novos significados e valores, recriando o passado e afirmando sua identidade indígena. Para poderem reivindicar seus direitos constitucionais, na defesa dos territórios que lhes sobraram, valendo-se de expedientes do mundo dos brancos (acordos governamentais, advogados, etc.). O que demonstra que a questão da violência e da expropriação das terras indígenas não são coisas do passado. A posse das terras indígenas não tem o mesmo estatuto jurídico daquelas que possuem escrituras em cartórios, aos olhos dos fazendeiros e posseiros (TOMAZI, 1999).



Figura 10: Família Kaingáng. Aldeamento de Tamarana, em Londrina. Fonte: JOFFILY, 1985, p. 205.

3.3. A ocupação do norte do Paraná como expansão da cafeicultura paulista e a colonização empreendida pelo Estado e pelas companhias privadas (1855-1945)

No período Imperial, o sistema de colonização do Paraná, voltado para a formação de núcleos coloniais por imigrantes estrangeiros, quase não atraía agricultores. As tentativas tiveram pouco sucesso em razão da agricultura comercial não ser suficientemente rentável, as vias de comunicação serem precárias e devido à ausência de mercados que justificassem a ampliação de áreas de plantio (LUZ, 1997).

A (re)ocupação do norte do Paraná iniciou-se, oficialmente, em 1855, com a criação da Colônia Militar de Jataí. A colônia não prosperou porque os ataques dos índios eram constantes, as condições de salubridade eram péssimas (surto de malária) e a população que para lá se deslocou não tinha a aptidão física para desenvolver as tarefas exigidas (velhos e deficientes). Por volta de 1865, o governo paranaense contratou os irmãos José e Francisco Keller, para explorar e determinar a navegabilidade dos rios Ivaí, Paraná, Paranapanema e Tibagi, visando uma rota de comércio para o Mato Grosso e uma ligação com Curitiba, via Ponta Grossa. (TOMAZI, 1997).

De fato, a colonização só tem impulso em fins do século XIX, quando a vanguarda de mineiros e paulistas penetrou pelo Norte Velho, fundando fazendas e cidades, nos vales dos rios Paranapanema, Cinzas e Jataí. A ocupação desta região se estendeu até as margens do

Tibagi e se completou no decênio de 1920 (WESTPHALEN et al., 1968). Nas primeiras décadas do século XX, o norte constituía a grande reserva de “terras virgens” do Paraná. Em 1900, havia apenas quatro municípios no setentrião paranaense, situados no Norte Velho. Em 1920, a população total desta área representava 10,6% da população do Estado e a densidade demográfica não passava de 1 hab./ km² (LUZ, 1997).

Os fazendeiros mineiros transpuseram o rio Itararé e apossaram-se das terras, como era costume, ou conseguiram-nas mediante concessão do governo Imperial. As principais causas do deslocamento eram a decadência das minas de ouro, a fuga do alistamento militar para a Guerra do Paraguai e a notícia de que a região, ainda 5ª Comarca de São Paulo, era fertilíssima e própria ao plantio de café. Porém, como as necessidades de consumo local eram baixas e os portos distantes, os mineiros se dedicavam mais à agricultura e à pecuária do que à cafeicultura. A instalação das fazendas não se deu de modo pacífico, visto que a região já era habitada por índios. Mesmo assim, foram fundados vários núcleos urbanos (TOMAZI, 1997).

No final do século XIX, os paulistas dominavam o processo de (re)ocupação. Tinham ligações com as casas bancárias que financiavam a abertura de fazendas ou vendiam suas terras esgotadas e compravam propriedades no Paraná. Era grande a procura de novas terras para a cafeicultura, graças à elevação dos preços do café em nível internacional. Ainda que a produção cafeeira fosse irrisória, o governo tomou medidas para incentivá-la e taxar sua saída para São Paulo, tendo em vista o aumento da receita estadual via arrecadação de impostos, decorrentes da venda de terras e do aumento da produção agrícola (TOMAZI, 1997).

Em decorrência do intenso fluxo de paulistas e mineiros para o norte paranaense, surgiram problemas relativos à legalização da posse da terra (PADIS, 1981). Em 1889, na Mensagem ao Legislativo Estadual, o Presidente do Estado do Paraná pedia ao Congresso uma lei de terras que pudesse prevenir a invasão dos fazendeiros paulistas plantadores de café, em plena expansão no vale do Paranapanema, cujas terras eram “tão ambicionadas por mineiros e paulistas e que, por estes últimos eram consideradas, para a cultura do café, como prolongamento do território do seu Estado” (WESTPHALEN et al., 1968, p.2).

Em termos de propaganda, este discurso é importante, pois a cafeicultura significava modernização. Interessava ao governo paranaense, porque, de um lado, podia afirmar que o norte estava sendo invadido por paulistas e, portanto, eram necessárias medidas para frear isso e, por outro lado, o discurso da cafeicultura propiciava uma crescente procura de terras na região, o que aumentava a receita. Aos setores dominantes paulistas, significava que eles estavam modernizando a região economicamente. Apesar de ser uma produção cafeeira fora

de seu território, beneficiava o Estado diretamente, tanto pelo transporte, como pela comercialização do café e de outros produtos nela produzidos (TOMAZI, 1997).

Devido a esta migração de mineiros e paulistas, vários autores sustentam que o norte do Paraná foi ocupado em decorrência do esgotamento das terras ocupadas pela cafeicultura, em áreas de São Paulo e Minas Gerais. Um destes autores é Ana Maria Chiarotti de Almeida (1981), segundo a qual, todo o desenvolvimento da região norte e sua ocupação se fizeram de modo independente do resto do Paraná e se deveu muito mais à economia cafeeira do que a um esforço produtivo desenvolvido pelo próprio Estado. Logo, foi graças à expansão da frente cafeeira paulista, que o norte se transformou na principal fonte de renda do Paraná.

France Luz (1997) também compartilha desta visão. De acordo com a historiadora, a cafeicultura paranaense resultou da expansão para oeste dos agricultores paulistas, em busca de terras novas e baratas, onde as companhias particulares e o Estado facilitavam sua aquisição. Desde o início do século XX, a procura pelas terras roxas, os programas de defesa do café e o incentivo do governo estadual provocaram uma notável expansão dos cafezais do Paraná. A proibição do plantio em São Paulo e em outros estados, bem como o declínio da produção nas regiões mais antigas, contribuíram para que os fazendeiros buscassem as terras do Paraná, muito férteis e ainda não sujeitas a tais restrições.

Nelson Dacio Tomazi (1997) relativiza a tese de que a (re)ocupação do norte do Paraná foi resultado da extensão da cafeicultura paulista. O autor afirma que não era só a cafeicultura que definia a região. A produção de milho e feijão competia, quando não era superior, sem contar a produção de porcos e a extração de madeira. Portanto, o processo de (re)ocupação da região foi concomitante ao que se dava em São Paulo e não sua extensão. As estatísticas demonstram que a produção cafeeira era muito pequena norte do Paraná, entre 1920 e 1930, cerca de 2% do montante do país. Ao passo que, em São Paulo, no mesmo período, as safras mantinham-se crescentes, alcançando 69% da produção nacional.

Para Tomazi (1997), a importância atribuída ao café integra o discurso que visa ocultar as relações de poder, a partir da imposição da ideia de uma “região-personalidade”. No estudo do norte do Paraná, verificam-se muitos “geografismos”, retificando personagens criados que passam a ter vida própria. Este é o caso do café. São usuais os termos “Marcha do Café” ou “Caminhos do Café”, sendo que o café não marcha, nem caminha. Assim, pode-se falar de edificações, equipamentos, estradas, da produção, enfim, de quase tudo, mas pouco se fala da vida das pessoas, concretas, históricas e reais, ou seja, dos homens e das relações sociais que existiram e existem no processo de expansão da cafeicultura e na incorporação destas terras à

produção capitalista.

O café faz a história ocultando relações. A relação social firmada entre os homens se transforma “fantasmagoricamente” em uma relação entre coisas. A isso Marx deu o nome de fetichismo. Ao encobrir as relações sociais se atribui ao produto do trabalho determinados poderes, como se a mercadoria tivesse colada nela atributos que ela não tem (MALUF, 1995, p.17).

Após a Proclamação da República e da Promulgação da Constituição Federal de 1891, houve uma modificação no controle e na organização da questão da terra no Brasil, com reflexos significativos para o Paraná. O Artigo 64 da referida Constituição determinava a transferência do domínio das terras devolutas da União para os Estados. A primeira Constituição do Estado do Paraná, publicada em 07 de abril de 1892, expressava a responsabilidade do Estado no que tange à política de terras (PRIORI, 2011).

Preocupado em colonizar as terras devolutas, o Presidente do Estado do Paraná, Francisco Xavier da Silva, publicou a Lei n.º 68 de 1882, sobre os serviços de registro, validação, legitimação, venda, aforamento, discriminação e colonização de novas de terras, por empresas nacionais ou estrangeiras (WESTPHALEN et al., 1968). A Lei n.º 68 proibia qualquer tipo de invasão de domínio alheio, principalmente do apossamento de terras devolutas. Os posseiros eram passíveis de despejo, com a perda das benfeitorias, incorrendo no pagamento de multa e de sanções previstas no Código Penal. Por força desta lei, o governo definiu que o Estado poderia alienar as terras na extensão de seus domínios (PRIORI, 2011).

Com o objetivo de eliminar a ocupação ilegal e predatória do solo e das matas, realizada por posseiros, o governo promoveu a divisão em lotes e a venda a preços bastante baixos, por intermédio de companhias particulares, cujos planos de colonização tiveram razoável êxito em algumas regiões, sendo as demais áreas revendidas posteriormente (PADIS, 1981). As grandes concessões de terras feitas a particulares durante toda década de 1920 eram uma das fontes de renda mais promissoras do Estado. Loteadas as terras, os impostos de transferência rendiam tanto quanto a própria produção agrícola (CANCIAN, 1981).

Em função da Lei n.º 1642 de 1916, as empresas colonizadoras poderiam receber concessões de até 50 mil hectares, tendo a obrigação de demarcar e lotear a área, com o mínimo de infraestrutura necessária, em lotes individuais de 5 a 25 hectares, dentro um prazo de oito anos. Caso contrário, as concessões voltariam ao domínio do Estado do Paraná, sem ônus para o mesmo. Em 1919, foram efetuadas várias concessões na região norte, sendo as principais: a Corain e Cia, Leopoldo Paula Vieira, no município de São Jerônimo, a Augusto Loureiro, James Cody Terry e Percy James Allen, no município de Tibagi. Em 1920 e 1921,

no município de Tibagi, foram feitas as concessões a Jacob Petry e Cia., José Hauer Junior, Geniplo dos Santos Pacheco e a Antônio Alves de Almeida⁶⁴ (TOMAZI, 1997).

A Lei n.º 2125 de 1922, diminuiu o prazo para demarcação de terras para dois anos, ao fim do qual, se esta não tivesse sido realizada, a concessão seria anulada. Após a promulgação desta lei, foram cedidas no município de São Jerônimo as concessões a João Leite de Paula e Silva e à União Cooperativa Humanitária do Brasil, depois transferida a Manoel Firmino de Almeida. Em Tibagi, a José Carvalho de Oliveira que passou a Casemiro de Souza Lobo; a Hacker e Cia. A maior das concessões foi a da Companhia Marcondes de Colonização, Indústria e Comércio S.A., em São Jerônimo e Tibagi. No noroeste, nas imediações de Paranavaí, foi feita uma grande concessão, denominada da Gleba Pirapó, à BRAVIACO,⁶⁵ que tinha outras reservas a oeste, limitadas pelos rios Paranapanema e Ivaí (TOMAZI, 1997).

Pode-se concluir que, nos anos 20, já não estavam à frente do processo de colonização simples fazendeiros, mas decididos homens de negócios. Comprar “terras virgens” para cobri-las de cafezais passara a ser o objetivo de poderosas empresas comerciais. Só que o trabalho de formar o cafezal, com a carga de responsabilidades e de riscos inerentes, jamais eram tomadas diretamente por tais colonizadores. Esta era tarefa para sitiantes, entre os quais se loteavam os terrenos. Com a venda dos lotes ainda em estado de floresta realizavam os primeiros lucros, logo mais renovados com os fretes dos transportes, para finalmente serem multiplicados pela exportação (FONSECA, 1953).

Neste período, as relações comerciais e financeiras do norte do Paraná realizavam-se muito mais com São Paulo do que com Curitiba, devido a vários fatores: a ferrovia Sorocabana chegava próximo à divisa com o Paraná; as condições de comercialização no porto de Santos eram mais satisfatórias e as casas comissárias de café lá estavam instaladas; havia muitos paulistas que haviam adquirido terras no Paraná e tinham ligações com casas bancárias que financiavam a produção; e, por fim, no Paraná inexistia um sistema adequado de transporte para escoar a produção (rodovias e ferrovias) (TOMAZI, 1997).

Em 1924, Romário Martins constatou essa dependência entre São Paulo e o norte do Paraná, quando escreveu nove artigos que foram publicados em um jornal de Curitiba, sob o título “Cafelândia – Terra das glebas de ouro (impressões de viagem); onde salienta a quase total dependência da produção cafeeira paranaense no que se refere à exportação pelo porto de

⁶⁴ Neste período, muitos núcleos urbanos foram surgindo a leste do Tibagi, no nordeste do Estado, como Jundiá do Sul (1917), Bandeirantes (1921), Santa Mariana (1922), Cornélio Procópio e Ribeiro do Pinhal (1924), Andirá (1927) (TOMAZI, 1997).

⁶⁵ Companhia Brasileira de Viação e Commercio.

Santos e uma espécie de segregação em que fora mantido o norte do Paraná pelos próprios paranaenses” (COSTA, 1974, p. 159).

Romário Martins observa que o norte ligado a São Paulo por interesses industriais e mercantis e por vias de transporte e comunicação, era mais paulista que paranaense – uma região nova, colonizada recentemente, e que já se distanciava historicamente do restante do Paraná. O autor aponta a falta de um sistema de estradas e de uma política de incentivo comercial que articulasse entre si os centros econômicos da região, ao mesmo tempo ligando-os ao restante do território estadual. Seu objetivo era claro: integrar a nova região cafeeira à economia paranaense (BENATTE; TOMAZI, 2011).

Deste modo, a economia do norte do Paraná se desenvolveu de forma periférica e dependente do Estado de São Paulo. “Na verdade, o Norte desde sua ocupação até quase metade da década dos anos 60, permanecia praticamente isolado do resto do Estado, em virtude, sobretudo da completa ausência de meios de comunicação entre ambos” (PADIS, 1981, p. 181). Com isso, a integração econômica do Paraná não se consolidava, pois parte da renda gerada se dirigia para fora.⁶⁶ Situação que começa a mudar em 1961, com a construção da Rodovia do Café, ligando o norte com o Porto de Paranaguá (ALMEIDA, 1981).

3.4. A Companhia de Terras Norte do Paraná: fundação, propaganda e colonização

O que é o norte do Paraná? É uma região imprecisa, definida pela imaginação daqueles que, leem um cartaz da Companhia que os convida para o melhor futuro e ouvem falar de um lugar em abertura, para o qual não se sabe muito bem para onde vai, mas no qual a terra, em se plantando, tudo dá. Um paraíso incrustado na floresta virgem e misteriosa que aguarda ansiosamente os novos conquistadores, os novos homens oriundos de todos os lugares, que embarcarão rumo ao desconhecido para, mais uma vez, tentar “fazer a América” [...] (BUARQUE; GUERRA, 1985, p.61).

No início da década de 1920, um grupo de fazendeiros⁶⁷ estabelecidos no Norte Velho, decidiu fazer a ligação ferroviária entre São Paulo e o Paraná, pelo rio Paranapanema. Para tanto, conseguiram concessões dos governos dos dois estados, formando a Estrada de Ferro Noroeste do Paraná, que mais tarde veio a se chamar Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná (CFSP/PR). Do governo paranaense, receberam o privilégio exclusivo de exploração,

⁶⁶ Conforme Padis (1981), através da produção de café, o Paraná contribuiu com parcelas ponderáveis de sua renda para subsidiar o parque industrial paulista e para atenuar os déficits orçamentários da União. Segundo Almeida (1981), ao mesmo tempo em que o Paraná expandia sua atividade cafeeira, São Paulo desenvolvia seu setor industrial. O café não constituía mais o motor da economia paulista, sendo que a cafeicultura paranaense produzia divisas para o setor industrial em desenvolvimento no centro do país. Somente parte da renda gerada pela cafeicultura era reinvestida no próprio Estado, em favor da agricultura do café.

⁶⁷ Entre eles destacavam-se Antônio Barbosa Ferraz Júnior, Antônio Ribeiro dos Santos, Willie da Fonseca Brabazon Davids, Leovigildo Barbosa Ferraz, Gabriel Ribeiro dos Santos e Manoel da Silveira Correia.

direito de desapropriar terrenos, prédios ou qualquer benfeitoria particular no trajeto da ferrovia; isenção de todos os impostos que viessem a incidir sobre esta, além de 3.600 hectares de terras por quilômetro de estrada construída e em tráfego (TOMAZI, 1997).

Mas as disponibilidades financeiras dos fazendeiros não eram suficientes para concluir o trecho ferroviário. Daí a preocupação do Major Barbosa Ferraz Júnior, presidente da estrada de ferro, em atrair novos e poderosos investidores. Por essa razão, o Major encontrou-se com Lord Lovat, técnico em agricultura e florestamento da Missão Montagu,⁶⁸ na sua fazenda de terras roxas, em Cambará. Gastão de Mesquita Filho, engenheiro que dirigia a construção da ferrovia, chamou a atenção do visitante inglês para as férteis glebas que o governo oferecia à venda por preços baixos, por causa da inexistência de transportes na região. E argumentou que, se a compra fosse seguida do prolongamento da estrada de ferro, de modo a garantir para os compradores o escoamento de seus produtos, a valorização das áreas adquiridas tornaria o empreendimento muito lucrativo (CMNP, 1975).

Simon Joseph Frazer, mais conhecido como Lord Lovat, estava no Brasil como integrante da Missão Montagu,⁶⁹ que veio ao país tendo em vista um pedido de empréstimo de 25 milhões de libras, solicitado por Arthur Bernardes à casa Rothschild. A maioria dos textos afirma que a missão inglesa foi convidada pelo governo (TOMAZI, 1997). “A convite do presidente da República Arthur Bernardes, chegava em 1924, uma missão econômica inglesa para o Brasil. Seu objetivo era estudar a situação financeira e comercial do país. Foi encomendado aos ingleses um estudo para reformular o sistema de arrecadação de impostos federais” (WACHOWICZ, 1987, p. 255). Mas para Joffily, a missão foi imposta ao governo:

Naquele tempo a política externa da Inglaterra partia do princípio segundo o qual os países pobres, dentro do quadro de dificuldades do mundo moderno, ainda não estavam preparados para o exercício da autodeterminação. Mas o bem-estar e o desenvolvimento desses povos eram considerados “um encargo sagrado da civilização” e sua realização deveria ser confiada às nações adiantadas e experientes, o que vale dizer – colonizadoras. [...] Parece que outro não era o pensamento do

⁶⁸ A Missão Montagu estava vinculada à situação econômica e financeira do Brasil e à política econômica do governo de Arthur Bernardes, que tinha por base três pontos principais: liquidação da dívida com o Banco do Brasil; implementação do Plano de Defesa Permanente do Café; criação de um Banco Central e retorno ao padrão ouro. Para implementar estas medidas, o governo solicitou à Casa Rothschild, em setembro de 1923, um empréstimo de 25 milhões de libras. Mas o pedido não foi atendido de imediato e seguiu a proposta de que a decisão sobre o empréstimo estaria condicionada à presença e às recomendações de uma missão que os banqueiros ingleses enviariam ao Brasil. A Missão seria incumbida de estudar as modificações que deveriam ser feitas na estrutura institucional e operacional de implementação da política monetária, fiscal e do café, para que se fortalecesse a capacidade de pagamento do país, com vistas ao reinício dos pagamentos de amortização da dívida externa (TOMAZI, 1989).

⁶⁹ É importante salientar que a referida missão inglesa, não era uma missão oficial, pois nenhum de seus membros representava a coroa britânica, eram todos emissários dos banqueiros, que sentiam seus créditos ameaçados. Porém, a imprensa da época se refere, de modo geral, aos “emissários da Inglaterra”, sem qualquer alusão a casa Rothschild (JOFFILY, 1985).

nosso governo quando se prestou a assumir um convite forjado pelos nossos credores de Londres. Na realidade, o governo brasileiro jamais formulou convite algum a N.M. Rothschild & Sons ou a seus emissários, inclusive a Lord Lovat. [...] Estavam os banqueiros preocupados com a nossa inadimplência e a ruí­na administração de nossas finanças. Para culminar os desacertos, pedíamos um novo empréstimo de 25 milhões de libras. Em 1924, nossa dívida externa, só em libras, somava 102.623.294, com contar o débito dos estados e municípios. Estávamos em atraso no pagamento de juros e amortizações. [...] Afinal, parece que apenas Epitácio Pessoa teve conhecimento da verdade. Revelou o ex-presidente, a inexistência do alardeado ‘convite’, acrescentando: “a missão inglesa de Lord Montagu foi para o nosso país uma vergonha, mascarada por um convite, imaginado apenas para dissimulá-la aos olhos da nação” (JOFFILY, 1985, p. 41).

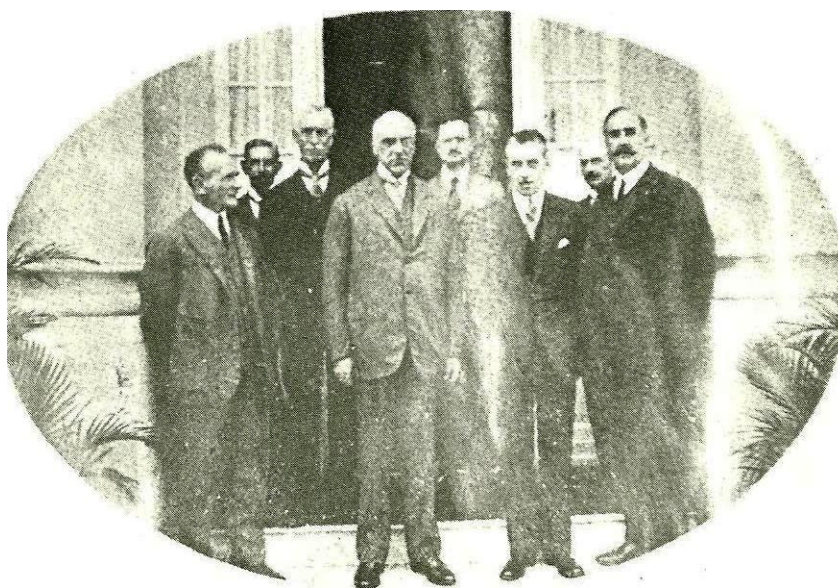


Figura 11: Missão Inglesa no Rio de Janeiro: Lord Montagu, ao centro, Lord Lovat, Mr. Hartley Withers, Charles Addis e William Mc Linton. Fonte: JOFFILY, 1985, p.169.

A Missão Montagu chegou ao Brasil em 30 de dezembro de 1923 e voltou à Inglaterra em 04 de março de 1924, deixando um relatório⁷⁰ extenso que apontava uma série de medidas que indicavam como o Brasil deveria se portar para ter um orçamento equilibrado. As orientações eram as seguintes: aumento de impostos, corte de despesas (funcionalismo e investimentos públicos), venda ou arrendamento (privatizações) das propriedades do governo, aumento das exportações, abertura para o capital estrangeiro (preferencialmente aos ingleses), entre outras. Apesar de tudo, o financiamento não foi concedido, porque o governo inglês embargou o lançamento de títulos dos governos estrangeiros em Londres (TOMAZI, 1997).

Segundo a CMNP (1975), depois do que teve a oportunidade de ver em Camará, Lord Lovat enviou um telegrama ao gerente da Sudan Plantations, Arthur Thomas, na Capital

⁷⁰ O “Relatório da Missão Inglesa” foi publicado na íntegra no Jornal do Commercio, do Rio de Janeiro, em 29 de junho de 1924. Segundo Joffily (1985, p. 61), é uma “peça definitiva e irretocável do modelo imperialista”, que permaneceu praticamente ignorado pela opinião pública, inclusive por estudantes e intelectuais.

do Sudão, para que seguisse ao seu encontro em Londres, a fim de discutirem as aplicações de capitais no Brasil. Conforme Wachowicz (2010), o objetivo pessoal de Lord Lovat era estudar a produção de algodão no Brasil, a fim de suprir as indústrias de tecelagem na Inglaterra. Após muitos estudos e negociações, resolveu adquirir terras em São Paulo e no Norte do Paraná, com este objetivo, fundando então uma empresa para atuar no país: a Brasil Plantations Syndicate⁷¹ e uma companhia subsidiária, a Companhia de Terras Norte do Paraná.

Contudo, para Joffily (1985), “é falsa a interpretação oficial de que Lord Lovat e seus parceiros ingleses teriam vindo ‘aplicar capitais em nosso país’.” Ao contrário, por estar passando por uma profunda crise interna, que coincidia com os movimentos emancipatórios das colônias, a política econômica da Inglaterra apressava a liquidação de créditos no exterior e a busca de novos recursos em suas áreas de influência imperialista, inclusive no Brasil. “Jamais levar divisas para fora e sim trazê-las de onde estivessem”. Portanto, “é fictícia a concepção de investir libras em nosso país, ou ‘ajudar o nosso desenvolvimento’, como insistem as publicações oficiosas sobre o Norte do Paraná” (JOFFILY, 1985, p.48-49).

Além de que, Lord Lovat, como mensageiro de confiança dos Rothschild, não os abandonaria para tratar de interesses pessoais. Estava em São Paulo e no Paraná a serviço reservado dos banqueiros. Assim, as terras adquiridas deveriam lastrear supletivamente os débitos nacionais com os capitalistas britânicos. Lovat era o único membro da missão com experiência agrícola, na qualidade de proprietário de vastas terras no Sudão. O que explica o fato de ter sido escolhido para inspecionar a rica região paranaense (JOFFILY, 1985).

Lord Lovat havia exercido o cargo de Presidente da “Royal Comission on Forestry” (Real Comissão Florestal), sendo defensor das reservas florestais de seu país. A fim de poupá-las, a Inglaterra vinha de longa data exportando madeira da Rússia. Mas com a Revolução Soviética, os preços se tornaram proibitivos, deixando Lovat muito preocupado. “Parece claro que a notícia da formidável reserva florestal – talvez a mais importante da época – pela quantidade, variedade e qualidade da madeira de lei, despertou inusitado interesse de nossos implacáveis credores. Decerto, vislumbraram na ‘descoberta’ de Lord Lovat, pelo menos mais um lastro de garantia real para nossos débitos acumulados” (JOFFILY, 1985, p. 76). No entanto, desconhece-se o quanto representou a exploração da madeira de lei, “exportadas em vastas quantidades” e se os resultados da exportação foram capitalizados.⁷²

⁷¹ A expressão “plantation”, nada tem a ver com plantação, designa em seu significado histórico “colonização”, do mesmo modo que, o vocábulo “syndicate” não possui o sentido atual de associação de empregados ou empregadores, e sim agrupamento de homens de negócio, capitalistas (JOFFILY, 1985).

⁷² Cia Melhoramentos Norte do Paraná – A Maior Empresa Colonizadora da América do Sul – Suas Realizações em Mais de 30 Anos de Trabalho – R.V.P.S.C., São Paulo, 1955, p. 5 apud JOFFILY, 1985, p.86.

A Brazil Plantations Syndicate Limited foi fundada em 25 de abril de 1925, com um capital inicial de 200 mil libras esterlinas. Adquiriu fazendas em de São Paulo (Birigui e em Salto Grande) e empresas para a plantação e beneficiamento do algodão (Bernardino de Campos). O que não significou que o interesse no norte do Paraná tivesse sido abandonado. Quando Lord Lovat voltou para a Inglaterra, deixou os advogados João Sampaio e Antônio Moraes Barros estudando as possibilidades de adquirir terras no Paraná (TOMAZI, 1989).

De volta à Londres, Lovat encontrou-se com Arthur Thomas, instruiu-o a respeito dos propósitos acionistas da Sudan Plantations de aplicar recursos no Brasil e convidou-o para orientar o empreendimento. Arthur Thomas aceitou e embarcou para São Paulo, em 1924, com a recomendação de procurar João Sampaio (CMNP, 1975). Neste momento, a Companhia Marcondes de Colonização Indústria e Comércio, solicitou a Brasil Plantations um empréstimo de dois mil contos de réis para poder colonizar sua concessão (TOMAZI, 1989). Eram terras griladas de domínio do Estado do Paraná. Ainda assim, Arthur Thomas e João Sampaio concederam o empréstimo. Mas, sabendo que o empréstimo seria insuficiente para o empreendimento, solicitaram e obtiveram a compra das terras (CMNP, 1975).

Arthur Thomas e João Sampaio foram à Curitiba, para dar informações ao presidente do Estado sobre a transação realizada com a Cia. Marcondes. E compraram os títulos de concessão inseguros outorgados pelo Estado, mediante autorização especial, que Caetano Munhoz da Rocha obteve da Câmara Legislativa Estadual, assegurando-lhe que ficariam a cargo da Brazil Plantations todas as despesas para liquidar as posses ilegítimas (CMNP, 1975). Feitos os contatos com o Estado, tomaram providências para criar a empresa que pudesse efetivar a transação. João Sampaio viajou à Londres a fim de levar os informes sobre esta possibilidade e Arthur Thomas e Antônio Moraes Barros ficaram no Brasil para organizar a empresa, criada após o recebimento do aval de Londres (TOMAZI, 1989).

A Companhia de Terras Norte do Paraná, organizada por Lord Lovat e Arthur Thomas, sob a orientação jurídica de João Sampaio e Antônio Moraes de Barros, registrou seus estatutos em 24 de setembro de 1925. Como era subsidiária da Brasil Plantations, esta deveria elevar seu capital de 200 mil para 750 mil libras esterlinas, para fazer frente às despesas com a compra de terras. Mas preferiram criar outra empresa, a Paraná Plantations Company, que teria maiores possibilidades de levantar capital junto aos bancos e bolsas de Londres e Paris. A CTNP tornou-se subsidiária desta companhia no Brasil. Os contratos de compra de uma vasta área, localizada entre os rios Paranapanema, Tibagi e Ivaí, foram efetuados diretamente com o presidente Caetano Munhoz da Rocha (TOMAZI, 1989).

Segundo Arias Neto (1998), os interesses da CTNP estavam ligados a instalação de uma “plantation” algodoeira e tanto o empréstimo aos acionistas da Estrada de Ferro São Paulo-Paraná, como a compra desta havia sido descartados pelos ingleses. Provavelmente, a maior parte do capital foi empregada na compra de terras, o que inviabilizou este plano inicial. A solução para recuperar o investimento feito e acumular capital foi encontrada no parcelamento e venda da terra. O parecer de Arias Neto se baseia na análise de Sandino Hoff:

Constata-se a incapacidade inicial da Companhia em captar um segundo capital, após ter gasto o primeiro na aquisição de terras e nos negócios com o Estado, com o fim de abrir as matas e formar uma plantation de algodão. Superou este obstáculo com a venda dos lotes, acumulando capital para remeter aos acionistas ingleses e para investir na industrialização (HOFF, 1991, p. 34).

Porém, Tomazi (1989; 1997) afirma que a constituição da CTNP foi realizada para desenvolver um projeto imobiliário e não tinha nenhum interesse em plantar algodão, como a maioria dos autores enfatiza. Para comprar as terras no Paraná, seus idealizadores tiveram a orientação jurídica de João Sampaio e Antônio Moraes de Barros, conhecedores dos “negócios” de terras em São Paulo e no Paraná. Além de encontrarem em Willie Davis (filho de ingleses no Brasil), grande fazendeiro em Jacarezinho (da qual havia sido prefeito) e deputado por três legislações, o elo com o governo paranaense. A CTNP, com a maioria da direção brasileira, mas com a diretoria técnica nas mãos de Arthur Thomas, representante da Paraná Plantations, era o elemento institucional necessário para se iniciar o empreendimento colonizador no norte do Paraná, nos moldes pretendidos pelo governo do Estado.

De qualquer forma, os três anos que se seguiram à constituição da Companhia foram dedicados à exploração e estudo do povoamento e do desenvolvimento dos meios de acesso e saída. E em 1928, cessaram-se todas as atividades com o algodão.⁷³ A partir de então, a diretoria da CTNP passou a concentrar seus esforços na colonização das terras adquiridas. No entanto, para que todo o empreendimento tivesse sucesso, faltava um elemento: o acesso às terras da CTNP, que ficavam no interior da mata (LUZ, 1997).

Todos os planos para conquista e ocupação do território, seja a exploração da imensa reserva de madeira de lei, seja a migração de colonos, ou o escoamento da produção agrícola, tudo dependia do transporte ferroviário (JOFFILY, 1985). A opção feita pela CTNP foi a de comprar a Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná dos antigos concessionários, que já haviam construído um trecho de 27 km, que se estendia de Ourinhos até Cambará, mas não dispunham de capital para sua expansão (TOMAZI, 1989). Assim, a ferrovia alcançou a zona

⁷³ Para France Luz (1997), deveu-se ao pouco sucesso obtido com as plantações em São Paulo.

de loteamento à margem esquerda do rio Tibagi. As duas companhias se completavam, uma loteando e vendendo as terras a serem colonizadas e a outra possibilitando o escoamento da produção e a ligação com os demais centros e a penetração de colonizadores (LUZ, 1997).

Ao comprar as terras da concessão da Cia. Marcondes, a CTNP adquiriu a concessão de um ramal ferroviário que ligaria São Paulo ao Paraná, cruzando o rio Paranapanema junto à foz do rio Tibagi. Porém, estudos demonstraram que a ligação da região a São Paulo seria mais vantajosa se fosse feita por Ourinhos. Além da ferrovia São Paulo-Paraná, outro fator que influenciou nesta decisão foi a existência de fazendas, sítios, vilas e cidades neste trajeto, o que significava ter de imediato a possibilidade de transportar um volume significativo de mercadorias e pessoas nos sentidos São Paulo-Paraná e Paraná-São Paulo (TOMAZI, 1989).

Na realidade, segundo Tomazi (1997), o negócio que mais interessava aos ingleses era a construção de uma ferrovia transcontinental, que ligaria o Atlântico ao Pacífico, visto que não era uma prática do império inglês no mundo todo comprar terras para projetos imobiliários. A definição das terras adquiridas pela CTNP segue o curso definido por onde anteriormente passaria a ferrovia. O que se evidencia em 1939, quando o governo brasileiro inicia o processo de encampação da ferrovia⁷⁴ e a CTNP passa a pensar em deixar o negócio de terras, sendo que maior parte delas ainda não estava vendida.

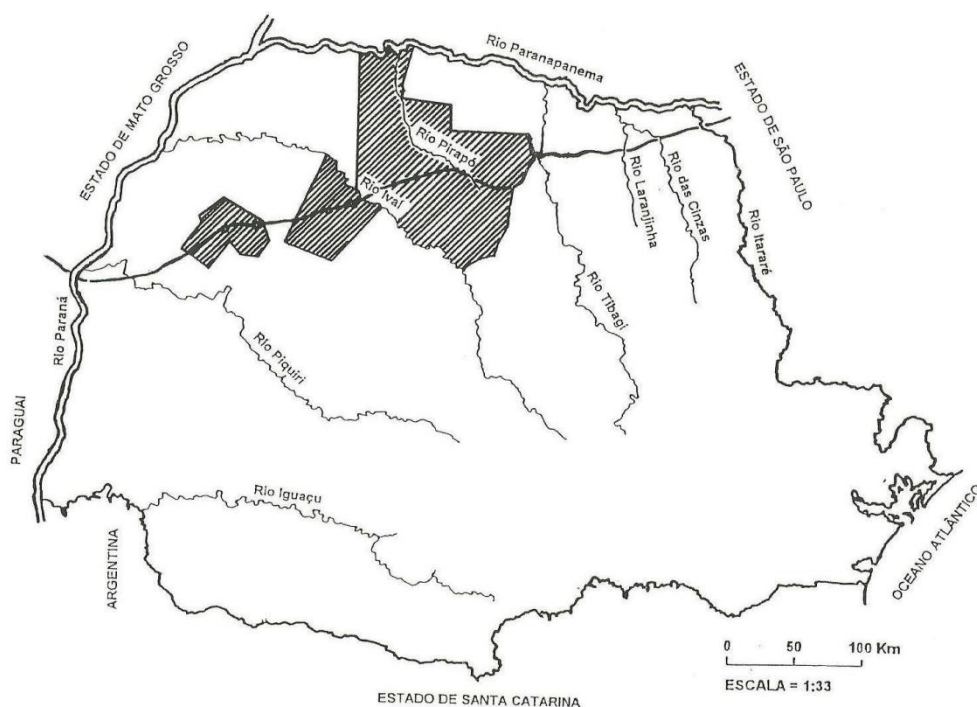


Figura 12: Área da CTNP/CMNP com o traçado original da ferrovia.⁷⁵ Fonte: TOMAZI, 1997, p. 188.

⁷⁴ Desde 1939, a via férrea não pertencia mais à Paraná Plantations Ltda., pois fora comprada pelo Governo Federal, passando a constituir um ramal da Rede de Viação Paraná-Santa Catarina (LUZ, 1997).

⁷⁵ O tráfego ferroviário de Jataizinho a Londrina foi inaugurado em 28 de julho de 1935, a 09 de outubro

Entre 1925 e 1927, a CTNP adquiriu ao todo 516.017 alqueires e gastou dez mil, cento e sessenta e quatro contos, setenta e nove mil, cento e vinte réis (LUZ, 1997). A superfície das terras compradas era de aproximadamente 13.200 quilômetros quadrados, o que corresponde a um quinze avos do território do Paraná e a menos de 20% da região norte (TOMAZI, 1989). A aquisição destas glebas é um emaranhado de transações entre antigos concessionários, proprietários, governo do Estado e as empresas inglesas. Em 1925, a CTNP comprou 350 mil alqueires do governo do Estado.⁷⁶ Em 1926, adquiriu 20 mil alqueires do Dr. Custódio José de Almeida e 80 mil alqueires da Brazil Plantations Syndicate Ltda., que os havia adquirido na qualidade de cessionária da BRAVIACO. Em 1927, comprou 30 mil alqueires da concessão dada a Paula Silva e 20 mil alqueires de Francisco Gutierrez Beltrão. Os títulos de propriedade destas aquisições foram expedidos pelo governo, em 1930 (TOMAZI, 1997).

A falta de vias de acesso na região muito contribuiu para que o preço das terras fosse fixado por lei em níveis aparentemente baixos: 20 mil réis por alqueire paulista de 24.200 metros quadrados (CMNP, 1975). Assim, “o Estado se viu despojado de sua riquíssima faixa roxa, transando-a a preço além de vil (oito mil réis o hectare), como se na realidade tivesse havido uma simples doação ao estrangeiro. [...] Foi de tal ordem o negócio que apenas a mata, pródiga em peroba, cedro e outras madeiras, valia mil vezes o preço pago” (NASCIMENTO, 1962, p.123).

O preço estipulado pelo governo paranaense equivalia à diária de um carpinteiro ou ao custo de cinco quilos de feijão. Foi pago à vista apenas um mil contos de réis e o restante, cinco mil, setecentos e setenta e seis contos de réis, seria recolhido aos cofres do Estado, à medida que a Companhia vendesse as terras, em um prazo de doze anos. Deste modo, segundo o “Diário Oficial” (1934), nove anos depois, o governo continuaria recebendo da subsidiária da Paraná Plantations, os mesmos oito mil réis por hectare. Todos os documentos e publicações oficiais omitem os motivos da fixação em tão baixo valor. Referem-se laconicamente “ao preço da lei” (JOFFILY, 1985).

Torna-se difícil compreender as razões pelas quais fez o Governo do Paraná, tão generosas concessões a partir de caminhos politicamente asfaltados, a quem já exibía atestados milionários. [...] Afinal, o Brasil, em termos financeiros, “era território dos Rothschild”, segundo Anthony Sampson. Além disso, é de notar que durante catorze anos, os dois ilustres paranaenses governaram alternadamente com uma vantagem: a filha de Afonso Camargo era casada com o filho de Caetano Munhoz da Rocha. Circunstância de família que naturalmente favorecia a

chegava a Rolândia e a Araçongas em 1941. Em 1943, chegou a Apucarana, em 1954 a Maringá, em 1973 a Cianorte, onde se encontra paralisado, não atingindo como se previa, a divisa do Paraguai (CERNEV, 1995).

⁷⁶Ao preço de oito mil réis o hectare, totalizando o montante de seis mil setecentos e setenta e seis contos de réis por ano. Quantia facilmente arrecada pela venda de lotes rurais e urbanos (TOMAZI, 1997).

sucessividade do mandonismo pessoal e administrativo. O continuísmo estava assegurado também pelo revezamento na ocupação de cargos de confiança nas duas administrações. Entre seus titulares: Marins Alves de Camargo, Alcides Munhoz da Rocha e Ademar Lustoza Munhoz. Não é o espírito público e sim o interesse individual a pedra angular das oligarquias. A verdade insofismável é que sem o prestígio, a força e, sobretudo, as chaves de ouro dos Rothschild, as portas do Palácio da Liberdade – com suas mordomias e nepotismos – jamais seriam abertas, escancaradas como foram, durante anos a fio (JOFFILY, 1985, p. 82-83).

Na mesma época, as terras roxas de Ourinhos valiam de 123\$000 a 246\$000 o alqueire. A diferença entre estes valores com os negociados entre o governo paranaense e a Parana Plantations chega a trinta vezes mais, o que “sugere óbvias suspeitas de deslavado protecionismo”, que provocaram reações por parte da imprensa. O jornal “Gazeta do Povo”, por exemplo, trazia um editorial sob o título “Nosso Patrimônio Territorial Ameaçado”. Outros jornais do Paraná, como “O Dia” e de São Paulo, como “O Diário Popular”, também criticavam o valor estipulado em apenas oito mil réis o hectare (JOFFILY, 1985, p.90). Realmente, no negócio do setentrião paranaense, os capitalistas da CTNP foram muito bem remunerados. O empreendimento proporcionava um retorno de 1000%, diante da rápida valorização dos lotes, enquanto que os bons negócios na Inglaterra rendiam em torno de 5% ao ano (ROLIM, 1999).

Em 1929, foi realizada a viagem em que a CTNP tomou posse efetiva de suas terras. No então patrimônio de Três Bocas, foi feita a derrubada da mata, aproveitando-se a madeira para a construção do primeiro hotel e do escritório (LUZ, 1997). A narrativa desta “primeira caravana” é uma das peças literárias mais repetidas pelos escritos da Companhia e na maioria dos escritos referentes a ela. A Companhia via a sua ação como uma investida histórica, uma gloriosa jornada, plantadora da civilização. O que a CMNP (1975) designa como “alguns peões” que fizeram a derrubada da mata, não tem nome, nem memória (TOMAZI, 1997).

No dia 20 de agosto de 1929, inicia-se a viagem de reconhecimento da região ainda virgem, balizada pelo curso dos rios Paranapanema, Tibagi e Ivaí, onde a Companhia de Terras Norte do Paraná se preparava para plantar a civilização. Estavam unidos na empreitada George Craig Smith, Alberto Loureiro, o agrimensor russo Alexandre Razgulaeff, Ervin Froelich, Kurt Jakowats e mais alguns peões contratados para trabalhos de campo. [...] Estrada rude, árvores imensas, perobas, paus d’alho, ipês, palmitos em abundância, padrões de terra fértil. Foi assim a partida para o desconhecido [...], quando um punhado de homens – em nome da Companhia de Terras Norte do Paraná – deu o primeiro passo para a fundação de Londrina e para que se concretizasse o mais extraordinário plano de colonização já realizado por uma empresa privada no Brasil (CMNP, 1975, p. 61-63).

Entretanto, o território situado ao norte do Estado do Paraná já era do conhecimento dos ingleses antes de 1925. Entre 1872 e 1875, os ingleses estruturavam uma expedição, a

“Paraná and Mato Grosso Survey Expedition”, que visava fazer o reconhecimento da região para a construção de uma ferrovia transcontinental que cortaria o continente sul-americano e tinha apoio do governo brasileiro, na figura do Visconde de Mauá (TOMAZI, 1997). O norte do Paraná estava, desde o início, nos planos estratégicos dos Rothschild, pois as terras roxas do Brasil eram mundialmente conhecidas, devido à fama internacional do café de Ribeirão Preto. Joffily (1985) cita o pioneiro Benedito Rodrigues dos Santos que, em entrevista à “Folha de Londrina”, alegou que o interesse dos ingleses começara em 1919, sendo que ele próprio tinha participado de uma expedição em 1922. Portanto, como afirma Tomazi (1997), não vinham para uma terra desconhecida, como querem fazer parecer em seus discursos.

Definida a compra e a demarcação dos 515 mil alqueires das melhores e mais férteis terras do Paraná e a concessão da ferrovia em suas mãos, os elementos essenciais para o desenvolvimento do projeto imobiliário que os ingleses se propunham a efetivar estavam definidos (TOMAZI, 1989). Nessa área, a CTNP executou um plano de colonização dividindo as terras em zonas que, após a medição e aberturas de “picadas”, eram colocadas à venda. No Patrimônio Três Bocas, ligado a Jataí, já alcançada pela estrada de ferro, por uma estrada de rodagem, foi fundada a cidade de Londrina, que se tornou sede da CTNP. Em 1930, chegou à Londrina o primeiro grupo de compradores de terras, constituído por japoneses (LUZ, 1997).

Para que houvesse aceleração das vendas, foi desenvolvida uma intensa propaganda no Brasil e no exterior. A CTNP contratou agentes que atuavam como vendedores de terras, percorrendo as regiões mais próximas, como Paraná, São Paulo e Minas Gerais, munidos com material publicitário e pré-contratos para atrair compradores. Em seguida, a ação destes vendedores se estendeu por todo território nacional. A propaganda era realizada com base no slogan: “Certeza de lucro e garantia do direito de propriedade”, mais a fama, cada vez mais difundida do “Norte do Paraná, terra onde se anda sobre dinheiro”, chamavam para a região levas de migrantes⁷⁷ (LOPES, 1982).

O próprio Lord Lovat tornou-se um grande agente/vendedor. Nos anos de 1930 e 1931, visitou vários países europeus, como a Alemanha, Polônia, Áustria, Itália, onde procurou fazer contatos com órgãos públicos e privados, visando à vinda de imigrantes diretamente para as terras que o grupo inglês possuía. Um destes contratos trouxe alemães para uma gleba, em 1932, onde se instalou posteriormente a cidade de Rolândia (TOMAZI,

⁷⁷ A publicidade da Companhia veiculada em todo o Brasil e exterior atraiu uma grande e variada clientela. Europeus que fugiam das convulsões políticas e sociais originadas pela consolidação da União Soviética, pela ascensão do nazi-fascismo, pela guerra civil espanhola, bem como camponeses expropriados pelo processo de desenvolvimento do capitalismo europeu. E brasileiros de todos os estados, mas especialmente do centro-sul e do nordeste, os grandes focos de tensões econômicas e sociais do período (ARIAS NETO, 1998).

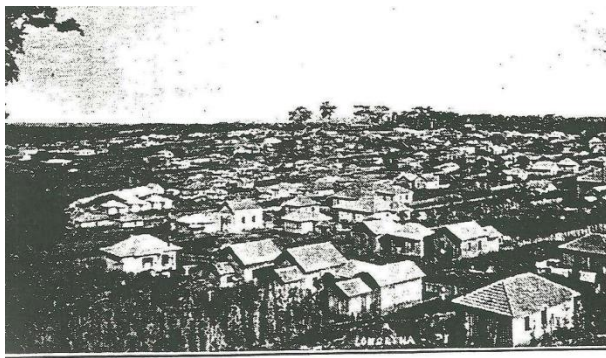
1997). Outro resultado destas viagens de Lord Lovat foi o decorrente das conversações com o Comitê Nansen da Liga das Nações, tendo em vista o deslocamento de uma população de cem mil curdos assentados no Iraque, que viviam em regiões onde companhias inglesas haviam encontrado petróleo. Estas tribos beduínas curdas haviam sido expulsas de suas terras pela Turquia e estavam sob a tutela dos ingleses desde a Primeira Guerra (TOMAZI, 1989).

Por motivos de economia, resolveram então, os ingleses, descartarem dessas indesejáveis populações assírias. A Casa Rothschild, a Lazard Brothers, o príncipe de Gales e outros se lembraram de resolver o problema através da Liga das Nações. O grupo econômico de Lord Lovat estava ligado a esses grupos petrolíferos que atuavam no Iraque [...]. Os ingleses de Lord Lovat ofereceram então, suas terras no Norte do Paraná aos curdos [...]. Não foi difícil aos ingleses obterem a aquiescência do governo brasileiro para concordar em receber alguns milhares de curdos. O Brasil era um país endividado, sobretudo a essas casas bancárias inglesas (WACHOWICZ, 1987, p. 144).

As negociações ocorreram durante o ano de 1933, sigilosamente, entre o governo inglês, o brasileiro e a Liga das Nações, de tal modo que a imprensa e a opinião pública só tomaram conhecimento desta verdadeira operação que visava deslocar este contingente humano para as terras situadas no norte do Paraná, no final deste ano. Momento em que se iniciou, em Curitiba, uma campanha movida por lideranças intelectuais, jornalistas, professores da Universidade Federal do Paraná e pela Ordem dos Advogados do Paraná, procurando esclarecer e levar o debate para a população, através dos meios de comunicação. Paulatinamente, muitas organizações da sociedade civil se engajaram na campanha contra a “imigração dos assírios”. Decorrente da mobilização encetada, o governo brasileiro desfez o acordo e a CTNP e anulou a venda dos 14 mil alqueires à Liga das Nações (TOMAZI, 1989).

Em 1934, foi fundado em Londrina o “Paraná Norte”, jornal que atuava como porta-voz dos interesses da CTNP.⁷⁸ Publicando matérias propagandísticas que visavam atrair compradores para os lotes da Companhia, difundiu a ideia de uma “Terra da Promissão”, que recompensaria aqueles que nela viessem trabalhar. As matérias enfatizavam a qualidade das terras, sua riqueza natural em madeiras e as possibilidades grandiosas de sua exploração agrícola, bem como a valorização das terras em decorrência da implantação da ferrovia. Este e outros jornais, como o Paraná Jornal, ajudaram a consolidar a representação de um plano racional de colonização empreendido pela CTNP, que se tornou uma das mais importantes explicações para o fantástico progresso da região, ou seja, um dos principais mecanismos da legitimação da expansão capitalista no norte do Paraná (ARIAS NETO, 1998).

⁷⁸ Seus diretores eram vinculados a Companhia e o jornal recebia subvenção desta (ARIAS NETO, 1998).



Vista parcial da cidade de LONDRINA

SINTA A ALEGRIA DE VIVER E PROSPERE NO NORTE DO PARANÁ

PARA que se possa bem ajuizar das possibilidades incomensuráveis do Norte do Paraná, à presente data (Agosto, 1941) é preciso "vêr para crêr" ou, então, ter conhecido outras terras e confronta-las. Na realidade terras tão produtivas, dificilmente se encontram. Daí o êxito da Companhia de Terras Norte do Paraná, a maior empresa colonizadora da América do Sul, cujas vendas, atingiram 76.000 alqueires! Proprietária de uma área de 500.000 alqueires (1.200.000 hectares) de terras fertilíssimas, adequadas para qualquer cultura, situadas nas bacias dos rios Paranapanema, Tibagi, Pirapó e Ivai, no Norte do Estado do Paraná, judicialmente divididas e todas adquiridas diretamente do Estado do Paraná, a Companhia de Terras Norte do Paraná oferece, por todas as razões, as melhores vantagens, tais como:

- 1.º TÍTULOS DE DOMÍNIO ABSOLUTAMENTE SEGUROS;
- 2.º FERTILIDADE E SALUBRIDADE;
- 3.º ESTRADA DE FERRO E BOAS ESTRADAS DE RODAGEM;
- 4.º ÁGUA DE UMA PUREZA INVULGAR.

O testemunho insuspeito e entusiasta dos ditos compradores de nossas terras, constitui uma comprovação incontestável das nossas afirmações.

Cia. de Terras Norte do Paraná

Sociedade Anônima, com sede em LONDRINA, Estado do Paraná, Brasil.
Capital realizado Rs. 18.500.000\$000.

Solicitem informações no seu escritório em São Paulo à
RUA SÃO BENTO N.º 329 — 8.º andar — Caixa Postal 2771.

Nota-Nenhum agente de vendas está autorizado a receber dinheiro em nome da Cia.

Fonte: O Norte do Paraná. Companhia de Terras Norte do Paraná. Panfleto Publicitário. Londrina: [194-]

Figura 13: Folheto de propaganda da CTNP.
Fonte: TOMAZI, 1997, p. 214.

A figura ao lado é a primeira página do folheto propagandístico publicado em 1941, pela CTNP, intitulado “O Norte do Paraná”. Este folheto sintetiza os pontos básicos da propaganda veiculada até o ano de sua produção. O documento destaca a fertilidade da terra, que é o ponto central de toda a propaganda da CTNP. Os vendedores sabiam que a ideia de um Éden terrestre atrairia compradores interessados em adquirir um fragmento do paraíso. Também evidencia outras vantagens como títulos de domínio seguros, salubridade, estrada de ferro, boas estradas de rodagem e água de pureza invulgar. Outro elemento interessante é a identificação entre as terras da CTNP e o norte do Paraná. É exatamente através desse mecanismo que a empresa se identificava ao norte do Estado e seus interesses se alinhavam aos interesses dos prováveis compradores de terras (ARIAS NETO, 1998).

Num primeiro momento, a CTNP pensou em dividir as terras em grandes lotes, porém, quando já se processava a ocupação da região e a cidade de Londrina já havia sido fundada, surge a ideia – baseada na experiência holandesa – de reparti-la em pequenos lotes. O objetivo era tornar a estrada de ferro um empreendimento próspero. Caso as terras fossem vendidas a grandes fazendeiros, a estrada de ferro teria carga para o escoamento da produção agrícola, do norte do Paraná para São Paulo, mas pouco frete e poucos passageiros de retorno. E se fossem vendidas a pequenos lavradores, iriam se criar povoados e cidades vizinhas, cujas populações teriam necessidade de transportar cargas para a estrada de ferro em maior volume, tanto em frentes como passageiros⁷⁹ (ARIAS NETO, 1998).

⁷⁹ Proposta do alemão Oswald Nixdorf ao vice-presidente da CTNP, o general Asquith. Nixdorf trabalhou por dez anos em Sumatra, uma ilha quase abandonada que os holandeses colonizaram com sucesso. Em 1932, foi convidado a criar uma colônia alemã nas terras da CTNP, quando se mudou para o norte do Paraná e propôs a divisão das terras em pequenos lotes.

O plano colonizador da CTNP consistiu no loteamento e venda de terras, construção de estradas e implantação de núcleos urbanos próximos uns dos outros. As cidades destinadas a se tornarem núcleos econômicos de maior importância foram demarcadas de cem em cem quilômetros. Entre estas, distanciados de 10 a 15 quilômetros um do outro, foram fundados os patrimônios, centros comerciais e abastecedores intermediários. Tanto nas cidades como nos patrimônios, a área urbana apresentava uma divisão em datas residenciais e comerciais. Ao redor das áreas urbanas se situavam os cinturões verdes, uma faixa dividida em chácaras destinada à produção de gêneros alimentícios para o consumo local (CMNP, 1975).

A área rural era cortada por estradas vicinais, abertas ao longo dos espigões, permitindo a divisão da terra em pequenos lotes de 10, 15 ou 20 alqueires, com frente para a estrada de acesso e fundos para um ribeirão (CMNP, 1975). Na parte de baixada, o colono construía sua casa, cercava um pasto, plantava um pomar e uma horta, produzindo o necessário para a subsistência. Nos trechos mais elevados, menos atingidos pelo frio, estendia o cafezal que constituía sua principal fonte de renda (LUZ, 1997).



Figura 14: Visão gráfica em perspectiva panorâmica, do sistema de repartição de terras executado pela CMNP. Fonte: CMNP, 1975, p. 122.

As pequenas dimensões das propriedades condicionaram o tipo de economia local e favoreceram a existência de uma população rural bastante numerosa. Com poucos recursos e contando com a força de trabalho da própria família, o lavrador estabelecia a sua lavoura,

promovendo o rápido desenvolvimento da agricultura na região. A proximidade dos núcleos urbanos recém-fundados e a rede de transportes implantada facilitavam a comercialização dos produtos (LUZ, 1997). O pequeno proprietário vendia suas sacas de café aos maquinistas dos patrimônios, que revendiam a produção nas cidades maiores para os representantes de casas exportadoras. O dinheiro recebido pelo pequeno cafeicultor era gasto no comércio local, gerando uma circulação de capital, que garantia o progresso regional (CMNP, 1975).

Em síntese, de acordo com France Luz (1997), a ocupação definitiva e o povoamento do norte do Paraná resultaram da ocupação sistemática promovida pela ação de particulares e do poder público, que foram responsáveis pela repartição da terra em pequenas propriedades, sendo raros os casos de grandes porções de terra nas mãos de um único dono. “A razão do êxito das cidades do Norte do Paraná está na pequena propriedade dirigida pelo seu dono, que nela reside e vai gastar o produto do seu trabalho na povoação mais próxima. Não é o grande proprietário que interessa, pois este geralmente mora nas grandes cidades, onde aplica os lucros obtidos em suas lavouras” (CMNP, 1975, p. 83).

Entretanto, existiam muitos fazendeiros na região da empresa inglesa, incluindo os próprios dirigentes dela, como Arthur Thomas e Willie Davids (TOMAZI, 1997). O que é constatado pela própria Companhia, conforme o depoimento de Gordon Fox Rule: “É preciso não esquecer, também, que alguns proprietários – contrariando a política de vendas da Companhia – conseguiram reunir vários lotes rurais e formar fazendas, mas onde isso ocorreu em número maior a comunidade próxima estacionou” (CMNP, 1975, p. 87).

Segundo Padis (1981), o preço relativamente baixo da terra, seu parcelamento em pequenos lotes, vendidos a prazo e com taxas de juros baixas, o transporte e a assistência técnica oferecidos pelos colonizadores para a instalação inicial dos colonos favoreceram um intenso fluxo migratório para a região.⁸⁰ Contudo, conforme Tomazi (1997), dados estatísticos referentes ao período de 1930 a 1943, quanto à forma de compra de propriedades junto a CTNP, demonstram que a empresa recebeu, na sua quase totalidade, à vista, os lotes rurais que vendia, deixando claro que seus compradores eram indivíduos com algum pecúlio acumulado e que estavam se deslocando à procura de aquisição de terras.

Ademais, possuir a terra não significava, para os pequenos proprietários, que se tinha o capital suficiente para abrir e cultivar a área. Os sitiantes tinham que combinar trabalho em

⁸⁰ Pelo censo demográfico de 1950, dos 80 municípios do Paraná, 36 estavam na região norte e seus habitantes já representavam 48,8% da população. A densidade demográfica do norte superou pela primeira vez, a do Estado. Em 1960, o norte já detinha mais da metade da população do Estado, 56,7% e a densidade demográfica era de 33,4 hab./ km², ao passo que, a do Estado era de 21,5 hab./ km² (LUZ, 1997).

sua própria terra e em outras atividades, seja para a própria CTNP (abertura de estradas, construção de casas, etc.) ou para outros, principalmente fazendeiros e empreiteiros. As dificuldades para se manterem nas terras compradas eram inúmeras (TOMAZI, 1997). Vários sitiantes desistiram por causa das geadas que acabavam com as colheitas, ou porque comerciantes e fazendeiros vizinhos ofereciam preços irresistíveis a eles, que viviam de crédito. Muitos lotearam suas terras, transformando-as em datas urbanas (LOPES, 1982).

A chamada fase inglesa da colonização fundou seis núcleos urbanos: Londrina e Nova Dantzig (Cambé) em 1930, Rolândia em 1932, Arapongas em 1935, Mandaguari em 1937 e Apucarana em 1938. Os núcleos urbanos nem sempre antecipavam a venda de lotes, visto que, em 1938, a CTNP já vendia terras no local que viria a ser Maringá⁸¹ (TOMAZI, 1997). A colonização dirigida pela CTNP passou por sérias dificuldades enquanto os preços do café se mantiveram baixos, em face da depressão e dos anos de Guerra.⁸² Todavia, logo que a política do Departamento Nacional do Café, com a incineração dos cafés de qualidade inferior, conseguiu reduzir os estoques e quando abandonou a defesa dos preços, propiciando o aumento das exportações, o interesse na compra de terras aumentou (CANCIAN, 1981).

Em 1944, terminou o período da presença inglesa na região, graças a uma conjunção de fatores que fez com que a ferrovia passasse às mãos do governo federal e as terras a um grupo de capitalistas paulistas que já tinha ligação com a CTNP: a ação nacionalista do governo Vargas, que vetava a propriedade de terras a estrangeiros e onerava, com impostos, capitais estrangeiros aplicados no Brasil; o decreto de 1939, que encampava a Ferrovia São Paulo-Paraná – embora a transferência só fosse efetivada em 1944, quando as terras passaram ao grupo nacional; e a venda de terras que não atingiu o esperado, somente 19,7% da área total adquirida pela CTNP, compreendendo 110.481 alqueires (TOMAZI, 1997).

3.5. Os conflitos pela posse da terra no norte do Paraná

“Para a história regional, as décadas de 10, 20 e 30 do século XX podem ser consideradas o tempo das ‘negociatas de terras’, em que a especulação e as transações escusas foram tão correntes como a violência que se instaurou nessas áreas” (PRIORI, 2011, p. 27).

⁸¹ Enquanto isso, estavam sendo (re)ocupadas outras áreas da região. À leste do rio Tibagi, entre 1931 e 1936, instalaram-se os núcleos urbanos de Assaí e Uraí, fundados por companhias colonizadoras japonesas. À noroeste do Estado, surgiram núcleos urbanos que seguiam o curso da ferrovia, como Santa Mariana em 1934 e Santa Amélia em 1938. À oeste do Tibagi, foram fundados uma série de outros núcleos: Florestópolis e Ibiporã, em 1934, Bela Vista do Paraíso em 1939, Porecatu em 1941, Sertaneja em 1945 (TOMAZI, 1997).

⁸² A safra paranaense de 1943/44 significou apenas 1,3% da safra nacional, com apenas 160.000 sacas de café. O que também se deve à fatores climáticos (geadas) (PADIS, 1981).

A venda de terras devolutas, ou de antigas concessões, a companhias colonizadoras ou a requerentes individuais trouxeram o problema da necessidade de regularização da situação dos posseiros nelas encontrados, ou a sua retirada, nem sempre pacífica (Westphalen et al., 1968). As terras compradas pela CTNP em 1925 só foram legalizadas em 1929. Isto significa que as antigas concessões da Cia Marcondes e da BRAVIACO foram demarcadas e legalizadas quatro anos após a compra e que, portanto, ainda não se sabia, concretamente, quais eram os limites específicos destas terras, o que possibilitou deixar de lado algumas áreas já conhecidas como conflituosas (TOMAZI, 1989).

Havia populações, principalmente caboclos, com posses nas cercanias da área da CTNP (LOPES, 1982). Os caboclos ajudavam em muitas ocasiões, principalmente no caso de doenças, utilizando métodos da medicina popular. Também existiam duas grandes fazendas (Fazenda Afonso Camargo e Fazenda Palhano) nos limites da área da Companhia. E ao sul da atual cidade de Londrina, fora dos limites da CTNP, existiam inúmeras posses onde a principal atividade era a criação de porcos, que conviviam com grileiros, onde houve vários conflitos pela posse da terra (ALMEIDA, 1981).

A presença destes caboclos é esquecida na maioria dos trabalhos, aparecendo somente em alguns enxertos de poucos deles. Porém, já são referências suficientes para provar sua existência, modo de vida⁸³ e a preocupação que demonstravam com seu pequeno espaço, tendo em vista a percepção do avanço das empresas colonizadoras e de seus funcionários armados. Com suas roças e ranchos, lutavam pelo domínio pleno da terra que ocupavam contra terceiros, geralmente famílias ricas que viviam nas cidades (TOMAZI, 1997).

Portanto, o primeiro problema enfrentado pelos colonizadores foi dirimir as dúvidas quanto à legitimidade dos títulos de propriedade (LUZ, 1997). Segundo Hermann Morais de Barros, estudos realizados em 1925 demonstravam que a empresa fixaria seu campo de ação em uma área disputada por grupos antagônicos constituídos por posseiros e possuidores de concessões. Se não eliminassem essa contenda, ninguém teria coragem de comprar as terras. Para Gastão de Mesquita Filho, a razão do grande êxito alcançado vendas, prende-se à total liquidez dos títulos de propriedade que a Companhia oferecia (CMNP, 1975).

Explica-se isso porque o bom colono, aquele que leva consigo a família e tem economias para aplicar na compra da propriedade com que sonhava há anos, não

⁸³ Segundo Samuel Guimarães da Costa (1980 apud TOMAZI, 1997), os caboclos viviam em pequenos ranchos de palmito, à beira de pequenos riachos. Eram homens barbudos, maltrapilhos e muitas crianças sujinhas, de odor quase insuportável. De modo geral, tratavam-se de antigos posseiros tangidos para o interior dos sertões pelas novas frentes de colonização do Norte Velho e descendentes de índios mansos da Colônia Militar do Jataí, catequizados por Frei Timotheo.

quer brigas e nem aceita riscos. [...] Para que o colono se sinta seguro e possa se dedicar de corpo e alma [...] ao cultivo de sua propriedade, são necessárias três condições fundamentais. Primeira: garantia do direito de propriedade, oferecida de um lado pela legitimidade dos títulos e de outro pela confiança nas diretrizes do governo de respeito ao que preceitua a Constituição no capítulo referente à posse e ao uso da terra. Segunda: certeza do lucro, proporcionada de um lado pela escolha criteriosa de terras férteis e de uma atividade agropastoril de rendimento assegurado – o café, no caso do Norte do Paraná – e de outro, pela oferta, comercialização das safras e para enfrentar acontecimentos imprevistos, como é o caso das geadas. Terceiro: livre iniciativa, base do entusiasmo do indivíduo pelo trabalho e pela obtenção do lucro, que é legítimo e é a mola propulsora das sociedades liberais (CMNP, 1975, p. 60).

De acordo com Lopes (1982), a CTNP se constituiu em uma grande ilha, rodeada de questões de terras por todos os lados. Sabendo da existência de vários conflitos na região adquirida, entre posseiros e concessionários, propôs-se a pagar quantas vezes fosse preciso os títulos discutíveis. “Embora pagando até três vezes pelas terras, a Companhia assegurou a si e aos seus sucessores o direito líquido e inquestionável sobre a terra negociada” (CMNP, 1975, p. 59). Segundo Cernev (1988), os posseiros foram removidos e reassentados:

Quando a CTNP adquiriu do Estado as terras devolutas, ela se comprometeu a indenizar todos aqueles que apresentassem títulos de propriedade, o que realmente foi feito. Alguns poucos posseiros encontrados foram removidos, sendo reassentados em outras áreas, sob a responsabilidade da própria Companhia. Face a esse saneamento, não houve conflitos de terras nos domínios da Companhia. Os conflitos que houve – como o de Porecatu, por volta de 1950 – estavam fora dos seus limites (CERNEV, 1988, p. 118).

Porém, de acordo com Tomazi (1999), a ideia de que a CTNP reembolsou todos os que apresentaram títulos de propriedade é uma pilhéria, pois os pobres posseiros tinham muitas dificuldades em adquirir estes títulos; ademais, posseiro ou caboclo, nem se preocupava com isto. E estes poucos posseiros, para onde foram removidos? Em terra de quem? Quanto tempo durou a remoção? Resolveram-se os conflitos na área da CTNP? Embora a Companhia negue que tenha utilizado a violência para tornar as suas terras livres de litígios, vários de seus defensores se traem, passando informações que esclarecem a violência.

Sabe-se que a CTNP/CMNP e outras companhias colonizadoras, possuíam uma “guarda particular”, bem como se utilizavam de jagunços, conhecidos como “limpa trilhos” ou “quebra milho”, para sanear as terras compradas (TOMAZI, 1997). Entrevistas com funcionários do Departamento de Terras indicam que a Companhia possuía uma força policial particular, que frustrava qualquer tentativa de permanência nas suas terras (LOPES, 1982).

Sobre a ação conjunta do governo e colonizadores, Tomazi (1997) lembra de uma expedição organizada entre 1927 e 1928, num consórcio entre o SPI e a CTNP, que transferiu

famílias indígenas inteiras que viviam na bacia do rio Laranjinha para Manoel Ribas. A companhia ferroviária da CTNP possuía terras a leste do rio Tibagi, recebidas como forma de pagamento pela construção de quilômetros de trilhos em condições de uso. A CTNP procurou “limpá-las” para não impedir a marcha da “civilização”. Estas terras constituíam-se num total de 225 mil alqueires e há um grande silêncio sobre o que delas foi feito.

Em suma, de fato, na área adquirida pela CTNP existiam muitos posseiros, grileiros e safristas, portadores de títulos inválidos, que de uma hora para outra se viram transformados em invasores. Para garantir o absoluto direito de propriedade, a Companhia teria comprado novamente esses títulos, pagando duas vezes pela mesma terra. É claro que este processo não se desenrolou de forma tão idílica, uma vez que os ocupantes da terra teriam que enfrentar a força policial particular, mantida pela CTNP, caso esboçassem alguma resistência. Há relatos indicadores de que várias foram as vezes que a Companhia armou homens para defender suas terras e se utilizou de ameaças explícitas para intimidar “invasores” (ARIAS NETO, 1998).

Portanto, neste período, a questão das terras no Paraná e, mais especificamente, na sua região norte, estava eivada de problemas vinculados à posse/propriedade efetiva da terra. Logo, não é uma questão pacífica como muitos querem afirmar, nem mesmo nas terras da CTNP, visto que estas se situavam no interior de grandes grilos (TOMAZI, 1997). Pelo menos 20 grilos se tornaram famosos na história agrária do Paraná, por sua dimensão territorial e pelo modo que se formaram (PRIORI, 2011):

N.º	Nome do Grilo	Extensão (alqueires)
1	Reconquista	446.280
2	Guavirova	171.000
3	São Manuel	71.000
4	Boa Ventura	5.000
5	Laranjeiras	38.000
6	Ubá	100.000
7	Corumbataí	216.300
8	Bandeirantes	403.740
9	São João do Rio Claro	30.000
10	Colônia de Baixo	5.887
11	Boa Esperança	255.980
12	Pirapó	369.570
13	Ribeirão Vermelho	45.000
14	Barra do Tibagi	148.290
15	Tigre	17.660
16	Barra Bonita	16.270
17	Pontal do Rio Cinzas	13.590
18	São João do Rio Pardo	38.000
19	Ipiranguinha	21.000
20	Flores Conceição	22.00
Total		2.434.567

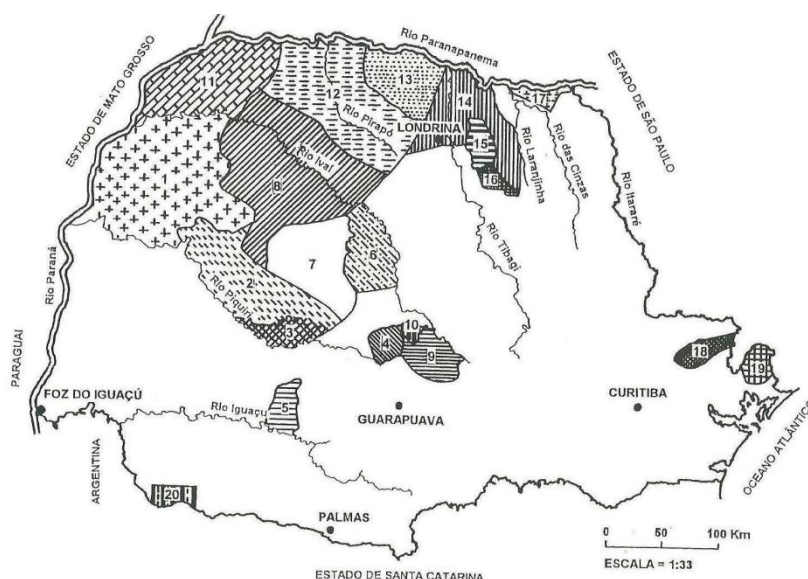


Figura 15: Área dos maiores 20 grilos do Paraná, em 1930. Fonte: SERRA, 1991, p. 66.

A partir de 1929, o processo de colonização desenvolveu-se sob a sombra da grande

crise internacional, e, internamente, pelo movimento de outubro de 1930, que alterou de modo significativo a questão de terras no Paraná. O Decreto n.º 300 de 03/11/1930, assinado pelo Interventor Mário Tourinho, anulou a maior parte das concessões feitas pelo Estado: a da empresa inglesa Brazil Railway Company e de sua subsidiária a BRAVIACO, que possuía enorme concessão que se estendia desde o Rio Iguaçu até o Rio Paranapanema, onde estava a Fazenda Brasileira,⁸⁴ futura cidade de Paranavaí (TOMAZI, 1997).

Após a Revolução de 1930, a fim de apurar possíveis irregularidades nas concessões de glebas de terras devolutas, foi aberto um processo de sindicância no Departamento de Terras e Colonização (DTC), órgão criado em 1298, especializado em questões fundiárias e relativas à colonização. Em relatório referente aos anos de 1932 a 1939, encaminhado a Getúlio Vargas, o Interventor Manuel Ribas apontou uma série de irregularidades e demonstrou a extensão do processo fraudulento de concessões de terras a empresas particulares. Somente duas empresas foram consideradas “idôneas”, continuando a prestar os serviços de colonização por contrato com o Estado: a Companhia de Terras Norte do Paraná e a empresa do engenheiro Francisco Gutierrez Beltrão, que havia assentado cinco mil famílias de colonos. Esse novo direcionamento da política fundiária paranaense fortaleceu o Departamento de Terras, que se transformou no principal órgão do Estado (PRIORI, 2011).

No caso das terras griladas, a ação do Estado produziu como resultado positivo a recuperação de quase 2,5 milhões de alqueires, ou quase 6 milhões de hectares, isto com a desapropriação apenas dos 20 maiores grilos do Paraná. Alguns grilos desapropriados tinham mais de 200 mil hectares e se constituíam, ao mesmo tempo, em grandes latifúndios e em espaços de violência no campo, tanto que em sua maioria existiam posseiros e indígenas que estavam pouco a pouco sendo massacrados pelos jagunços a mando dos grileiros (SERRA, 1991, p. 74-75).

Os interventores, vinculados à Revolução de 30, que se propunham a legalizar as terras no Paraná (o que ficou mais no discurso do que na prática), produziram ainda mais conflitos entre famílias que já rivalizavam nos núcleos urbanos. As lutas entre chefes locais não eram apenas uma questão de oratória, pois se resolviam através da utilização de jagunços e pela violência⁸⁵ contra todos os adversários (TOMAZI, 1999).

O “tenente” Telmo Ribeiro, considerado representante de Manuel Ribas, chegou à Colônia Paranavaí em torno de 1938, e teve desde logo a função de limpar a área da antiga concessão dada à BRAVIACO, da qual muitos posseiros e grileiros havia posseado parte. Feita a limpeza de todos os posseiros e grileiros, ficaram muitas

⁸⁴ No local conhecido por Fazenda Brasileira, onde houve séria luta com os grileiros, ocorrendo muitos crimes e assassinatos (TOMAZI, 1997).

⁸⁵ Em Londrina, a maior e mais moderna cidade da região, a posse de armas de fogo era algo corriqueiro, o que levou ao surgimento de uma legislação para coibir os ruídos produzidos por estas (TOMAZI, 1999).

cruzes pelo caminho como evidência de seus métodos nada legais, mas comuns, quando a lei significava o “cumprimento do artigo 45 da constituição *Winchester*”, conforme se falava na época (TOMAZI, 1999, p.70).

Em 1940, o interventor Manuel Ribas declarou à imprensa: “precisamos acabar com esses senhores feudais” e iniciou uma forte luta contra os grileiros e posseiros que tinham se apossado de 59 mil quilômetros quadrados de terras do Estado (mais de um quarto do território), a fim de reconquistar milhões de hectares que deveriam ser efetivamente colonizados (WESTPHALEN et al., 1968, p.6). No entanto, as terras que passaram às mãos do Estado, foram utilizadas por Manoel Ribas, como se fossem posses pessoais. Ele fez doações a amigos e conhecidos através de um simples pedido protocolado nas instâncias burocráticas do governo (TOMAZI, 1997).

Milhares de camponeses se envolveram em lutas sociais pela posse da terra, no norte do Paraná, entre os anos 1945 e 1964 (PRIORI, 2005). Cecília Westphalen et al. (1968) demonstram que a ocupação das terras situadas ao Norte do Estado, não tinha sido realizada pacificamente, ao destacar a existência de grilos em grandes quantidades, bem como os diversos focos de conflitos existentes (TOMAZI, 1997).

Se, de um lado, a segurança do direito de propriedade atraiu milhares de lavradores honestos, desejosos do legítimo acesso a terra, a exuberância e a riqueza das glebas, atraíram também aventureiros em busca de toda sorte de facilidades. Acresce, ainda, o fato de que além da colonização particular, espontânea ou dirigida, e da oficial, houve, muitas vezes, a ocupação pura e simples de terras devolutas ou pertencentes a particulares que não se encontravam presentes. Configurou-se, nesse caso, a posse quando muitos colonos estabeleceram-se em terras devolutas ou abandonadas, com cultura efetiva e morada habitual. Em consequência, quando o Estado vendeu as terras, ou desejou ele próprio colonizá-las, muitos lotes, e mesmo glebas inteiras já se encontravam ocupados pelos posseiros. Foi, por exemplo, o caso, no norte do Paraná, da colônia de Jaguapitã, cujas terras já se encontravam praticamente todas ocupadas quando o governo iniciou ali os trabalhos de medição e demarcação (WESTPHALEN et al., 1968, p. 22).

A ocupação de terras devolutas e pertencentes a particulares ausentes, também pode ser caracterizada como intrusão, ou seja, a modalidade ilícita de ocupação e posse da terra. Os intrusos estiveram presentes na região norte, devido à valorização rápida e crescente de suas terras, graças à cultura do café, principalmente em áreas colonizadas pelo Estado. Desinteressados da legalização de suas posses, e objetivando apenas o recebimento de novas terras pela sua saída, ou o pagamento de indenizações pelas benfeitorias realizadas nas propriedades, estes invasores operavam frequentemente para grupos poderosos, interessados na formação de grilos. A intrusão dirigida era efetivada no intuito da formação de posses, que geravam direitos, agravando a questão de terras pela habitação de dois ou mais pretensos

proprietários legítimos (WESTPHALEN et al., 1968).

Com frequência, a luta pela terra era travada entre o posseiro, o intruso e o proprietário, que tinha o título de domínio pleno, quando dois ou mais posseiros, intrusos e proprietários não se apresentavam disputando o mesmo lote ou a mesma gleba. Do ponto de vista social, a existência no Paraná de milhares de posseiros, e sua luta pelo domínio pleno da terra que ocupavam, com suas roças e ranchos, desde anos, e que lhes era arrebatada por terceiros, geralmente figurões da cidade, constitui o mais dramático aspecto das questões agrárias no Paraná moderno (WESTPHALEN et al., 1968, p. 23-24).

Em relação à posse e ao domínio da terra, no Paraná, devem ser considerados os seguintes aspectos: efetiva ocupação e reconhecimento dos direitos de legítimos proprietários, mesmo que simples posseiros; a prática organizada da grilagem de terras, ou seja, da formação de grilos, por espertos aventureiros, hábeis no apossamento de terras alheias com base em títulos falsos de propriedade. Falsificando documentos, como escrituras de transferências de propriedade, recibos e outros, apossavam-se de vastas áreas, gerando conflitos de ordem jurídica, e inquietação no meio rural (WESTPHALEN et al., 1968).

No norte do Paraná, as mais graves questões de terra deram origem a movimentos armados, que tiveram repercussão nacional. Em Jaguapitã, cerca de 1500 famílias de posseiros de terras devolutas, ou intrusos em terras particulares, desde 1946, passaram a viver em estado de alarme, face aos problemas de terras e ao comportamento do governo do Estado ante os mesmos. Muitos foram esbulhados em suas posses, em favor de grandes proprietários, outros despejados com violência (WESTPHALEN et al., 1968).

Em 1947, o governador foi à Jaguapitã e concedeu audiências públicas aos posseiros prometendo-lhes terras devolutas, situadas no vale do rio Paranavaí. Dez alqueires para cada família. Os posseiros, que se preparavam para deixar o núcleo em conflito, não plantaram mais nada. Mas o governo não consumou suas promessas e ficaram os caboclos sob as agruras do inverno. Esta situação provocou a reação dos sitianteiros. Em resposta, o governo enviou forte contingente policial, que se encarregou da expulsão dos posseiros e intrusos. Mesmo os proprietários foram despejados à força (WESTPHALEN et al., 1968).

Em 1941, cerca de 300 famílias de agricultores, oriundas majoritariamente do Estado de São Paulo, chegaram à região de Porecatu e ocuparam terras que acreditavam serem devolutas.⁸⁶ A Constituição Federal de 1946 e a Constituição do Estado do Paraná do mesmo ano asseguravam a todo trabalhador rural, que tivesse posses com cultura efetiva e morada

⁸⁶ O que determinou a ocupação daquelas terras foi a existência de um marco e de uma tabuleta, na barranca do ribeirão Capim, indicando que naquele local começavam as terras devolutas do Estado (PRIORI, 2011).

habitual em terras devolutas, teria direito sobre estas, sendo portador de “justo título”. Esse princípio constitucional visava o aproveitamento das terras públicas para a colonização, produção de alimentos para o mercado interno e de café para a exportação (PRIORI, 2011).

Os posseiros solicitaram a regularização das posses, mas os inúmeros requerimentos nunca foram considerados pelos órgãos responsáveis pelas terras. Em 1945, o Estado começou a lotear a área e repassar as terras aos grandes fazendeiros que procuravam a região. Estes entravam com ação de reintegração de posse,⁸⁷ acusando os posseiros de terem invadido sua propriedade. Os posseiros se uniram e contrataram um advogado, passando a lutar na justiça. Paralelamente ao processo judicial, iniciou-se o cerco contra os posseiros montado pelos fazendeiros, grileiros, jagunços e policiais,⁸⁸ dando início à resistência armada articulada pelo Partido Comunista Brasileiro⁸⁹ (PRIORE, 2011).

A “guerra de Porecatu” se iniciou no final de 1948 e terminou em julho de 1951, com a presença da Polícia Militar do Estado e de agentes das Delegacias Especializadas de Ordem Política e Social (DOPS) de São Paulo e do Paraná, graças à notícia de que o PCB estava participando do movimento camponês, que levou o Estado a montar uma grande operação para desmobilizá-lo (PRIORI, 2011). As famílias dos posseiros foram indenizadas pelas benfeitorias e assentadas em novas frentes, como Centenário, Paranaíba e Campo Mourão. Para os camponeses, o resultado do movimento foi uma vitória, apesar dos conflitos, prisões e violências. Porque receberam outros lotes, não da mesma extensão territorial e qualidade, mas ao menos, poderiam agora ser chamados de “proprietários” (PRIORI, 2005).

3.6. A ação do poder público na colonização do norte paranaense

Segundo Luz (1997), o sucesso alcançado pela CTNP levou o governo, possuidor de

⁸⁷ Com a Lei de Terras de 1850, a terra tornou-se passível de aquisição somente por meio da compra. No entanto, na prática, o modo de efetivar a posse como propriedade também inclui a invasão e outros mecanismos menos lícitos. Um destes é a reivindicação da posse na justiça. Artimanha comum nos anos de 1940 e 1950 no norte do Paraná. As ações possessórias são instrumentos jurídicos iniciados por proprietários ou falsos proprietários (grileiros) e podem ser de reintegração de posse ou de despejo de posseiros (PRIORI, 2011).

⁸⁸ A violência e a intimidação eram mecanismos usados tanto por grileiros, quanto pela polícia e até pela própria justiça, cujo objetivo era desmobilizar os posseiros e expulsá-los de suas terras. Ocorriam sucessivas batidas policiais para desocupação das posses, várias ordens judiciais de embargos, despejos e de sequestro de bens e de terras, além de avisos ameaçadores, bem como o estupro de mulheres e de filhas de camponeses (PRIORI, 2011).

⁸⁹ Por meio dos diretórios municipais de Jaguapitã e de Londrina, do Diretório Estadual do Paraná e do Comitê Central, o PCB enviou para a área do conflito armamentos, munições, diversos militantes experientes, uma eficaz retaguarda, suporte financeiro, roupas e alimentos. O PCB defendia a imediata entrega das terras dos latifundiários para os camponeses que nela trabalhavam, desde que os trabalhadores rurais, se aliassem ao proletariado na tarefa de fazer a revolução. Entretanto, os camponeses tinham objetivos diferentes. Para os posseiros, o mais importante, não era um projeto revolucionário, mas a organização da resistência contra a violência dos latifundiários e dos jagunços, bem como a luta pela legalização da posse da terra (PRIORI, 2011).

grandes extensões de terras devolutas e de antigas concessões que haviam retornado ao seu patrimônio, a encetar um programa de colonização, no início da década de 1940, seguindo o modelo bem sucedido da Companhia. Tomazi (1999) contraria essa ideia, pois desde 1916, várias leis que tratavam das concessões encetadas pelo governo, determinavam que as terras deveriam ser repartidas em pequenas propriedades. Outras empresas antes da CTNP já haviam feito este tipo de loteamento, no Estado e fora dele. Não foi a CTNP que criou essa forma de (re)ocupação. Ademais, a ideia inicial dos ingleses era vender terras para fazendeiros. Só se decidiram pela pequena propriedade ao perceberem que auxiliariam na formação de pequenos povoados com mercados e, portanto, carga para a Estrada de Ferro São Paulo-Paraná.

Através do Departamento de Terras e Colonização, o Estado tornou-se um colonizador direto. O decreto n.º 8.564 de 17/05/1939, possibilitou a criação de núcleos coloniais nos então municípios de Clevelândia, Guarapuava, Cambará, Londrina e Paranaguá. O governo criou várias colônias no norte do Estado, como Içara (1941), Jaguapitã (1943), Centenário (1944), Interventor (1950) e Pagú (1950), na antiga concessão Alves de Almeida. E Paranaíba (1944), na antiga concessão dada à BRAVIACO. Quase todas fazendo divisas com as terras da CTNP ou de outras colônias particulares. O que antecipava e vinha de encontro à política de terras do governo federal, com as Colônias Agrícolas Nacionais (TOMAZI, 1997).

Tomazi (1997) afirma que as colônias estaduais tiveram uma procura muito grande, pelo fato de seus preços serem bem mais convidativos que os da CTNP e porque as terras eram de boa qualidade e inexploradas em culturas extensivas, como o café. Contrapondo-se a esta ação governamental, o discurso da CTNP afirma ter sido a (re)ocupação realizada sem a presença dos poderes públicos. “Não há dúvida de que essa fabulosa região prosperou contando basicamente com a organização objetiva e dinâmica da empresa privada que a desbravou, e com a vontade de vencer dos que para ela afluíram atraídos pelas perspectivas de liberdade de empreendimento que se lhe apresentaram” (CMNP, 1975, p. 146-148).

A CMNP e seus acólitos se esqueceram de dizer que o Estado também foi um colonizador direto. Não escreveram sobre todos os acertos que a CTNP fez com o governo na compra de terras e na concessão da ferrovia, fatos que demonstram a presença dos poderes públicos na região. Sem contar que a legislação estadual sempre beneficiou as empresas, evidenciando que os interesses das companhias e do Estado eram os mesmos.⁹⁰

⁹⁰ Por exemplo, quando o Decreto-lei Federal n.º 19.688 de 11/02/1931 proibiu o plantio de café em todo território nacional, a CTNP, a CFSP/PR e o Estado uniram-se, conseguindo junto ao governo federal, que a proibição não atingisse o Paraná (TOMAZI, 1997).

IV. A FAMÍLIA PONCE SE ESTABELECE NO NORTE DO PARANÁ (1934-1945)

“O tipo comum do cidadão vinculado ao café era o sitiante vindo do colonato, orgulhoso de sua nova posição, a qual só uma geada ou o baixo preço do café poderia ameaçar”.

(POZZOBON, 2006, p.96)

O objetivo deste capítulo é mostrar como viviam os primeiros agricultores no norte do Paraná, entre as décadas de 1930 e 1940. Para tanto, organizamos a narrativa de Braz Ponce Martins em uma sequência cronológica – embora o autor não tivesse esta preocupação – a fim de evidenciar como era o modo de vida da família Ponce, nos espaços que habitou. Em um primeiro momento, destacamos como ocorreu a compra da propriedade, a formação da fazenda e a instalação da família em Rolândia (1934-1939); em seguida, analisamos as lembranças referentes ao cotidiano na fazenda São Manoel (1939-1943); e, por fim, descrevemos a rotina na chácara de Londrina (1943-1945). Mas, antes de adentrarmos nas memórias, tecemos algumas considerações sobre o contexto histórico deste período.

A família Ponce se estabeleceu no “Norte Novo”, em uma época de conjuntura recessiva para a cafeicultura. O período compreendido entre os anos de 1929 e 1945 foi marcado, quanto aos preços do café, por uma profunda depressão ocasionada pela superprodução, derrocada do sistema implantado pela defesa permanente, coincidindo com a crise que se seguiu à quebra da bolsa de valores de Nova York.⁹¹ Neste contexto, muitos cafeicultores se dirigiram para as novas terras paranaenses (CANCIAN, 1981). Mas o Paraná, graças à fertilidade do solo, à aptidão de mão de obra e à baixa exigência de capitais, conseguiu expandir progressivamente a produção cafeeira (POZZOBOM, 2006).

A propriedade adquirida por Gines Ponce Alarcon, em 1934, denominada Fazenda São Manoel, localizava-se no futuro município de Rolândia, o que nos impele a explicar, resumidamente, como se deu a fundação deste núcleo urbano e o seu desenvolvimento inicial. “Uma clareira aberta na marta virgem. Uma estrada rudimentar. O cavalo como meio de transporte. O rancho de palmito, evidenciando o propósito de fixação do homem à terra. Assim foi o início da colonização de Rolândia” (POPOLIN; SCHWENGBER, 2009, p.69).

O núcleo de Rolândia foi fundado pela CTNP, em 1932 e se tornou sede de município no ano de 1943. Durante todo este período, esteve subordinado de várias maneiras à cidade de

⁹¹ A crise foi deflagrada em um momento que o Brasil tinha em estoque cerca de 20 milhões de sacas, estando quase tudo financiado pelos institutos de defesa (CANCIAN, 1981). Entre 1931 e 1944, foram incinerados 78.214. 253 sacas de café (POZZOBON, 2006).

Londrina (ARIAS NETO, 1998). Em 18 de junho de 1934, a colonizadora efetuou a venda do primeiro lote urbano ao Senhor Elmar Kirschnich. Antes disso, porém, já havia vendido lotes rurais a imigrantes japoneses, ainda em 1932. A cidade foi colonizada por estrangeiros, mineiros, paulistas, baianos e filhos de imigrantes alemães radicados em Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Dos imigrantes, destacam-se os japoneses, alemães, italianos, portugueses, espanhóis e sírio-libaneses, húngaros, suíços, poloneses, tchecos e austríacos (POPOLIN; SCHWENGBER, 2009). Segue-se um breve histórico da origem da cidade e de seu nome:

Após o final da Primeira Guerra Mundial, surgiu na Alemanha a Sociedade para Estudos Econômicos no Além-Mar, que visava o desenvolvimento e a coordenação planejada da colonização alemã na América do Sul. O engenheiro agrônomo alemão Oswald Nixdorf foi enviado para o norte do Paraná, para estudar um local propício para receber os colonos alemães. Em abril de 1932, embarcou com a família para o Brasil e seu destino final foi o norte do Paraná. Com a ajuda do agrimensor chefe da CTNP, Alexandre Razgulaeff, Nixdorf embrenhou-se mata adentro e após dois meses de intenso trabalho, finalmente encontrou o local ideal para iniciar a colonização alemã, uma área que denominou Gleba Roland. Neste local, foi erguido um rancho de palmito, com 10 compartimentos, destinado a receber as famílias de imigrantes alemães. [...] este nome foi escolhido a partir da ideia de Ludwig Draeger, que sugeriu batizar o local com o nome de terra crua, que em alemão é *rohes land*. Foi então que Nixdorf sugeriu Roland, em homenagem ao legendário herói alemão, que na Idade Média guerreava ao lado de seu tio, Carlos Magno seu lema era lutar por “Liberdade e Justiça”. A gleba passaria a ser chamada de Roland, nome que permaneceu até 1934, quando a cidade passou a ser chamada de Rolândia, nome mais fácil para os brasileiros pronunciarem (POPOLIN; SCHWENGBER, 2009, p.70-71).

E como viviam os primeiros cafeicultores do norte do Paraná? Não encontramos uma bibliografia considerável a este respeito. Pozzobon (2006, p.13) observa que “embora muito tivesse sido escrito a respeito dos homens que construíram as cidades do Norte do Paraná, pouco tinha sido relatado a respeito de quem desbravou a região, plantou o café e tornou possível a edificação de um dos maiores empreendimentos já registrados na história do Brasil: a construção da cafeicultura paranaense”.⁹²

O sitiante de café do norte do Paraná era o pequeno agricultor que, ou já possuía terra, ou trabalhava como colono nas fazendas de café em São Paulo e era atraído pela propaganda e pelo “picareta” (corretor) que percorria o interior. A intensa propaganda enfatizava as potencialidades da região, a fertilidade do solo, a ausência de pragas (saúva), a certeza da transação legalizada e a compra facilitada (POZZOBOM, 2006). As empresas privadas de colonização ofereciam condições relativamente fáceis de compras de terras, porque sabiam

⁹² Esta discussão está presente no primeiro capítulo da dissertação, onde procuramos demonstrar que, na historiografia tradicional, a memória dos “grandes pioneiros”, detentores do capital, sobressai-se a dos pequenos agricultores, “os verdadeiros desbravadores”.

que sua clientela eram pessoas de recursos financeiros limitados (STOLCKE, 1986).

A saúva, praga das mais temidas pelos agricultores, não era problema na região, segundo a propaganda que atestava aos futuros compradores de terra a “extraordinária vantagem de estarem livres do flagelo da formiga”. A companhia ainda oferecia “passagens gratuitas de ida e volta de Ourinhos a Rolândia” e convidava os interessados a visitarem “esta zona maravilhosa de esplêndida e luxuriante vegetação servida por estrada de ferro e optimas estradas de rodagem” (MUSILLI; ABRAMO, 2004, p. 23).

O futuro proprietário era recebido pela colonizadora que o encaminhava através de estradas precárias e “picadas” (trilhas), até o lote a ser adquirido. Lá chegando, ele observava a vegetação natural constituída de árvores indicativas da fertilidade do solo, examinava a topografia do terreno, água do ribeirão, a área destinada à criação e o local para a construção da futura residência. Os melhores locais (espigões) eram reservados para a instalação da lavoura de café. Inicialmente, construía-se um rancho de palmito,⁹³ que se servia de moradia para a família que era trazida logo em seguida (POZZOBON, 2006).

Pozzobon (2006) cita algumas características do cotidiano na zona rural: famílias numerosas; estradas, moradias e meios de transporte precários; pouco recurso financeiro; baixo nível de consumo de produtos adquiridos (sal, açúcar, farinha de trigo, querosene); alimentação básica constituída de arroz, feijão e carne de porco⁹⁴, além do milho, frutas, verduras, ovos, banha, leite e café produzidos no imóvel; equipamentos (engenho de cana, forno de barro, fogão a lenha, debulhador, pilão, carroça), ferramentas (machado, foice, enxada, plantadeira) e utensílios simples (lampião, corote de madeira para transporte de água, colchão de palha); roupas confeccionadas pelas mulheres e remendadas ao limite; escolas distantes e carentes de mestres; lazer (pesca, caça, futebol, bailes e festas na igreja); atividades religiosas (missas, terços e procissões); relações de trabalho baseadas no acordo verbal.

Estes elementos do cotidiano dos primeiros agricultores que se estabeleceram no norte do Paraná, apresentados resumidamente por Pozzobon (2006), são narrados em detalhes na autobiografia de Braz Ponce Martins. Um dentre os inúmeros pioneiros que, na busca de novas oportunidades, encontraram inúmeras dificuldades:

⁹³ A árvore do palmito desempenhou um importante papel, servindo de alimento, construção de ranchos, cobertura, colchão, alimento de animais e bicas para condução de água (POZZOBON, 2006). As primeiras casas surgidas na região eram ranchos de palmito. Seu tronco era geralmente partido ao meio e às vezes escavado com a “enxó”, formava as paredes, as vigas e as ripas. E com a sua folhagem se cobria os ranchos (CERNEV, 1995).

⁹⁴ A criação de porcos foi muito importante nos primórdios da colonização do norte do Paraná. O animal, criado em chiqueiros rústicos era castrado e engordado com milho até sua quase completa imobilização e abatido. A banha, além de conservante da carne, possuía elevado valor energético dando suporte ao desgaste físico do trabalho braçal (POZZOBON, 2006).

Todos eles têm bem guardadas suas lembranças que despertam as emoções vivenciadas da maleita e do tifo, dos insetos e dos animais selvagens, do frio e do calor, do trabalho exaustivo, da poeira e da lama, do “pé-de-bode”, do jipe, dos escorregões dos veículos atolados no barro, [...] das mãos calejadas, do pé no chão [...], da cortina de fumaça das queimadas, do trem a vapor [...], da carroça e da charrete, da roupa remendada, do cigarro de palha e da florada dos cafezais (POZZOBON, 2006, p. 15).

4.1. As primeiras impressões do norte do Paraná

“O Norte do Paraná é só fama: quando não é poeira é lama”.

Provérbio Popular

Em 1934, apareceu na casa de Braz Ponce Martins, em Promissão, no interior de São Paulo, um corretor da Companhia de Terras Norte do Paraná “oferecendo as famosas terras roxas e isentas de formigas saúvas. Papai aceitou os argumentos de nosso visitante e veio para o Paraná conhecer as famosas glebas” (PONCE MARTINS, 2003, p.14). Nas proximidades dos núcleos habitacionais da Companhia só se vendia no máximo dez alqueires, mas utilizando-se do nome de outras pessoas, Gines Ponce Alarcon adquiriu ao todo 140 alqueires.

Quando papai comprou as terras junto com o tio Molina, quem as mostrou foi Raymundo Durães, o vendedor aqui do Paraná. Visitou várias glebas, mas as melhores foram a do Elefante. Cada um marcou 70 alqueires. Voltando a Promissão, tio Molina desiste e papai ficou com todas [...]. As compras das terras foram mais distantes de Londrina, Nova Dantizg⁹⁵ e Rolândia, marcou-as na Água do Elefante, divisando-a com terras devolutas (PONCE MARTINS, 2003, p.15-16).

Na fazenda, enquanto derrubavam as matas e construía o primeiro rancho de palmitos, o pai de Braz e tios que o auxiliavam, moravam debaixo de uma “catrana” de uma grande figueira.⁹⁶ “Tio Antônio aguentou as pontas, mas o tio José não chegou nem a plantar o café. Tio Antônio sofreu muito, às vezes tinha que fazer compras em Rolândia, dizia ele, que fora muitas vezes a pé pelo meio do mato. Papai comprou um cavalo, como ainda não havia pasto, o animal só comia folhas de palmito e taquari bengala, não se deu com estes alimentos e logo morreu” (PONCE MARTINS, 2003, p.17).

Rapidamente, surgiu uma venda e muitos vizinhos. Para realizar o transporte dos moradores do local, chamado de “Quinze”, foi estabelecida uma jardineira, pertencente à família Boralis e depois comprada pelos Carreiras. “O ônibus era completamente aberto, não

⁹⁵ Nova Dantizg, posteriormente denominada Cambé, foi fundada pela CTNP em 1930, como distrito de Londrina, tornando-se um município independente em 1947 (ARIAS NETO, 1998).

⁹⁶ Era tida como símbolo da fertilidade das terras. Quando apareciam compradores em potencial, os agenciadores de vendas da Companhia de Terras os levavam geralmente até uma figueira branca (CERNEV, 1995).

tinha porta para entrar ou sair, mas em compensação todos os bancos tinham portas. O ônibus saía de Cambé, passava no Quinze, na cabeceira de nossa propriedade, entrava na estrada do espigão do Jaborandi e Ribeirão Grande, saindo em São Martinho e voltava no dia seguinte para Cambé, o retorno era pelo mesmo percurso” (PONCE MARTINS, 2003, p.17).

Em 1936,⁹⁷ Gines Ponce Alarcon comprou “na Vila de Rolândia, três datas de terras localizadas à Rua Berna, atual Santos Drummond, bem na parte central. Ele próprio construiu três casas de madeira. A nossa era a da esquina, lá moramos entre os anos de 1938/39”. A mudança de Promissão se efetuou no dia 7 de junho de 1938. “Toda a família veio para o Paraná com exceção da Nica que era casada e o irmão Antônio que ficou (namorando a filha do Orestes, que comprou nosso sítio) para arrumar e encaixotar nossos trecos. O Chevrolet aguentou até a metade da distância” (PONCE MARTINS, 2003, p.16-17).



Figura 16 A: Primeiras moradias de Rolândia.
Fonte: Museu Histórico de Rolândia (POZZOBON, 2006, p.74).



Figura 16 B: Vista do núcleo urbano de Rolândia em 1939.
Fonte: Museu Histórico de Rolândia (POPOLIN; SCHWENGBER, 2009, p.76).

Durante a viagem de tem, Braz esperava ver muitos pés de café, mas logo se entediou diante dos campos. “Em Rolândia, Paraná, chegamos bem tarde, na véspera do dia de Santo Antônio, tinha chovido e logo de cara experimentávamos o barro da terra roxa. Eu estranhava a cor da terra, era quase preta” (PONCE MARTINS, 2003, p.17-18). E a família foi conhecer a fazenda, onde já morava o tio Antônio, com cafezal formado há dois anos.

Descemos por um carregador no meio do mato, para descer foi muito bem. À tarde, quando saímos para Rolândia, o caminhão encalhou no meio do mato quando subia um lugar mais inclinado. Foi aí que ficamos conhecendo nossos vizinhos, os “Selas” que vieram com grandes punhados de palha de feijão para colocá-las nas triadas para que o veículo não patinasse e logo o caminhão saiu do pior. Os “Selas”, descendentes de italianos, eram ótimos vizinhos, eram oito irmãos muito trabalhadores, um mais que o outro (PONCE MARTINS, 2003, p.19).

⁹⁷ Em 1936, Rolândia contava com 277 residências e o comércio local começava a despontar (POPOLIN; SCHWENGBER, 2009, p.70-71).

O mesmo caminhão que quebrou na mudança para o Paraná e atolou assim que chegou à fazenda, em Rolândia, levou a família para sua primeira visita a Londrina. “Minha visita à Londrina de caminhão, no nosso Chevrolet 1929, com papai, mamãe e a Carmen [...]. Só lembro que papai estacionou o caminhão em frente à Caixa Econômica, nas esquinas da Av. Rio de Janeiro com Benjamin Constant, bem perto na época, da estação ferroviária [...]. Na volta [...] parece que o caminhão fundiu o motor” (PONCE MARTINS, 2003, p.19-20).

Apesar dos constantes incidentes que se deram com o caminhão Chevrolet 1929, a propaganda realizada nas páginas do jornal Paraná-Norte acerca deste, dizia o contrário sobre seu desempenho: “Para enfrentar as estradas de rodagem através do barro escorregadio ou da poeira, os anúncios apresentavam, sob o título chamativo ‘Não se discute!’, o caminhão Chevrolet como o ‘mais resistente, o mais econômico e o mais apropriado para o transporte’”(MUSILLI; ABRAMO, 2004, p. 24). Porém, num tempo que valia o adágio popular “o Norte do Paraná é só fama: quando não é poeira é lama”, a locomoção era tão difícil que nos tempos de chuva, nem as grandes correntes amarradas às rodas dos veículos conseguiam libertá-los dos lamaçais. Ao passo que, nos dias de sol, a visibilidade era prejudicada pela poeira que tingia de vermelho as roupas suadas (CERNEV, 1995, p.111).

Inicialmente, a família ficou dividida. Braz e seu irmão Guilherme ficaram na cidade para frequentarem a escola. As irmãs moças, em semanas alternadas, iam para o sítio fazer comida para o pai e os irmãos mais velhos preparavam a terra, onde iriam plantar os primeiros pés de café. “Quando mudamos para a fazenda, papai já havia plantado uma alameda de muitas qualidades de banana que beirava os cafezais e a área de pasto ou palhado, era uma distância de mais de 500 metros” (PONCE MARTINS, 2003, p.17).

Os relatos de Braz confirmam que a região, em fins dos anos 30, era habitada por imigrantes de várias nacionalidades, além dos alemães, primeiro grupo a se estabelecer em Rolândia, havia portugueses, italianos e japoneses⁹⁸ (vizinhos da fazenda) e os próprios que eram espanhóis. Braz costumava sair andando sem destino pelas ruas da cidade. “Passei perto de um bar e outro, voltei para casa, e disse para mamãe: – Estou com vontade louca de comer linguiça com ovo, é tão gostoso. – Ué onde tu comiô?”⁹⁹ Falou em espanhol, e respondi que tinha visto dois portugueses comendo isso lá num bar” (PONCE MARTINS, 2003, p.20). Ao narrar alguns incidentes, Braz comenta que existiam prostitutas em sua vizinhança.

⁹⁸ “Na margem direita para quem desce o Elefante, havia a colônia japonesa com os Fugis (o que comprou nosso caminhão), Matsuos, Taquetomes, Iratas e outros” (PONCE MARTINS, 2003, p.26).

⁹⁹ Vale destacar que Braz foi alfabetizado em português, portanto, apesar de se lembrar que a mãe falava em espanhol, não sabia como escrever suas falas. No caso, a grafia correta seria: ¿Donde tu comiste?

Nas proximidades de nossa residência, existia uma casa de “mulheres da vida”, e elas jogavam bonitas latinhas, vidros e outras bugigangas nos arredores de onde viviam e eu fui procurar tais trecos. Entre a nossa casa e a delas, havia uma quiçaca bem trançada de cipós batata. No meio desta capoeira foi abandonado um poço bem profundo, sem cobertura ou proteção alguma em sua boca. Quando dei por fé, estava caindo no buraco e pelo jeito, eu estava mais para dentro do que para fora. Como era bem franzino e raquítico logo me agarrei na cipoada, o que não faltava era cipó, e saí liso e leso (PONCE MARTINS, 2003, p.19).

Segundo Marinósio Filho (1979), desde os primeiros anos da colonização já se notava a presença de “mulheres da vida”, e que cada uma tinha o seu protetor, geralmente um alto funcionário da Companhia de Terras. Para preservar sua imagem pública, a CTNP incentivou a “importação de mulheres” por meio de seus funcionários e, principalmente, não criando impedimentos para que respondesse à crescente demanda.

O atendimento da procura por prazer sexual era um serviço básico de infraestrutura, necessário como tantos outros ao pleno sucesso da empreitada colonizadora. Por isso, a incipiente sociedade era bem receptiva à importação de prostitutas, um fato corriqueiro em toda a fase de “conquista” do sertão. As casas de tolerância se constituíam em espaços marginais socialmente úteis, incorporando-se ao cotidiano da região e impregnando o imaginário dos habitantes. Era a forma que os pioneiros tinham para, como se dizia, “desapertar a natureza” (BENATTE, 1996, p. 102-103).

4.2. As lembranças de Rolândia: o cotidiano na Fazenda São Manoel

Com a chegada das férias escolares, Braz e Guilherme foram morar na fazenda. “Nos meus primeiros dias na Fazenda, eu acompanhava o papai que fazia muitas visitas nas propriedades vizinhas e lembro-me muito bem quando ele mostrou-me a grande Cabreúva no nosso mato”. Neste momento, seu pai construía uma casa provisória. Procurava perobas bem retas e de tamanhos razoáveis para serem lavradas para os baldrames. “Antes da semana que precede o Natal, papai já tinha lavrado algumas peças. Eu ajudava a segurar a linha untada de carvão bem moído com óleo Singer ou gordura de porco, que ao ser esticada e batida, deixava o sinal negro bem reto sinalizando onde devia ser lavrada a madeira, daí iniciava-se o serviço da lavra” (PONCE MARTINS, 2003, p.20-21).

No outro dia continuou o serviço, mas ele já estava doente. O machadinho “sete libras”, a lima esmeril e os outros materiais ficaram todos por lá, só eu sabia o lugar e junto com outro menino, trouxemos tudo de volta. Papai amarrou um pano branco na testa untado com água canforada, pediu para o Antônio dirigir e levou-nos para

Rolândia, era ante véspera do Natal de 1938. Nunca mais voltou para a sua Fazenda São Manuel, como ele a denominava. Nunca mais lavrou madeiras, nunca mais fez testes de resistência comigo, nunca mais mostrou árvores frondosas nativas as quais ensinava seus nomes ao seu mimado filho, o sétimo da família. Grande pioneiro de Rolândia (papai recebeu homenagem de “Pioneiro” juntamente com minha irmã Maria, pela prefeitura de Rolândia). Chegando doente em Rolândia, foi socorrido imediatamente pelo Dr. Noronha que era médico da cidade mesmo. Pelos sintomas, o Dr. Constatou que era “Tifo” [...]. Por causa das bolsas de gelo sobre seu ventre, contraiu pneumonia e como já era portador de sequelas em um de seus pulmões, ficou mais debilitado ainda (PONCE MARTINS, 2003, p.21).

Em janeiro de 1939, Gines Ponce Alarcon morreu de pneumonia e febre tifoide. “Todos os parentes, inclusive os sobrinhos usaram luto. Alguns, tarja preta na manga das camisas e, outros, roupas pretas mesmo, porque ele era muito estimado por todos. [...] Eu só tinha dez anos, era quem mais precisava de papai, mas paciência... Deus quis assim” (PONCE MARTINS, 2003, p.21). Mas, além de Gines Ponce Alarcon, a febre tifoide fez muitas outras vítimas, como se pode observar nos depoimentos da época. “O ano de 1939, seria atípico no desenvolvimento de Rolândia: em consequência da crise decorrente da Segunda Guerra Mundial e de uma epidemia de tifo, apenas uma casa foi construída” (POPOLIN; SCHWENGBER, 2009, p.75). Arthur Eidam, um dos primeiros fotógrafos de Cambé, relata:

Eu vim com nada para cá. Nós morávamos em Rolândia. Em 1938, teve aquela febre tifoide e morreu uma irmã minha. Meu pai tinha uma reserva de dez contos de réis. Naquele tempo, era muito dinheiro e foi tudo em médico. Nossa família era de dez pessoas em casa e cada um teve que se expandir, procurar lugar para ganhar algum dinheiro né? Então, eu que já tinha começado nesse serviço, achei um amigo que me emprestou um aparelho, subi na minha bicicleta e vim pra cá¹⁰⁰ (CORTEZ; LAGOEIRO, 2009, p.121)

A febre tifoide era endêmica na região desde os primeiros anos da colonização. Juntamente com a febre amarela, malária, gastroenterites e a disenteria bacilar, o tifo contribuiu para os índices elevados de mortalidade, que eram agravados pela precariedade das estradas e o raro transporte, que impedia a busca de assistência médica. Porém, mesmo após a construção dos primeiros hospitais, os surtos não cessaram (SCHWARTZ, 2009).

Não obstante tenha perdido o pai muito cedo, Braz guardou muitas lembranças a seu respeito e demonstrava sentir muito orgulho, ao destacar suas “profissões”: “imigrante, colono, empreiteiro, sitiante, carpinteiro, motorista, curandeiro, parteiro, quase fazendeiro e pioneiro em Rolândia – PR” (PONCE MARTINS, 2003, p.41). Em 1995, Gines Ponce Alarcon foi homenageado como “Pioneiro de Rolândia”. A prefeitura entregou à sua família um certificado de honra ao mérito, em reconhecimento de seus serviços prestados como

¹⁰⁰ Arthur Eidam. Entrevista gravada em 1991. Acervo do Museu Histórico de Cambé.

desbravador do município. Na autobiografia, consta uma imagem do referido certificado, cuja cópia é ostentada em um quadro na parede da casa de Braz até hoje.

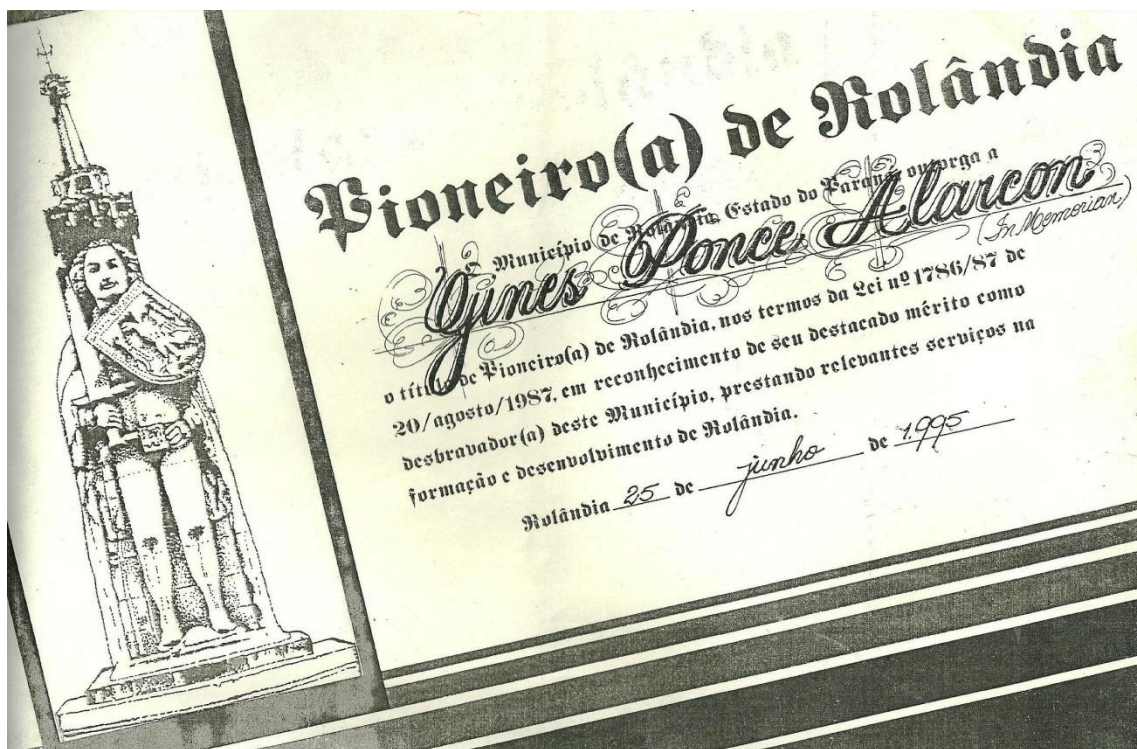


Figura 17: Certificado de Pioneiro de Rolândia, concedido a Gines Ponce Alarcon. Fonte: PONCE MARTINS, 2003, p.17.

Após a morte do pai, sua mãe resolveu que todos se mudariam para a fazenda São Manoel. O irmão de Braz, Antônio, projetou uma casa de madeira espaçosa e contratou um carpinteiro de Rolândia, o Sr. Alcides, para construí-la. “A casa foi feita ao contrário do nível do terreno, com declive à frente e com uma grande escada para dar acesso à varanda e ficou com um porão de 1,5 metros de altura, que servia de garagem para a carroça e a charrete. A água devia ser procurada na mina a 250 metros da casa e a luz era da lamparina a querosene” (PONCE MARTINS, 2003, p.21-22). Também foi construída uma tulha para café e uma terreirão para secagem.

O tipo de construção descrita por Braz era comum na região. No início da colonização, muitas casas eram baixas, sem assoalho, cujo interior era de chão batido. Outras já eram assoalhadas, para cuja construção se demarcava o terreno, cavando-se então os buracos onde eram socados os pilares que serviam de alicerce. Esses pilares de troncos de madeira deixavam um vão de um metro entre o chão e o assoalho, espaço que era utilizado para guardar ferramentas e a lenha para mantê-la seca para alimentar o fogão. Ali se abrigava o cão, guardião da casa (CERNEV, 1995).

“Nos anos de 1941/1942 resolveram fazer um poço. Foi contratado João Ramos, que veio a ser nosso cunhado, marido da irmã Maria” (PONCE MARTINS, 2003, p.22). Os casamentos de seus irmãos foram realizados na própria fazenda, o padre e o juiz vinham de Cambé. Braz descreve os altares, que eram enfeitados com folhas de palmito, flores e imagens de santos. Havia muita comida e bebida, principalmente vinho tinto que fazia todos passarem mal. As casas construídas para os recém-casados e empreiteiros eram feitas de peroba. E a demanda por novas casas era tão grande que foi preciso contar com a ajuda dos serradores Antônio e José, eternizados na escultura feita por Braz.



Figura 18: Serradores Antônio e José. Fonte: PONCE MARTINS, 2003, p.23.

Para ajuda dessas moradias foi chamado o inesquecível Antônio Serrador, não era apelido não, Serrador era de fato o seu sobrenome. Como existiam muitas perobas e ainda não tinha sido vendida madeira alguma, resolveu-se pagar ao Antônio Serrador e ao Sr. José Tarrenta (nosso empreiteiro formador de café) para serrarem as madeiras mais brutas tais como vigas, caibros e outras. Antônio Serrador veio de Ibioporã, onde construiu uma moradia para nosso tio Lourenço. [...] À noite reuniam-se todos ao redor de Antônio Serrador, numa casa ou no terreiro mesmo, ele contava casos de portugueses (em Portugal tinha ficado ou abandonado sua mulher), contava muitas anedotas e piadas obscenas também [...]. O português era fora de série mesmo, uma espécie de herói, tinha carisma e nos divertia muito (PONCE MARTINS, 2003, p.21).

A peroba era a madeira mais usada na construção de casas, por ser abundante e resistente. Como as serrarias ainda não tinham sido instaladas, as primeiras casas eram construídas com tábuas cerradas manualmente. As grandes serras, chamadas de trançadores, eram movimentadas por duas pessoas que trabalhavam o dia inteiro, produzindo tábuas, vigas, ripas, caibros, mata-juntas e como subproduto, a serragem, que era aproveitada para minorar o efeito do barro na entrada das casas nos dias de chuva, amenizar a poeira durante a seca e para queimar nos fogões. Toda a madeira pertencia a quem adquirisse o lote de terras. Sua venda era uma das primeiras fontes de renda com a qual o proprietário fazia seus investimentos ou pagava suas contas, antes de usufruir dos lucros do café (CERNEV, 1995).

Braz explica como era realizada a derrubada das grandes árvores e descreve a vegetação. “Na parte derrubada da mata da Fazenda já existiam grandes tocos de milenares figueiras, que ao serem cortadas não poderia ser feito rente ao chão, porque tinham imensas raízes “catranas” (quando derrubadas rente ao solo serviam de abrigo ou mesmo de morada como aconteceu com o tio e o papai)”. Os cortes eram realizados a mais de quatro metros de altura, para tanto era construído um jirau.¹⁰¹ “Suas imensas raízes se lastravam por muitos metros quadrados, muitas vezes quando era perto das casas serviam de chiqueiro” (PONCE MARTINS, 2003, p.32).



Figura 19: Foto do grande Pau d’alho, 1940.
Fonte: PONCE MARTINS, 2003, p.33.

Essas imensas árvores eram vistas primeiramente pelo Antônio [...]. Assim aconteceu com o “Grande Pau D’Alho” (depois da derrubada tiramos uma fotografia com nosso cunhado João Ramos e outras pessoas dentro do buraco). Antônio fez uma picada no sentido da estrada mestre para a água do Elefante para nós levarmos o seu almoço, e disse para nós: — Vocês sobem pela picada de baixo e de vez em quando dão um grande grito e quando eu responder vão em direção ao grito. Assim fizemos, quando tínhamos andado uns cem metros nos deparamos com o Grande Pau D’Alho, pelo seu tamanho devia ser o dinossauro de todos os paus d’alhos da gleba (seu diâmetro era de 2,50m ou mais). Logo além nos deparamos com um outro grande [...] deu muito mais trabalho para ser derrubado por que ele era maciço, não tinha buraco algum. Grandes crimes ambientais foram cometidos derrubando essas imensas árvores para dar lugar a imensos cafezais (PONCE MARTINS, 2003, p.32).

É certo que Braz só toma consciência dos grandes crimes ambientais que se estavam cometendo a posteriori, quando escreve suas memórias. Pois, a prosperidade trazida pela cafeicultura teve um custo que só hoje tomamos consciência pelo mau uso dos recursos naturais e pela degradação do meio ambiente, cujas consequências não se previa. “A história do café é, também, a história da ação predatória ao meio ambiente que transformou a exuberante mata em terras de agricultura [...]” (POZZOBON, 2006, p. 15). Uma vez que o desflorestamento é citado na autobiografia, segue-se um breve histórico deste processo.

A destruição das florestas paranaenses se deu em apenas um século. De 1890 a 1990, o

¹⁰¹ Desmatava-se por meio do machado entre os meses de maio e junho. Para o corte de madeiras grossas como a figueira, era feito jirau em torno do tronco a 3 ou mais metros de altura do solo (POZZOBON, 2006).

Estado do Paraná reduziu sua cobertura florestal de 16 milhões 762 mil e 600 hectares, ou 83,41% de seu território, para 872 mil e 600 hectares, ou 5,20% de seu território (GUBERT FILHO, 1988). E como já previra o geógrafo Reinhard Maack (1981), o Paraná passou de um Estado exportador para importador de madeiras.

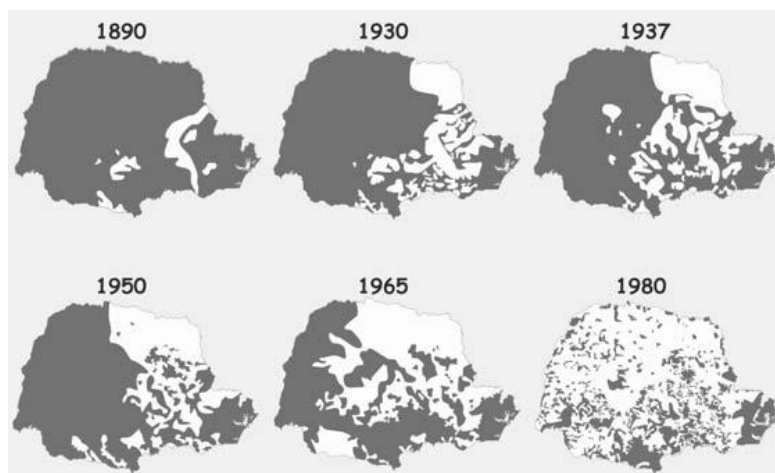


Figura 20: Involução da cobertura florestal no Paraná (1890-1980). Fonte: GUBERT, 1988.

Nas últimas décadas do século XIX e primeiras décadas do século XX, a cobertura florestal do Paraná estava praticamente intacta, correspondendo a cerca de 80% de seu território. Com o advento do ciclo madeireiro em 1888, após a inauguração da ferrovia do Paraná, ligando Curitiba ao Porto de Paranaguá, a ocupação de áreas florestais foi se processando de forma acelerada, a ponto de, por volta de 1900, todo o planalto de Curitiba estar devastado. A partir de 1920, passou-se a dizimar imensas regiões florestadas do Segundo Planalto paranaense, para implantação da agricultura extensiva¹⁰² (GUBERT FILHO, 1988).

Entre 1930 e 1960, outra parte da floresta foi eliminada para dar lugar às extensas áreas de cafezais. A rápida exaustão das florestas do norte paranaense se deu graças à ocorrência de “matas heterogêneas” – florestas diferentes das grandes extensões de pinheirais do sul e centro-oeste. A paisagem diversificada fazia com que a derrubada e a exploração da mata nativa tivessem um caráter distinto, pois as madeiras nobres (peroba, cedro, pinho, canelão, cabreúva, caviúna, marfim, coração de negro, amoreira, imbuia) estavam distribuídas irregularmente na mata (CANCIAN, 1974). Essa dispersão, somada à precariedade das vias,

¹⁰² Em 1907, o Paraná editou o primeiro Código Florestal do Brasil, mas durante a Primeira Guerra Mundial, a indústria do pinho progrediu e a extração da araucária tornou-se desenfreada. Em 1926, o então deputado estadual Romário Martins alertava para a sistemática dilapidação dos pinhais e propunha um projeto de lei que alterava o Código Florestal do Estado. Esse projeto previa a desapropriação de áreas, destinadas à perpetuação do sertão paranaense, isento de alteração em sua fisionomia natural, e não permitia qualquer exploração econômica, sendo sua finalidade exclusivamente científica, moral e estética. Mas este projeto de lei não foi aprovado e a medida preservacionista, inédita para a época, não foi levada a efeito (GUBERT FILHO, 1988).

fazia com que apenas uma pequena parte da madeira fosse aproveitada, sendo a maioria das árvores (mesmo as nobres) “queimadas in loco” (NESELLA & ALCÂNTARA, 2002, p.11).

Portanto, a floresta nem sequer foi economicamente aproveitada. Enormes extensões de floresta estacional semidecidual e seus ecossistemas associados foram queimados, restando apenas alguns escassos remanescentes florestais. Em síntese, as causas do desmatamento no Paraná foram, num primeiro momento, os aproveitamentos comerciais da madeira, realizados de forma extrativo-predatória pelas madeireiras e, posteriormente, resultantes da implantação das atividades agrícolas: a expansão da cultura cafeeira no norte do estado e a da cultura da soja, no oeste.¹⁰³ Nestas regiões, a exploração madeireira nativa só foi significativa para a economia regional enquanto se completava a conquista dos territórios pela expansão da fronteira agrícola, o que ocorreu em poucas décadas (1930-1960).¹⁰⁴

A tão exaltada fertilidade do solo aparece na narrativa de Braz, ao citar os alimentos cultivados na fazenda. “Nossa terra dava tudo o que se plantasse, até mesmo alguns cereais ou grãos exóticos produzidos em outros países de clima frio. Nós chegamos a plantar trigo, cevada, centeio, grão de bico, favas, tremoço, lentilhas, guilhas e outros que não me lembro os nomes” (PONCE MARTINS, 2003, p.33). Os alimentos serviam para consumo próprio e o excedente era comercializado. Braz destaca a produção de milho:

Após a quebra do milho na roça, todos os empreiteiros e nós também, preparávamos o milho para o comércio. Levavam o milho em espigas para ser debulhado nos paióis e ranchos, este serviço era feito à noite. Era feito um mutirão e todos se reuniam para a tarefa. As espigas eram descascadas manualmente ou com a ajuda de um prego, mas logo surgiu uma ideia, pegaram meia lasca de palmito e introduziram um machado com o corte para cima, uma mão na espiga e outro no macete, o descasque rendia muito mais. Em seguida, as espigas descascadas eram introduzidas em um debulhador manual, onde cada operador do debulhador era obrigado a debulhar pelo menos um saco de milho, depois era feito o rodízio. Ao lado tinha o ensacador e o costurador. [...] Às vezes a tarefa ia até altas horas da noite, dava uma imensa coceira pelo corpo todo. Tomar banho era impossível porque geralmente esse serviço era feito no tempo do frio (PONCE MARTINS, 2003, p. 26-27).

Ainda com relação ao comércio, é constatada a presença de vendedores ambulantes na região. “Vinha em casa sempre um mascate espanhol, [...] aparecia bem à tarde e abria as malas, mostrava suas bugigangas e miudezas. Logo depois, pedia comida e pouso e sempre era atendido pela nossa bondosa mãe. No dia seguinte, tomava café com leite e panquecas, pegava novamente suas malas e agradecia sem dar ao menos um alfinete” (PONCE

¹⁰³http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/File/LIVRO_REFORMA_AGRARIA_E_MEIO_AMBIENTE/PARTE_1_4_CLAUDIA_SONDA.pdf. Data de acesso: 01/11/2012.

¹⁰⁴http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/File/LIVRO_REFORMA_AGRARIA_E_MEIO_AMBIENTE/PARTE_1_3_JEFFERSON.pdf. Data de acesso: 01/11/2012.

MARTINS, 2003, p.30).

Braz ajudava nos trabalhos do sítio e também participava da colheita de algodão na propriedade vizinha. “Naquela época, plantava-se algodão, a família dos Martinez Ponce [...] plantaram muito dessa fibra. E eles eram empreiteiros de frente a nossa Fazenda. Aos domingos, toda a rapaziada e meninos iguais a mim, iam catar o algodão deles. De nossa parte, o dinheiro que nós ganhávamos era de cada um” (PONCE MARTINS, 2003, p.32).

A caça, a pesca e a coleta de frutos eram costumes na fazenda. Braz gostava de se aventurar pelas matas em companhia de seu inseparável cachorro Fernete. Uma das esculturas mostra Braz preparando armadilhas para caçar pequenos animais, ao lado de seu cão. Seu irmão mais velho, Antônio, também caçava os animais que porventura aparecessem a fim de se alimentarem da plantação de milho. Os relatos descrevem a fauna e a flora da região:

Naquele tempo, eu mantinha uma cadeia de “arapucas”. À tarde, quando vinha da roça, eu visitava todas as arapucas e o Fernete [...] me acompanhando sempre. Uma vez [...] peguei quatro urus, eu tinha um viveiro e os tranquei lá, sempre os tratei muito bem [...]. As arapucas pegavam Nhambu-Iguaçu. [...] Nós comíamos muitos nhambus a passarinho. Às vezes, ia pescar no Bartira [...] eu e Deus e o Fernete também. [...] Saía pelo mato às vezes mais retirado de casa a procura de cocos guariroba, cujos frutos continham uma amêndoa muito gostosa e o cão me acompanhava. Os guarirobas eram comuns em terras baixas ou pedregosas. [...] No começo, havia mato mais perto de casa, o Antônio fez um mirante para a espera de caça que vinha na roça comer milho, veado, cateto, etc. [...]. Naquela noite ouvimos um tiro [...] de repente o Antônio apareceu com um bicho nas costas [...] era um cachorro do mato. [...] Outra também do Antônio. Um dia ele foi caçar sozinho pelas bandas da foz do Jaborandi com Elefante, e se perdeu no meio do mato, deu fome, deu sede e o pior, não havia água. Ele andou mais um pouco e encontrou uma baina de cacho de coco ou o que valha, a sede era tanta, mas a boca não cabia em tal casca. [...] Tirou a botina do pé, bateu o cisco que lá continha, despejou com muito cuidado a água da casca e em seguida bebeu tudo o que pode. Aliviado da sede, escutou um tiro lá pelos lados do José Jacinto, passou o Jaborandi e chegou na estrada. Voltou para casa e contou essa (PONCE MARTINS, 2003, p. 30-31).



Figura 21: Braz preparando armadilhas com seu fiel cão, em 1941. Fonte: PONCE MARTINS, 2003, p.28.

Acerca das relações de trabalho, Braz concede detalhes sobre como era realizada a formação do cafezal pelos empreiteiros, em 1941. “José Tarrenta, casado com Dona Conceição, irmã de Dolores, a mulher do primo Augusto e irmã da tia Felipa, minha madrinha e mulher do tio Lourenço, tinham empreita de ‘forma de café’ na Fazenda” (PONCE MARTINS, 2003, p.23). Seu irmão Antônio calculava a quantidade de mato a ser derrubado para tantos mil pés de café a ser oferecido ao empreiteiro. Ele tinha prática por ter realizado a desmembração dos 70 alqueires de Rolândia que foram divididos entre os nove herdeiros após a morte do pai. O que aprendeu com um engenheiro agrimensor. “Um senhor de origem alemã, amigo do álcool, e com ele nosso irmão aprendeu os rumos, os esquadros, as picadas e etc.” (PONCE MARTINS, 2003, p.31). Enquanto Antônio realizava as picadas, Braz e Carmen, quando não estavam na escola, levavam seu café da manhã e almoço.

[...] também eram empreiteiros para os cafés mais novos: André Martins e Generoso, meio parente do anterior. João Ramos e Maria abriram a sua parte os 7,777 alqueires, logo mais compraram a parte que era do José Manuel e da Nica. Ramon e a Encanação também, e colocaram seu pai junto, o Sr. Ramires Lopes. Quanto aos nossos lotes, Antônio colocou a grande família Vendruscolo. José, o mais velho, e com uma grande família, pegou a formação de café para o Manuel e o Guilherme, uns 16 mil ao todo. Gildo Vendruscolo pegou o meu, mas não chegou a plantar 4.000 pés. Na parte da Carmen, o seu empreiteiro, se não me engano, era o cunhado do Vendruscolo. Indalécio teve como empreiteiro o Sr. Guerino Casaroto, parente ou meio parente de João Sela. O Guerino venceu a sua formação um ano antes que os nossos formadores de café (PONCE MARTINS, 2003, p.34).

Braz relata que os contratos com os empreiteiros “formadores de café” eram realizados por seis anos, a área era entregue limpa e com casa construída. “Quando o Antônio Bergamasco, o “Mussuline” pegou sua empreita, foi contratado um cearense para derrubada do mato, mamãe oferecia a comida a ele no local do serviço e quem levava os alimentos era eu e a Carmen. Quando partia cedo, o nordestino levava uma moringa com água e uma lata de manteiga Aviação para untar o pão na hora do seu café” (PONCE MARTINS, 2003, p.31).

Tio Antônio venceu a empreita e se mudou para sua própria chácara em Londrina. A nossa família também tratava muito café, o que foi plantado em 1939/40 já estava produzindo. Os dos empreiteiros José Tarrenta e Antônio Bergamasco [...] também iriam produzir logo. Antônio recém-casado com certeza queria ter seu café separado ou abrir sua herança (PONCE MARTINS, 2003, p.33).

Nas fazendas em formação, os trabalhos eram realizados pelos “empreiteiros” ou “formadores” que, durante os 4 a 6 primeiros anos conduziam a lavoura até sua completa formação, devolvendo-a ao proprietário. No início, derrubava-se a mata e se ateava fogo. Em seguida, demarcavam-se as covas. As sementes de café eram depositadas no fundo das covas,

que eram protegidas por achas de madeira a fim de proporcionar ambiente favorável ao desenvolvimento das plantas muito sensíveis ao sol. A remuneração dos formadores e empreiteiros consistia no cultivo de culturas intercalares, nas produções iniciais do café¹⁰⁵ e no trabalho extra remunerado. Recebiam um rancho ou uma casa de madeira para moradia e uma área reservada à criação de animais domésticos. Os imigrantes e seus descendentes eram considerados os mais habilitados para esse tipo de serviço (POZZOBON, 2006).

Neste período, além dos empreiteiros, outras categorias de trabalhadores rurais existiram no norte do Paraná. O colonato era o regime mais frequente e não diferia daquele desenvolvido no oeste Paulista, mesmo porque a expansão da cafeicultura era oriunda desta região. Também, de grande importância, era o trabalho dos camaradas volantes, principalmente no período da colheita. O tipo de relação de trabalho mais rara na região era o da parceria, que se constituía com maior frequência, após as geadas (PRIORI, 1996).

Havia sobrado um trecho de mata para Braz e seus irmãos descoivarem (limparem através de queimadas), para o plantio de café e cereais. Nesta parte da narrativa, é percebida a influência da religiosidade popular, quando a família leva Braz a um curandeiro, que atendia nas imediações de Cambé, há cerca de 20 km da Fazenda São Manoel, em 1942.

Ficamos todos cheios de cinza, encarvoados e bem imundos. Tínhamos que tomar banho de bacia, eu era o mais novo que ia na roça, excluindo mamãe, Carmen e Indalécio, restavam seis para se banharem. Como chegávamos bem tarde da queimada, quando era a vez de me banhar, a água quente já havia acabado ou já era tarde da noite ou estava resfriado, e geralmente, passava era semanas sem ver uma gota de água no corpo, eu já estava ficando preto. Aos 12 anos mais ou menos, passava a noite inteira falando quando me deitava para descansar [...]. Logo em seguida, a família ficou sabendo que na água dos Caçadores, na região de Cambé, existia um Benzedor-Curador que dava jeito no conversante noturno. [...] A receita e o remédio que o Curador-Benzedor deu, foram banhos diários de capim sapé, foi um santo remédio, banhei-me durante uma semana e nunca mais falei à noite [...]. Depois do problema resolvido, o primeiro a tomar banho de bacia era sempre eu, lei imposta pela nossa mãe (PONCE MARTINS, 2003, p.29-30).

A respeito do lazer, Braz recorda-se com nostalgia das festas juninas da Fazenda São Manoel, ocorridas entre os anos de 1940 e 1943. Iniciavam-se na véspera do dia de Santo Antônio (13 de junho) e prosseguiam até os dias de São João (24 de junho) São Pedro e São Paulo (29 de junho).

Como havia madeira com fartura, faziam-se grandes fogueiras que queimavam a noite inteira e clareavam o ambiente. Todos os moradores da colônia rodeavam a fogueira. Batata doce, mandioca e abóbora assada na brasa não faltavam, corria o

¹⁰⁵ No norte do Paraná, o cafeeiro é precoce. Em três anos dava uma pequena colheita, entrando em plena produção aos quatro anos (POZZOBON, 2006).

quentão e a pipoca. Mas ninguém se fantasiava de “caipiras”, porque nós éramos os próprios caipiras. Os fogos de artifício também não faltavam, nós [Braz e seus primos] economizávamos durante o ano todo para comprar busca-pé, traques, bombinha, fósforo de cor e peido de veia. Esses fogos eram queimados a noite inteira. Só ficaram as lembranças, pois os divertimentos e os prazeres da infância desapareceram para sempre. Atualmente, no meio rural, não há mais nada disso (PONCE MARTINS, 2003, p.22).

Uma vez que estavam distantes da cidade, as informações sobre as festas de carnaval eram trazidas pelo primo José Martins, que sempre visitava a família e certa vez passou um mês na fazenda. “Nós morávamos meio longe da civilização, ao norte de nossa propriedade ainda não morava ninguém, era mato e mais mato e foi com ele que aprendemos as últimas do Carnaval, só me lembro da Jardineira que caiu do galho e depois morreu”. José Martins foi recrutado para a Campanha na Itália. “Esse nosso primo José, alguns anos depois após servir ao exército, foi sorteado para ir para guerra na Itália, como ele não era muito robusto, na última hora foi substituído por outro mais forte. Sorte dele. Morava com o pai numa chácara na Vila Casoni,¹⁰⁶ em Londrina [...]. Nosso tio foi pioneiro de lá” (PONCE MARTINS, 2003, p.24). A família enfrentou dificuldades durante a Segunda Guerra Mundial.

No tempo da guerra todos os estrangeiros eram obrigados a portarem um documento chamado Salvo-Conduto 19. Mamãe e tia Felipa tinham se encontrado em Londrina e vinham para a Fazenda. Mas ao embarcarem na jardineira do Garcia para Cambé, foram embargadas pela “Captura” do Getúlio Vargas. Como elas não tinham o referido documento, foram obrigadas a tirá-lo [...]. Perderam a jardineira que passava na cabeceira da fazenda [...]. Então apareceram em casa descendo de uma carroça (PONCE MARTINS, 2003, p.32).

Braz conta como procederam diante do racionamento de alimentos. “Na época da Guerra Mundial, os principais alimentos eram racionados: farinha de trigo, açúcar, sal e querosene e etc.” (PONCE MARTINS, 2003, p.26). Não compensava ir à cidade, porque Rolândia estava a cerca de 20 quilômetros de distância da Fazenda São Manoel, e a única condução era uma charrete. Além de que, para obter os produtos, era preciso enfrentar fila. Foi preciso improvisar. O querosene da lamparina foi substituído por óleo de mamona. Os irmãos de Braz construíram um monjolo e um engenho tracionado pela mula Prateira, para fabricar melado e rapadura, sendo que o próprio Braz cuidava do tacho com a garapa fervente.

¹⁰⁶ A Vila Casoni é um dos bairros mais antigos de Londrina, surgiu com a vinda de uma família paulista nos anos 30. Em 1934, Jorge Casoni comprou um sítio de sete alqueires. Seu filho Domingos chegou em 1936 e comprou o lote vizinho de 2,5 alqueires. Enfrentando dificuldades para efetuar o pagamento dos lotes adquiridos da CTNP, Domingos Casoni resolveu vender suas terras em pequenos lotes urbanos. Assim, nasceu o primeiro loteamento fora do perímetro original de Londrina. Os lotes foram vendidos a 375 mil réis cada, bem abaixo do valor cobrado pela Companhia (500 mil réis). Os migrantes que ali se fixaram eram pequenos proprietários, assalariados e colonos de café, oriundos geralmente de São Paulo e Minas Gerais (CERNEV, 1995).

O autor esculpiu sua própria figura mexendo o melaço e mostrando como a cana era moída.



Figura 22 A: Antes do engenho movido à força animal, a cana era moída desta forma.

Figura 22 B: Braz cuidando do tacho no preparo do melado para a rapadura, em 1941.

Fonte: PONCE MARTINS, 2003, p.26.

O racionamento de alimentos e as dificuldades com o transporte fizeram com que surgisse uma espécie de escambo entre os vizinhos. A família Ponce trocava os alimentos produzidos na fazenda pelas iguarias da colônia japonesa. Braz também levava os alimentos para serem trocados com aqueles que as famílias dos colegas da escola produziam. “E a grande Segunda Guerra continuava. Na escola, trocávamos alimentos uns com os outros. Quem tinha melado de cana (nosso caso) trocava por pão, bananas por rapadura e assim por diante” (PONCE MARTINS, 2003, p. 25).

“Eu e a Carmem, nossa irmã, íamos à escola isolada de Jaborandi, no patrimônio Quinze, hoje Nossa Senhora Aparecida, mas também denominado de Bartira. Há uma distância de quatro quilômetros mais ou menos”. Os estudantes, filhos de empreiteiros e sitiantes, eram muito pobres. As famílias faziam muitos sacrifícios, porque estavam abrindo o sítio, plantando o café, fazendo suas casas. A maioria ainda residia em casebres ou ranchos de palmito. Todos iam descalços à escola, no calor e no frio. Em uma foto tirada dos 35 alunos, apenas dois estavam calçados: “Francisco Sela Júnior (já foi prefeito de Rondon) e Pedro Ramos (trabalhou na Klabin, Telêmaco Borba), se não me engano, os dois estavam gripados” (PONCE MARTINS, 2003, p.25).

No tempo do frio, Domingos Sela e Olívio de Paula, carroceiros, além de transportarem os seus cereais, faziam fretes para Rolândia ou Cambé. Por coincidência, ao chegar na estrada principal, encontrávamos os quatro burros de cada lado, ao todo eram oito que puxavam a carroça. Então, nós aproveitávamos a respiração acelerada dos burros para nos esquentar. Crianças e burros trabalhando e estudando em paz (PONCE MARTINS, 2003, p. 25).

Com a Segunda Guerra, os mercados europeus se fecharam para o café, dando início a um período de sérias restrições ao seu comércio. Entretanto, um acordo internacional, liderado pelos Estados Unidos, regulou a oferta e o preço, salvando os países exportadores da total ruína econômica. Outras dificuldades se seguiram, devido às condições climáticas do início da década de 1940. Secas e geadas prejudicaram muito as safras e destruíram parcialmente os cafezais (STOLCKE, 1986).



Figura 23: Cafezal da Fazenda São Manoel antes da geada de 1942. Fonte: PONCE MARTINS, 2003, p.29.

Em 1942, os Ponce sofreram a primeira grande geada no Paraná, que afetou os 70 mil pés de café que já estavam produzindo, deixando a família desanimada. “Não me lembro de ter passado tanto frio [...]. Foi uma geada muito grande mesmo e prejudicou muito os cafezais recém plantados. Lembro-me muito bem que as poças d’água tinham dois ou três centímetros de gelo de espessura. A água do cocho dos animais ficou congelada. [...] Nas baixadas os cafés pequenos tostaram” (PONCE MARTINS, 2003, p.33).

No ano seguinte, foram vendidos os 70 alqueires da Fazenda São Manuel pertencentes à mãe de Braz, por 180 contos de réis, para Emílio de Brito, e a família se mudou para Londrina. Braz comenta que todos os vizinhos que persistiram após a geada enriqueceram: “Os Selas, de Paula, Calisote, Polvani, Gorlas, Fagottis, Miquelete, Campiolo, e muitos outros que não recordo os nomes e na maioria, eram de origem italiana” (PONCE MARTINS, 2003, p.26). Porque se passaram dez anos sem gear e o café manteve um bom preço.¹⁰⁷ “Nessa época, um saco de café em coco dava para comprar tranquilamente um saco de farinha de trigo de 50 quilos, um saco de açúcar de 60 quilos ou uma lata de querosene, ou um saco de batatinhas ou um saco de macarrão” (PONCE MARTINS, 2003, p.35).

4.3. A rotina na chácara em Londrina

Às margens da planta inicial da cidade de Londrina, foram traçados lotes maiores, que os técnicos da Companhia denominaram “cinturão de chácaras”. As chácaras eram habitadas por famílias de pequenos produtores que abasteciam os mercados locais com produtos

¹⁰⁷ Em 1941, o número de cafeeiros atingiu 61 milhões, no Paraná. A geada de 1942 fez com que a produção se reduzisse temporariamente, até que no pós-guerra, sob o impulso da alta dos preços, as medidas restritivas foram abolidas e a produção voltou a crescer (LUZ, 1997).

hortifrutigranjeiros e outros gêneros de primeira necessidade (SOUZA, 2008). Os Ponce adquiriram uma chácara de quatro alqueires, localizada a três quilômetros de Londrina, por Cr\$45.000,00. A mudança da Fazenda São Manuel, em Rolândia, para a chácara foi feita no dia 7 de setembro de 1943. No dia seguinte, Braz e seus irmãos foram matriculados em uma escola da cidade. Ele recorda-se das dificuldades enfrentadas pelo caminho, por causa da geada, do barro, do pó e da distância e que vendiam verduras e leite antes do início das aulas.

Quatro dias após a mudança [...] deu uma bela geada temporona, na chácara tinha um belo café, porém o vimos bonito assim por apenas quatro dias [...]. A chácara ficava na cabeceira da água do Barreiro [...] tinha muitas minas e uma grande horta [...]. Na chácara tinha uma casa de madeira, onde o Antônio morava e foi construída uma de material onde nós morávamos. No dia 8, eu, a Carmen e o Indalécio, começamos as aulas na escola em que fomos matriculados. A escola ficava à Rua Duque de Caxias,¹⁰⁸ era uma casa de cômodos, talvez por falta de grupos escolares, porque Londrina estava num crescimento muito grande [...]. Como havia muito leite, mamãe fez uma mochila que cabia até 10 litros, 5 litros de cada lado (PONCE MARTINS, 2003, p. 34-36).

Braz costumava passear na cidade com sua família. “No dia 7 de setembro de 1943, fomos visitar Londrina à noite, pois tinha sido um dia de festa, foi inaugurado um calçamento de paralelepípedo de uma quadra no jardim ao lado da Igreja Matriz, hoje Catedral de Londrina. A cidade estava tão bonita” (PONCE MARTINS, 2003, p.35). Braz também frequentava a cidade com seus amigos, onde assistiam sessões de cinema e jogos de futebol. Eram rapazes pertencentes à família Siscate, vizinhos dos quais compravam leite.

Eles eram arrendatários, com eles nós brincávamos muito. Aos domingos e feriados íamos à matinê e assistíamos os seriados de Tarzan, Capitão Marvel, Shazan, Super Man, filmes de Far-west, Tom Mix, Charles Starret, John Wayne e outros. Às vezes, assistíamos Futebol no Estádio Vitorino Gonçalves Dias, era cercado de tábuas com umas pontas, nós não pagávamos entrada e todo mundo encostava sua magrela no tabuado. E muitas vezes, tranquilo assistindo a pelada, vinha um guarda bem no quieto e sem dó batia em nossas mãos, assim aconteceu comigo e meus colegas. Eu por exemplo, nunca mais assisti futebol, nem dentro e nem fora do estádio. Curiosidade, esse estádio de futebol tem esse nome porque tanto no Ginásio Londrinense quanto no Estadual, o Vitorino Gonçalves Dias¹⁰⁹ era professor de Física e comandava todos os desfiles (PONCE MARTINS, 2003, p.37).

Nas férias escolares, Braz ajudava seus irmãos nos trabalhos da chácara. Geralmente,

¹⁰⁸ A Rua Duque de Caxias surgiu de uma “picada” para ligar a zona rural com o centro de Londrina. No início tinha dois nomes: no sentido norte era a Rua Heimtal e no sentido sul era a Rua Cambé. No princípio da década de 1940, as denominações da rua foram substituídas, passando a se chamar Duque de Caxias a partir da linha férrea no sentido sul e Marechal Deodoro da Fonseca do mesmo ponto rumo ao norte (CERNEV, 1995).

¹⁰⁹ Vitorino Gonçalves Dias foi o primeiro professor licenciado em Educação Física que veio concursado para Londrina. Além de professor de Educação Física e Desenho no Colégio Estadual, foi um grande incentivador do esporte local, tendo ocupado também o cargo de diretor de DEPAS, órgão da prefeitura, correspondente à atual Secretaria Municipal da Educação e Cultura. Faleceu tragicamente a 10 de agosto de 1954. O campo do Operário passou a ser denominado Estádio Vitorino Gonçalves Dias, em homenagem ao professor (CERNEV, 1995).

trabalhava no traçador, cortando lenha. “As lenhas eram vendidas para a SIAM, que significava Sociedade Industrial de Artefatos de Madeira,¹¹⁰ a lenha era para movimentar suas caldeiras. E com grande sacrifício limpamos a nossa roça dessas madeiras que estavam apodrecendo” (PONCE MARTINS, 2003, p.37). Braz também vendia uvas no centro de Londrina e tinha suas próprias criações de animais.

Nós tínhamos várias qualidades de uvas para saborear e as que sobravam, uma tal de roxinha, eu as levava para a Casa Pombal, pegava uma cesta cheia e ia vender no centro de Londrina, na Avenida Rio de Janeiro, esquina com a Avenida Paraná, onde ficavam os picaretas e os vendedores de terras.¹¹¹ Eu vendia o cacho a Cr\$ 0,50 cada. Uma cestada não dava para o cheiro, voltava para a charrete e abastecia novamente a cesta até acabar com todo o produto [...]. Eu, naquele tempo, tinha meu galinheiro e tinha algumas botadeiras e criava alguns franguinhos. Tinha também um pequeno chiqueiro e sempre tinha leiteoa. Tratava as galinhas com milho que às vezes ficava sem ser recolhido, para a leiteoa trazia ervas: carirú picão, pé de mamão macho ou mesmo as frutas do mamoeiro que sobravam. Meus animais eram bem tratados, porque eu tinha que ter trocados para pagar a matinê, ou comprar os canivetes que os moleques da cidade me tomavam (PONCE MARTINS, 2003, p.37 e 40).

O serviço na chácara aumentou quando Antônio e Manuel resolveram fazer uma olaria em Rolândia, no sítio do Ramon, no Elefante. “Construíram um grande barraco todo coberto de tabuinhas e levaram o tio Olímpio como oleiro. Se não me engano, os três eram sócios” (PONCE MARTINS, 2003, p.37-38). Guilherme teve que cuidar da chácara praticamente sozinho, por isso Braz passou a ajudá-lo quando chegava da escola. Mas o negócio da olaria não progrediu e os irmãos resolveram criar bicho da seda na chácara.

O antigo dono deixou uma pequena parte em mata virgem contendo muitos palmitos. O Manuel e o Guilherme derrubaram-na. Naquele tempo, devido à guerra, estava em moda criar bicho da seda, o quilo do casulo estava com bom preço.

¹¹⁰ Braz equivocou-se ao explicar a sigla. SIAM significa Seleção Industrial de Artefatos de Madeira. Instalada em 1937, foi a primeira indústria da região de laminados para compensados. Além dos laminados que eram exportados, produzia tacos, assoalhos, forros e esquadrias, que eram vendidos nos grandes centros. Somente na década de 1950, é que começou a produzir peças padronizadas para construções de madeira na região. Sua produção anual girava em torno de 13 mil metros cúbicos (ZANI, 2011). A SIAM era uma das principais serrarias que atuavam em Londrina dos anos 30 até o final da década de 1950. Juntamente com a Mortari e outras 11 serrarias menores, produziram em média, durante este período, 50 mil metros cúbicos de madeira (ARIAS NETO, 1998). A SIAM e a Mortari exportavam grandes quantidades de vigas 8x16 cm de peroba rosa para a Inglaterra, que a utilizava na construção naval, principalmente durante a Segunda Guerra, além de cedro e pinho para móveis e esquadrias (SILVA, 1986).

¹¹¹ Na década de 1950, a esquina da Avenida Paraná com a Avenida Rio de Janeiro, sediava a principal “pedra” de Londrina, isto é, a “pedra do café”. Com a construção do edifício Banco da América (mais conhecido como edifício do “relojão”) convergiram para o local os escritórios dos principais corretores, onde o café era comercializado, de modo informal. O produto chegava a ser negociado em transações sucessivas, passando por várias mãos, num curto espaço de tempo. Esta “pedra” era integrada a uma rede de comércio mais ampla, que incluía atividades de lazer vivenciadas em pontos de atração localizados nas proximidades, como o Bar do Líder e o Cine Theatro Municipal, o Bar Pinguim e o Bar e Restaurante Brasserie. Este espaço urbano abrigava tanto o comércio informal quanto o comércio regular, desenvolvido nos Bancos, Farmácia Paranaense, Casas Pernambucanas e outros estabelecimentos localizados nas imediações (CERNEV, 1995).

Fizeram um rústico barraco, derrubaram a pequena reserva e imediatamente plantaram as amoras. [...] As larvas não eram como nos tempos atuais, agora as larvas são entregues aos produtores na segunda idade, mas naquele tempo, meus irmãos compravam os ovinhos que eram colocados em caixas de sapato e quando eclodiam eram alimentados com tenras folhas de amoreira, depois de crescadinhas, iam para o barracão. Andaram fazendo diversas criadas, mas logo após desanimaram, acho que os preços caíram, talvez por causa do fim da guerra (PONCE MARTINS, 2003, p.39).

Sua mãe trabalhava bastante, não obstante o apelo dos filhos que insistiam para que ela não se esforçasse tanto. “Dona Antônia, a mãe dos nossos colegas Domingos e Francisco, junto com a Maria, nossa futura cunhada, que seria a mulher do nosso irmão Manuel, “mercava” como dizia ela em portunhol, verduras em Londrina. [...] Muitas vezes ela convidava nossa mãe para “mercar” também e ela aceitava o convite”. Elas vendiam seus produtos na Rua Curitiba, a primeira zona de Londrina. Certa vez, Braz as acompanhou e ficou sabendo que as freguesas “[...] pagavam bem pelas suas verduras, não pechinchavam e tinham o dinheiro sempre à mão”. Juntamente com Carmen e Palmira, sua mãe lavava e passava as roupas dos filhos dos Selas, ex-vizinhos de Rolândia, que vieram fazer o ginásio em Londrina. Dona Soledad também era parteira, seus netos nasceram por seu intermédio (PONCE MARTINS, 2003, p.40-41).

Braz enfrentou alguns problemas com os colegas de escola, que achavam que ele era descendente de alemão, devido à pele muito branca e aos cabelos claros. Para se defender dos insultos e agressões, na hora do recreio Braz munia-se com um canivete. Sempre que os adversários se aproximavam, ele sacava-o e começava a descascar uma laranja. Contudo, sempre tinha seu canivete tomado e como era pequeno, acaba apanhando se reclamasse.

Quando moramos na região de Londrina, era tempo da Guerra e o alemãozinho aqui, como era loiro e cheio de sardas (loiro sou até hoje), os colegas da escola (e os que também não eram) me chamavam de alemão, quinta coluna, camarada do eixo. A mais comum era a expressão “alemão batata come queijo com barata”, como eu era franzino, raquítico e muitas vezes na hora do recreio, quando descascava uma laranja com um canivete na mão, diziam “camarada do eixo” está armado, tomaram meu canivete e muitas vezes fiquei sem ele ou apanhava se porventura rateasse (PONCE MARTINS, 2003, p.39).

Braz relata suas lembranças do final da Segunda Guerra Mundial. “Parece que a Guerra acabou parcialmente em 8 de maio de 1945, essa data foi quando o Reinaldo, filho do Antônio nasceu. Da chácara se ouvia que por qualquer motivo, soltavam fogos em Londrina, houve muito foguetório esse dia” (PONCE MARTINS, 2003, p.39). É interessante notar que a memória pessoal e familiar de Braz mescla-se com a memória histórica:

A histórica sessão de 7 de maio de 1945, em Reims, realizada numa sala do Supremo Comando Aliado, na qual foi assinada a rendição incondicional da Alemanha. Os plenipotenciários estão de costas. Assinaram a rendição pela Alemanha Jodl, Bedell Smith pelos anglo-americanos, Suslaparov pela Rússia e Sevez pela França. Eram 2:41 da manhã e os fogos cessaram às 23:01 horas de 8 de maio de 1945. Em novembro de 1945, concluí o curso primário com nota 8,10. Eu só fui vencido por uma aluna, dos rapazes a maior nota foi a minha. Na entrega do diploma, ouvi comentários dos sarristas: Óia, o alemão batata superou a todos nós. No ano seguinte, mudamos para Londrina (PONCE MARTINS, 2003, p.39).

Conhecido por Dia da Vitória, 8 de maio de 1945 é a data oficial da rendição da Alemanha e marca o fim da guerra na Europa.¹¹² O almirante Karl Dönitz, que depois do suicídio de Hitler havia assumido o comando do Terceiro Reich, enviou o general Alfred Jodl ao quartel-general dos Estados Unidos, na cidade francesa de Reims, para negociar os termos da rendição. No dia 7 de maio, às 2h40min, o ato de capitulação incondicional da Alemanha foi assinado na presença do general americano Walter Bedell-Smith, do general soviético Ivan Susloparov e do general francês François Sevez. Segundo o acordo, os combates deveriam cessar precisamente às 23h01 do dia 8 de maio. Mas a notícia da assinatura da rendição correu o mundo já na manhã do dia 8, o que obrigou os chefes de três dos quatro países aliados – Harry Truman, dos Estados Unidos; Winston Churchill, da Inglaterra; e Charles de Gaulle, da França – a anunciar oficialmente o fim dos enfrentamentos às 15 horas (TOSSERI, 2011).



Figura 24: O general Alfred Jodl assina os termos da rendição. Fonte: <http://historiaupf.blogspot.com.br/2010/05/hoje-na-historia-alemanha-nazista-se.html> Data de acesso: 21/07/20012.

As histórias da infância encerram-se em 1945, quando os Ponce se mudam para a

¹¹² Embora as operações militares tenham terminado em solo europeu os combates prosseguiram no Pacífico. Japão continuou a combater os exércitos aliados, e somente o trágico lançamento de duas bombas atômicas sobre Hiroshima e Nagasaki, nos dias 6 e 9 de agosto de 1945, conseguiu obrigar o país asiático a assinar sua capitulação em 2 de setembro. Só então a Segunda Guerra Mundial chegou, de fato, ao fim (TOSSERI, 2011).

cidade de Londrina. Este período, pertencente aos relatos da juventude de Braz, serão abordados no capítulo VI. Um dos motivos que incentivou a mudança foi a construção de um aeroporto próximo a chácara, evidenciado a chegada do “progresso”.

O Campo de Aviação de Londrina era bem distante da cidade, oito ou mais quilômetros, lá pelas bandas de um tal patrimônio Espírito Santo e da Fazenda Santa Helena dos Godoy, onde hoje existe uma reserva florestal estadual intocável. Resolveram fazer um novo campo de aviação já com o nome de Aeroporto de Londrina,¹¹³ o primeiro projeto era de duas grandes pistas, uma na direção sul e outra na direção de nossa chácara. Vieram os técnicos estaqueando em nossa direção e também desapropriando, mas logo pararam. Por esse motivo e outros, a chácara foi vendida por um bom dinheiro e deu um ótimo lucro devido à inflação. Na época, me deram Cr\$2.500,00, pelos meus serviços prestados na chácara [...]. Com o dinheiro da chácara foi comprada uma data com uma casa bem no meio do terreno, uma data com 50 metros de comprimento, situada no meio do quarteirão. Na frente da data foi feita uma grande casa, cuja moradia foi construída pelo Antônio, Manuel e alguém mais. A rua era a Cambará, 189, nessa casa morei até Domingo, 8 de fevereiro de 1959 (PONCE MARTINS, 2003, p.41).

Podemos concluir que no norte do Paraná a cultura dominante era a do trabalho, cujas operações, sempre manuais, exigiam um grande esforço físico, da madrugada ao entardecer. A vida no campo transcorria com simplicidade, porém havia fartura de caça, palmito, frutas, feijão, arroz, milho, frango, porco e leite. Tecidos, ferramentas de trabalho, trigo, açúcar, sal e querosene eram adquiridos no comércio. Os deslocamentos se faziam a pé, a cavalo, por meio de carroças tracionadas por animal, através de jardineiras e as viagens longas eram feitas de trem (POZZOBON, 2006). A autobiografia de Braz Ponce Martins constitui-se em uma fonte importante para a compreensão do cotidiano dos primeiros agricultores que estabeleceram na região, tema ainda tão pouco explorado pela historiografia.

¹¹³ Apesar da abertura de rodovias pela Companhia de Terras e da construção da estrada de ferro pela Companhia Ferroviária, a comunicação com os grandes centros era demorada, principalmente com São Paulo e Curitiba. O meio de superar as adversidades foi a utilização do transporte aéreo. A viagem de avião reduzia em dez vezes o tempo gasto no percurso de automóvel, eliminando os riscos de ficar pelo caminho atolado na lama. Pela precariedade das estradas, o custo da viagem de automóvel era superior ao frete de avião. Acompanhados pelos agenciadores da Companhia, quem podia utilizar o avião eram os grandes compradores de terras. Multiplicaram-se as pistas particulares construídas nas fazendas, sendo que muitas eram clandestinas, utilizadas sem as normas padronizadas de segurança. Ao final da década de 30, o poder público tomou para si o encargo de construir um campo de pouso, que foi inaugurado em 1938 e se localizava no Patrimônio Regina, há cinco quilômetros de Londrina. Depois foi transferido para a antiga Praça Bartolomeu de Gusmão, em frente ao atual aeroporto. O novo aeroporto, com pistas pavimentadas só começou a funcionar em 1956 (CERNEV, 1995).

V. O PROCESSO DE (RE)OCUPAÇÃO DO NORTE DO PARANÁ SE COMPLETA (1945-1975)

Braz Ponce Martins viveu sua juventude em Londrina, em fins dos anos 40 e início dos anos 50. Período em que a cidade se tornou uma metrópole regional e passou a ser conhecida mundialmente como a Capital do Café. A fim de contextualizar as memórias desta época, traçamos um panorama desde a fundação da cidade até a década de 1950.

Em 1952, Braz Ponce Martins adquiriu um lote 10 alqueires da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, em São Tomé, na época distrito de Cianorte. Os demais lotes comprados na mesma localidade, entre 1964 e 1986, que formaram a Fazenda Guaritá, atualmente com 65 alqueires, também foram adquiridos da CMNP ou de terceiros que os haviam comprado desta Companhia. Deste modo, faz-se necessário discutir a colonização empreendida pela CMNP que, juntamente com a ação dos poderes públicos e a conjuntura econômica favorável à cafeicultura, resultou em um considerável incremento populacional e no fim do processo de (re)ocupação da região norte, no final dos anos 1950.

Neste capítulo, também analisamos a decadência da cafeicultura, que se inicia nos anos de 1960, em decorrência de crises de superprodução, dos incentivos governamentais em favor da diversificação da agricultura e da industrialização, e se finda com a geada negra de 1975, que levou os cafezais ao chão. E as consequências resultantes deste processo, principalmente a expulsão de milhares de trabalhadores da zona rural, que se direcionaram para as cidades ou para outras regiões do país.

Por fim, verificamos os debates travados na historiografia paranaense após o término da colonização da região norte. Ao levantar a bibliografia, percebermos que a História Regional ora exalta a ação da iniciativa privada, ora desconstrói esta visão, enfatizando a importância do Estado e os conflitos pela posse da terra. Estes últimos são estudos mais recentes, que visam desvendar como se deu de fato a (re)ocupação destes territórios, resgatar a história dos habitantes que lá viveram anteriormente, investigar quais as reais intenções dos empresários e criticam a historiografia que apenas reproduz a visão da Companhia.

5.1. Londrina: a “Capital Mundial do Café”

Em uma cidade que experimentou o crescimento de forma tão rápida, todo dia era dia de novidades: a primeira hidrelétrica e as lâmpadas tomatinhos, os carro-pipa molhando as ruas para “amansar” o poeirão, a tecnologia do telefone começando a fazer parte da vida no sertão, a locomotiva que trazia gente de todo canto do mundo... Quanta coisa (e quanto “causo”) não aconteceu por esses lados enquanto a

cidade ia se consolidando! Uma novidade sobrepujava outra a todo instante, e aquela primeira saída da “atualidade cotidiana” para habitar seu novo lugar – a memória (MUSILLI; ABRAMO, 2004, p. 8).

O norte do Paraná viveu um crescimento surpreendente, atraindo pessoas de todo o território nacional e de várias partes do mundo. Na grande maioria, vindas de famílias de trabalhadores que adquiriam um lote por um valor bem menor do que as terras paulistas, onde a especulação originada pelos latifúndios supervalorizava o preço. “Os primeiros compradores eram descendentes dos imigrantes japoneses e europeus, que haviam chegado ao Brasil no fim do século 19 e início do 20” (MUSILLI; ABRAMO, 2004, p. 11-12). Assim, a maioria dos primeiros moradores de Londrina era de origem italiana e espanhola, vindos do interior de São Paulo e Minas Gerais (CERNEV, 1995).

“Londrina, em pouco mais de 20 anos, teve seu perfil urbano completamente modificado. Se nos anos 30 constituía-se em apenas um núcleo urbano “ponta de trilhos”, ou “boca de sertão”, na década de 50, tornou-se a principal cidade da área produtora de café, localizada na região Norte do Estado do Paraná e com uma população superior a 100 mil habitantes” (ROLIM, 1999, p.3). Este rápido processo de urbanização constatado teve como base a cafeicultura e como fio condutor a Companhia Colonizadora (ALMEIDA, 1981).

Londrina se formou como elemento do processo de colonização empreendido pela CTNP, onde a empresa instalou seu escritório administrativo e construiu uma estação ferroviária, a fim de facilitar a chegada dos compradores de terras. A abertura da mata e o início das construções no espigão que originou a cidade data de 1929 e, em 1934, o núcleo tornou-se politicamente autônomo, através do Decreto Estadual n.º 2519 de 03/12/1934 (SOUZA, 2008). O nome foi proposto por João Sampaio, presidente da CTNP, devido à ligação entre Londres e a nova cidade. A área do município era de 23.562 Km², mas ao ceder espaço para a formação de Rolândia, Arapongas, Apucarana, Mandaguari, Marialva, Maringá, Mandaguaçu, Jandaia do Sul, Nova Esperança, Paranavaí, Arauá, Cambé, Astorga e Alto Paraná, Londrina ficou com uma área de 2.081 Km² (ALBUQUERQUE, 1995).

Destinada a servir de sede da área colonizada, Londrina tornou-se o núcleo urbano que concentrava diversas atividades da empresa inglesa e o ponto de maior investida na procura de terras. Por isso, várias obras de infraestrutura foram edificadas: pista para o pouso de aviões, estação rodoviária, agência de Correios e Telégrafos, estabelecimentos comerciais e uma malha viária com estradas vicinais e coletoras, interligada à ferrovia, que facilitava a circulação de bens de consumo, da produção e de pessoas (ROLIM, 1999).

A determinação dos técnicos da CTNP era colocar em prática o plano das Cidades

Jardim, do urbanista francês Ebenezer Howard,¹¹⁴ que possibilitaria maior integração entre o homem e a natureza, com conglomerados urbanos não muito povoados, cercados de matas e parques. Porém, além do ideal de planejamento urbano, estavam em pauta os interesses dos agentes que aplicavam capital no território, levando à instauração de uma planta urbanística sem muitos incrementos estéticos. Planejou-se inicialmente que neste espaço se formasse uma cidadezinha de aproximadamente 30 mil habitantes, ocupando uma planta com o formato de um tabuleiro de xadrez com quadras cortadas por ruas estreitas, que mediam por volta de 12 metros de largura, não comportando um trânsito muito intenso. O engenheiro responsável pelos trabalhos havia traçado ruas mais amplas, mas foi obrigado a mudar o projeto inicial sob a pressão da empresa colonizadora, mais preocupada com os lucros (SOUZA, 2008).

Em meados dos anos 30, foram erguidas as primeiras edificações de concreto, que se assemelhavam aos prédios construídos na capital paulista. Ao mesmo tempo, surgiam as mansões dos novos barões do café, ao longo da Avenida Higienópolis¹¹⁵, inspiradas no estilo da Avenida Paulista. Embora essas novas construções nascessem no centro de Londrina, ainda com chão de terra vermelha, predominavam as casas de madeira. Estas, que por sua vez, substituíram as primeiras construções provisórias, as cabaninhas feitas de palmitos, cobertas com tábuas de pinho e de chão batido, erguidas de um dia para o outro, na pressa de instalar a família e iniciar o trabalho na terra (MUSILLI; ABRAMO, 2004).

Nas décadas de 1940 e 1950, a paisagem urbana de Londrina, tanto na região central como nos bairros, era caracterizada pela presença das casas de madeira, com seus telhados avermelhados e muito entrecortados. O que se deve à exuberante vegetação da região, com grande variedade de espécies das chamadas “madeiras de lei” – figueira, peroba, cedro, cabreúva, marfim, timburi – que permitiu a instalação de muitas serrarias e de verdadeiras corporações de carpinteiros, tornando mais vantajosa a construção de casas de madeira. As casas tinham áreas que variavam de 36 a 100 m² e chegavam a ser agrupadas em até cinco unidades em um único terreno, formando pequenas vilas (CERNEV, 1995).

¹¹⁴ A ideia de cidade jardim que Howard propõe na obra “Tomorrow: a Peaceful Path to Social Reform” (1898), é uma reação aos problemas advindos do processo de urbanização acelerada e suas consequências. Trata-se de uma possibilidade de organização do território de forma a corrigir o problema da densidade exagerada das primeiras cidades industriais, estabelecendo um fluxo de população. Assim, a solução era buscar um equilíbrio entre a cidade e o campo. Howard estabelece um modelo de cidade, de seu entorno rural, bem como da formação de uma rede de cidade como solução dos problemas gerados pelo crescimento das mesmas. É arriscado concluir que houve uma transposição linear da proposta de Howard para o norte do Paraná, mas os planejadores não estavam alheios às propostas urbanísticas em desenvolvimento na Europa (ARIAS NETO, 1998).

¹¹⁵ A Avenida Higienópolis (cidade da higiene), marco da modernização urbana, um dos mais refinados espaços da cidade, depois de alguns anos passou a ser chamada popularmente de “Lágrimas de Lavrador”, expressão que evidencia a consciência da exploração da mão de obra rural efetuada pelos fazendeiros de café que ali construíram suas mansões (ARIAS NETO, 1998, p. 18).

No final dos anos 40, Londrina viveu um período de transição de comando da CTNP para os cafeicultores (CESÁRIO, 1986). A CTNP sempre esteve presente no cotidiano da cidade, inclusive no que diz respeito às ações políticas. Mas graças ao êxito da cultura cafeeira, os fazendeiros tornaram-se membros ativos no cenário político local. Um exemplo significativo da perda do monopólio administrativo da CTNP sobre o município foi o fato de a Companhia ser repassada a um grupo de empresários brasileiros, que transferiu seus escritórios para Maringá. A hegemonia dos elementos ligados à cafeicultura sobre a cidade se consolidou em 1947, quando o fazendeiro Hugo Cabral¹¹⁶ foi eleito prefeito (SOUZA, 2008).

Devido aos altos rendimentos advindos da produção cafeeira, instituiu-se um imaginário de que a região se constituía na “terra onde se andava sobre dinheiro”. E, diante da situação destacada de Londrina no “boom” cafeeiro, construíram-se várias imagens sínteses sobre a cidade: “Cidade Milagre, Mina de Ouro do Brasil, Cidade Progresso, Grande Empório, Capital do Norte e Capital Mundial do Café” (ROLIM, 1999, p.22-23). Arias Neto (1998) classifica a constituição destes ideais como “Eldorado cafeeiro”, segundo estas representações, seria possível o enriquecimento e a modernidade para todos.

Até os anos 30, o norte do Paraná era a “Terra da Promissão”, o paraíso prometido da fertilidade e da produção agrícola abundante, independente do produto a ser cultivado (café, cereais, algodão ou trigo). Somente nos anos 50 e 60 é que o norte do Paraná e a cidade de Londrina foram identificados ao café, transformando-se no “Eldorado cafeeiro”.¹¹⁷ Essa nova representação não apenas legitimava os novos grupos dominantes, mas também estabelecia os pressupostos através dos quais, realizava-se um reordenamento sócio-político e econômico local e regional. Isto é, esse conjunto de ideias buscava justificar a conquista do poder local e a luta pela aquisição de um espaço de representação política a nível estadual e federal, por parte dos cafeicultores (ARIAS NETO, 1998).

Deste modo, na Londrina da década de 1950, onde o dinheiro tudo comprava, surgiu uma classe de capitalistas que se vangloriava sob a insígnia de pioneiros. O espaço urbano que deveria ser público passou a ser ordenado segundo os interesses de um grupo de

¹¹⁶ O prefeito Hugo Cabral pertencia a UDN (União Democrática Nacional), enquanto que o governador Moisés Lupion era do PSD (Partido Social Democrático), o que causava “rixas” políticas. Durante a construção da nova estação ferroviária, o antagonismo político entre a prefeitura, o Estado e os administradores da Rede de Viação Paraná-Santa Catarina, dificultou o andamento dos trabalhos. Em sua festa de inauguração, no dia 20 de julho de 1950, só compareceram a comitiva da rede e as autoridades municipais. “A fria inauguração da nova estação ferroviária só consolidaria a força da UDN em Londrina” (MUSILLI; ABRAMO, 2004, p. 26).

¹¹⁷ A intensificação no plantio de cafeeiros só ocorre no pós-guerra (CANCIAN, 1981). No entanto, os dados da produção agrícola demonstram que as representações da cidade como “Eldorado Cafeeiro” estão vinculadas muito mais à perspectiva de progresso dos fazendeiros e à alta arrecadação municipal daí decorrente, do que à hegemonia da produção em termos quantitativos. Durante todo este período, a produção de arroz, feijão, milho e mandioca é tão grande, senão maior do que a do café (ARIAS NETO, 1998).

indivíduos enriquecidos através da produção cafeeira, que exerciam um poder que buscava ocultar os conflitos e criar uma imagem de uma cidade identificada com o trabalho heroico de seus pioneiros (SOUZA, 2008).

Para Souza (2008), a ideia do pioneiro ainda hoje representa um elemento ativo na memória da cidade de Londrina. O pioneiro seria aquele que chegou primeiro, participou da construção da cidade e venceu. Logo, teria o direito de tomar parte nas decisões sobre a cidade. Como na década de 1950, Londrina passou a ser tratada como “Capital Mundial do Café”, os cafeicultores, mesmo os que não participaram do processo de constituição da cidade, buscavam algo que lhes desse o título de pioneiro: a derrubada da mata para o plantio em uma área antes inexplorada, a implantação de uma nova técnica agrícola, a comercialização de alguma qualidade de café especial, enfim, desde que tivessem trazido algum progresso e modernização, apropriavam-se do título de pioneiros.

Este ideário de modernidade e progresso aparecia nos discursos de fazendeiros, comerciantes, membros de instituições financeiras, jornalistas, vereadores, autoridades estaduais e municipais. Os governadores Moisés Lupion e Bento Munhoz da Rocha diziam que aqui não se “conhecia o fenômeno do pauperismo como motivo de preocupação e alarme” e diante da situação destacada do Estado, em termos econômicos, que era o “Espetáculo da Prosperidade” (ROLIM, 1999, p. 1).

Nos anos 50, as noções do Eldorado e do Pioneirismo não apenas constituíam toda uma cultura política dos fazendeiros do norte, mas fundamentavam as práticas de governo que almejavam o progresso de todo o Paraná, no sentido de fazer do Estado outro São Paulo. E se a industrialização era o horizonte maior do governo, sua prática imediata dirigia-se ao estímulo das atividades agrícolas – setor do qual saíam os capitais necessários ao estabelecimento de um parque industrial. Assim, os interesses da cafeicultura eram apresentados como interesses gerais, ou seja, constituíam-se no discurso público dos grandes burgueses paranaenses (ARIAS NETO, 1998).

Discurso este que atraiu um grande contingente de migrantes pobres para Londrina, em busca desta riqueza que era amplamente divulgada. Todavia, a estes migrantes recém-chegados, à procura de emprego, não se atribuía o título de pioneiro. Logo, o discurso do pioneirismo, que buscava criar vínculos identitários entre os habitantes de Londrina, era excludente. Ou seja, os migrantes pobres adentravam em um espaço que não era seu, um ambiente que lhes era sempre hostil. Era um espaço onde o sucesso econômico era quase símbolo do pioneirismo. Riqueza e sentimento de pertencimento a uma classe se vinculavam.

O elemento financeiro agia como um indutor de identidades, através do qual, elementos do real se fundiam ao imaginário, constituindo um caráter especial àqueles que pertencessem à classe dirigente (SOUZA, 2008).

Portanto, Londrina se constituiu em um centro urbano receptor de migrantes rurais, que viam na cidade uma alternativa de projeto de vida. O intenso movimento migratório rural-urbano foi fruto das transformações no meio rural, da crescente capitalização do campo e da racionalização da produção, que se manifestou através da diversificação agrícola, incremento da mecanização e abandono de formas tradicionais de trabalho como a parceria e o colonato, liberando grande contingente de mão de obra. “O estudo do deslocamento deste indivíduo pode fornecer elementos para captar transformações provocadas pelo processo de desenvolvimento” (ALMEIDA, 1981, p. 30). No egresso desse contingente das áreas rurais, a população urbana de Londrina chegou a aumentar, entre os anos 40-50 e 50-60, em torno de 52% e 79% (ROLIM, 1999).

Na maioria das vezes, o migrante teve contato com centros urbanos menores. Porém, são muito mais intensos os deslocamentos dentro do próprio meio rural. Portanto, a cidade se coloca como última opção para o migrante. Para Almeida (1981), as causas responsáveis pelo deslocamento fazem parte das mudanças ocorridas na estrutura da sociedade, não repousando somente em fatores individuais e motivações pessoais. Grande parte dos migrantes entrevistados pela socióloga, responderam que os motivos principais que os levaram a procurar a cidade, foram as crises da agricultura, causadas por problemas de geadas, pragas e erradicação ou corte do café, ou ainda a busca por melhores condições de vida.

Postas estas informações, percebe-se que a trajetória da família Ponce insere-se neste contexto histórico. No final do século XIX, a família emigrou da Espanha para o oeste paulista. Nos anos 30, migrou para o norte-paranaense, atraída pelas imagens da “Terra da Promissão” e se estabeleceu no recém-fundado núcleo de Rolândia, e, em seguida, na sua área rural. No início dos anos 40, mudou para uma chácara nas imediações de Londrina. No final da década de 1940, a família se fixou na cidade de Londrina. Os constantes deslocamentos dos Ponce também são justificados por situações de crises na agricultura e pela busca de melhoria nas condições de vida. Segue-se uma boa explicação para este fenômeno migratório:

Se atentarmos para a rápida ocupação das terras, fica claro que, na dinâmica da modernidade, a instabilidade é uma marca permanente e identificadora da vida dos homens, na medida em que os colonos se inserem numa “espécie de nomadismo civilizado correndo atrás de oásis fugazes” [...]. Essa estratégia estabelecida pelo capital de inspirar, subsidiar e até mesmo forçar com brutalidade o movimento de pessoas para cidades, fronteiras ou novas terras, tem por objetivo claro o de explorar

tudo isso em seu proveito (ROLIM, 1999, p.17).

Como os migrantes pobres não tinham condições de adquirir os terrenos encarecidos do centro, instalavam-se na periferia, pois as ofertas fora do quadrilátero planejado eram mais atraentes, fomentando novas vilas sem projeto regular e infraestrutura, em continuidade ao traçado xadrez, aproveitando áreas limites da cidade. Nos anos 50, Londrina atingiu o perímetro urbano, fazendo recuar os cafezais, para dar lugar às construções. A cidade passou a crescer de forma desordenada, para além da área urbana. A Companhia não havia previsto este desenvolvimento extraordinário (SOUZA, 2008). Com a explosão do crescimento urbano, o projeto de cidade jardim se perdeu completamente (ARIAS NETO, 1998).

Em 1944, a população urbana do município superou as expectativas de seu projeto inicial. A partir de então, a preocupação com a reordenação deste espaço e alocação das classes populares se tornou presente no cotidiano do poder público municipal. O decreto Lei n.º159 de 06/10/1947, proibiu a abertura de novas áreas de loteamento urbano nas adjacências da cidade, pois os loteamentos irregulares não contribuía com a arrecadação tributária e os terrenos ociosos do centro não eram transformados em casas. No final da década de 1940, a administração buscava coordenar as transformações constantes pelas quais passava Londrina. A vinda de centenas de novos habitantes tornava a cidade muito movimentada, lotando ruas, hotéis e pensões. Todos os dias surgiam novos empreendimentos comerciais, bares, casas de show, agências de negócios (SOUZA, 2008). É neste momento que a família Ponce se muda da chácara para a cidade.

Nos anos 50, a perda do controle sobre o fluxo migratório foi expresso no discurso das novas elites urbanas, preocupadas com os efeitos negativos da invasão da cidade pelos pobres, miseráveis e marginais, principalmente jogadores, ladrões e prostitutas. Na imprensa, as análises cotidianas buscavam ponderar os aspectos positivos e negativos do surto demográfico. A “Folha de Londrina” diagnosticava que essa avalanche de imigrantes internos engendrava sentimentos ambíguos, sendo preciso separar o joio do trigo (BENATTE, 1996):

Atraídos pelo progresso fenomenal de Londrina, vieram à nossa cidade povos de todos os recantos do país e até do universo. Gente boa, honesta e trabalhadora aportou por estas paragens. Acompanhando as levas de imigrantes internos, chegaram a Londrina centenas de maus elementos. Gatunos, vigaristas, charlatães, vagabundos e outros tantos desclassificados da sociedade [...] indivíduos que passam dias e noites seguidas nos bilhares da cidade, desonestamente angariando dinheiro para sua manutenção. São mal educados, trapaceiros e desavergonhados, inimigos de um trabalho dignificante...¹¹⁸

¹¹⁸ FOLHA DE LONDRINA, 03/08/52 apud BENATTE, 1996, p. 81.

Ao longo da década de 1950, este discurso das elites urbanas se uniu ao tema do “fechamento da fronteira” e à crítica ao mito do “Eldorado”. O desenvolvimento econômico acirrou as contradições do progresso e as tensões da modernidade urbana, fazendo com que surgisse uma crítica mais realista dos resultados da colonização. A ideia de “cidade aberta” e de “sociedade de fronteira”, em que as oportunidades eram amplas e irrestritas, passou a ser questionada como um mito contraproducente. O que se evidenciou na colocação de tabuletas nas entradas de Londrina, cujos dizeres expressavam certo temor, determinado cuidado com o “outro” e o desejo de controlar os fluxos de população para a cidade (BENATTE, 1996).

Um despeitado da vizinhança botara uma tabuleta na entrada da cidade, nela escrevendo frase aguda que escarnecia a ambição dos homens. Era vazada neste termo: “IGUAL A VOCÊ AQUI TEMOS DEZ MIL. POR CARIDADE, VOLTE.” Não a retiraram dali. O povo a julgou conveniente, afirmando que, de maneira vigorosa, servia para refrear o ânimo de cobiça e sem-vergonhice dos recém chegados (MASCHIO, 1959, p.141).

Devido ao crescimento demográfico, agravaram-se os problemas de infraestrutura urbana – a presença da miséria, da falta de equipamentos urbanos em certas regiões, o surgimento de terrenos e habitações irregulares (as primeiras favelas) – que passaram a ser tratados como responsabilidade do poder público (SOUZA, 2008). Ao longo da década de 50, os prefeitos realizaram inúmeras obras de infraestrutura para dotar a cidade de um perfil mais moderno¹¹⁹ e elaboraram uma legislação para ordenar, disciplinar, definir a forma de ocupação do ambiente e eliminar os aspectos indesejáveis (ROLIM, 1999).

A Lei n.º133, de 07/12/1951, regulamentava os novos loteamentos e arruamentos, bem como estabelecia um plano específico de zoneamento, que segregava a cidade em zonas residenciais conforme o valor e a dimensão espacial dos terrenos. Os planejadores entendiam a cidade como uma futura metrópole e, através da retórica da modernidade, justificavam as atitudes excludentes da legislação em relação às classes populares. O Código de Posturas de 1953 regulava a convivência dos habitantes, condenando as práticas e costumes das camadas populares – proibição de lavar roupas em chafarizes, de estacionar charretes no centro, de praticar o comércio ambulante (SOUZA, 2008).

Esse processo de higienização do espaço público significava, em última instância, o isolamento da doença, tanto física quanto moral. A partir de 1954, nenhum divertimento

¹¹⁹ Na gestão de Milton Menezes intensificou-se a pavimentação, por ser um dos serviços mais exigidos pela população. O plano rodoviário incluía a construção de avenidas, interligando os bairros e as zonas da cidade, para que fosse facilitado o tráfego de veículos (ROLIM, 1999).

público poderia se realizar sem a licença da prefeitura.¹²⁰ Estabelecimentos comerciais, casas de diversão e similares dependiam do alvará de funcionamento, fornecido após rigorosa inspeção sanitária e policial (ARIAS NETO, 1998).

O Código de Obras de 1955 instituía as formas de construção possíveis em cada região (delimitava o tamanho dos cômodos e proibia a construção de casas de madeira na área central), impelindo os moradores mais pobres às periferias. Estes padrões de intervenção urbanística atendiam aos interesses da elite, que recorria aos argumentos de que era imprescindível a satisfação das necessidades de ocupação, higiene, convivência e construção sob o solo urbano, para a modernização da cidade (SOUZA, 2008).

Entretanto, a divisão entre áreas de alto padrão e regiões populares não era inédita na cidade. Pouco depois de ter iniciado a venda de lotes na futura cidade de Londrina, em 1929, a CTNP resolveu lotear um espaço externo ao plano inicial, para os trabalhadores mais humildes. Na demarcação desta área, ficou definida uma fronteira física entre os lotes maiores, bem equipados e os terrenos menores, quase sem infraestrutura. O espaço que seria concedido à construção da linha férrea, separou os lotes mais caros que ficaram acima da linha e os mais baratos, abaixo da linha (SOUZA, 2008).

Esta fronteira física permitiu que os grupos dominantes ficassem ao alto, como forma de reafirmação de sua situação, enquanto os pobres estavam embaixo, sentindo-se vigiados. Assim, a linha férrea passou a servir de barreira física e simbólica, constituindo um imaginário a respeito da divisão da cidade: os bairros acima da linha e as vilas, abaixo. Surgiram muitos loteamentos populares abaixo da linha do trem, expandindo a área norte da cidade, através de aglomerações de casas de madeira e de ruas estreitas e mal tracejadas, onde faltava água encanada, redes de esgoto, luz elétrica.¹²¹ Enfim, a definição dos territórios urbanos já se dava no início da constituição da cidade e o seu crescimento só veio reafirmar a divisão entre ricos e pobres, demarcando a fronteira entre a Londrina dos beneficiados pela era de ouro do café, devidamente pavimentada, iluminadas, com grandes edifícios e mansões suntuosas e a Londrina dos excluídos deste progresso (SOUZA, 2008).

Pode-se concluir que as elites e as classes médias foram beneficiadas pelo processo de

¹²⁰ As proibições do código recaíram fundamentalmente sobre as diversões das camadas populares. Proibiram-se banhos nos rios, córregos e lagoas, cabendo à prefeitura determinar o local próprio para estas atividades, sendo que seus praticantes dever-se-iam apresentar de modo decente. Também era proibida a realização de batuques, congadas e divertimentos congêneres sem licença das autoridades (ARIAS NETO, 1998).

¹²¹ Nos anos 50, a prefeitura só realizava melhorias urbanas na parte de cima da linha, enquanto os moradores das vilas abaixo da linha reclamavam da falta de atenção do poder público, dos atoleiros, da poeira, da falta de água, esgoto e coleta de lixo. “Vila Recreio, Vila Casoni, Vila Nova, Vila Santa Terezinha, Vila do Grilo, Jardim do Sol, Vila Yara, Vila Brasil, entre outras, foram por diversas vezes palco dos protestos e reivindicações populares” (SOUZA, 2008, p. 121).

modernização, mas seu custo foi socializado, visto que as classes populares pagaram, através de impostos, taxas e multas, os benefícios que não receberam. E ainda arcaram com o preço de implantação e manutenção da pesada e burocratizada máquina administrativa municipal, que sobre elas desencadeou o processo de repressão e banimento, confinando-as aos espaços tidos como adequados na nova ótica urbanística (ARIAS NETO, 1998).

5.2. Companhia Melhoramentos Norte do Paraná

A guerra de 1939-1945 levou, por motivos de segurança, à proibição da propriedade da terra, por estrangeiros, nas zonas de fronteira, sendo, em consequência, nacionalizadas várias companhias. No Paraná, as transferências de maior importância foram às relativas às Paraná Plantations Limited, com sede em Londres e à Companhia Maderas del Alto Parana, com sede em Buenos Aires, mas de capitais ingleses (WESTPHALEN et al., 1968).

O governo britânico adotou uma política de retorno compulsório dos capitais ingleses aplicados no exterior, para fazer frente às despesas com a guerra. Semanalmente, a empresa de Londres publicava uma lista de empresas oferecidas à venda em todo mundo. Em 1942, Gastão de Mesquita Filho se deparou com uma das relações de companhias inglesas a venda no exterior, quando visitava o escritório Levy, em São Paulo. O engenheiro embarcou imediatamente para o Rio de Janeiro em busca do conselho e do apoio financeiro de Gastão Vidigal (CMNP, 1975). Gastão de Mesquita Filho conta:

Gastão Vidigal era um extraordinário amigo, fundador do Banco Mercantil de São Paulo e um dos maiores financistas do país. Eu não tinha dinheiro suficiente para pagar o que os ingleses pediam pela Companhia de Terras Norte do Paraná – 1.520.000 libras esterlinas – e precisava urgentemente compor um grupo de pessoas da mais alta confiança que desejassem participar da aquisição. E a coisa tinha que ser feita com urgência, porque havia outros interessados no negócio e porque o governo britânico havia imposto como limite de prazo para a repatriação de capitais, o dia 31 de dezembro de 1943. O negócio deveria ser total: as terras e mais a estrada de ferro, que era concessão do governo federal e que por isso deveria ser ouvido antes da transação [...]. O presidente Getúlio Vargas concordou com a transação, mas com uma condição: a estrada de ferro, que então se estendia de Ourinhos a Apucarana, seria adquirida pelo governo federal por apenas 88.000 contos de reis, quando o preço fixado pelos ingleses – contabilizado e reconhecido pelos próprios órgãos oficiais – era de 128.000 contos de réis. Assim, os investidores brasileiros ficavam obrigados a adquirir dos ingleses por 128 mil e a ceder ao governo federal por 88 mil, absorvendo, portanto, o ônus correspondente à diferença, isto é, 40.000 contos de réis (CMNP, 1975, p. 97-99).

Mesmo com essa condição imposta pelo governo federal, o grupo de investidores, liderados por Gastão Vidigal e Gastão de Mesquita Filho, considerou vantajoso o negócio

proposto pelos ingleses e passou a organizar o grupo sucessor da Companhia de Terras Norte do Paraná.¹²² De 1944 – ano em que passou para o controle acionário de brasileiros – até 1951 – ano em que passou a se chamar Companhia Melhoramentos Norte do Paraná – a Companhia exerceu a mesma política de vendas de terras. A área continuou sendo dividida em pequenos lotes, de cinco a quinze alqueires cada, servidos por estradas de rodagem, com acesso a um curso d'água corrente e parte alta propícia para o plantio de café (CMNP, 1975).

Com relação a afirmativa da CMNP de que não houve modificação nas linhas do empreendimento quando a CTNP foi transferida à gestão nacional, Cancian (1981) alega que houve reorientação no que diz respeito à divisão das terras em lotes, aumentando-se o seu tamanho em várias glebas, ao mesmo tempo em que houve maior dinamização nas operações de vendas. Ao lado de grandes lotes, foram mantidos muitos pequenos, na velha tradição paulista de se preocupar com a mão de obra para as fazendas, o que não existia anteriormente. Enquanto que no período inglês houve apenas um caso de venda com área superior a 200 alqueires, no período nacional houve 75, vários com mais de mil alqueires. E em vendas sucessivas, um único proprietário chegou a adquirir 9.860 alqueires. Considerando as propriedades com mais de 100 alqueires, até 1942 houve apenas 41 e, até 1960, foram 495.

Comentando a mudança na estratégia da venda de terras depois da compra da Companhia por brasileiros, Cancian (1981) afirma que não houve preocupação com a introdução de imigrantes, mesmo após a guerra. Continuaram as vendas a antigos colonos e lavradores, estes que adquiriram pequenas propriedades, em sua maioria. Atingiu-se, contudo, uma categoria de compradores – as classes médias – desde funcionários, comerciários, bancários, médicos, dentistas, advogados, além de grandes fazendeiros, industriais e companhias agrícolas. A maioria deste novo tipo de comprador revendia as terras, com exceção dos grandes fazendeiros. Compravam-nas com fins especulativos, esperando valorização. Houve intensa partilha de lotes, na década de 1950, quando se buscava a terra roxa para a continuidade da expansão cafeeira. Também houve transferências e especulação entre as médias e pequenas propriedades. Investir em terras era um alto negócio.

A Companhia manteve o plano de vendas com prazo de quatro anos, mediante o pagamento de 30% do seu valor como entrada, com o juro módico de oito por cento ao ano e a obrigatoriedade de preservar dez por cento da área adquirida, em mata virgem (TOMAZI,

¹²² A totalidade das ações foi absorvida por quatro grupos – Gastão Vidigal, Gastão de Mesquita Filho, Arthur Bernardes Filho e Irmãos Soares Sampaio – destes, somente o primeiro era ligado à situação política vigente. Posteriormente, os grupos Arthur Bernardes Filho e Soares Sampaio venderam sua parte aos grupos Sulamérica e Matarazzo, os quais, por sua vez, cederam mais tarde, aos dois grupos fundadores, Vidigal e Mesquita, a parcela acionária que haviam adquirido (CMNP, 1975).

1989). Apenas um sexto dos compromissos não foi saldado no tempo estipulado. Tolerava-se um prazo de seis meses, ao término do qual o vendedor podia empenhorar o lote. O que só foi exercido nos casos em que o comprador ainda não havia iniciado o cultivo da terra, porque no entendimento dos dirigentes, tais medidas tinham repercussão desfavorável. Porém, o compromisso de preservar 10% da propriedade com área florestal, assinado no ato de sua aquisição, era uma cláusula nunca cumprida (LUZ, 1997).

“A fúria demolidora não poupava sequer as matas ciliares, junto aos rios e córregos, protegidos pelas leis florestais do mundo inteiro, a começar pela do Brasil”. A devastação determinou um completo desequilíbrio ecológico: erosão do solo, assoreamento dos rios, multiplicação de pragas e doenças e contribuiu para o extermínio indígena (JOFFILY, 1985, p. 91). O superintendente da Companhia de Terras, em uma entrevista ao jornal “A Pioneira”, em 1949, dizia que a empresa, “numa compreensiva interpretação do problema, vinha incluindo nos seus contratos de compromisso de compra e venda a cláusula benéfica que mandava reservar 10% da área de mato, para não derrubar”. Contudo, o código florestal de 1934, exigia a preservação de 25% da mata (ROLIM, 1999, p.17).

De posse da escritura, o proprietário derrubava o mato à vontade, com o intuito de se capitalizar e pagar a terra. O próprio governo, na ânsia de ocupar os chamados espaços vazios e fazer a modernidade chegar ao sertão, aplicava impostos sobre as terras cobertas de matas de forma bem mais elevada do que sobre os locais utilizados com pastagens e cultura agrícola. A floresta ia sendo destruída na medida em que se viam diariamente fileiras de caminhões transportando toras de ipê, peroba, canela, jacarandá, imbuia, pinho, aroeira e cedro rumo às estações ferroviárias e ao porto de Paranaguá (ROLIM, 1999). “Inúmeras serrarias operavam sem cessar, para atender os importadores”. Em consequência, a figueira branca, o cedro, o pau d'alho estão praticamente extintos no norte do Paraná (JOFFILY, 1985).

A CMNP promoveu a venda das propriedades rurais que loteara, intensificando a propaganda sobre a fertilidade das terras oferecidas; as vantagens para o pequeno agricultor; as perspectivas de êxito na exploração da terra, através do plantio de vários produtos, tais como café, algodão, cereais, etc.; sobre a garantia de posse indiscutível das terras; além das facilidades na forma de aquisição. Como havia concorrência entre as empresas colonizadoras, estas procuravam atrair compradores por intermédio da imprensa, do rádio e de cartazes. A Companhia teve por praxe a distribuição de folhetos, nos quais especificava as condições de compra e os resultados já obtidos. Os jornais do Paraná e de São Paulo também se encarregavam da divulgação de seus métodos (LUZ, 1997).

No período de 1944 a 1950, a CTNP vendeu cerca de 260 mil alqueires de lotes rurais. De 1951 a 1970, a CMNP vendeu 98.588 alqueires (TOMAZI, 1997). A CTNP/CMNP vendeu 35.103 propriedades rurais, num total de 471.260,39 alqueires paulistas (CANCIAN, 1977). A Companhia colonizou uma área de 546.078 alqueires (13.166 km²). Nos seus primeiros 50 anos de existência, vendeu lotes rurais para 41.741 compradores, o que representa uma média de 13,08 alqueires ou 31,65 hectares por proprietário. Com relação aos lotes urbanos, foram vendidas cerca de 70.000 datas com 500 m² de extensão (LUZ, 1997).

Uma vez que a Companhia efetuou cerca de 40 mil vendas de lotes rurais, cuja área média não ultrapassava 14 alqueires, passou a definir sua ação como “um exemplo pioneiro de reforma agrária”. No início dos anos 60, diante dos debates nacionais sobre a Reforma Agrária, a colonização empreendida pela CMNP foi citada pelo jornal “O Estado de São Paulo”, como modelo para se efetivar a ocupação de terras no Brasil (TOMAZI, 1989).

[...] na região que se estende de Londrina a Umuarama, numa extensão de 350 quilômetros, os colonos obtinham tranquilamente os frutos da terra. Famílias vindas de todos os quadrantes do Brasil, na maioria das vezes tendo de seu unicamente a roupa do corpo, mas imanadas do desejo de progredir, ali depositavam suas maiores esperanças. Desbravavam as matas, cultivavam café, plantavam cidades, encontravam, enfim, sua oportunidade de possuir a terra, de se tornarem proprietários [...]. Até os trabalhadores mais humildes, graças à divisão da terra em lotes pequenos e às condições módicas de pagamento, conseguiram adquirir seu pedaço de chão e nele semear suas esperanças. Desse trabalho resultou riqueza para muitos; do sistema de colonização que aceitaram decorreu a justa repartição dessa riqueza. E assim a democracia autêntica floresceu no Norte do Paraná, onde a iniciativa privada realizou uma verdadeira, justa e pacífica reforma agrária (CMNP, 1975, p. 148-150).

Com relação a esta concepção preconizada pela CMNP, Tomazi (1989) esclarece que a Companhia apenas implementou um projeto imobiliário em suas terras, sob a ótica do vencedor, não tendo em vista nenhum projeto de Reforma Agrária.¹²³ Segundo dados apresentados por Cancian (1981), já no ato de venda das terras, houve uma significativa concentração da propriedade rural. Pois quase 3/4 (72,81%) dos compradores possuíam pouco menos de 1/3 do total da área (32,06%). E uma minoria expressiva dos proprietários tinha um volume muito grande de terras. O que demonstra que a área não foi dividida igualmente em lotes de 13 alqueires, apesar de esta ser a área média das propriedades vendidas. Na realidade, os trabalhadores que chegaram à região vinham:

¹²³ A temática da “Reforma Agrária” só apareceu no discurso da CMNP após 1956, quando esta questão passou a ser discutida em nível nacional. A própria argumentação da Companhia contra os projetos e a legislação sobre Reforma Agrária no Brasil, contradiz seu “exemplo pioneiro de reforma agrária”, pois o próprio processo de venda de terras que ela desenvolveu, levou à concentração da propriedade (TOMAZI, 1989).

Orientados pelas imagens da Terra da Promissão e do Eldorado, pela possibilidade de ascensão, via transformação de sua condição de assalariados ou semiassalariados para pequenos proprietários rurais, bem como pela construção de uma utopia comunitária, baseada na crença do enriquecimento fácil e na preservação da unidade do grupo. [...] Além de poucos terem conseguido a ascensão socioeconômica, também não concretizaram a utopia comunitária (ALMEIDA, 1995, p.18).

A imagem da Terra da Promissão, composta também pela pequena propriedade, constituiu-se na estratégia de legitimação da repressão econômica da mão de obra na fronteira, através do crédito limitado,¹²⁴ com intuito de, por meio da incorporação do trabalho à terra efetivada pelos pequenos proprietários, promover uma valorização dos lotes a serem vendidos e ao mesmo tempo consolidar o “desbravamento e a implantação de uma nova sociedade”, como fator de atração para compradores de terras, grandes ou pequenos (ARIAS NETO, 1998).

Uma nova fase se iniciou a partir de 1949, quando o gerente Arthur Thomas foi substituído por Hermann Moraes de Barros. A CMNP passou a ver a necessidade de modificar e diversificar a sua ação, procurando outras áreas de interesses e investimento (TOMAZI, 1989). Segundo a CMNP (1975), no início dos anos 50, a conjuntura brasileira alterava-se, intensificando a industrialização e abrindo-se novas oportunidades nos setores da colonização, da agricultura e da pecuária. Até então, a Companhia tinha vivido exclusivamente da venda de terras, caracterizando uma autofagia que no futuro acabaria por levar à sua extinção. Era preciso adotar critérios modernos de administração, olhar para o futuro, assegurar a inteligente aplicação das disponibilidades financeiras até então alcançadas.

Apesar desta preocupação, a Companhia mantinha seu projeto imobiliário, tanto que comprou mais 30 mil alqueires de terras (Gleba Umuarama). E os escritórios da Companhia foram transferidos de Londrina para Maringá (TOMAZI, 1989). De acordo com a CMNP (1975), se Londrina representou o marco consignatário das atividades da Companhia de Terras, Maringá foi o expoente dos trabalhos da Companhia Melhoramentos. O que fizeram Willie Davids e Aristides de Souza Mello em Londrina, como gerentes e impulsionadores da Companhia, fez Alfredo Werner Nyffeller em Maringá. Também a Paulo Moraes Barros Neto e a Rubens Mendes Mesquita a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná atribuiu grandes responsabilidades: abrir e administrar novas frentes de colonização, respectivamente em Cianorte e Umuarama. Segue-se o depoimento de Aristides Souza Mello:

¹²⁴ Não dispondo de capitais além do já empregado em seu lote, o pequeno proprietário utilizava-se do trabalho de toda a sua família para sobreviver. Deste modo, transformava a floresta em campo cultivado, incorporando trabalho a terra, gerando a valorização de toda a área norte do Paraná e viabilizando, pois, o empreendimento principal, que eram os negócios imobiliários da Companhia (ARIAS NETO, 1998).

A alta direção da Companhia começou a sentir a necessidade de criar novas cidades, em lugares judiciosamente escolhidos, abrangendo terras já vendidas, em fase de expansão do café e bem servidas por estradas. Assim surgiram os novos polos de desenvolvimento: Cianorte, inaugurada em 26 de julho de 1953, e Umuarama, inaugurada em 26 de junho de 1955. Todas essas cidades foram abertas obedecendo às mais avançadas normas de planejamento [...]. Com essas duas cidades foram atingidas as lindes das terras da Companhia no Paraná (CMNP, 1975, p. 137).

A compra de novas glebas se tornava cada vez mais difícil, como consequência da valorização das terras e da crescente inflação. Diante disso, a CMNP considerou prudente aplicar essas reservas na aquisição de empresas industriais. Ao mesmo tempo, em 1950, por insistência de Hermann Morais de Barros, começou-se a organizar a exploração agropecuária das reservas de terras para culturas, no montante de milhares de alqueires (CMNP, 1975).

Quando assumi o cargo de Diretor Gerente da Companhia de Terras Norte do Paraná, o Dr. Gastão de Mesquita Filho havia iniciado negociações com o Governador do Estado do Paraná Moisés Lupion com o objetivo de adquirir do governo, na margem esquerda do rio Ivaí, mais uma gleba de 100 mil alqueires, contígua à que a empresa já possuía na região. [...] Houve grande demora na tramitação da matéria e quando a autorização foi finalmente dada, a gleba de terras já estava ocupada por posseiros e também por portadores de títulos do Estado. Verificada a impraticabilidade de levar avante a aquisição da nova área, o Dr. Gastão de Mesquita Filho, temendo os efeitos da inflação, deliberou que se aplicassem a vultosa reserva financeira constituída para a compra de novas glebas em empreendimentos industriais, sempre que possível dentro do território paranaense. [...] constituiu a fábrica de cimento Portland Maringá, no município de Itapeva, Estado de São Paulo, muito próximo da fronteira paranaense. Além disso, assumiu o controle acionário da Empresa Elétrica de Londrina, partindo imediatamente para a construção da usina hidrelétrica do Apucarantina. Adquiriu a Usina de Açúcar Jacarezinho e tornou-se o maior acionista da Companhia Brasileira de Material Ferroviário – Cobrasma – e da Braseixos (CMNP, 1975, p.112 e 114).

Portanto, o nome Companhia Melhoramentos Norte do Paraná nasceu da necessidade de diversificar as atividades da Companhia de Terras Norte do Paraná. A Companhia tentou dar continuidade à obra de colonização, estabelecendo conversações com o governo nos anos de 1946 a 1950, mas sem sucesso (LUZ, 1997). Procurou adquirir 100 mil alqueires de terras, o que não foi possível devido à demora da transação. Quando a licença foi concedida, estas já estavam ocupadas por posseiros (TOMAZI, 1989).

Diante das dificuldades encontradas para a compra de novas glebas, os dirigentes da empresa resolveram aplicar suas reservas financeiras em outros empreendimentos (LUZ, 1997). Deste modo, ampliaram as bases de sua atuação em vários setores: florestal, pecuário, cafeeiro, serviços urbanos e industriais.¹²⁵ A fase imobiliária foi se extinguindo com a venda

¹²⁵ A CMNP fundou várias empresas industriais e de serviços: Empresa Elétrica de Londrina, setor de energia elétrica; Companhia Agrícola de Jacarezinho, processamento de açúcar; Companhia de Cimento Portland Maringá, setor de cimento; Cobrasma, setor de vagões e equipamentos ferroviários; Forjas Nacionais, Fornasa,

dos terrenos, enquanto que os outros setores iam se estruturando e modificava-se definitivamente o perfil da CMNP (TOMAZI, 1989).

5.3. Apogeu e decadência da cafeicultura

“O café produziu alterações profundas em toda a sociedade nos aspectos demográficos, na distribuição territorial da população e da riqueza, na força de trabalho, na composição social do Estado e nas relações de poder” (POZZOBON, 2006, p.89).

Pozzobon (2006) divide a trajetória da cafeicultura no Paraná em três fases distintas: 1ª fase – de 1900 a 1945, de desbravamento e implantação da cultura; 2ª fase – de 1946 a 1974, de expansão e racionalização; 3ª fase – de 1975 até 2000, de retração e adequação tecnológica. Para os propósitos deste capítulo, enfocaremos a segunda fase e o ano de 1975.

Essa fase se caracterizou pela elevação dos preços em dólar, ingresso do Paraná como maior produtor brasileiro, introdução de novas técnicas de plantio e tratamentos culturais, uso intensivo de mão de obra, política de erradicação e renovação de cafezais. Foram 18 anos de expansão da cultura, sem que os demais setores da economia acompanhassem seu ritmo de crescimento e 10 anos de retração, culminando na desastrosa geada de 1975 que determinou o estabelecimento de um forte ponto de inflexão na economia cafeeira, com a diversificação da produção e desenvolvimento da pecuária (POZZOBON, 2006).

Como fim da Segunda Guerra, as condições internacionais que reprimiam o processo de (re)ocupação das terras situadas ao norte do Estado do Paraná se alteraram. Paralelamente à ação da CMNP, várias empresas imobiliárias menores se formaram e desenvolveram projetos de colonização, principalmente na região noroeste do Estado, dando origem aos seguintes núcleos: Alto do Paraná, Santa Cruz do Monte Castelo, Paraíso do Norte, Nova Londrina, Santa Isabel do Ivaí, Loanda, Tamboara, Terra Rica, Querência do Norte, São Carlos do Paraná, Itaúna do Sul e Diamante do Norte. A partir de 1949, iniciaram-se as demarcações das colônias estaduais criadas anteriormente, Cantu, Piquiri, Goioerê, Goiô-Bang, Manoel Ribas, Muquilhão e Mourão, nas quais já existiam um (re)povoamento esparsos desde o início do século XX (TOMAZI, 1997).

setor de tubos galvanizados; Braseiros, setor de autopeças e produtos forjados; Marítima, Companhia de Seguros Gerais. A partir desta política, a Companhia não vendeu todas as terras que adquiriu, mantendo em seu poder, como seu patrimônio, uma série de propriedades rurais onde desenvolveu atividades agropecuárias e de reflorestamento (TOMAZI, 1989).

Após o fim do Estado Novo, houve uma continuação da política fundiária e agrícola anterior. Pois Moisés Lupion governou o Estado durante dois mandatos (1947-1951 e 1955-1961), intermediados por um de Bento Munhoz da Rocha (1951-1955). A venda, doação ou cessão de terras a companhias privadas e amigos foi o jeito que Moisés Lupion encontrou para fazer as maiores barganhas de terras no Paraná, de tal sorte que no final dos anos 50, quase todas as terras já estavam em mãos de particulares e na década de 1960, já não havia terras devolutas (TOMAZI, 1997).

A partir de 1945, a atividade cafeeira experimentou um movimento ascensional. Tal fato tem suas origens na superprodução ocorrida no mercado internacional, que levou o governo brasileiro a adotar uma política de retração forçada da oferta, através da destruição de boa parcela da produção brasileira e um controle rigoroso sobre a expansão da produção em outros Estados. Estes fatores aliados à adequabilidade do solo e facilidade de escoamento da produção fizeram com que o Paraná assumisse a dianteira como produtor brasileiro, entre 1962 e 1963. Ao mesmo tempo em que a produção paulista decaía¹²⁶ (ALMEIDA, 1981).

A resposta dos empresários aos altos preços do café, vigorantes na década de 1950, quer na pequena, média ou grande propriedade, foi seu plantio em larga escala, levando a níveis próximos de monocultura total – só não chegou a isso, porque não era compensador plantá-lo nos vales, suscetíveis à geadas. Sob estas condições, entre 1950 e 1960, o Norte Novo se constituiu numa floresta de cafezais, ampliando rumo ao noroeste, acima de seu limite climático, não só nas áreas de trapp como também nas terras mistas do arenito caiué. Em consequência, levou o povoamento mais para o interior, fomentando a criação de novos municípios (CANCIAN, 1981).

Logo, a prosperidade não se limitou à zona rural, pois a lavoura cafeeira estimulou a criação de inúmeros núcleos urbanos, que serviam para integrar a área agrícola. E o avanço dos cafezais possibilitou a abertura de estradas para o escoamento da produção. Também surgiram máquinas de beneficiamento e firmas especializadas na exportação do café. A concentração populacional atraiu profissionais de diversos ramos de atividades e os órgãos governamentais passaram a se fazer presentes, pois a produção cafeeira, além de auferir lucros ao setor privado, aumentou a arrecadação de impostos (LUZ, 1997).

¹²⁶ Os preços altos no mercado internacional e os incentivos para novos plantios de cafezais que, no Paraná já haviam se iniciado na década de 1940, criaram no final da década de 1950 e início da de 1960, as grandes safras de café que produziram cerca de 70 milhões de sacas de 60 kg e colocaram o Estado como maior produtor do Brasil, suplantando São Paulo (TOMAZI, 1997). A produção paulista tinha poucas condições de competir com o Paraná, em decorrência do esgotamento da fertilidade natural do solo, dos longos anos de preços baixos e da precariedade dos tratos dispensados à lavoura, que afetavam a produtividade. Ainda assim, São Paulo empenhou-se na renovação de seu parque produtivo conseguindo manter-se como grande produtor (POZZOBON, 2006).

Como é uma cultura permanente que exige muitos cuidados e mão de obra numerosa, o café provocou a migração de um forte contingente populacional, em busca de trabalho, com a esperança de adquirir suas próprias terras. Entre as décadas de 1920 e 1960, o Paraná apresentou um excepcional crescimento populacional, passando de 12º para o 5º lugar entre as unidades da Federação (LUZ, 1997). Entre as décadas de 40 e 50, deu-se o maior acréscimo populacional na região norte, passando de 340.449 habitantes em 1940, para 1.029.025 em 1950, quase a metade da população do Estado (48,6%). Em 1961, viviam 283.992 famílias nas propriedades cafeeiras englobando 1.455.233 pessoas, o que corresponde a 46,4% da população rural e a 31,8% da população do Estado (ALMEIDA, 1981).

Portanto, o café foi o principal fator da ocupação das terras do norte,¹²⁷ o responsável pela explosão demográfica e pela incorporação do setentrão paranaense à economia estadual e nacional (LUZ, 1997). Graças aos rendimentos da cafeicultura, que representavam os maiores índices de produção no Paraná e uma receita enorme para o Estado, houve um crescimento significativo da economia. O que propiciou a modernização de Curitiba e a construção da Rodovia do Café, que efetivou a ligação da região norte com Curitiba e com o porto de Paranaguá. Neste período, concretizou-se a ocupação de todo o território norte-paranaense, que se integrou definitivamente à produção, na ótica do capital (TOMAZI, 1997).

No governo Ney Braga (1961-1965), a política de investimentos no Estado se reorientou, com o incentivo à industrialização. No período de 1955 a 1965, o setor industrial tornou-se hegemônico na geração de renda interna, passando a definir os rumos da política econômica. A partir de meados dos anos 1960, a produção do café entrou em declínio, diante da saturação do mercado, lotação de cafés de baixa qualidade nos armazéns e a baixa dos preços internacionais. Além da política nacional de diversificação da agricultura e do incentivo de implementos e insumos agrícolas de base industrial (TOMAZI, 1997).

A partir de 1961, o governo federal passou a tomar algumas medidas, visando eliminar a produção de excedentes. Com o programa de erradicação dos cafezais velhos, procurou-se diversificar a agricultura (TOMAZI, 1997). A execução do Plano de Racionalização da Cafeicultura compreendeu a erradicação de dois bilhões de pés de café antieconômicos e a renovação de 500 milhões de cafeeiros no Brasil. Deste modo, houve uma melhora na qualidade média do café destinado à exportação, mantendo uma posição estatística mais adequada ao mercado (BATALIOTI, 2004).

¹²⁷ Até os anos 1950, a cafeicultura foi preponderante a leste do rio Tibagi (Norte Pioneiro). Na década de 1950, predominou a oeste do Tibagi (Norte Central) e na década de 1960, descolou-se para as Mesorregiões Noroeste e Centro-ocidental (TOMAZI, 1997).

No Paraná, em virtude da superprodução e da necessidade de estimular as lavouras alimentícias, o governo estadual também promoveu a erradicação dos cafeeiros decadentes. Essa iniciativa teve sucesso nas regiões de cafeicultura mais antiga e naquela de solos menos propícios à cultura, como Paranaíba (arenito caiua), sendo o café substituído por pastagens. Nas microrregiões de predominância de terras roxas, como Londrina, houve maior resistência à erradicação, o que se fez em favor das lavouras temporárias (LUZ, 1997).

Em resumo, a resposta da produção aos preços altos da década de 1950, levou a uma oferta excessiva de café, fazendo pressão sob os preços, invertendo a tendência, obrigando à diversificação. Até atingir nova fase de superprodução na década de 1960, o centro dinâmico da produção cafeeira no Paraná deslocou-se por três vezes, em períodos cada vez mais curtos – em 1951, quando o Norte Novo superou o Norte Pioneiro; onze anos depois, quando o Norte Novíssimo ultrapassou o Novo; e em 1965, com programas de erradicação de cafeeiros e fomento da pecuária no Norte Novíssimo, desviava-se novamente ao Norte Novo, de terras mais próprias ao café (CANCIAN, 1981).

Enfim, o café transformou a paisagem do norte. As terras foram ocupadas, as cidades se proliferaram, as estradas foram abertas, aumentaram os estabelecimentos comerciais e industriais e a população aumentou em 896%. Somente na década de 1960, com a superprodução, o esgotamento de algumas áreas e a política de diversificação agrícola, que o café sofreu uma perda relativa de prestígio. Sua substituição por outras lavouras e a urbanização da região diminuiu a dependência em relação a um único produto (LUZ, 1997). O processo de diversificação da agricultura definiu-se de vez, graças à geada de 1975. “Dos 915 milhões de pés de cafés que havia no Estado, não conseguiram salvar-se, mesmo que parcialmente, mais de um milhão de pés” (TOMAZI, 1997, p. 260).

17/07/1975, à tarde: após a chuva ocorrida no dia anterior, a região cafeeira do Paraná foi tomada por rápido abaixamento da temperatura acompanhado de vento, prenúncio de desastre iminente. Notícias de Curitiba contam que muitos telhados estavam cobertos de neve. Horas depois, os ponteiros da planta e o lado exposto ao vento já exibiam sinais de queima (geada conhecida pelos cafeicultores como “geada negra”) em consequência do vento frio. À noite, o céu apresentava-se limpo, sem nuvens e leve brisa. À zero hora os termômetros registraram temperatura de 0°C, evoluindo rapidamente para até -5°C. A região amanheceu sob intensa formação de geada afetando café, pastagens, trigo, cana, rami e hortaliças. Os cafeeiros foram atingidos até o tronco, comprometendo 100% da safra seguinte e parte das subseqüentes. O mercado físico de café paralisou e a bolsa de Nova Iorque registrava alta de 900 pontos, limite permitido. O governo, através do IBC,¹²⁸ expediu “resolução” suspendendo o registro de declarações de venda do café até o levantamento dos danos causados. Os prejuízos para o café foram estimados em U\$S 4 a 4,5 bilhões (POZZOBON, 2006, p.147).

¹²⁸ Instituto Brasileiro do Café.

A rigor, a decadência do café iniciou-se com a geadas de 1969, agravada pela escalada inflacionária, pelo surgimento da ferrugem do café, pela aplicação da legislação trabalhista no campo, pela concorrência do salário industrial e pelo surgimento da soja como cultura alternativa. A geadas de 1975 é considerada um marco histórico, com a estagnação das cidades fora do eixo Londrina-Maringá e a divisão da velha e a nova cafeicultura implantada através de um novo modelo tecnológico. A produção cafeeira recuperou-se nos três anos seguintes, para entrar em declínio a partir de 1980, com o deslocamento do eixo da produção para outros estados, principalmente Minas Gerais¹²⁹ (POZZOBON, 2006).



Figura 25: “Folha de Londrina” em 19/07/1975.
Fonte: POZZOBOM, 2006, p.148.

Os espaços liberados pelas lavouras cafeeiras foram sendo gradativamente ocupados por novas formas de cultivo, surgindo em primeiro lugar o algodão e em seguida o consórcio de culturas mecanizadas de soja e trigo e as pastagens plantadas. Ao contrário do café, que em todas as suas fases de produção era dependente de mão de obra braçal, os novos cultivos dispensaram o fator mão de obra, com exceção do algodão, o que fez aumentar o contingente de trabalhadores desempregados. Assim, completa-se a modernização da agricultura paranaense que se efetiva em todas as regiões geográficas – apesar do contraste entre a Grande Região Norte e o Paraná Antigo¹³⁰ – e deixa marcas tanto em termos de mudanças técnicas, quanto em termos de mudanças nas relações sociais no campo (SERRA, 1991).

5.4. Cianorte: a “Canaã da região noroeste”

¹²⁹ A geadas coroou o elenco de acontecimentos, embora não tenha significado o fim da cafeicultura. Pois, atualmente, o café ainda tem importância na economia paranaense como gerador de riquezas e empregador de mão de obra (POZZOBON, 2006).

¹³⁰ A região do Paraná Antigo é composta pelas microrregiões Litoral Paranaense, Curitiba, Pitanga, Alto Ivaí, Alto Ribeira, Colonial Irati, São Mateus do Sul, Médio Iguaçu, Alto Rio Negro, Campos de Guarapuava, Campos de Ponta Grossa, Campos de Jaguariaíva e Campos de Lapa. O Paraná Antigo teve sua ocupação pioneira voltada para o tropeirismo e às atividades extrativistas. Em sua estrutura fundiária, predominou os latifúndios improdutivos, herdados do regime de sesmarias (SERRA, 1991).

“A origem do nome da cidade é uma sigla da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná que, como qualquer outra empresa adotou-a para facilitar as comunicações e usa-a também como endereço telegráfico. Foi uma sugestão dada por amigos nossos que frequentavam Maringá na época do planejamento da cidade. Não foi um nome indicado pela Companhia”.

Paulo Morais Barros Neto¹³¹

O patrimônio de Cianorte foi fundado em 26/07/1953, pela CMNP, que antes da demarcação, já cuidava destas terras enviando fiscais e fazendo aberturas nas matas. O primeiro ponto de apoio para a abertura da cidade, chamada de “15 alqueires,” localizado na cabeceira do ribeirão Cristalina, data de fins de 1948, onde a CMNP construiu uma serraria. Através da Lei Municipal n.º 12 de 25/04/1955, Cianorte tornou-se distrito de Peabiru. Em 13/07/1955, por meio da Lei Estadual n.º 2.412, foi elevado a município (CIOFF et al., 1995).

Nós chegamos no dia 10 de julho e a inauguração seria no dia 26. Aí a Companhia fez uma churrascada [...]. Fez uma valeta no chão, no meio do mato, aí fizeram um churrasco e veio o pessoal da Companhia e se deu por inaugurado o patrimônio de Cianorte. [...] uma bomba de gasolina e mais duas ou três casas foram construídas logo depois que nós chegamos aqui. Na ocasião havia apenas seis quarteirões derrubados, fogo e toco para todo o lado. [...] foi no dia 26 de julho de 1953. Veio muita gente de São Paulo, de Londrina, de Maringá, para inaugurar a cidade¹³² (CIOFF et al., 1995, p.87-88).



Figura 26: Churrasco realizado no dia da inauguração de Cianorte, no meio da mata.
Fonte: CIOFF et al., 1995, p.88.

Cianorte compõe um dos núcleos básicos na rede de cidades estabelecida pela CMNP, distanciadas cerca de 100 km uma das outras e destinadas a serem grandes centros. Sua colonização deu-se nos mesmos moldes aplicados até então pela Companhia, ou seja, a

¹³¹ Citado por CIOFF et al., 1995, p. 86.

¹³² Depoimentos de Mauricio Cossich e Manuel de Almeida Pina.

divisão e venda das terras em pequenos lotes e a facilidade de pagamentos (CMNP, 1975). Segundo Paulo Moraes Barros Neto, eram vendidos lotes de 3,5 até 20 alqueires na área destinada ao café e de 50 até 100 alqueires na área destinada às pastagens. O comprador dava de 20 a 30% do valor como entrada e o restante do pagamento era parcelado em quatro anos, com juros de 8% ao ano (CIOFF et al., 1995).

Nos primeiros anos de formação da cidade, a CMNP organizou e dirigiu, direta ou indiretamente, a implantação de casas de utilidades domésticas, hospital (1954) e outros serviços de saúde, telefonia, jornais (1954), rede bancária, escola (1955), correio (1956) e rádio (1959).¹³³ A Companhia também doou os terrenos destinados aos órgãos dos poderes Executivos e Legislativo municipais, ao Fórum, à Igreja Matriz, à Receita Estadual, às residências dos juizes, às instalações da SANEPAR, entre outros (CIOFF et al., 1995).

Em Cianorte repetiu-se o fenômeno das frentes pioneiras do norte paranaense, graças à qualidade das terras e à cultura cafeeira, que promoveu um imenso tráfego de pessoas, principalmente paulistas, mineiros, nordestinos,¹³⁴ paranaenses, catarinenses, gaúchos e estrangeiros (italianos, alemães, japoneses, portugueses, entre outros) (CIOFF et al., 1995). Confiantes na idoneidade da CMNP, os colonos eram atraídos pela euforia da expansão econômica, centrada na cafeicultura e na continuidade da ferrovia (BATALIOTI, 2004).

Conta Daniel Antunes Barbosa: “eu levei fé em Cianorte devido à Companhia Melhoramentos, pela sua idoneidade [...] achei que Cianorte seria uma segunda Maringá”. De acordo com Celso Antônio Broetto, Cianorte “seria a menina dos olhos da Companhia. Eles iriam lançar mão de todos os recursos da engenharia e do planejamento da cidade porque queriam fazer uma cidade modelo”. Conforme Mateus Biazzi, “na época falava-se que Cianorte seria a Canaã desta região” (CIOFF et al., 1995, p. 84-85).

Portanto, em Cianorte se repetiu as imagens da Terra da Promissão, do Eldorado Cafeeiro e se perpetuou o mito da CMNP. Bem como o discurso do pioneirismo, que foi cantado “ad nauseam” em prosa e verso, na colonização do norte e noroeste do Paraná, que encontra suas origens no discurso de Romário Martins, acerca da ocupação do nordeste, nos anos 1920.¹³⁵ Segundo Cioff et al., as conquistas e obras de Cianorte se deveram aos humildes

¹³³ PLANO DIRETOR DE CIANORTE. “Prefeitura Municipal de Cianorte”, 1995.

¹³⁴ Os serviços de derrubada da mata original e abertura de estradas requeriam mão de obra numerosa, o que explica a grande afluência de nordestinos até a década de 1970 (CIOFF et al., 1995).

¹³⁵ Encontra-se em Romário Martins, os principais elementos que, a partir dos anos 1930, a Companhia de Terras Norte do Paraná e outras companhias menores, de iniciativa privada ou estatal, instrumentalizariam em seu discurso colonizador: a mitologia bandeirante; a imagem da “agressividade titânica da floresta imensa”; o “discurso da felicidade” e a religião do progresso, o “ethos” do pioneiro como uma espécie de “self made man” que veio, viu e venceu (BENATTE; TOMAZI, 2011).

abridores de estradas e clareiras, tratoristas, motoristas, mecânicos, marceneiros e carpinteiros, topógrafos, agricultores e donas de casa, porque executaram as obras planejadas por patrões, engenheiros e diretores, enfrentando as agruras do sertão. Assim, as autoras definem o pioneiro como “explorador de sertões; o primeiro que abre ou descobre caminhos através de região mal conhecida” (CIOFF et al., 1995, p.105).

No entanto, os homenageados foram os dirigentes da CTNP/CMNP, que se tornaram nomes de ruas da cidade. Por exemplo, a atual Avenida Souza Naves era intitulada Avenida Lovat. E a Avenida Bahia, chamava-se Avenida Willie Davids. Os nomes foram trocados devido a desavenças entre a prefeitura e a Companhia, na década de 1960. O prefeito decidiu cobrar impostos sobre as terras da CMNP. Em represália, a Companhia desistiu de dividir em lotes urbanos a Zona 05 e a Zona 08. A Zona 08 foi loteada recentemente, constituindo os Jardim Universidade e Jardim Atlanta. Mas a Zona 05 pertence até hoje à CMNP, permanecendo como área rural.¹³⁶



Figura 27: Avenida Lovat em 14/11/1960. Fonte: arquivos pessoais de Braz Ponce Martins.

Porém, a euforia da expansão econômica esteve mais no discurso da CMNP e no empenho dos pioneiros em fazer prosperar o município, do que propriamente nos resultados. Pois, o processo de colonização de Cianorte, pertencente a mesorregião geográfica noroeste paranaense, apresentou certas particularidades, decorrentes do tipo de solo mais arenoso e de sua ocupação tardia (BATALIOTI, 2004).

Cianorte se localiza entre os rios Ivaí e Piquiri, em uma região conhecida por arenito

¹³⁶ PONCE MARTINS, Gines. Entrevista concedida a Gelise Cristine Ponce Martins. Cianorte, 16 de março de 2012.

caiuá, onde as capas de arenito de sedimentação eólica estão depositadas. Embora o arenito caiuá tenha maior fertilidade que os outros depósitos areníticos, está sujeito ao processo erosivo. Desde a década de 1960, a cidade sofre a formação de voçorocas, rasgões profundos no solo, ocasionados pelo escoamento das águas superficiais, em áreas de maior inclinação e menor cobertura vegetal. A incidência de terra roxa, originária de derrames vulcânicos, própria ao cultivo do café, ocorre apenas no nordeste do município (CIOFF et al., 1995).



Figura 28 A: erosão no Parque Manduí.

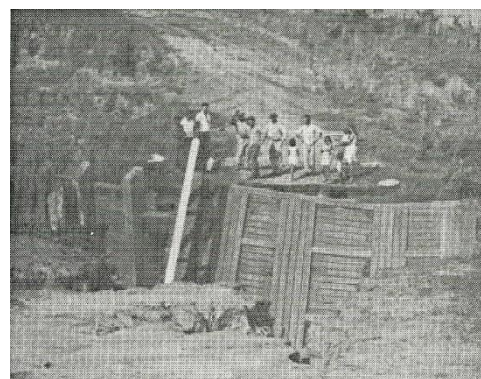


Figura 28 B: erosão intensa destruía pontes.

Fonte: CIOFF et al., 1995, p.13.

Há uma reiterada identificação da região norte com a terra roxa, passando uma ideia de homogeneidade do solo. Discurso que parte da questão solo/território para homogeneizar o social, o econômico e o político, silenciando questões ideológicas, a diversidade do real. Logo, é importante conhecer os tipos de solo, para desmistificar a ideia de que as terras da região norte estão entre as mais férteis do mundo. No Paraná existem dois grandes blocos de solo: os argilosos e os arenosos, estes de menor fertilidade que aqueles. Entre os argilosos encontram-se os solos derivados do basalto e entre estes há uma variação que vai desde aqueles com maior fertilidade, até os de baixa fertilidade, com toxidade. Também há uma estreita relação entre um tipo de solo e o clima em dada região (TOMAZI, 1997).

A exaltação da fertilidade das terras no início da ocupação deveu-se ao fato de que num ecossistema integrado, quando as matas ainda cobriam a maior parte da região, havia uma relação significativa entre todos os fatores intervenientes, propiciando tal exuberância. Devastada a floresta, o solo não tinha mais a mesma proteção (TOMAZI, 1997). No caso do arenito caiuá, predominante em Cianorte, as raízes das árvores bloqueiam a desagregação dos grãos de areia pouco sedimentados, impedindo que os veios se aprofundem e que o solo seja carregado pelas enxurradas. A destruição das matas primitivas também possibilitou a entrada do frio da frente polar que se estendeu no inverno sobre vastas áreas desmatadas, replantadas com café (MAACK, 1981).

Houve uma geada em 1955 que atrasou bastante o crescimento de Cianorte porque quando o café começou a querer produzir, a geada de 55 levou tudo no chão. Tudo na cova de novo e a cidade deu uma paralisada até o café voltar a produzir. Em 1963, teve outra geada [...] após a geada teve uma seca violenta. Em seguida começou a aparecer muita queimada por aí, pelos sítios. [...] mas a geada e seca violentas foram em 1975¹³⁷ (CIOFF et al., 1995, p. 34-36).

Até 1963, o café era a grande fonte de renda do município e responsável pelo desenvolvimento de todos os setores (CIOFF et al., 1995). Dos 19.130.000 cafeeiros existentes em Cianorte, a geada destruiu 15.304.000 pés na noite de 7 a 8 de agosto de 1963, atingindo 80% das plantações (MAACK, 1981). Foi uma geada de média intensidade, porém muito extensa e com repercussão nacional. Seguiram-se três meses de seca acompanhada de incêndios no meio rural, que atingiram pastagens, matas e cafezais. Foi quando se deu o primeiro contato do cafeicultor com a soja, no norte do Paraná (POZZOBON, 2006)

O solo com menor qualidade em nutrientes, por se tratar em parte proveniente do arenito caiuá e as fortes geadas, somadas à política-econômica voltada para as culturas mecanizadas de exportação, configuraram situações mais difíceis de serem enfrentadas por Cianorte, que a outros municípios anteriormente colonizados, como Londrina e Maringá. Apesar de ter sido muito importante, o período de duração do ciclo cafeeiro foi menor em Cianorte do que em outros núcleos colonizados pela CMNP (BATALIOTI, 2004).

O ciclo do “Ouro Verde” em Cianorte perdurou de 1953 a 1975. Mas ainda hoje, o café é destaque econômico no município, apesar da política governamental, das geadas, da desvalorização das lavouras atacadas pelo nematoide, pela broca e pela ferrugem (CIOFF et al., 1995). A cana-de-açúcar e a mandioca destacaram-se após 1980. As culturas mecanizadas, em especial da soja, do milho e do trigo, só foram inseridas com expressividade em Cianorte, no final da década de 1990 (BATALIOTI, 2004).

Conclui-se que desde sua fundação e a partir daí por aproximadamente duas décadas e meia, Cianorte pautou-se economicamente na expansão cafeeira atrelada às pastagens. Com a introdução da modernização da agricultura, o café foi perdendo espaço para as pastagens. Quando o período áureo do café se estingue, o município teve que buscar uma nova alternativa que o mantivesse, bem como sua população que migrava nos idos da década de 1980, esta que foi encontrada no ramo da confecção. Assim, o município que tem suas raízes no capital agrário, ao longo dos anos foi se consolidando como lócus do capital comercial e de serviços, promovendo as condições de comercialização dos produtos e fornecendo as condições mínimas da reprodução da força de trabalho (BATALIOTI, 2004).

¹³⁷ Síntese dos depoimentos de Maurício Cossich e Maria de Lourdes de Melo Favilla.

5.5. Anos 60: o norte do Paraná se torna um polo dispersor de populações

“A fase do Eldorado envelheceu depressa. [...] Não podemos iludir ninguém. Milionários se fazem com menos frequência nos últimos tempos [...]. E já passou aquele tempo do pioneiro romântico. Hoje, quem tem o “solo por leite e o céu por coberta” são os mendigos”.¹³⁸

O trecho da matéria acima, publicada em 1960, na “Folha de Londrina”, constata o esgotamento da fronteira, ao evidenciar a escassez de terras. Adquirir uma propriedade era praticamente impossível, trabalhar a terra já não enriquecia como antigamente. Pouco a pouco, as ideias de “Eldorado”, do pioneiro, da “terra onde se anda sobre dinheiro”, foram se tornando histórias. Ao longo da década de 1960, a cafeicultura foi sendo gradativamente desalojada por novas atividades agropecuárias e industriais (ARIAS NETO, 1998).

Ao mesmo tempo em que foi a mola propulsora para a rápida transformação econômica e social do Estado, a cafeicultura também criou os obstáculos para uma diversificação maior das atividades econômicas. A passagem meteórica da cafeicultura produziu muita riqueza e também deixou pra trás muita pobreza. Em vista de sua decadência, houve a expulsão de milhares de trabalhadores rurais, que se deslocaram para as cidades ou para outras regiões, em busca de trabalho¹³⁹ (TOMAZI, 1997).

A queda da importância da cafeicultura no cenário econômico de Londrina começou a se apresentar já em meados da década de 1950. Os pequenos cafeicultores foram muito afetados, o que favoreceu a concentração de terras nas mãos de poucos grandes proprietários que possuíam recursos para se manter em meio a crises sazonais. Era assim que se acentuava o poder econômico de uma classe cada vez mais rica e poderosa, e se espalhava pela cidade antigos trabalhadores rurais que perdiam suas terras e procuravam ocupação na área urbana [...]. Estes trabalhadores não viam outra solução senão se instalar na periferia das cidades e submeter-se ao trabalho sazonal no campo, como trabalhadores rurais volantes, que viriam a ser conhecidos como boias-frias (SOUZA, 2008, p. 124-125).

A crescente monopolização da terra abalou o modelo de ocupação planejada voltada para a pequena propriedade e ao trabalho familiar, resultando na volta da concentração fundiária. O interesse político do Estado em manter o homem no campo produzindo na pequena propriedade para sua própria manutenção entrou em choque com o seu interesse econômico de produzir para o mercado. As mudanças na estrutura fundiária e nas relações de

¹³⁸ FOLHA DE LONDRINA, 20/11/1960 apud ARIAS NETO, 1998, p.243.

¹³⁹ No final da década de 1970, 1.134.612 pessoas haviam deixado a zona rural, sendo que houve um aumento na população urbana de 592.193 pessoas. O que significa que 542.419 pessoas foram expulsas do norte do Paraná, a região que tinha sido a mais rica nas décadas anteriores (TOMAZI, 1999).

trabalho despojaram os trabalhadores rurais com pouca ou nenhuma terra, em nome da expansão do capitalismo no campo. A transformação da terra de trabalho em terra-mercadoria liberou enormes contingentes de mão de obra, já no início da década de 1960 (SERRA, 1991).

A crise na cafeicultura, a implantação de culturas mecanizadas e a concentração fundiária, provocaram um êxodo rural sem precedentes. Em 1970, 68% da população de Londrina estava concentrada na cidade e 32% no campo. Em 1978, a cidade concentrava 76% da população, enquanto que apenas 24% residia no campo. Acentuou-se o processo de favelização, surgiu um novo personagem que habitava a cidade e trabalhava no campo esporadicamente – o trabalhador volante – e grande parte da população expulsa se dirigiu para as novas frentes em abertura (ARIAS NETO, 1998). Entre 1970 e 1975 cerca de 600 mil trabalhadores abandonaram o Estado, migrando para São Paulo, Mato Grosso e Rondônia (POZZOBON, 2006).

A partir de então, o posseiro, o colono, o pequeno proprietário e os trabalhadores rurais, poderiam ir atrás do ouro verde em outro lugar e desenvolver a acumulação primitiva necessária ao capital em outras fronteiras. Iniciava-se o processo de exclusão daqueles que acreditavam que a região poderia ter sido um “Eldorado”. Foram atraídos por outro discurso que afirmava que a “Terra da Promissão” encontrava-se um pouco mais além, no Paraguai, no Acre, em Rondônia, ou no Mato Grosso, construído pela propaganda de outras companhias colonizadoras que vendiam a mesma mercadoria: a felicidade e a riqueza (TOMAZI, 1999). Nas novas frentes pioneiras, os emigrantes paranaenses sofreram as mesmas privações, ao reiniciar o desbravamento e tentarem se fixar na terra (SERRA, 1991).

Os conflitos entre grileiros, posseiros e companhias colonizadoras, que marcaram o acesso à propriedade da terra durante as décadas de 1940 e 1950, praticamente desapareceram no limiar dos anos 60. Graças aos projetos de colonização empreendidos tanto pela iniciativa privada como pelo Estado, findavam-se as frentes pioneiras e as terras devolutas estavam esgotadas. “A partir do esgotamento das terras de fronteira e do início do processo de modernização, [...] o pequeno produtor rural simplesmente foi arremessado para fora do processo produtivo” (SERRA, 1991, p. 164).

Segundo Serra (1991), o processo de ocupação e exploração da terra nos anos 60 em diante é marcado por duas tendências. Uma, patrocinada pela classe empresarial e emergente no campo, que opta em fazer investimentos pesados em cima da área pioneira, objetivando a formação de lavouras de café, a cultura predominante na região norte, em padrões mais racionais, a fim de melhorar a qualidade e o rendimento da colheita, com maior retorno

financeiro ao produtor. Outra, patrocinada pela classe fundiária tradicional, que opta em continuar incorporando terras de terceiros, conseguindo o crescimento horizontal da área pioneira. Em função destas duas tendências, duas classes se definem no Paraná: uma constituída de proprietários rurais e de latifundiários e outra de empregados rurais, com pouca chance de atingir a posse da terra.

Apesar de não fazer parte da classe fundiária tradicional, Braz opta pela expansão horizontal de suas terras, ao adquirir propriedades vizinhas e comprar terras em outras frentes pioneiras. Somente em 1995, decide investir em novas tecnologias, quando inicia a plantação de café adensado. Embora seja um emergente, não se pode incluí-lo nesta classe empresarial. Na realidade, Braz não se encaixa em nenhum dos grupos elencados por Serra, mas sim na categoria de sitiante proposta por Pozzobon.

A categoria de sitiante¹⁴⁰ de café teve seu apogeu nos anos 50 e 60 e foi uma das responsáveis pelas grandes transformações observadas na economia agrícola estadual. A importância social da pequena propriedade consistia no fato de ser geradora de renda e empregadora de mão de obra que era exigida em grande quantidade. O sitiante era o antigo colono das fazendas ou pequeno proprietário no Estado de São Paulo, em geral, imigrante ou descendente, chefe de numerosa família, cujos membros constituíam força de trabalho e exerciam, por formação cultural, forte pressão no sentido de ampliar suas atividades enquanto agricultores, fator este que os fez se transferirem para o Paraná (POZZOBON, 2006).

Quando os primeiros sitiantes compravam a terra, formavam seus cafezais com mão de obra familiar. Formado o sítio, com os rendimentos da produção, compravam mais outro, instalando um membro da família ou contratando empreiteiros. Pozzobon (2006) observa que, nas décadas de 1950 e 1960, houve um período de acumulação, que proporcionou aos sitiantes adquirir diversas propriedades. Em pouco tempo, os chefes de família se transferiam para as cidades, passando a administrar suas propriedades e melhorando seu padrão de vida. De simples proprietários familiares, passaram a proprietários capitalistas. A terra de trabalho transformou-se em terra de negócio. Centenas de “sitiante” passaram a “sitiante urbanos” revelando um traço distinto do segmento, intimamente ligado a terra.

Mas é evidente que isso não aconteceu com a maioria deles. Muitos viram seu patrimônio reduzido em função do esgotamento do solo, geada, legislação trabalhista, preços,

¹⁴⁰ “Sitiante” é aquele que tem seu rendimento básico a partir da atividade agrícola praticada em pequenas propriedades, utilizando ou não a força de trabalho da família. “Sítio pequeno” era aquele que possuía 5 a 10 alqueires, com até 15 mil pés de café. “Sítio bom”, aquele com 20 a 30.000 pés de café. “Fazendinha”, em torno de 50.000 pés e “Fazenda”, mais de 100.000 pés (POZZOBON, 2006).

etc. Outros sitiantes ingressaram na moderna agricultura mecanizada, adquiriram áreas anexas ou áreas mais extensas em Mato Grosso ou Rondônia, tornando-se fazendeiros, assimilando as transformações da estrutura produtiva. Em síntese, constituíram sociedades familiares, redefiniram ou ampliaram sua área, comprando sítios vizinhos, vendendo outros ou se deslocando para as novas frentes de colonização (POZZOBON, 2006).

Pozzobon (2006) demonstra que nem todos os pequenos produtores foram “arremessados para fora do processo produtivo”. Ao contrário, afirma que as pessoas que se estabeleceram no norte do Paraná tinham um sentimento muito vivo do próprio esforço. Atitude que se traduziu numa espantosa mobilidade social e em uma sociedade fortemente individualista que mais exigia do que se pedia às autoridades. A elevação do padrão de vida se dava muito rapidamente: do rancho de palmito à casa de madeira, do chapéu de palha ao de feltro, do pé-no-chão à bota sanfonada. Ganhava-se mais e gastava-se bastante, mas economizava-se também para comprar terras. Esta atitude é observável na trajetória de Braz Ponce Martins, que atribui sua ascensão social ao grande esforço para adquirir propriedades.

5.6. A historiografia paranaense e os debates sobre a colonização da região norte

“Mais difícil do que superar o tabu ou a superstição é extinguir o mito da historiografia”.
(JOFFILY, 1985, p. 32)

A partir dos anos 1970, a historiografia dominante procurou silenciar as transformações ocorridas na agricultura regional, que expulsou milhares de pessoas, deixando para trás verdadeiras cidades fantasmas, como que procurando restabelecer uma realidade anterior pela simples narrativa, afirmando que a região continuava a ser um “Eldorado” (TOMAZI, 1999).

O confronto entre as várias posições a respeito do processo de (re)ocupação deu-se no interior das universidades, através dos inúmeros trabalhos acadêmicos. Entre estes, citamos alguns que se baseiam nos escritos da CMNP, que elaborou um discurso próprio sobre seu projeto de colonização, dando uma configuração mítica à história do norte do Paraná, bem como elencamos outros que estabeleceram uma postura crítica perante a este discurso oficial.

Os primeiros estudos sobre a racionalidade do plano colonizador da CTNP foram empreendidos na década de 1930, por Pierre Monbeig, que escreveu “Pioneiros e fazendeiros em São Paulo”, obra concluída em 1942 e publicada em 1952; e Claude Lévi-Strauss, autor de

“Tristes Trópicos”, publicado em 1955. Somente nos anos 1980/90 que novas contribuições foram acrescentadas às análises elaboradas pelos franceses. Portanto, estes autores influenciaram profundamente os estudos posteriores sobre a região norte e a atuação da Companhia. De modo geral, não fizeram uma apologia ao progresso, muito menos criaram uma vinculação ideológica entre projeto racional de colonização e o progresso do norte do Paraná. Contudo, eles são os responsáveis por transformar cientificamente um projeto imobiliário em trabalho de colonização (ARIAS NETO, 1998).

A tese de doutorado de Pedro Calil Padis (1981) é um dos primeiros esforços para se pensar a economia paranaense como um todo e a cafeicultura em particular. Mas, para Tomazi (1997), reproduz o discurso oficial, ao enaltecer a figura do pioneiro, a ação individual e todo o conjunto de noções indicados pela CMNP, no livro publicado em 1975, em seu cinquentenário. Este livro passa a ser citado na maioria dos trabalhos, sem nenhuma crítica, quase como um documento “sagrado” que contaria toda a “verdade” sobre a região.

Nadir Aparecida Cancián (1977),¹⁴¹ em sua tese de doutorado, escreve o trabalho mais completo sobre a cafeicultura paranaense, porém, em alguns momentos, volta-se aos elementos discursivos propagados pela CMNP. Do mesmo modo, as dissertações de mestrado de France Luz (1980),¹⁴² Ana Maria Chiarotti Almeida (1981) e Ana Cleide Chiarotti Cesário (1986), apesar de acrescentarem dados específicos para o entendimento do processo de colonização da região em estudo, citam os mais expressivos documentos da CTNP/CMNP, sem nenhuma crítica. José Cernev (1988) é o mais eloquente defensor da Companhia, ao afirmar que seus interesses particulares ultrapassaram as vantagens individuais para se colocarem no nível da responsabilidade e dos benefícios do bem-estar social.

No livro “Cianorte: sua história contada pelos pioneiros” (1995) – resultado do Projeto Resgate Cultural, promovido por professoras de Cianorte, que decidem contar a história local através de depoimentos dos pioneiros –, o capítulo II, que narra a colonização do norte do Paraná e a fundação de Cianorte, é apenas um resumo do livro da CMNP. As autoras não utilizam outras fontes para esclarecer este contexto histórico, a não ser as entrevistas realizadas com os primeiros moradores da cidade, que confirmam o discurso da Companhia.

Para Joffily (1985),¹⁴³ a história do norte do Paraná é mal contada, porque todos partem de uma fonte única, destituída de mínima isenção: as publicações da Companhia

¹⁴¹ Neste trabalho, utilizamos a versão publicada em 1981.

¹⁴² Nesta dissertação, usamos a versão publicada pela Prefeitura de Maringá, em 1997.

¹⁴³ De acordo com Tomazi (1997), José Joffily foi o primeiro a se colocar de frente contra a historiografia oficial, com a publicação de “Londres-Londrina”, em 1984. Ao descrever a ação da Companhia como uma das formas do colonialismo inglês, o escritor causou uma polêmica no jornal “Folha de Londrina”, que durou vários dias.

Melhoramentos Norte do Paraná. Até a década de 1950, circulavam em Londrina apenas três jornais, “Paraná-jornal”, “O Município” e “Paraná Norte”, que ostentavam páginas inteiras pagas pela Prefeitura ou pela CTNP. “A autêntica versão estava bloqueada pela raridade de fontes idôneas. Assim, nas páginas da História do Paraná, difundiu-se uma simpática imagem do imperialismo inglês. Seus agentes são saudados como salvadores do Brasil. Na retórica dos colonizadores, a cobiça – por mais desenfreada que ela seja – está invariavelmente mascarada pela abnegação, pela benemerência e pela filantropia” (JOFFILY, 1985, p.31-32).

Contudo, alguns trabalhos analisam criticamente o que havia ocorrido na região, principalmente os que pesquisam a história dos colonos, sitiantes e posseiros. É o caso de Ana Yara Lopes (1982), que estuda o surgimento e as transformações dos pequenos produtores agrícolas situados no Norte Novo, pelo viés marxista. E de outras pesquisas que se voltam para questões fora do âmbito da área da CTNP, dando uma conotação da diversidade de situações existentes no norte. Como a de Ruy Wachowicz (1987), que analisa a colonização do Norte Pioneiro; a de Elpídio Serra (1991), que pesquisa os processos de ocupação e luta pela terra no Paraná; e a de Angelo Priori (1996), que estuda as lutas e a organização dos trabalhadores na região norte-paranaense no período de 1950 a 1960.

Nelson Dacio Tomazi é o primeiro pesquisador a tomar, especificamente, a atuação da CTNP como objeto de análise. Em sua dissertação de mestrado (1989), destaca a existência de quatro elementos que estruturam o mito da Companhia: a empresa vê sua ação como uma “destinação histórica”, uma “missão de elevado interesse público”, como decorrente da ação dos “pioneiros” e como um “exemplo de reforma agrária”. Tomazi afirma que o mito se mantém através de ações dos poderes públicos, das comemorações, da produção intelectual no interior das universidades e da iniciativa de organismos privados. Por fim, explica que a função deste mito é o de internalizar valores e atitudes que visam sustentar a manutenção de uma estrutura social desigual e de uma estratégia de poder, sempre referida ao passado.

A pesquisa de Tomazi influencia a dissertação de mestrado de Sônia Adum (1992), no que tange à concepção de ideologia como lógica de ocultação do real. A autora analisa a cidade de Londrina sob a ótica da implantação da ordem burguesa, buscando evidenciar o que está escondido sob os folhetos de propaganda da CTNP. Ela destaca dois tipos de abordagens possíveis a respeito da história da colonização do norte do Paraná. Uma de viés mais crítico, exemplificada pelo trabalho de Nelson Dacio Tomazi, que constata a existência do “mito da Companhia de Terras Norte do Paraná” e outra mais comum “e mais frequente – o da “história sem problemas”, “história limpa”, cuja narrativa traça uma trajetória racional de vitórias a

caminho da “civilização”, onde a CTNP, cuidando também de seus interesses, teve como objetivo maior, o engrandecimento da região, do Estado e da Nação” (ADUM, 1992, p.155).

Esta perspectiva [...] traz no bojo uma ideia de paz e felicidade no espaço colonizado pela CTNP, principalmente quando comparado com espaços vizinhos, sempre às voltas com inúmeros problemas e violências. Tal perspectiva insere-se na visão liberal-burguesa da história, cujos elementos de sustentação são, entre outros, a livre iniciativa, a garantia do direito de propriedade, o estímulo do lucro, o espírito público da empresa privada, o caráter civilizatório e progressista da burguesia, o pioneiro, e que foram, nesta construção histórica a posteriori, instituídos como responsáveis pelo sucesso da colonização realizada, bem como, pelo desenvolvimento e progresso atuais da cidade (ADUM, 1992, p.155-156).

A dissertação de mestrado de José Miguel Arias Neto (1993)¹⁴⁴ analisa as representações que foram construídas a respeito de Londrina e do norte do Paraná. Segundo o autor, entre as décadas de 1920 e 1930, a região passa a ser conhecida por “Terra da Promissão”, visto que a propaganda da CTNP e dos jornais que a apoiava exaltava, em primeiro lugar, a fertilidade das terras, no intuito de atrair compradores. Nos anos 1940, é forjada a representação do “Eldorado Cafeeiro”, graças ao desenvolvimento da cafeicultura. Por fim, Arias Neto estuda as representações edificadas na década de 1950, sobre os problemas advindos do progresso na região, e o “Fim do Eldorado”, quando o norte do Paraná passa a ser visto como um exemplo de “Reforma Agrária”, entre os anos 1960 e 1970.

O último trabalho sobre o norte do Paraná, escrito sob uma perspectiva crítica, citado em nossa pesquisa, é a tese de doutorado de Nelson Dacio Tomazi (1998), que busca desconstruir o discurso “Norte do Paraná”, elaborado entre os anos de 1930 e 1950 e visto até hoje como uma verdade indiscutível. Trata-se de um conjunto de imagens, identificadas à ideia de progresso, ocupação planejada e pacífica, riqueza, cafeicultura, terra roxa, pequena propriedade, pioneirismo, etc. O objetivo do autor é demonstrar que estas representações foram construídas sob a ótica do vencedor, com o intento de ocultar a violência e a exclusão.

É interessante destacar que Arias Neto (1998) discorda de Sônia Adum, no que tange à ideia de que a representação do empreendimento inglês – o plano racional de colonização como fundamento do progresso – tenha por função ocultar o lucro auferido nas vendas das terras. Ao contrário, trata-se de um elemento importante na construção da legitimidade do capitalismo. E também contradiz a assertiva de Nelson Tomazi, segundo a qual o discurso “Norte do Paraná” visa obscurecer a realidade conflituosa. Pois, a fixação destas imagens constitui-se como práxis política e pode revelar ao invés de ocultar, um momento de conflito:

¹⁴⁴ “O Eldorado: Londrina e o Norte do Paraná, 1930-1975”. Neste trabalho, utilizamos a versão publicada em 1998, sob o título “O Eldorado: representações da política em Londrina, 1930-1975”.

Nessa busca de legitimidade, o produtor das imagens, lança mão dos recursos disponíveis e deixa, aqui e ali, pistas para a percepção de como e porque se construíram aquelas imagens. Uma breve comparação entre o texto do geógrafo francês e o da CMNP [...] – revela que houve quase que uma cópia total das reflexões que Monbeig elaborou nos anos 30 e 40. O que salta aos olhos no texto da CMNP, portanto, é o fato de que ele se apropria do discurso científico e promove um sensível deslize legitimando o empreendimento liberal, dispensando qualquer investigação de sua origem e dos fundamentos que o sustentam (ARIAS NETO, 1998, p. 253).

Para concluir, transcrevemos uma reportagem publicada na Tribuna de Cianorte, no dia 19 de janeiro de 2012, escrita pelo jornalista Fernando Martins, intitulada “Modelo pé-vermelho de desenvolvimento”, com intuito de demonstrar que o discurso da CMNP perpetua-se até a atualidade, sendo parte integrante do imaginário da população local.

Com uma reportagem sobre os desafios para erradicar a pobreza no estado, a Gazeta do Povo encerrou no domingo a série de matérias Retratos do Paraná. O texto explicava as razões da miséria e usava exemplos do Centro-Sul paranaense – região que concentra a maioria das cidades pobres do estado, onde mais de 40% da população vive nessa condição. Mas a questão pode ser vista de outro modo: o que faz ricas as regiões desenvolvidas? Nesse caso, o que chama a atenção é o Norte. O território pé-vermelho tem a maior aglomeração de municípios com mais igualdade social – nos quais a pobreza atinge no máximo 18% dos moradores. Inúmeros fatores explicam o sucesso do Norte. Mas três são cruciais: a fertilidade das terras, a inserção econômica da região nos mercados internacionais e a forma de ocupação do território. A produtividade das terras roxas é bastante conhecida. Propiciou o rico ciclo do café até a década de 70 e, atualmente, garante os bons resultados da soja. Além disso, ambas as culturas foram ou são voltadas para os mercados externos, com alta demanda. Essas duas condições justificam a geração de renda, mas não a sua distribuição. A novidade histórica do Norte paranaense foi a ocupação mais igualitária e planejada das terras. A colonização da região foi delegada pelo governo estadual, na primeira metade do século 20, à iniciativa privada. O empreendimento mais grandioso foi o da Companhia de Terras do Norte do Paraná (posteriormente rebatizada de Companhia Melhoramentos), de capital britânico. A empresa loteou mais de 500 mil alqueires, abriu estradas, construiu ferrovias e fundou 63 cidades e povoados – incluindo Londrina, Maringá, Cianorte e Umuarama. O êxito da empreitada está no inteligente modelo adotado, que rompeu com o latifúndio tipicamente brasileiro. Os lotes rurais eram pequenos; variavam entre 5 e 30 alqueires. A compra foi facilitada, com juros baixos. Isso democratizou o acesso à terra, o principal meio de produção da época. As estradas garantiram o escoamento da produção. E a distância dos lotes rurais em relação a alguma cidade – no máximo 15 quilômetros – aproximou o agricultor dos serviços urbanos. Tudo isso propiciou a formação de uma classe média rural que justifica, hoje, a maior igualdade do Norte. A saga dos pés-vermelhos merece ser mais estudada. Ela fornece elementos para se pensar num projeto de desenvolvimento do país, tais como o acesso mais democrático aos meios de produção; economia voltada a mercados com grande demanda; aliança do poder público com a iniciativa privada; planejamento; e oferta de infraestrutura urbana e rural.¹⁴⁵

¹⁴⁵ TRIBUNA DE CIANORTE, 19/01/2012, p.2.

VI. MEMÓRIAS DA JUVENTUDE E DA FASE ADULTA: O COTIDIANO NA CIDADE DE LONDRINA E O DESBRAVAMENTO DAS NOVAS FRENTES, NO NOROESTE E OESTE DO PARANÁ (1946-1975)

“Sei errar sozinho. Não preciso de palpites”.

Braz Ponce Martins

As lembranças da juventude de Braz Ponce Martins revelam aspectos interessantes da cidade de Londrina, na década de 1950. Ele faz referências aos seus primeiros empregos, às dificuldades em conciliar o trabalho e o estudo, à cultura, ao lazer, à política, bem como cita algumas cidades da região norte do Paraná, pelas quais transitou. Nas narrativas da fase adulta, observamos a participação de Braz no desbravamento das novas frentes pioneiras, no noroeste e no oeste do Paraná, entre as décadas de 1950 e 1970. O autor descreve como adquire as terras, o local das propriedades, sua extensão, valor e as formas de pagamento. Concede detalhes sobre a fauna e flora da região, a construção das primeiras casas, a formação do cafezal, a mão de obra empregada (empreiteiros, colonos, parceiros e trabalhadores volantes), além de fazer referências aos nascentes centros urbanos.

6.1. Os empregos urbanos

As narrativas da juventude iniciam-se em 1945, quando Braz e sua família se mudam para a Rua Cambará, n.º 189, na zona sul de Londrina, acima da linha do trem. A venda da chácara deu condições para adquirir um terreno com boa infraestrutura e ainda construir duas casas. “Nós morávamos na casa nova, Antônio morava na do meio e lá nasceram seus filhos: Percílio e Edivaldo. No fundo, foi feita uma garagem que cabia um caminhão e ainda sobrou espaço, onde mais tarde foram construídos dois cômodos” (PONCE MARTINS, 2003, p.42).

Vale lembrar que a família Ponce integrava a corrente migratória que se deslocava para Londrina, entre os anos 40 e 50. Em uma perspectiva utilitária, essa massa de migrantes era bem vinda. Os grupos dominantes se interessavam pelo afluxo contínuo e controlado de mão de obra, para a formação de um quadro de funcionários, trabalhadores urbanos e operários. “Criar um contingente disponível de trabalhadores é um modo sempre eficaz do capital (sob qualquer de suas formas) manter os salários em baixa e consequentemente aumentar os lucros que advém da exploração do trabalho” (BENATTE, 1996, p.79-80).

Portanto, o trabalhador urbano pobre era muito importante no processo de produção e reprodução do capital, pois o movimento do progresso não se faria sem braços para o trabalho. “Dessa forma, buscava-se criar um vínculo entre os trabalhadores pobres e as elites, pelo trabalho, ordem, progresso e cafeicultura” (SOUZA, 2008, p. 86). Esse ideário de vinculação entre o trabalho e o progresso é perceptível nas memórias de Braz. Nas narrativas concernentes à vida na cidade de Londrina, o trabalho tem um espaço privilegiado.

No início de 1946, antes de conseguir um emprego formal, Braz carregava as malas de pessoas que procuravam hotel, na antiga rodoviária, localizada na Praça Primeiro de Maio. O autor também descreve os trabalhos de seus irmãos e o seu primeiro emprego.



Figura 29: Terceira Estação Rodoviária de Londrina. Fonte CERNEV, 1995, p.7.

Antônio e Manuel, ainda solteiros compraram um caminhão e puxavam porcos com ele, nas bandas de Tamarana [...], o Guilherme trabalhou de serralheiro no Molinari, mas parece que logo saiu desta firma e foi trabalhar na Rua Alagoas, perto do cemitério, até antes de se casar, depois voltou para o sítio, mas no dele. Antônio e Manuel logo venderam o caminhão. Antônio parece que trabalhou de empregado apenas uma semana. Se não me engano, trabalhou para Batistela e Policastro, o pessoal que comprou nossa chácara, eles fabricavam móveis. O Manuel foi trabalhar de carpinteiro [...] ajudou a reformar o Cine Londrina,¹⁴⁶ um super cinema na Avenida Paraná defronte a Praça Miguel Brasi. O primeiro filme de inauguração eu assisti, era “Duas Garotas e um Marujo.” [...] O Antônio depois de trabalhar uma semana, comprou um carro e foi trabalhar na praça, ele e outro fundaram o Ponto n.º 3, defronte onde no futuro construiriam o São Jorge Hotel, o prédio dos Sahão [...] O meu primeiro serviço foi na Casa Pombal, o Sr. Joaquim Antunes era o dono. Quando nós ainda morávamos na Chácara, ele faleceu de ataque cardíaco ou derrame cerebral. Os seus herdeiros foram mãe e filho: Dona Maria e Manuel, portugueses. Fui balconista, almoçava com Dona Maria, sempre tinha verdura e uma pequena xícara de vinho tinto. No primeiro e único mês ganhei Cr\$70,00, acho que me despediram porque comia muito doce e dava prejuízo. [...] Este foi meu primeiro emprego, mas não gostei não. Pensava muito na fazenda e na chácara onde tinha de todas as frutas com fartura e leite também (PONCE MARTINS, p. 42-43).

Logo após perder o emprego como balconista na casa comercial dos imigrantes portugueses, Braz arrumou outro serviço por intermédio do senhor Boralli, dono de uma fábrica de balas (cuja família era dona da jardineira que passava na fazenda de Rolândia) que comentou sobre a vaga com seu vizinho José Casarim (que havia vendido a data para a família), que avisou sua mãe: “dizem que precisam de um garoto para limpeza e ir ao correio”

¹⁴⁶ Londrina teve seu primeiro cinema quase ao mesmo tempo em que nascia a cidade. O Cine Londrina foi inaugurado em 28 de julho de 1934 e mudou de nome e de cara nas décadas seguintes. Foi o Cine Avenida nos anos 40 e virou Cine Brasília nos anos 60, homenageando a nova capital (CERNEV, 1995).

(PONCE MARTINS, 2003, p. 42).



Fui lá e fui admitido. Era um Escritório Comercial e de Representações. Ia ganhar Cr\$120,00 mensais. Eu começava trabalhar às sete da manhã, tinha que varrer e limpar todos os móveis do escritório, depois selar toda a correspondência e em seguida postá-las no correio. [...] E o correio... não era perto não, ele ficava no fim da Rua Bahia, ou início, quase na esquina com a Benjamin Constant. A firma tinha uma bicicleta, eu andava tanto de bicicleta que um ano depois a firma precisou comprar outra. [...] No começo era responsável pela faxina, selagem e postagem das correspondências e arquivamento de toda a papelada. [...] Por vezes, a patroa, Dona Dulce, ficava sem empregada doméstica e eles tinham o Juvenal de um ano, mais ou menos, e quem pajeava o Juvenal era eu. [...] ela me pedia para comprar algumas coisas, geralmente frios no açougue do Mathias Heim¹⁴⁷ (alemão que foi sócio dos Garcia nas jardineiras, que também possuía um frigorífico). [...] Na hora do meu almoço tinha que buscar o deles primeiro (PONCE MARTINS, 2003, p. 43-47).

Figura 30: Braz andando de bicicleta em dezembro de 1949, na Vila Nova.
Fonte: arquivos pessoais de Braz Ponce Martins.

“Os Correios no Norte do Paraná nasceram à margem da via férrea, era o trem que trazia e levava os envelopes fazendo a comunicação entre os que aqui moravam e precisavam manter contato com pessoas de outras cidades, estados ou países. [...] As agências de correios não passavam de espaços modestos dentro das estações” (MUSILLI; ABRAMO, 2004, p.8).



Figura 31: Prédio dos Correios na década de 1940.
Fonte: CERNEV, 1995, p.77.

As correspondências eram trazidas pela Companhia Ferroviária até Cornélio Procopio e a partir de 1932 até Jataizinho, de onde, atravessando a balsa do rio Tibagi, eram transportadas pelas jardineiras até Londrina. Nessa época, o serviço postal era executado por particulares. Em 1934, foi instalada pelo diretor Geral do Departamento de Correios e Telégrafos, agência de 4º classe, localizada na Rua Benjamin Constant, próximo à Estação Ferroviária (CERNEV, 1995).

Posteriormente, Braz foi promovido à representante comercial. “Durante a permanência na chácara vendi verduras diversas, leite, ovos e uvas. Enquanto trabalhei no

¹⁴⁷ Com a chegada da estrada de ferro em Londrina, foi criada uma empresa de ônibus, da qual eram sócios Mathias Heim (ex-chefe da oficina da Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná) e Celso Garcia Cid, que, com seu caminhão, fazia fretes para a CTNP, transportando principalmente dormentes. Mais tarde, a sociedade foi alterada com a entrada de José Garcia Vilar no lugar de Mathias Heim. A empresa de ônibus Heim e Garcia, passou a se chamar Garcia e atualmente é a Viação Garcia Ltda. (CERNEV, 1995).

escritório de representações vendi chocolates, biscoitos, féculas, banha, linguiça, bebidas, farinha de trigo e arroz”. Os produtos eram comercializados nas cidades da região e certa vez, Braz teve problemas com a fiscalização:

Emílio Romani foi a primeira firma no Paraná, a lançar no comércio, o açúcar em pacotes de 5 quilos, e a minha firma lotou um caminhão e mandou vender em Apucarana, que era o penúltimo município desta região. Em Apucarana, quando vendia o açúcar, encontrei um ex-vendedor, o Madureira, e ele me avisou que havia um fiscal da prefeitura me perseguindo e logo adiante, o dito cujo me arguiu: – Cadê o alvará de licença de vendedor ambulante? Expliquei a ele que o açúcar não era meu. – Isso não importa, vá à prefeitura, pague a licença em nome de Nivaldo Ribas e venda seus produtos até Mandaguari. Mandaguari era o último município. Fizemos pouso em Marialva, no outro dia fomos ao Maringá Velho, porque o novo não existia, só havia as ruas e avenidas, o resto era tudo amargoso e grandes tocos arrancados. No Velho vendi apenas um pacote de açúcar. [...] vendi bem. Da carga total retornei com 30% (PONCE MARTINS, 2003 p. 44).

Por fim, Braz se tornou auxiliar de escritório. Anotava os recados, realizava as cobranças e os serviços bancários. “Nos últimos anos, a firma construiu um grande armazém, havia muitos produtos em consignações. Eu era o responsável pela entrada e saída de tais produtos. Eu tinha muita responsabilidade, porém, ganhava mil cruzeiros a menos que a Caixa, que era a Maria Augusta, com um ano e meio de casa, e isso me irritava” (PONCE MARTINS, 2003, p.45).

Braz trabalhou no escritório de 1º de junho de 1946 a 24 de dezembro de 1952. Chegou atrasado uma única vez e nunca tirou férias, só uma licença de dez dias quando contraiu pneumonia. “Na minha carteira profissional consta que gozei de todas as férias, mas nunca desfrutei de tal direito”. Cerca de um ano depois, a firma abriu falência. A família do Senhor Nivaldo Ribas perdeu o prédio e a fábrica de sabão e ele morreu em 1961. “O prédio ainda existe, fica na Rua Mato Grosso, 1236, esquina com a Rua Pará, a caixa postal era 75, o telefone quando veio, o número era 212” (PONCE MARTINS, 2003, p. 43-45).

“No fim do ano me desliguei da firma, depois de ter penado por seis anos e meio, mas logo depois de pedir a saída, o gerente Sr. Berton me perguntou quanto eu iria ganhar no novo serviço, respondi mais de Cr\$3.000,00. Isso também pagamos para você continuar e eu dei minha negativa. E porque já não pagaram antes?” No dia 03 de Janeiro de 1953, Braz foi admitido na Companhia de Cigarros Castellões, como auxiliar de escritório. Neste período, abandonou os estudos, em virtude de ter que se ausentar de Londrina, quando era preciso substituir algum vendedor da Companhia (PONCE MARTINS, 2003, p.52).

Eram seis furgões da Ford com motorista e vendedores. O departamento de Londrina abrangia o quadrilátero entre os rios Paranapanema ao Ivaí e do Tibagi ao

Pirapó, porém, às vezes ultrapassava esses limites [...]. A equipe do depósito era composta de 16 homens e o mais novo era eu [...]. Primeiramente, substituí um vendedor na praça de Londrina. Errei muitas notas e logo faltou dinheiro. E quando faltava a gente é que tinha que repor. Depois, substituí a Zona 2, o vendedor entrou em férias. Compreendia: Bela Vista, Porecatu, Florestópolis, Alvorada do Sul, Primeiro de Maio, Sertanópolis e Iporã. Foi gostoso a beça. Foi quando senti a liberdade de perto, a gostosura de vender e viajar (PONCE MARTINS, 2003, p. 52-53).

Enquanto substituí os vendedores da firma de cigarros, Braz transitava por grande parte do norte do Paraná: Arapongas, Astorga, Apucarana, Borrazópolis, Faxinal, Cambé, Rolândia, Jaguapitã, Centenário do Sul, Lupionópolis, Itaguajé, Santo Inácio, Colorado, entre outras. Suas viagens renderam várias histórias, das quais, transcreve-se uma:

Quando fui vender cigarros na zona quatro, que compreendia Arapongas, eu pernoitei em Astorga, na pensão do Sr. Manuel Delgado. Era a primeira vez que substituí um vendedor naquela área. Era segunda-feira e aí se juntava toda a concorrência: Souza Cruz, Sudam e Flórida. Os sete, motoristas e vendedores, combinaram entre si de me deixarem bêbado no jantar. Eu, “bebum” logo após a refeição, não acertaria “o famoso resumo”. Porém, quando doía meus cariadoss dentes (sempre tive medo de dentista), bebia bastante caninha, a famosa tatuzinho [...]. Nunca fiz um resumo tão certo como o daquela noite. De vez em quando vinha um “amigão” ver se estava tudo certo. Eles, os bobos da corte, pensavam que eu dormia de bêbado, mas, como se diz, “caíram do cavalo”. Nunca mais se meteram a besta comigo (PONCE MARTINS, 2003, p. 54).

No dia 1º de fevereiro de 1955, Braz foi promovido e teve seu salário dobrado. O cargo de caixa do depósito era de grande responsabilidade e demandava muito serviço. “Essa responsabilidade foi até 30 de setembro, quando a Castellões fez fusão com a Souza Cruz, aí muita gente dançou: gerente, caixa (eu), motoristas, vendedores [...]. Eu peguei uma boa bolada com a demissão [...] Com a indenização e mais o depósito compulsório, recebi mais ou menos Cr\$45.000,00. Deixo de ser empregado nove anos e meio depois” (PONCE MARTINS, 2003, p.59-60).

6.2. Cultura, política e lazer na Londrina dos anos 50

Enquanto trabalhava para a firma Nivaldo Ribas & Cia, Braz estudava à noite. “Quando eu era menino de recado (maneira de falar, pois já tinha 17 anos) era raquítico. Os colegas do Ginásio me chamavam de Campeão Anêmico de 1947”. Ele conta que realizava as tarefas escolares no intervalo do almoço e o colégio era bem distante de sua casa. “Morando na Cambará, penúltima rua da zona sul, andava quase a cidade toda para chegar ao Colégio na zona norte, última rua” (PONCE MARTINS, 2003, p.45-47).

Nesta época, só havia dois grandes colégios em Londrina, o Ginásio Londrinense e o Estadual. Braz realizou seus estudos no Ginásio Estadual, instalado em 1946, nas dependências que foram inicialmente destinadas ao Grupo Escolar Benjamin Constant, no local ocupado hoje pelo Colégio Marcelino Champagnat (CERNEV, 1995). Com dificuldades, Braz concluiu o atual Ensino Fundamental.

Naquele tempo eram 5 anos no curso primário e mais 5 no ginasial. Em 1945, terminei o primário. No ano de 1946, só fiz a admissão no fim do ano para ingressar no ginasial noturno em 1947, sendo que mamãe insistiu bastante comigo para retornar a escola. Mas falo a verdade, não foi fácil terminar o ginasial noturno, muitas vezes fiquei para segunda época. Mas, enfim, em 1951, completei o ginasial e em 1952, fiz um ano de científico, passei para o 2º, mas não continuei, porque mudei de emprego (PONCE MARTINS, 2003, p.47).

Entre 1950 e 1960, Londrina viveu um crescimento populacional que, em números totais, ultrapassou a marca dos 80% (ARIAS NETO, 2008). Devido ao vertiginoso crescimento da cidade, a produção de energia elétrica era insuficiente. O que acarretava constantes “apagões” no horário de aula. Vale lembrar que a escola em que Braz estudava se situava na zona norte, localizada abaixo da linha férrea, portanto, a região mais pobre da cidade, carente de infraestrutura. A falta de energia levou os estudantes a realizarem uma manifestação de protesto, da qual Braz participou:

A energia elétrica de Londrina era gerada primeiramente por uma pequena usina no Ribeirão Cambé [...]. Mas Londrina cresceu, foi construída uma segunda usina no Ribeirão Três Bocas. Essa usina também não aguentou o galho. Quando estudávamos à noite no Estadual, a luz era muito fraca e quase sempre dava apagão. Os estudantes noturnos, inclusive eu, resolvemos fazer o enterro da Empresa Elétrica de Londrina [...], andamos com o caixão pela Avenida Paraná, colocamos bastante velas acesas em cima do baú e fizemos aquela procissão por outras avenidas da cidade. Logo fizeram uma usina termoeletrica, mas Londrina crescia tanto que não havia força suficiente. Tempos depois, construíram a quarta usina hidroelétrica, no Rio Apucarantina nas proximidades de Tamarana numa reserva indígena, nessas alturas, eu nem morava mais em Londrina (PONCE MARTINS, 2003, p. 49).

O abastecimento de água e energia elétrica era monopolizado pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, cujos serviços eram “mediócrs e caríssimos”. A própria municipalidade constatou a gravidade do problema. Em 1944, o prefeito Aquiles Pimpão, discorreu longamente sobre a questão da energia elétrica em sua prestação de contas ao governo estadual. Posteriormente, Milton Menezes denunciou a ineficácia dos serviços da Companhia Elétrica em seus relatórios de 1954 e 1955. Na imprensa, as denúncias contra a Companhia apareceram durante toda a década de 1950 (ARIAS NETO, 2008).

O patrão de Braz era presidente do Recreativo Londrinense, que em 1948 recebeu a visita de atores e comediantes da Rádio Nacional. “Depois de se apresentarem no referido Grêmio, o Sr. Ribas os convidou para conhecerem sua casa e o escritório, após tomarem um cafezinho, desceram e nos cumprimentaram. Então, fiquei conhecendo Paulo Gracindo, Walter D’Ávila, Brandão Filho e outros” (PONCE MARTINS, 2003, p.48).

O Grêmio Literário e Recreativo Londrinense surgiu no andar superior da Associação Comercial e Industrial de Londrina, na Avenida Minas Gerais, como o primeiro clube social da cidade. Em 1948, a prefeitura doou ao Grêmio, um terreno para construir sua sede, localizado na Alameda Manoel Ribas. Ali aconteceram concursos de beleza e grandes bailes. Nos anos 50, o clube era um dos locais preferidos dos jovens. Os bailes do clube trouxeram a Londrina grandes artistas e vozes do rádio de várias gerações, como por exemplo, Nelson Gonçalves, Agostinho dos Santos e Elza Soares. O Grêmio também fez surgir grupos musicais, como Gervásio e sua Orquestra e marcou os carnavais da cidade (MUSILLI; ABRAMO, 2004). Além dos artistas, Braz conheceu alguns políticos:

[...] quando Eurico Gaspar Dutra foi presidente da República e veio a Londrina, tive o prazer de conhecer um mandatário da nação. Em 1952, veio à Londrina outro presidente, o grande Getúlio Vargas e também tive o prazer de conhecê-lo, bem de perto. Nessa eleição de 1951, foi quando votei pela primeira vez. Votei no Plínio Salgado, o integralista que também veio à Londrina, para fazer sua campanha política [...]. Todos os estudantes estavam com ele e eu também. Londrina já tinha concha acústica, na Praça Primeiro de Maio, antiga rodoviária. Nessa concha, foi realizado o grande comício, no qual estava presente. Após o grandioso show, puseram o candidato num “pé de bode” desligado com um estudante no volante e todos os outros empurrando, inclusive eu, rumo ao hotel. Coitado, foi um esforço em vão. Nosso irmão Antônio, getulista roxo, sempre tirando sarro de mim, chamava-me de integralista (PONCE MARTINS, 2003, p.48-49).

A Concha Acústica foi construída na década de 50, no auge da modernização de Londrina e é considerada uma das obras mais queridas pela população. Nesse tempo, as tradicionais praças com chafariz entraram em declínio, por isso a Praça Primeiro de Maio era uma novidade. Em pouco tempo, a Concha se transformaria num espaço de referência para os encontros populares, concentrando manifestações políticas e artísticas, servindo também como ponto de encontro da juventude (MUSILLI; ABRAMO, 2004).

Depois da mudança [da rodoviária] para a Praça Rocha Pombo, a Praça Primeiro de Maio foi reurbanizada, sendo construída mais tarde a Concha Acústica, palco de muitas atividades artísticas, religiosas e políticas, servindo também como área de lazer para os moradores das proximidades. Grandes comícios ocorreram no local, contando com a presença de candidatos até à presidência da República [...] (CERNEV, 1995, p.7).

O pós-1945 foi um período de aprendizagem política para as classes populares brasileiras, proporcionando avanços na democracia, sem, contudo, constituir uma cidadania plena entre os trabalhadores pobres. Nas eleições ocorridas em Londrina, entre 1951 e 1968, o percentual de votantes foi muito baixo em relação ao total da população (SOUZA, 2008). Para se ter uma ideia do baixo grau de adesão política dos grupos populares, nas eleições de 1951, com uma população de aproximadamente 61 mil habitantes, o número de votantes foi de 7.781, totalizando um percentual de 12,1%¹⁴⁸ (CESÁRIO, 1986).

O fato do número de eleitores ser baixo com relação ao total da população tem duas condicionantes principais. Em primeiro lugar, a cidade era utilizada como ponto de passagem de vários migrantes, que pelo pouco tempo de moradia, não se interessavam em se tornarem eleitores. E, em segundo, a falta de interesse das classes populares em participar das eleições, decorrente de situações conjunturais, como a alta taxa de analfabetismo, pouca divulgação nos meios de comunicação e ausência de uma tradição em participação política e exercício de cidadania (SOUZA, 2008). Portanto, Braz fazia parte de uma minoria votante na cidade.

O interesse de Braz pela política local pode ser explicado pelo fato de possuir uma escolaridade elevada para os padrões da época. Uma vez que a educação é uma forma de integrar o indivíduo à sociedade, modificando atitudes e promovendo sua participação no processo de desenvolvimento e mudança desta. Pois, a educação propicia uma melhor compreensão e um melhor domínio deste processo de desenvolvimento, facilita a comunicação entre os homens e sua integração social, tornando possível a sociedade de participação.¹⁴⁹ Logo, quanto maior o nível de escolaridade, maior a participação do migrante rural no meio urbano (ALMEIDA, 1981).

Com relação ao lazer dos londrinenses, os principais pontos de encontro eram a Igreja para as famílias, os cinemas para os jovens e os bares para os homens em geral. “Era comum aos jovens passearem no centro da cidade aos finais de semana, assim como assistirem uma sessão de cinema” (SOUZA, 2008, p.122).

O passeio começava no Cine Londrina e terminava no Cine Ouro Verde, em idas e vindas intermináveis. As moças andando em grupos, de braços dados, os rapazes engomadinhos na calçada, de olho nas mulheres. [...] Os jovens também frequentavam a quermesse da Igreja Matriz,¹⁵⁰ onde o correio elegante era um meio

¹⁴⁸ Conforme os dados estatísticos extraídos de Cesário (1986) nota-se um acréscimo gradual no percentual a cada eleição, sendo que, em 1955, foi de 12,9%, em 1959, de 19,3%, em 1963, de 18,3% e em 1968, de 26,1%.

¹⁴⁹ Como participação social, Almeida (1981) considera, entre outros fatores, visitas a amigos ou parentes, passeios com a família e amigos, participação em festas, frequência a instituições religiosas e a cinemas, leitura de jornais e revistas e participação em comícios políticos.

¹⁵⁰ A Igreja Matriz é “um símbolo do espírito mutante” de Londrina. No início de 1934, foi construída uma capela de palmito no meio da mata. A primeira igreja de madeira foi inaugurada em agosto do mesmo ano, a

de aproximar os casais. [...] A missa das 10 horas, conhecida como “desfile de moda”, era a preferida das moças e dos rapazes. Quando uma pessoa fazia uma roupa nova, ela estreava na missa. Algumas pessoas, mais devotas, odiavam a missa das 10, pois o fervor da paquera era maior do que o fervor religioso. Esses anos de encantamento e namoro, nas imediações da matriz, é uma boa lembrança dos que foram jovens entre os anos 40 e 60 (MUSILLI; ABRAMO, 2004, p. 36/42).

Braz recorda-se que, no mesmo dia em que pediu demissão, 24 de dezembro de 1952, foi inaugurado o Cine Teatro Ouro Verde, “na época o mais confortável do sul do Brasil”,¹⁵¹ que costumava frequentar bastante (PONCE MARTINS, 2003, p.43). Segundo Souza (2008),



Figura 32: Cine Ouro Verde, na Avenida Maranhão, em 1953. Fonte: CERNEV, 1995, p.14.

o Cine Teatro Ouro Verde foi um exemplo do desejo de progresso e civilização encetado pela elite no centro de Londrina. Era o mais importante espaço de sociabilidade da cidade e um monumento à modernidade, uma vez que seu projeto foi efetuado por Vilanova Artigas, uma das mais proeminentes figuras da arquitetura modernista no Brasil. O próprio nome do cinema era uma referência ao poder econômico dos fazendeiros enriquecidos com o café.¹⁵² Vilanova Artigas também projetou a nova estação rodoviária da cidade, em 1952, tida como umas das construções mais modernas do país.¹⁵³

Em 1952, ano da inauguração do Cine Teatro Ouro Verde, marca-se o início de um período em que Londrina passa a deixar de ser província. O cinema foi considerado, durante muito tempo, um dos mais modernos do interior país. A criação de espaços

planta era do engenheiro Willie Davis. Em março de 1951, foi concluída a segunda Igreja, cuja construção se iniciou em 1938, nos fundos da primeira. Em 1952, esboçou-se o projeto de uma catedral, no estilo clássico renascentista. Em julho de 1968, a antiga matriz começou a ser demolida. Uma nova catedral, construída com ferro, aço e alumínio, foi inaugurada em dezembro de 1972 (MUSILLI; ABRAMO, 2004, p.39).

¹⁵¹ Com espaço para 1500 lugares, ar condicionado, modernos equipamentos de projeção, sala com paredes duplas para barrar ruídos externos, poltronas confortáveis e um jogo de luzes coloridas que se apagavam gradualmente antes do filme começar (MUSILLI; ABRAMO, 2004). Sua inauguração mereceu uma página inteira do jornal “O Estado de São Paulo” e contou com a presença do diretor da Paramount (CERNEV, 1995).

¹⁵² O primeiro filme a clarear a tela foi “Londrina, Cidade do Café” (MUSILLI; ABRAMO, 2004).

¹⁵³ A antiga rodoviária, um modesto barracão de madeira que ficava na Praça Primeiro de Maio, não comportava mais o movimento de ônibus. Deste modo, na administração do prefeito Hugo Cabral, a ideia de construir uma rodoviária compatível com o movimento dos ônibus e passageiros que circulavam pela cidade que mais crescia no Brasil, foi aliada ao espírito de renovação das linhas arquitetônicas, no contexto de modernidade plantada no centro de Londrina, no início dos anos 50 (MUSILLI; ABRAMO, 2004).

arquitetônicos arrojados foi um acontecimento marcante, a partir de um movimento gerado pela iniciativa de alguns londrinenses que apontavam a necessidade de afirmação e transformação da cidade. Dessa forma, Londrina recebeu, entre o fim da década de 40 e anos 60, um tratamento diferenciado. Não era vista simplesmente como uma cidade do interior. Incentivos e ideias foram direcionados no sentido de transformá-las num polo regional (MUSILLI; ABRAMO, 2004, p. 36).

Em 1953, Braz adquiriu seu primeiro veículo. “O motorista Abel Bertier comprou um “pé de bode”, como eram denominados os carros da Ford do anos 28, 29 e 30. Por motivos de doença na família, precisou dispor da caminhonete e me ofereceu. Se não me engano, paguei Cr\$4.000,00. O Antônio foi se queixar com a mãe que eu tinha comprado um calhambeque sem saber dirigir e poderia cometer algum acidente”. Braz não tinha carteira de motorista. Do final de abril até o dia 29 de junho de 1953, ele “perambulava aos sábados, domingos e feriados, sem documento algum para dirigir” (PONCE MARTINS, 2003, p. 53).



Figura 33: Veículos de Londrina, em 07/09/1952. Fonte: arquivos pessoais de Braz Ponce Martins.

No dia 29 de junho, feriado de São Pedro e São Paulo, Braz e seu irmão Indalécio saíram com a caminhonete para visitarem seus primos, os Ponce Cruz. Enquanto abasteciam a caminhonete, avistaram a fiscalização de trânsito. Tentaram fugir saindo pelo canteiro, mas após três quadras foram alcançados pelo guarda, que lhes perguntou: – “Até quanto isso corre? Eu respondi: – Mais ou menos 30 km/hora. Depois ele fala: – Tá vendo essa máquina aqui? Sabe quanto corre? 180 km/hora. Não adiantava correr muito mais. Nem que você estivesse perto de Cambé eu te alcançaria”. Braz foi multado e a caminhonete apreendida. Seus colegas de serviço passaram pela delegacia e viram a caminhonete estacionada, até chegaram a pensar que Braz havia sido preso (PONCE MARTINS, 2003, p.56).

“No dia seguinte, na coluna “Ronda pela cidade”, do jornal A Folha de Londrina,

anunciava o meu nome e de outra pessoa: foram pegos com excesso de velocidade permitida e pedia para ter muito cuidado com os Chicós Landis de Londrina”. Após pagar uma multa de mil cruzeiros no DST, Braz recebeu uma licença para dirigir por 120 dias. “Fiz os exames com meu próprio calhambeque e em 9 de dezembro de 1953, peguei a carteira definitiva C”(PONCE MARTINS, 2003, p.57).

Na última página da “Folha de Londrina”, a coluna “Ronda pela Cidade” divulgava os ensaios da Banda Municipal, as festas de confraternização, quermesses e novenas. E citava o número elevado de assaltos, o caos urbano com a chegada de novos migrantes suspeitos, as pensões que abrigavam senhoras de procedência duvidosa, trazia reclamações da população quanto à falta de calçamento, de redes de água ou esgoto e de energia elétrica nos bairros mais carentes. No mesmo jornal, a “Coluna Social” apresentava as últimas tendências da moda, boas práticas no trato da casa e mostrava as socialites dando recepções maravilhosas, senhoras de alta classe que se reuniam no “Rotary Club”, para fazer caridade. Assim, a imprensa divulgava a contradição interna existente na cidade, a divisão entre a elite privilegiada e uma série de problemas sociais e urbanísticos (SOUZA, 2008).

6.3. Braz Ponce Martins se torna pequeno proprietário de terras

O sonho de Braz era ser cafeicultor. Para realizá-lo, contava com a “mínima parte” do Elefante, lote de 07 alqueires desmembrados da Fazenda São Manoel, herança de seu pai. “Em 1951, tomei posse e coloquei como porcentageiro¹⁵⁴ o Augusto Fernandes Martins, meu primo. Em 1952, deu uma boa colheita” (PONCE MARTINS, 2003, p.34).



**Figura 34: Vista parcial da “mínima parte”, em 1951.
Fonte: (PONCE MARTINS, 2003, p. 67).**

¹⁵⁴ O “porcentageiro”, mais conhecido como parceiro, era o chefe de família remunerado por porcentagem. Geralmente, era proprietário de parte dos instrumentos de trabalho e autorizado a utilizar uma área para criar animais e produzir alimentos para o consumo. O parceiro era sócio na produção, executava todos os serviços do cafezal, inclusive colheita e secagem, fazia plantio intercalar e recebia 40% da produção como remuneração pelos serviços prestados. Os riscos eram divididos entre as partes. No sistema de parceria que vigorou no norte do Paraná, os trabalhadores tinham interesse na produção. Este era o melhor caminho para se tornar proprietário (POZZOBOM, 2006).

“Sendo 70 alqueires divididos por nove, pertenceria a cada um dos herdeiros 7,777 alqueires. Para mim, só sobrou 6,198 alqueires. Desde que o empreiteiro formador venceu, continham 4.000 pés de café. Depois foi derrubado um pouco de mato e o primo Augusto plantou mais 2.000 covas” (PONCE MARTINS, 2003, p.65-66). Enquanto Braz trabalhava em Londrina, seu irmão Guilherme cuidava de suas terras em Rolândia, sendo que o mesmo articulou a compra dos lotes no patrimônio Cianorte:

Enquanto fui empregado, zelou da minha parte e entregava a minha produção para o comércio e repartia sempre as porcentagens de acordo. Na nossa primeira safra cafeeira em 1952, quando resolvemos comprar mais terras, foi ele quem se debateu para lá para cá. Na compra dos quatro lotes no Cariaçu, o melhor lote que ele escolheu foi o meu, o lote nº 376. Em 1953, quando plantamos o primeiro cafezal, foi ele que combinou com o Paulo Lemos, para formar as quase 24.000 covas. [...] Atualmente, [...] o único dos herdeiros que ainda tem a parte dele é o persistente Guilherme (PONCE MARTINS, 2003, p.66).

Por intermédio de corretores, Braz e seus irmãos adquiriram 39 alqueires da CMNP, na região de Cianorte. Conforme a escritura pública de venda e compra, que a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná fez em favor de Braz Ponce Martins, o lote de terras número 376, com área de 10 alqueires paulistas, correspondentes a 242.000,000 m², sem benfeitorias, localizado na Gleba do Ribeirão São Tomé, foi outorgado em 29 de agosto de 1952, pelo valor de Cr\$ 120.000, (cento e vinte mil cruzeiros).¹⁵⁵ “Então, no dia 29 de agosto de 1952, não trabalhei no bendito escritório, dando o primeiro passo para a liberdade, pensando nas minhas raízes e em ser fazendeiro de café” (PONCE MARTINS, 2003, p.51).

Em 1952, a sétima e mínima parte produziu bastante café. Guilherme procurava propriedades agrícolas perto de Londrina para comprar. Apareceu um “picareta”, o Solano Lopes. Ele estava associado com um corretor de Apucarana, vendendo terras da Cia. na nova frente, além de Ivaí e Terra Boa. Eu, como era empregado, não podia deixar o serviço. Guilherme foi autorizado a marcar um bom lote para mim, para Carmen e Indalécio, que eram menores de idade. Andou para cá e para lá, mas nada de achar coisa boa, até os corretores mostraram os lotes da estrada Cariaçu. Quatro lotes para nós, dois para os Arianos, e um para o primo Augusto, que era meu porcentageiro na mínima parte. Foi marcado o dia 29 de agosto de 1952 para fazerem os contratos e pagar a primeira prestação. Mas antes disso, os corretores inventaram que aquelas terras eram para serem vendidas a agricultores da região de Apucarana. Com essa farsa, pagamos Cr\$1.000,00 a mais por alqueire. Nós pagamos Cr\$12.000,00 por alqueire para a Cia. Para comprar os lotes para os menores de idade foram usados “testas de ferro” que no mesmo dia em Apucarana, transferiram as terras para mim e para o Guilherme (PONCE MARTINS, 2003, p.50-51).

¹⁵⁵ CARTÓRIO SALINET, Londrina, registro de 16/01/1961, livro n.º 42, folha 65.

LIVRO N. 42.

FLS. -65.ves.

PRIMEIRO TRASLADO

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
ESTADO DO PARANÁ

CIDADE E COMARCA DE LONDRINA

«**CARTÓRIO SALINET**»

4.º TABELIONATO E OFÍCIO DE PROTÊSTOS DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

FRANCISCO LOURES SALINET

TITULAR VITALÍCIO

FERNANDO LOURES SALINET

OFICIAL MAIOR

AVENIDA SÃO PAULO, 154

CAIXA POSTAL, 1985

TELEFONE 747

ESCRITURA PÚBLICA DE VENDA E COMPRA QUE A -
COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ FAZ
EM FAVOR DO SENHOR BRAZ PONCE MARTINS, PELO
VALOR DE CR\$. 120.000,00, COMO ADIANTE SE -
DECLARA:

S _____ A _____ I _____ B _____ A _____ M _____

quantos esta pública escritura virem, que aos dezesseis (16) dias do -
mes de janeiro do ano de mil novecentos e sessenta e hum (1961), da --
Era Cristã, nesta Cidade e Comarca de Londrina, do Estado do Paraná --
Brasil, em Cartório, perante mim, Oficial Maior e o 4º Tabelião, que --
esta subscreve, compareceram partes entre si, justas e contratadas, a-
saber de um lado, como outorgante vendedora, a COMPANHIA MELHORAMENTOS
NORTE DO PARANÁ SOCIEDADE ANÔNIMA, com sede na Capital do Estado de --
São Paulo, à Rua São Bento, 329, 3º Andar, neste ato representada por-
seus bastantes procuradores, o doutor FERNANDO DE BARROS PINTO, brasi-
seiro, engenheiro e WLADIMIR C. REWENSKI, brasileiro naturalizado, do-
comércio, ambos casados, residentes e domiciliados nesta Cidade, nos -
termos do mandato de 17 de novembro de 1960, a fls. 90 do livro nº75 -
das notas do 23º Tabelionato da referida Capital de São Paulo, consoan-
te instrumento a mim exibido e já devidamente registrado em livro pró-
prio desta Servantia; e de outro lado, como outorgado comprador, o se-
nhor, BRAZ PONCE MARTINS, brasileiro, solteiro, maior, lavrador, resi-
dente e domiciliado neste Município; os presentes, reconhecidos como -
sendo os próprios dos quais trato pelas duas testemunhas, adiante nome-
adas e no final assinadas, esta também minhas conhecidas e do 4º Tabe-
lião, que esta subscreve, do que dou fé. Então ai, pela outorgante ven-
dedora, falando por intermedio de seus procuradores, frente às duas
testemunhas me foi dito que, a justo título e absolutamente livre,
desembaraçada de quaisquer ônus reais, dúvidas, hipotecas legais

TABELIONATO SALINET

Figura 35: Cópia da primeira página da escritura do lote n.º 376.
Fonte: arquivos pessoais de Braz Ponce Martins.

Braz relata a primeira visita que fez à propriedade comprada no patrimônio de Cianorte. Destacando a fertilidade do solo, verificada pela quantidade de palmitos encontrados na mata. O fato de existirem poucos cafezais, por ser uma zona de fronteira, recém-aberta. E descreve a Avenida São Paulo, antes de Cianorte ser fundada.



Figura 36: Primeira visita às terras compradas em 29/08/1952. Fonte: PONCE MARTINS, 2003, p.51.

Depois de termos comprado as terras da Cariaçu, viemos pela primeira vez visitá-las. Foi no primeiro domingo de setembro, ou 7 de setembro de 1952. Como eu era empregado, não podia viajar em dias úteis. Com exceção do Guilherme, ninguém conhecia a gleba. Nós fomos com o carro de praça do Antônio, um bom doginho, viemos em seis pessoas. Tio José Martins, o especialista em matéria de terras boas: “se tiver palmito a terra é boa”. [...] No primeiro passo que dei para entrar na picada, dei de cara com uma cobra cascavel com oito anos, então me afastei e o Antônio veio com o revólver, deu cinco tiros nela, mas não a matou, precisou alguém pegar um pedaço de pau e acabar de matá-la. [...] Eu, Manuel e Indalécio, descemos pelas nossas divisas, lindo mato, puro palmital. [...] Naquela época, só havia café recém-plantado na fazenda Marília, perto de Vidigal, o resto era tudo mato. Nós voltamos novamente em outro domingo [...]. Andamos por tudo novamente, e depois passamos pela avenida São Paulo, que naquele tempo era tudo mato, indo para Terra Boa e Jussara. A entrada era pela avenida, já existia o valo da estrada de ferro e havia uma placa da Cia. Melhoramentos Norte do Paraná: “Aqui, futuramente Patrimônio de Cianorte” (PONCE MARTINS, 2003, p.51-52).

Na ânsia de plantar café, Braz e seu primo Augusto, porcenteiro na “mínima parte”, que havia comprado 07 alqueires, derrubaram a metade da mata de seus lotes, onde coube cerca de 25 mil covas e contrataram um único formador, o senhor Paulo Lemos. Para preparar as covas, Braz contou com auxílio de um senhor, o qual não menciona o nome, que trabalhou no Instituto Agrônômico de Campinas, na seção de café e nas fazendas dos Lunardelli. “Dizia ele: você é um rapaz novo, procure plantar o teu futuro café bem plantado”. Seguindo sua orientação, Braz mandou fazer covas de 45 cm por 30 cm de largura numa profundidade de 30 cm mais ou menos. “Quando a coveação começou a ser feita, tive que pagar Cr\$3,00 por unidade, o preço das covinhas era Cr\$1,50. Alguns transeuntes falavam que o Sr. Brazinho ia plantar bananas” (PONCE MARTINS, 2003, p.68).

O Augusto e mais os vizinhos resolveram cultivar toda a sua área. Aí começa a verdadeira história de pioneirismo de nosso primo e sua família. Deixa o Elefante (Rolândia) e muda-se para o seu pedaço de terra, constrói a casa com telhas e cercas de tábuas e não mata-juntadas, e com piso de terra batida, mas a família fica amparada e dá início ao cultivo de café [...]. Logo em seguida, ele e outros sitiantes

fizeram uma campanha e construíram a escola rural, as professoras se hospedavam em sua casa. Portanto, é impossível esquecer a bondade daqueles Pioneiros da Criação (PONCE MARTINS, 2003, p.113).

Em janeiro de 1954, Braz aproveitou as férias para visitar o novo sítio. “Saímos de casa bem cedo e chegamos em Cianorte ao meio-dia. Almoçamos no Hotel Cianorte, diziam que era da Cia. E ficava no redondo da Praça 26 de julho. [...] chegamos ao sítio, o nosso café já saia das covas” (PONCE MARTINS, 2003, p.58). Devido às dificuldades que as estradas apresentavam, era preciso ter um ponto de apoio; assim a CMNP construía os hotéis e os arrendava. Na implantação da cidade de Cianorte, a Companhia construiu de imediato um hotel que era o ponto de apoio para os clientes que chegavam para ver seus lotes e não podiam fazer isso em um só dia (CIOFF et al., 1995).

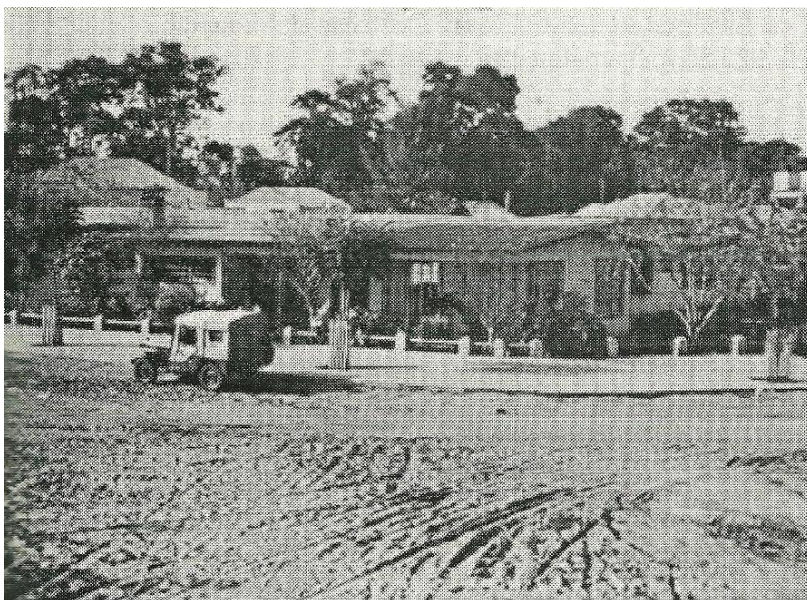


Figura 37: Hotel Cianorte, o primeiro hotel da cidade. Fonte: CIOFF et al., 1995, p.99.

No caminho de volta, a caminhonete enguiçou em Paiçandu. Antônio e seu filho Reinaldo partiram para Londrina e deixaram Braz sozinho com o carro na mecânica. “Já era tarde, quase noite, quando cheguei em Maringá, fui direto para o hotel onde a gente costumava repousar. O hotel era de um nipônico, boa gente. Pedi um lugarzinho para descansar, expliquei a ele que não possuía dinheiro algum. Ele arrumou na dispensa uns panos velhos e ali passei a noite”. No dia seguinte, Braz deu palmitos ao dono do hotel em agradecimento e voltou para Londrina. Gastou Cr\$750,00 no conserto do veículo. No mesmo ano, vendeu o “fordinho” a um japonês tendo como intermediário um colega de firma (PONCE MARTINS, 2003, p.59).

6.4. Criação de porcos em Londrina e os fretes com o caminhão KB5 internacional

Em fins de 1955, Braz e seu cunhado Ramon compraram uma chácara a quinze quilômetros de Londrina, próxima à Usina Três Bocas, onde passaram a criar porcos, em 1956. A chácara “continha uma pequena casa e um pequeno pasto, área de 5 alqueires e era atravessada por um ribeirão. Acima do pasto passava a estrada que servia a usina e continuava pelas bandas do Patrimônio Maravilha e da fazenda de Hugo Cabral, prefeito de Londrina” (PONCE MARTINS, 2003, p.60).

Na época a onda era criar porcos, porque o sítio de café não adiantava aumentar a área. Os cafezais foram dizimados por recentes geadas¹⁵⁶, os nossos do Cariaçu, logo produziram uma pequena quantidade, mas foi tudo pro beleléu. Um carro de milho, depois de debulhado, eram 10 sacos, valiam mais ou menos Cr\$30,00 por saca e uma lata de banha de 20 quilos valia Cr\$500,00. Por esses cálculos, dava muito dinheiro criar porcos. Naquele tempo, na nossa região, ninguém criava porcos de raças melhoradas (PONCE MARTINS, 2003, p.60).



Figura 38: Chácara com 180 suínos, em 1958. Fonte: arquivos pessoais de Braz Ponce Martins.

Todavia, as contas não saíram como esperado, devido às medidas do governo Juscelino Kubitschek.¹⁵⁷ “Juscelino deu início à exportação de milho e o mesmo subiu para Cr\$100,00 por saca e a banha importada ficava em Cr\$250,00 a lata”. Na chácara, plantaram batata-doce, feijão, milho, mandioca e cana-de-açúcar. Compraram vinte carros de milho de

¹⁵⁶ Em 1995, dois anos após a fundação de Cianorte, ocorreu uma forte geada que levou os cafeeiros ao tronco, retardando a produção por mais alguns anos (BATALIOTI, 2004). Uma espantosa quebra de safra teve como efeito a suspensão da queda acelerada do preço do café, estabilizando-o por um ano em torno de US\$ 60,00 a saca de 60 kg (CANCIAN, 1981). A fé na cafeicultura foi abalada. A imagem do Eldorado parecia empalidecer, enquanto a geada descapitalizava as lavouras da região e estimulava a policultura (ARIAS NETO, 1998).

¹⁵⁷ No governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960), o país entrou no período denominado “Anos Dourados”, em que os setores econômicos nacionais, apoiados pelo nacional-desenvolvimentismo, cresceram rapidamente, gerando um processo de modernização e crescimento econômico dos grandes centros produtivos, jamais visto na história nacional. Por outro lado, a concorrência com o café colombiano levou os cafeicultores da região norte do Paraná a exigirem medidas protecionistas por parte do governo federal. Assim, constituía-se um conflito que duraria anos, entre os cafeicultores e o Governo JK, cujas diretrizes não incluíam a proteção efetiva da agricultura, estando mais direcionadas à industrialização do país (SOUZA, 2008).

um vizinho, com balaio de 120 espigas. E contrataram um casal de espanhóis para cuidar dos porcos. “Pedia para ele que quando um porco morresse, deveria ser queimado e enterrado profundamente. [...] Numa ocasião, deu uma doença num leitão, que deixou ele peladinho [...]. O Sr. João, ignorante e teimoso como um espanhol que se preze, deixou o cão de estimação comer o pelado do leitão”. Após a morte do cachorro, o casal deixou a chácara espontaneamente (PONCE MARTINS, 2003, p.60-61).

O nosso irmão Manuel e a sua família cuidaram de nossos porcos depois que o Sr. João e Cia. foram embora, mas por alguns meses, enquanto estava sem serviço. Logo em seguida, arrumamos o Sr. João Vidal. [...] O Sr. Vidal tinha sangue de espanhol, era muito bom, mas teimoso não. [...] O salário do Sr. Vidal era de Cr\$2.500,00. [...] Mas antes dele chegar, eu e o Ramon por alguns dias andamos queimando lata [...]. Os suínos que engordavam eram vendidos para o Sr. Antônio Gaia, e os semigordos, sacrificados, transformavam-se em linguiça, banha e sabão. A nossa linguiça era vendida a particulares ou quando muito no comércio. Fazíamos um produto muito bom, o tempero da Encarnação era de dar água na boca (PONCE MARTINS, 2003, p.61-62).

Ramon vendeu sua Pick-up F100 e Braz parte da caminhonete Ford 1937, que tinha de sócio com Indalécio. Em 21 de fevereiro de 1956, compraram em sociedade um caminhão KB5 internacional. “Com o caminhão, transportávamos muita lenha para o Sr. Antônio Coelho, fazendeiro e dono de uma lenhadora. Num ano mais ou menos, faturamos uns vinte mil cruzeiros. Naquele tempo ainda não havia gás de cozinha. A lenha era toda picada para o tal fogão econômico” (PONCE MARTINS, 2003, p.60-61). Braz narra a primeira vez que o referido veículo teve problemas mecânicos:

No domingo, pegamos nosso caminhão e fomos passear no sítio do Elefante, o Guilherme e a Carmen moravam lá, cada um em sua parte. À tarde, depois de visitar todos, pegamos o caminho de volta. Porém, o veículo deu problemas no carburador e parou, ficou na estrada. Uns foram passar a noite na casa do Guilherme e outros na da Carmen. Noutro dia, mexe daqui, mexe dali, neca. Chamamos um vizinho para rebocá-la até Rolândia. Deixamos na oficina de um alemão. Isso é que nunca faltou em Rolândia, um bom alemão. O homem começou a bulir no veículo às nove da manhã [...] fomos chegar a Londrina ao escurecer (PONCE MARTINS, 2003, p.61).

O referido caminhão deu bastante dor de cabeça. “Logo que compramos a chácara e o caminhão, fomos comprar as madeiras para a construção da casa de 45 m². Saímos no início da Semana Santa de 1956, para adquirir as madeiras numa fazenda dos Bonalume de Cambé, que possuíam serraria a uns 30 quilômetros de Jaguapitã”. Após a aquisição das madeiras, o caminhão quebrou. Apesar de ter recebido o convite de um colono para passar a noite em sua casa, Braz e Ramon preferiram aguardar no caminhão; caso aparecesse alguma carona, poderiam ir a Jaguapitã, procurar um mecânico (PONCE MARTINS, 2003, p.64).

Não almoçaram, nem jantaram, só comeram umas bolachas e aguardente que haviam comprado numa venda no meio da estrada. “Dormimos sentados a noite inteirinha. Não passou uma viva alma durante a noite. Noutro dia cedinho, não chovia, partimos a pé para Jaguapitã”. Decidiram aguardar passar a chuva e o feriado, para voltarem com um mecânico. “O mecânico de Jaguapitã achou defeito no carburador. Chegando a Londrina, rua não calçada, a terra estava úmida, quis guardar o caminhão na garagem e o veículo encalhou. Foi preciso descarregar toda a madeira para o veículo desencalhar. No dia seguinte, graças a Deus, a madeira já se encontrava na chácara” (PONCE MARTINS, 2003, p.65). No dia 1º de novembro de 1957, Braz comprou a parte do caminhão que pertencia ao Ramon.

“Depois de organizar a chácara, trabalhamos muito com o caminhão. Transportamos lenha, fizemos diversos carretos de diversas coisas. Um vizinho nosso, o Sr. Jacinto Lemos, tinha olaria lá pelos lados do Heimtal¹⁵⁸ [...]. Não era tão longe de Londrina, uns cinco quilômetros [...]. O caminhão transportou 24.000 tijolos pertencentes ao Sr. Lemos” (PONCE MARTINS, 2003, p.63). Neste trecho da narrativa, percebe-se que a violência fazia parte do cotidiano da região. Matava-se por motivo fútil.

A sétima viagem a ser transportada pertencia ao seu empregado. [...] Mas quando encostei o veículo ao lado dos tijolos dele, o homem resolve me matar, disse que ia pegar seu revólver e atirar em mim. [...] Se o patrão estava junto e o Ramon também, por que era eu que tinha que pagar o pato? Ele demorou um pouco, o caminhão estava pronto para dar uma bela arrancada e se mandar imediatamente e foi o que realmente fiz. Sr. Lemos falava: espera aí, não vamos embora não. Seu Lemos era boa gente, ele tinha fazenda em Sertaneja, para lá do Rio Tibagi. Transporteí café em coco da fazenda dele [...]. O Sr. Lemos sempre viajava de ônibus para sua fazenda. Um dia, parece que perdeu a passagem e não lembrava em que bolso tinha colocado. O cobrador chamou-o de cego e disse que só não brigava com ele porque estava de óculos. — Então vamos lá fora. Parou o ônibus e quando ambos desceram o Sr. Jacinto abriu a pasta, tirou o revólver, e fez o cobrador virar defunto. [...] É por isso que o seu oleiro não quis graça com o dono, se não erro, acho que estava com a inseparável pastinha. O Sr. Lemos não foi preso porque tinha uma cambada de advogados parentes seus (PONCE MARTINS, 2003, p. 63-64).

Em 1958, Braz passava por dificuldades financeiras. “Os problemas começaram a aumentar: era a chácara, era a mínima parte e o sítio de São Tomé – Cariaçu. Ramon desanimou, queria voltar a trabalhar de taxista”. Para enfrentar a situação, Braz e seu sócio resolveram arrendar a chácara para o senhor Vidal. “Combinamos com ele de fazer um contrato com as seguintes condições: nós deixaríamos os porcos, 150 ao todo, o milho, a batata doce, a mandioca e as canas. Nós arrendaremos para o Sr. que nos pagará Cr\$2.500,00.

¹⁵⁸ O Heimtal foi o primeiro núcleo rural aberto pela CTNP, em 1930, onde se radicaram imigrantes alemães vindos do estado de São Paulo. Até hoje, é um Patrimônio de Londrina (CERNEV, 1995).

Ele pediu uns dias para resolver. [...] Aí ele topou que trataria dos porcos e todos os meses pagaria”. Porém, o Sr. Vidal havia fechado o negócio sem consultar sua esposa. “Emprestei um revólver a ele. No dia seguinte [...] recebo a má notícia: a mulher depressiva havia atirado no próprio ouvido. Não morrera, mas nenhum dos dois estava mais na chácara [...]. Ramon me dá o recado para ir pegar a arma na delegacia” (PONCE MARTINS, 2003, p. 62-63).

Braz e seu sócio tiveram que procurar outra pessoa para cuidar da chácara. “O Ramon pediu para o Sr. Farias ajustar um elemento para zelar dos nossos porcos, o Adão tinha arrumado um mau caráter que quando compramos a chácara morava na casinha que existia lá”. O “mau caráter” trabalhava limpando o esgoto da estrada para a prefeitura e não desejava sair da casa porque esta se encontrava no trecho de sua responsabilidade. Mas Braz queria a casa para guardar ferramentas. “Tive que propiná-lo e por fim, saiu. Eu e o Ramon não sabíamos que o Sr. Farias tinha arrumado o Limpante. [...] – Logo ele, Sr. Adão? O fulano se encontrava no recinto meio escondido e respondeu: – Não sei como não pego minha peixeira e estrebucho um agora. Depois dessa saí de fininho [...]” (PONCE MARTINS, 2003, p.63).

Em seguida, Ramon encontrou um interessado e o negócio foi fechado. Em 1959, venderam a chácara para um vizinho. “Nesse tempo, eu já namorava e pretendia me casar. Queria fazer uma casa no sítio da Cariaçu e começar vida nova” (PONCE MARTINS, 2003, p.63). E Braz continuou fazendo fretes. “O tio David Gil Spin tinha uma venda no início da Estrada Cariaçu, comprava café para o Sr. Mário Lopes e outros em Vidigal. E quem transportava esse café era o velho Internacional KB5 [...]. Às vezes transportava pessoas doentes, e a noite também. A maioria não pagava, mas quebrar molas, isso quebrava, porque as estradas eram muito ruins”. Em 13 de março de 1960, Braz vendeu o caminhão para David Gil Spin, irmão de sua sogra (PONCE MARTINS, 2003, p. 70).

Braz conta muitas histórias sobre os veículos quebrados, encalhados, tombados. Estas narrativas se devem às péssimas condições das estradas de rodagem da região. Muitas vezes, o percurso se tornava ainda mais demorado, por causa das condições climáticas. Na estiagem, as estradas ficavam escondidas por nuvens de poeira. Em dias de chuva, os veículos caíam nos barrancos ou fechavam a estrada, levando muitas horas ou até dias para sair do encalhe, provocando filas enormes de veículos (CIOFF, 1995).

Os atoleiros, tão famosos na história da abertura das frentes pioneiras no norte do Paraná, foram imortalizados no conto de Domingos Pellegrini, “O Encalhe dos 300”. Publicado originalmente em 1975, no livro “O Homem Vermelho”, ilustra as dificuldades de locomoção nas estradas de terra da região. O escritor londrinense conta que o encalhe dos 300

começou no dia 11 de agosto de 1958, no atoleiro do quilômetro 60 da Cianorte-Cruzeiro do Oeste, a estrada mais traiçoeira e mal falada do Brasil. Um caminhão carregado com três troncos de peroba foi o primeiro a encalhar, fazendo com que se criasse uma fila estrada afora, impedindo que os que vinham de Cruzeiro chegassem a Cianorte e vice e versa.

Tentaram de tudo. As rodas do Fenemê patinaram até cozinhar a terra. O vapor subia do barro amassado, e quanto mais giravam as rodas, mais aquilo virava uma cola daquela cor entre o marrom e o vermelho que só a terra do Norte do Paraná, e ali a esperança ia se enterrando. Experimentaram pular na carroceria, jogaram capim e terra moída; abriram valetas e escoaram a lama; raparam palmos de terra com enxadões; e era uma terra tão grudenta que cada enxadão ia virando uma bola de barro espetada num pau, até dar mais trabalho para limpar os enxadões do que cavar; e cinco, depois dez, depois vinte homens empurraram, o motor quase rachando de esforço e as rodas espirrando nas roupas pelotas de barro quente. Depois pararam para tomar fôlego, só para tomar fôlego e pensar nalgum outro jeito, mas antes um afobado meteu fé na passagem estreita e se enfiou na cabine com aquela pressa que só os tontos têm, e meteu marcha dizendo que ia arriscar, mas mal fechou a boca, encalhou. Aí ficaram dois encalhados, tonelada e toneladas amontoadas, carroceria enganchada em carroceria, perobas e café (PELLEGRINI, 2000, p.10-11).

Às duas da tarde já havia três ônibus em cada fila e neles uma grávida, velhos decorando jornais, um rapaz tocando violão, uma mulher com as varizes inchando, uma recém-casada bordando, uma velha rezando o terço, moças suspirando, crianças chorando, homens e mulheres que contavam aonde iam e de onde vinham. E mais crianças nos jipes, caminhonetas e furgões com mães, umas apreensivas, outras temerosas, algumas resignadas, várias esperançosas. Uma caminhoneta com um padre e três freiras, um caminhão de porcos que emitiam grunhidos famintos, um caminhão de areia vazando, um caminhão vazio para cada dez com carga de café. E assim até os montes seguintes, atrás dos para-brisas as mesmas caras se indagando quando ia parar a chuva. Os que chegavam iam descendo e percorrendo a fila até quando viam que o encalhe não era ali, mas na baixada seguinte e que não tinha jeito de desencalhar nada e nem alguém passar mesmo com jipe se espremendo.

Então no rabo das duas filas, jipes e caminhonetes tentaram voltar, acabaram com as rodas nas valetas e, às seis da tarde, já era um encalhe central com outros encalhes de entremeio, enquanto os motoristas dos ônibus xingavam a natureza, principalmente a natureza humana, e depois se conformavam que agora não podiam mais ir nem para frente nem para trás. Os poucos que se safaram, jipes de motor enfezado e motoristas aliviados, foram levando a notícia pela estrada, até Cianorte e Cruzeiro; então quem vinha, voltava. No meio da estrada deserta ficou a cobra de lata colorida. Às seis e meia da tarde já tinham escuridão e uma soma final: à espera do sol iam ficar trezentos (PELLEGRINI, 2000, p.13).

Alguns ônibus se esvaziaram em parte com caronas nos jipes que voltaram. Durante a noite, trocaram bolachas por pão murcho, comeram restos de marmitas e bananas verdes ou

amassadas. Quando amanheceu, os caminhoneiros que haviam enchido seus barriletes com a água da chuva levaram garrafas para as mulheres e crianças, que beberam até afogar a fome. No segundo dia, as mulheres agasalharam seus filhos e partiram a pé para Cianorte, seguidas de seus maridos que mal tiveram tempo para trancar os carros e juntar as malas. Transcorrida a longa caminhada debaixo da chuva, lotaram os quartos do primeiro hotel que encontraram. Às sete da noite, os caminhoneiros passavam o tempo jogando baralho, lendo revistas ou tentando sintonizar alguma estação de rádio. “Apostavam cigarros no jogo de palitos; e outros coçavam o saco e xingavam entredentes: o atoleiro, o prefeito dessa merda dessa terra, a estrada, o governador, a safra de café, a chuva, o presidente, Deus, São Pedro e todos os santos” (PELLEGRINI, 2000, p.16).

No terceiro dia, uma caminhonete de Cianorte chegou carregada de mantimentos. Diante da fome, os caminhoneiros tiveram que pagar os preços altos. Mais tarde, a raiva e a pinga apertaram a fome e alguns foram alcançar umas roças de milho e mandioca vistas quilômetros antes e muitos saíram para caçar no mato, cotias, macucos e todas as aves que revólver pudesse derrubar. Fizeram uma fogueira de papéis úmidos, pano e o pouco de madeira seca que puderam juntar, debaixo de uma lona e mastigaram a comida com ódio, que ainda lhes deu diarreia. No quarto dia, alguns trancaram as cabines, deixando alguém para cuidar das sacas de café que já estavam mofando e rumaram para Cianorte, dizendo que “já nada valia mais que um banho quente e comida de gente. Mas cento e oitenta continuaram ali como amarrados às carrocerias: cada saca valia ouro” (PELLEGRINI, 2000, p.18-19).

No quinto e no sexto dia, a chuva continuou e os caminhoneiros já se tratavam pelo nome e contavam causos. À noite, uma prostituta, que chegou de jipe, acompanhada por uma velha, atendeu os caminhoneiros dentro de um dos ônibus vazios. Organizados em fila pela velha cafetina que sentou no banco do motorista com uma arma na mão, entravam um de cada vez. A prostituta ganhou tanto dinheiro que disse que sairia dessa vida.

O sétimo dia amanheceu sem chuva e sem sol e os motoristas conversavam entre si, dizendo que o encalhe havia servido para uni-los. Reclamavam dos percalços da profissão e prometiam que fariam alguma coisa, que não podiam mais continuar nessas estradas, nessa vida. E no dia seguinte o sol apareceu, ao meio-dia o barro já secava e no meio tarde esfarelava em torrões. “Então cada um montou no seu caminhão. Cada caminhão tinha chapa de um canto do Brasil. E cada qual tocou para o seu destino. Anoitecendo de novo, já tinha poeira ali onde foi – já esquecido e trocado por novos encalhes em outros atoleiros – o Encalhe dos 300” (PELLEGRINI, 2000, p.28).



Figura 39: Veículos encalhados na estrada Cianorte-Cruzeiro do Oeste. Fonte: O Cruzeiro (1956). Disponível em: <http://doclondrina.blogspot.com.br/2012/03/o-encalhe-dos-300-um-conto-com-cara-do.html> Data de acesso: 20/07/2012

6.5. Braz Ponce Martins se muda para a zona rural de Cianorte: o sítio da Cariaçu¹⁵⁹

“Muitas vezes fiz o percurso do sítio para Cianorte a pé (15 km). Umas vezes atrás de alguma peça para o veículo, outras vezes atrás de algum médico para nós ou as crianças”.

(PONCE MARTINS, 2003, p.87)



Figura 40: Primeiras casas construídas no lote 376, em São Tomé. Fonte: PONCE MARTINS, 2003, p.68.

¹⁵⁹ Em 1959, a estrada Cariaçu, pertencia a Cianorte. São Tomé se tornou um município autônomo em 1960.

Em 1958, Braz derrubou o mato que beirava o ribeirão do lote n.º 376, onde construiu uma casa de madeira. “Em 1959, me casei e mudei para Cianorte”. Depois de casados, Braz e Mariana foram morar neste lote, denominado Sítio Brasília, mais conhecido como sítio da Cariaçu. “Eu e Mariana trabalhamos muito. Ela também era do meio rural e seus pais também eram de origem espanhola. Uns dois anos antes de nossa união, eles pegaram a reforma de café que outros empreiteiros colonos tinham abandonado. Pegaram 6.250 covas minhas e mais 5.000 covas do nosso irmão Guilherme” (PONCE MARTINS, 2003, p.67).



Figura 41: Casamento. Fonte: arquivos pessoais de Braz Ponce Martins

Os três alqueires e meio de matas restantes do lote n.º 376, foram derrubados pelos filhos do primo Augusto, em 1960. “A família do Augusto me ajudou muito, após a queima do mato, eles ajudaram na descoivaração e no alinhamento das ruas e covas dos cafeeiros” (PONCE MARTINS, 2003, p.68). Augusto não havia conseguido formar cafezal em seus 07 alqueires e os vendeu a Antônio, irmão de Braz. Os parceiros do sítio eram o senhor Manuel Pestana e sua mulher Dona Cícera, que costumava “surrupiar” verduras do canteiro de dona Mariana. Nesta época, Braz realizou várias benfeitorias ao redor de sua casa no sítio: garagem, galinheiro, paiol e um mangueirão de lascas para porcos.

Existia uma grande gurucaia ao redor de nossa casa, ela tinha um metro de diâmetro. Mande os meus cunhados cortarem em toras de 1,20m de comprimento, depois, eu mesmo rachei as toras e as suas lascas deram para cercar um retângulo de 20x30m, onde comecei a criar porcos. No poço de água de nossa serventia, também fiz uma cobertura como proteção para o lugar de lavar roupa e forno. Nessa época, como caminhoneiro e ex-auxiliar de escritório, palpites é o que não faltavam. Porém, a minha vontade de aprender a fazer a infraestrutura rural era muito grande e o meu amor próprio era tanto que gostaria de fazer errando o que tinha que realizar. Eu escrevi: Sei errar sozinho. Não preciso de palpites. Parece-me que a coisa funcionou e graças a Deus, venci. Digo, vencemos, porque a Mariana bastante ajudou (PONCE MARTINS, 2003, p.70-71).

Em seis de abril de 1960, nasceu Ramon, o primeiro filho de Braz e Mariana. “Mariana e sua mãe, já haviam combinado com uma parteira para fazer o serviço de parto. [...] Saí de baixo de uma grande chuva acompanhada de belos trovões, cheguei na dita cuja, mas ela estava muito gripada [...], então me indicou uma parteira mais além. Tendo-a localizado, fomos para casa e de manhã cedo, a criança nasceu”. Foi quando Braz comprou sua primeira vaca, a “Beleza”, “e deu ótimo resultado, mãe e filho engordaram”.

Em 31 de março de 1961, o casal teve seu segundo filho, Gines. “Nasceu numa semana santa, chovia bastante também. A nossa mãe e o Indalécio passaram alguns dias em casa, então foi ela mesma a parteira” (PONCE MARTINS, 2003, p.71-72). Com o crescimento da família, Braz teve suas responsabilidades aumentadas.



Figura 42: Os primeiros filhos, Ramon e Gines. Fonte: arquivos pessoais de Braz Ponce Martins.

Precisei-me dedicar à marcenaria. Primeiro fiz o berço e logo em seguida uma cadeira para Ramonzinho ficar à altura da mesa para sua mãe alimentá-lo com sopa de legumes com mais facilidade. Nessas alturas já tinha feito uma horta [...] puxava água do poço para o nosso consumo, animais e horta. Sacrificio é o que nunca faltou pra nós. Passamos uns três anos numa penúria danada. Vendemos o caminhão em 13 de maio de 1960, passamos mais três anos movidos à força animal. Nesse ínterim, comprei um galo Legorne e nós já possuíamos um belo plantel de galinhas [...] verdadeiras fábrica de ovos. Como não havia ovos de granja, os nossos eram bem aceitos, tinha convênio com a quitanda do “Miroi”, um oriental. Nunca uma freguesa dele reclamou. Todas as semanas entregávamos até 20 dúzias de ovos, recolhidos e limpos por mim [...]. Tive o capricho de anotar todas as vendas de ovos que fiz durante um ano. Daria para pagar um alqueire, daqueles que comprei em Jesuítas (PONCE MARTINS, 2003, p.71-72).

Em 1963, as finanças melhoraram. “Em 13 de fevereiro de 1963, troquei minha parte no Elefante pelo lote 378 que era da minha irmã Carmen. Na minha opinião ganhei porque em vez de 6,5 alqueires, peguei 8. Logo plantei pasto e tinham vacas produzindo leite” (PONCE MARTINS, 2003, p.72). Conforme a escritura de venda e compra, o lote n.º 378 com área de 08 alqueires paulistas, sem benfeitorias, foi comprado de Antônio Dias dos Santos Pinto e Carmem Ponce Pinto, por Cr\$200.000,00 (duzentos mil cruzeiros), no dia 12/05/1964.¹⁶⁰

Assim que adquiriu o lote n.º 378, Braz derrubou a mata e vendeu a madeira. Em seguida plantou 3000 covas de café, do tipo “Mundo Novo,” que logo foram destruídos por uma geada. “De 2 para 3 anos ocorreu geada, queimando-os até as raízes, aí pude observar que a região era baixa para café. Plantei pasto e nessa época comprei um bom gado do irmão Manuel” (PONCE MARTINS, 2003, p.82). Em setembro do mesmo ano, Braz comprou a caminhonete Ford 1937, que havia sido sua de sociedade com seu irmão Indalécio.

As crianças brincavam livremente pelo sítio, costumavam acompanhar os pais na rotina de trabalho da roça e às vezes sofriam alguns acidentes. Gostavam de andar em meio à

¹⁶⁰ TABELIONATO TAQUES, Londrina, registro de 12/05/1964, livro n.º 84-N, folhas 59-620/y.

lavoura: “um dia Ramonzinho foi pular um toco ainda com o pente e machucou a testa. E no mangueirão dos porcos: tinha um cachacinho mui bonzinho, os dois montavam nele [...], parece que ele estava namorando uma leitoa e deu uma carreira nos dois, no Gines a mordida parece que pegou no calção e no Ramon tirou um nhaco da cocha. Serviu de lição para os mesmos. Quando porco namora leitoa, não adianta entrar no chiqueiro comendo broa” (PONCE MARTINS, 2003, p.88). Braz conta em detalhes as peripécias de seus filhos:

Uma do Gines: uma vez carregava café para ser entregue, o menino estava na carroceria na tampa lateral e eu perto dele contava os sacos que o veículo ia carregar. Jogaram um saco de café com bastante força na lateral, onde o Gines estava. O menino se desequilibrou e ia caindo para fora, no chão. Eu, de imediato, o agarrei não o deixando cair fora do caminhão. Outra dos dois: uma vez vendi café para um pessoal de Japurá e tinha quer receber lá. Enquanto recebia o dinheiro, os dois meninos mexiam no cofre e não adiantava ralar de controle remoto, eu precisei ir lá e dar um puxãozinho de orelha em cada um. Outra do Ramonzinho, na tulha do lado da garagem, arroz e feijão eram guardados numas caixas. A do feijão era um pouco menor, ambos brincavam naquelas caixas. O Ramonzinho começou a reclamar de dor de ouvido. Levei-o na farmácia em São Tomé, o moço da farmácia olha que olha no ouvido do menino. – Pingue esse remédio e ele logo ficará bom. Passou mais um dia e nada da criança melhorar. Olhei bem e vi que tinha um grão de feijão no ouvido doente, tentei tirar, não consegui. Trouxe o mesmo para o pronto socorro do Hospital São Paulo, [...] já estava nascendo. O médico não era lavrador, mas arrancou o feijão com a maior facilidade. Têm outras [...]. Coisas que ocorreram na infância são de muita importância (PONCE MARTINS, 2003, p.88-91).

Em 31/08/1965, Braz comprou um jipe. “Com o Jeep fiz muitas coisas, era o veículo mais útil da época”. Utilizou o jipe para puxar um carro de milho com 40 balaies e 120 espigas. “Tirei o banco traseiro e da frente também, botei uma escada de 4 metros mais ou menos”. No interior do jipe e na escada colocou 30 sacos e mais 10 no para-choque e no capô. “Num saco coronel da época cabia um balaio de milho tranquilo. Puxei esticadores para cerca com quase 3 m de comprimento por 50/60 cm de diâmetro” (PONCE MARTINS, 2003, p.83).

Braz e Mariana tiveram quatro filhos. Todos nasceram no lote n.º 376 do sítio da Cariaçu. Roberto nasceu no dia 09/06/1966, por intermédio da prima Elvira, irmã do compadre Augusto. E Márcio nasceu no dia 11/10/1967. “A parteira foi a Dona Catarina, parente dos Milani de Vidigal” (PONCE MARTINS, 2003, p.88).



Figura 43: Braz, os filhos e o jipe. Fonte: Arquivos pessoais de Braz Ponce Martins.

Braz convidou seu cunhado Alcides Gonçalves para cuidar dos porcos e das outras

criações do sítio. “Os empreiteiros mudaram-se para São Paulo, ficaram alguns volantes e eu resolvi tratar o café por minha conta”. Como a safra de 1969 prometia ser rentável, Braz combinou com o seu cunhado “[...] dele controlar a colheita, puxar e secar o café, recebendo uma porcentagem de 10% do total colhido”. Dois anos depois, Alcides se casou, comprou uma vaca e muitos móveis. “No tempo que trabalhou com a gente não se saiu muito mal não. Em novembro de 1973, a família Franco pegou todo o cafezal disponível, 12.500 covas. Quatro da família ainda continuam trabalhando em 10.000 covas” (PONCE MARTINS, 2003, p.90-91). Atualmente, dois membros da família Franco residem no lote n.º 376 e cuidam de 03 alqueires. Um irmão é responsável por 3.600 pés de café e o outro por 2.800 pés.¹⁶¹

Um pouco antes de se mudar para a cidade, Braz anexou outro lote ao sítio. “Em 29/08/69 comprei 2,5 alqueires, fazendo fundo com o lote 378 para o aumento das pastagens” (PONCE MARTINS, 2003, p.86). Trata-se do lote n.º 343 adquirido da CMNP, por Cr\$50.000,00, cuja escritura foi lavrada em 18/11/1969.¹⁶² O parecer descritivo referente às suas divisas foi emitido em 13/11/1969, pelo departamento de topografia da Companhia.

12/67 - 100 Talses - MOD. 142
Comprador Venda N.º 34.830 parte.

COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ

N.º 228 Gleba do Ribeirão São Tomás Lote N.º 343

Área de 60,500 mts. 2 6,05 Hectares 2,50 alqueires Paulistas

DIVISAS:

Principiando num marco de madeira de lei, que foi erguido na margem direita do Córrego Coelho, segue confrontando com o lote n.º 342-4, no rumo SE 40º34', cerca de 556 metros, até um marco colocado na beira de uma Estrada, que vai para Cianorte; daí mede-se pela dita Estrada, rumo a Cianorte - 103 metros aproximadamente, até um marco semelhante aos outros; deste ponto segue confrontando com o lote n.º 343-4, no rumo NO 40º34', cerca de 575 metros, até um marco fincado na margem direita do Córrego Coelho e, finalmente, descendo por este, segue até ao ponto de partida.

2.º Registro de Imóveis
Abraão Naches
OFICIAL
CIANORTE - PARANÁ

Cia. Melhoramentos Norte do Paraná
DEPARTAMENTO DE TOPOGRAFIA
Matr. 13 de 11 de 1969
Madroneiro

Figura 44: Divisas do Lote n.º 378. Fonte: arquivos pessoais de Braz Ponce Martins.

¹⁶¹ PONCE MARTINS, Gines. Entrevista concedida a Gelise C. Ponce Martins. Cianorte, 01 de julho de 2012.

¹⁶² TABELIONATO MORI, Cianorte, registro de 18/11/1969, livro n.º 90-N, folha 90-N, folha 38.

A mudança para a cidade encerra as narrativas acerca do cotidiano da família Ponce no sítio da Cariaçu. A causa do deslocamento foi a preocupação de Braz com a educação de seus filhos. “O Ramon e o Gines fizeram o primeiro ano na Escola da Cariaçu, a filha do Pedro Peres, o vendeiro, era quem dava aula. Logo depois, veio um professor que não tinha dom, os meninos poucos aprendiam” (PONCE MARTINS, 2003, p. 89). Gines conta que na Escola Rural, as séries ficavam reunidas em uma mesma sala. O professor dividia o quadro em quatro partes e ele também copiava os conteúdos do segundo, terceiro e quarto anos.¹⁶³

Braz investiu na educação de seus filhos. E, orgulhoso, conta que todos possuem curso superior. “Gines formou-se Engenheiro Civil pela Universidade Federal do Paraná e o Ramon Engenheiro Agrônomo pela Faculdade de Bandeirantes [...]. O Roberto também se formou Eng. Eletricista pela UFPR, em Curitiba. Márcio estudou em Maringá, formou-se em Zootecnia pela Universidade Estadual de Maringá” (PONCE MARTINS, 2003, p. 90).

6.6. Desbravando Jesuítas: Fazendinha Santa Cruz

Com a finalidade de inserir a aquisição da Fazendinha Santa Cruz, em seu devido contexto histórico, remete-se aos dados fornecidos pelo IBGE acerca da formação do município de Jesuítas e ao panorama geral referente à ocupação dos territórios paranaenses considerados improdutivos do ponto de vista do capital, na década de 1960.

Jesuítas pertence à Mesorregião Oeste Paranaense e à Microrregião de Toledo. O oeste do Paraná engloba a vasta região que vai de Foz do Iguaçu à fronteira da Santa Catarina e aos limites do município de Palmas. O território que atualmente integra o município de Jesuítas, até pouco tempo atrás, era um sertão desconhecido e inexplorado. Criado pela lei estadual nº 4668, de 21/12/1962, como distrito do município de Formosa (atual Formosa do Oeste), Jesuítas foi elevado à categoria de município pela lei estadual nº 7304, de 13/05/1980. A origem do topônimo deve-se à presença dos índios Kaingáng, catequizados pelos Jesuítas.¹⁶⁴ Seu sustentáculo econômico é a agricultura, devido à fertilidade de suas terras. O principal produto é o café, com mais de 10 milhões de pés plantados, mas o município também é produtor em potencial de soja, milho, arroz, feijão, algodão e trigo.¹⁶⁵

¹⁶³ PONCE MARTINS, Gines. Entrevista concedida a Gelise Cristine Ponce Martins. Cianorte, 01 de julho de 2012.

¹⁶⁴ biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/parana/jesuitas.pdf. Data de acesso: 16/08/2012.

¹⁶⁵ Percebe-se uma contradição nas considerações do IBGE. Primeiro afirma que, há pouco tempo atrás, a região onde se localiza Jesuítas, era um sertão desconhecido e, logo em seguida, lembra que, lá existiram missões jesuíticas. Portanto, não se trata de um território desconhecido. São inúmeros os relatos sobre a presença dos

A fundação de Jesuítas insere-se no contexto da expansão da cafeicultura nos anos 50. Seguindo em sentido norte-noroeste, a produção cafeeira extravasou pelo extremo oeste, alcançando as barrancas do rio Paraná (CANCIAN, 1981). A extensão do cultivo do café decorreu dos preços incentivadores do pós-guerra, quando as medidas restritivas foram abolidas, aumentando a produção (LUZ, 1997). Neste período, paralelamente à ação da CMNP, várias empresas imobiliárias menores desenvolveram projetos de colonização, levando a frente pioneira aos seus limites físicos, no rio Paraná (TOMAZI, 1997).

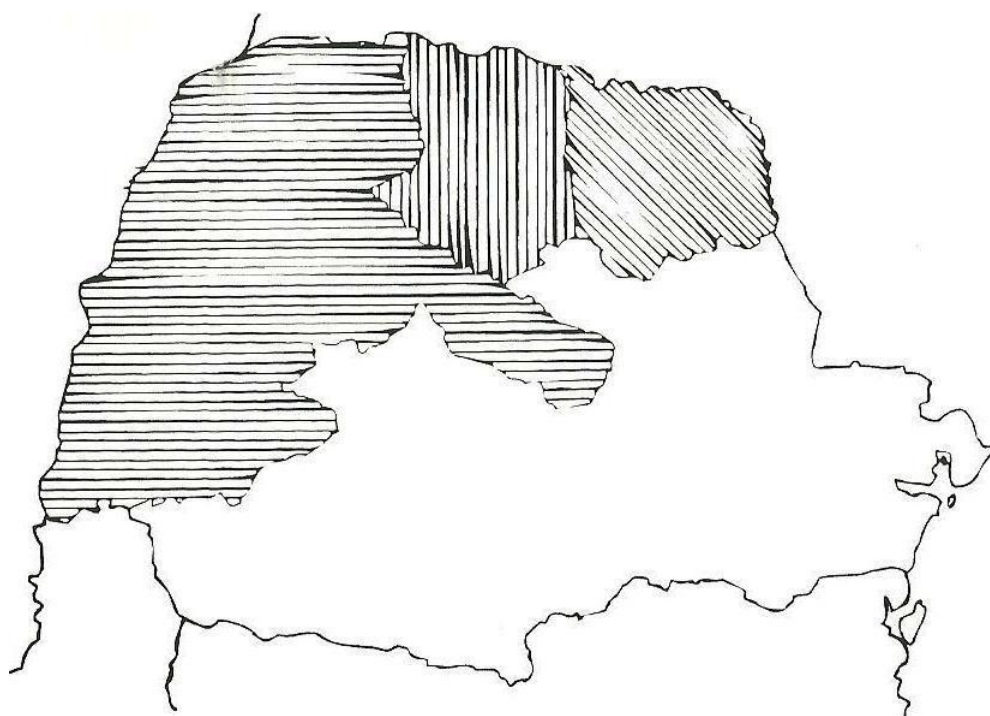


Figura 45: Expansão da cafeicultura paranaense. Fonte: ARIAS NETO, 1998, p. 307.

O avanço das frentes pioneiras representava para o Estado, a incorporação de novas terras ao processo produtivo e o consequente desenvolvimento econômico. Nestas novas zonas, as terras foram divididas em pequenas propriedades pelas empresas loteadoras, que ofereciam facilidades de pagamento aos compradores, com a finalidade de dinamizar as vendas (SERRA, 1991). Jesuítas resultou dos loteamentos efetuados pela SINOP. A Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná, foi fundada em 1948, pelos empresários Ênio Pipino e João Pedro Moreira de Carvalho, com sede em Presidente Venceslau, em São Paulo. Posteriormente, sua sede foi transferida para Maringá. Atualmente, a Colonizadora Sinop é uma empresa imobiliária situada na cidade de Sinop, no Mato Grosso (ERARDI, 2007).

padres jesuítas espanhóis, no século XVII, na região então conhecida por Guairá, onde fundaram as reduções posteriormente destruídas pelos bandeirantes paulistas (MOTA, 1994).

A SINOP adquiriu terras no Estado do Paraná e do Mato Grosso. No Paraná, colonizou as seguintes áreas: Gleba Sinop, na qual fundou a cidade de Terra Rica e o distrito de Adhemar de Barros; Gleba Atlântica, onde fundou a cidade de Iporã e os distritos de Nilza e Vila Iverã; Gleba Rio Verde-1, na qual fundou a cidade de Ubiratã e o distrito de Yolanda; e Gleba Rio Verde-2, onde fundou as cidades de Formosa do Oeste, Jesuítas e os distritos de Marajó e Carajá (ERARDI, 2007). Em cada uma das glebas foram criados núcleos rurais, com os respectivos cinturões verdes, denominados de “chácaras”, com lotes cortados, demarcados e com estradas vicinais, transitáveis o ano todo.¹⁶⁶

No dia 16 de setembro de 1959, Braz adquiriu 21 alqueires na região de Formosa do Oeste, pagando Cr\$ 32.600,00 por alqueire, num total de Cr\$684.600,00, parcelados em quatro prestações. “Na verdade, eu não podia comprar mais do que 10 alqueires. Mas aquela terra tinha a melhor mata de todas as terras do Paraná [...]. Escolhi o lote 23, 24 e parte do lote 25”. O lote 23 possuía 10 alqueires, o lote 24 era de 08 alqueires e o 25-A de 03 alqueires. “O lote 22 tinha uma lagoa, comprei depois de sete anos”. Esses lotes foram escolhidos “a dedo”: “não possuíam pedras, era palmital de cima até a beira da água. A área produziu 100.000 cabeças de palmito, só com o dinheiro deles, construí a casa e derrubei um tanto de mato” (PONCE MARTINS, 2003, p.75). Braz narra viagem que realizou para conhecer o local, descrevendo a fauna e a flora da região, e as negociações com a SINOP:

No casamento de Maria, a filha do compadre Augusto e o Severino [...], encontrava-se Manaita Kiara, pioneiro no plantio de café na Cariaçu-Rodeio e em Jesuítas também. Ele fala em terras. Estão vendendo terras na região de Formosa e na semana que vem, vai um corretor, o Sr. Raul Batista, da SINOP e me pediu para organizar uma caravana de 12 pessoas, viajarão em jipes. Você quer ir também? [...] Eu já estava com vontade de uma boa aventura. Topei a parada. Nas duas conduções foram 13 candidatos [...]. Naquele tempo, para chegar a Formosa, viajava-se mais de 200 km. A futura cidade só tinha o hotel, o escritório da SINOP e o campo de aviação. Havia o início de casas de comércio. As terras ao redor de Formosa já estavam todas vendidas. Estavam em negócio as terras do bairro Bonito, que compreendia os rios Jesuítas, Rio Verde e Piquiri, mas as mais altas, boas para café, não havia mais. No dia seguinte, os 13 compradores mais o mostrador Zezinho Batista, foram levados pela estrada Itacolomi [...] chegando mais ou menos onde era a Fazenda Mirante, que já tinha café plantado. Era o fim da estrada, partimos para o picadão em direção ao Rio Verde [...]. Passamos pelo lote de 6 alqueires que estava disponível e o reservei para mim [...]. Na cabeceira do Continental a terra continha um pouco de areia. Eu peguei um pouco desta terra, pressenti que possuía um pouco areia e mostrei ao indicador, o homem deu uma bronca danada. Aqui não tem areia coisa nenhuma, é terra roxa pura [...]. Depois do lote aberto, ele recolhia areia e vendia para os pioneiros, latas e mais latas de areia. Chegando na estrada Londrina, dava para ver que a estrada descia de repente, havia pedras, pedregulhos e a vegetação era de terras baixas, além de taquari bengala, pintava alguns mandacarus. Eu mesmo falei para o Manaita, vamos voltar para mim não interessa. O corretor falou agora não adiantava voltar, que era mais longe. Aí apareceu um colega de

¹⁶⁶ A SINOP loteou suas terras seguindo o padrão da CTNP/CMNP.

viagem com um pão caseiro de uns 25 cm de comprimento, ele resolveu dividi-lo em 15 pedaços mais ou menos iguais, o meu pedaço dava para ver o sol do outro lado. Enfim, já era uma hora da tarde, deu para aliviar um pouco a fome, mas a sede continuava. Havia muitos pássaros, nhambus, urus, macucos, jacus e jacutingas, e às vezes grandes animais, como por exemplo, a anta que assustou a gente [...]. Descemos até onde seria a futura estrada para Assis e voltando para a direção de Formosa, subimos novamente pela Itaguajé. Pouco depois, pegamos um novo picadão que nos levou ao acampamento dos picadeiros e agrimensores. Já passava das cinco da tarde. O mestre cuca estava preparando uma panela de macarrão com farinha de mandioca [...]. Foi o melhor macarrão que comi na minha vida [...]. Chegamos nos jipes à noite. No dia seguinte, voltamos para a gleba [...]. Aí vi a cabeceira do lote de 15 alqueires e somando com os 6 alqueires da areia, somariam 21. Voltando para Formosa, dei o sinal de 10% para garantir os lotes que estavam disponíveis. As terras eram vendidas em quatro prestações: 40% ao fazer o contrato e mais três pagamentos iguais de 20% cada. Quando fui à Maringá, na sede da Companhia, para acertar os 40% da primeira prestação, fui chamado pelo engenheiro chefe o Sr. Theodoro, que me disse que os 15 alqueires da estrada Londrina haviam sido negociados há dois dias antes. [...] Ele reservara a uns 5 km dos seis alqueires, três lotes de cinco alqueires, cada um pior que outro. Respondi a ele que devolvesse os meus 10%. Eu compraria terras altas porque pretendia plantar café, em lugares baixos de jeito nenhum. Calma, Sr. Braz, como o Sr. é comprador em potencial, vamos abrir uma exceção, o Sr. vai ser o primeiro a adquirir terras no bairro Progresso, se não houver problema da sua parte, pode adquirir os 21 alqueires num bloco só. Aqui está o mapa, combine com o Zezinho, e vá novamente à gleba e combine ao seu gosto. E assim foi feito (PONCE MARTINS, 2003, p.73-75).

Era difícil para Braz visitar a propriedade regularmente por falta de transporte. Somente um ano depois, retornou ao sítio, para limpar as divisas. “Peguei carona com o vizinho Jacinto Peres, o caminhão foi lotado de sitiantes e candidatos a empreiteiros [...]. Naquele dia chegamos tarde em Jesuítas, já havia algumas casas, mas a cidade não tinha nome registrado. Falavam em Progresso, Nova Guarani, mas depois foi Jesuítas mesmo”. Na viagem de volta, se depararam com uma onça atravessando a estrada, nas matas de Bandeirantes do Oeste (PONCE MARTINS, 2003, p.75-76).



Figura 46A: Primeira visita às terras de Jesuítas.
Fonte: PONCE MARTINS, 2003, p. 70.



Figura 46B: Primeiras casas da futura cidade de Jesuítas. Fonte: PONCE MARTINS, 2003, p. 76.

Braz contratou um empreiteiro e trabalhadores volantes, que plantaram os primeiros 6.500 pés de café, com cereais intercalados, no ano de 1960. “Quando acabei de pagar já existiam 14.500 covas de café plantado, [...] formados pelo Senhor Josias Francisco Regis, [...] e dos lucros que obtive comprou 22 alqueires para ele e sua família” (PONCE MARTINS, 2003, p.70). Além de café, posteriormente, Braz, seus parceiros e arrendatários produziram algodão, soja e milho na Fazendinha Santa Cruz.

Como a mata de Jesuítas era rica em palmitos, que já eram industrializados na região, no dia 30 de agosto de 1960, uns “picaretas de palmitos” foram à casa de Braz. “Eu estava na roça arrancando feijão com uma roupa remendada e bem suja. Nós estamos aqui para negociar os palmitos de seus 21 alqueires. Quanto você quer neles? Cr\$150.000,00 respondi. Nós podemos pagar noventa mil cruzeiros. Por isso não vendo”. Braz diminuiu sua proposta para cento e vinte mil cruzeiros e os compradores ofereceram cem mil. “Nesse momento fiquei pensando... havia muito roubo de palmitos na região, se não vender... eles sabem que estou na pior... sem condução para vigiar minha área, é visto que eles vão me roubar...” O negócio foi fechado por Cr\$105.000,00 (PONCE MARTINS, 2003, p.77).

Em 30 de setembro de 1960, Braz deveria pagar a primeira prestação da propriedade, no valor de Cr\$ 136.920,00, quantia que não dispunha. “Tinha comentado com ele [Indalécio] que se o Sr. Pepino, gerente da SINOP, não aceitasse os Cr\$50.000,00 por conta, para o pagamento do saldo junto a 2ª prestação, eu teria que vender 5 ou 10 alqueires”. Braz pegou carona com Indalécio que estava de partida para Rolândia, a fim de terminar a construção de sua casa em seu lote, visto que pretendia se casar em breve. “Você me dá carona até Maringá, eu vou tentar negociar com a SINOP, se não houver jeito, eu sigo com você para Londrina, a nossa mãe morava lá. Como o Sr. Ênio Pepino aceitou os cinquenta mil cruzeiros por conta”, Braz se despediu do irmão e arrumou uma carona de volta para Cianorte. Mais uma vez, a famigerada estrada causou transtornos (PONCE MARTINS, 2003, p.77-78).

Naquele tempo, a maioria dos veículos era Jeep. Arrumei um modelo 1951, que se dirigia a Dr. Camargo. Passando por Paiçandu, deram uma parada num bar, para tomar um aperitivo. Na condução eram quatro passageiros: motorista (imprestável e incompetente), o dono do Jeep, ao lado com o braço no teto do Jeep, eu e mais um senhor bem de idade, pelo sotaque era português. Na parte traseira do veículo, além de nós, ia a mercadoria, inclusive uma caixa de sabão. O motorista era descendente de italianos, vinha a viagem inteira se gabando, falava que era condutor há muito tempo. Nunca tinha acontecido nada com ele. [...] Antes do asfalto atual, a estrada passava pelo espigão da serrinha, era muito perigosa, cheia de curvas e mal conservada. Às vezes era pedregosa e em outros trechos, barrenta. Já eram 19 horas, estava escuro e nublado, numa curva estava um caminhão Mercedinho “cara chata”, estacionado na contramão com as meia luzes acesas. O nosso motorista falante, esterçou o Jeep muito rapidamente, caindo a roda num buraco e o veículo tombou para a mesma direção. Eu como sempre andando prevenido, saquei meu canivete,

antes dele acabar de tombar, meu canivete já estava aberto, porque em caso de incêndio eu metia o cortante da lona no teto e dava no pé. O dono do Jeep como a tempo já vinha com o braço de fora no teto, aquela armação de ferro acima da janela pegou o seu braço e o comprimiu sobre o chão. [...] ao motorista papudo não lhe aconteceu nada, mas foi um santo remédio para seu papo [...]. No tombamento eu fui parar em cima do português e a caixa de sabão em cima de mim. [...] O dono do Jeep foi medicado numa farmácia em Dr. Camargo. Eu fiquei aguardando carona para Cianorte, logo apareceu uma perua de um picareta cheia de “jacus” (compradores de terras), o motorista disse: – Sempre cabe mais um (ele pensava era na subida da vaca morta, a primeira além Ivaí). Tinha chovido muito, a subida estava super lisa e escorregadia, e aí desceu todo mundo, e ficamos completamente embarreados [...]. Quando a perua pegou a Avenida São Paulo [...] desci todo embarreado, feito um pingüço de terra roxa em dia de chuva, eram 11 horas e meia da noite [...]. Ainda não tinha parentes aqui, pensão e táxi naquela hora da noite era impossível [...]. Resolvi botar o pé na estrada [...] cheguei em casa eram quase três horas da manhã (PONCE MARTINS, 2003, p.78-79).

Em 1961, Braz pegou carona com Takeu, que levava a mudança de seus empreiteiros para a estrada Mirante. A viagem foi realizada juntamente com seu amigo Sebastião e tinha por objetivo limpar picadas. “Só na estrada dá uns 15 km e mais 2,5 km de picadas a serem limpas. Feito o serviço, voltamos para o sítio do Takeu. Lá disseram que ele ia esperar no hotel no dia seguinte e era para nós pegarmos outra carona e pousarmos no hotel também, para no outro dia partimos para Cianorte”. Porém, não conseguiram uma carona e tiveram que caminhar 40 km. “Ele variou a noite inteira, eu, para dormir, bebi um copo lavrado de pinga. Sebastião nunca mais quis limpar picadas” (PONCE MARTINS, 2003, p.75-76). Neste mesmo ano, Braz foi procurado pelo senhor Josias:

[...] um pernambucano e sua família, bem grandinha por sinal, estavam querendo pegar uma formação de cafeeiros. [...] Josias e seu irmão Nicolau se entusiasmaram com o lugar e toparam a formação do cafezal. Mandaram rascunhar o contrato, fiz e li a eles um contrato muito bom, por 6 anos. Quarto ano produção toda para eles, casa feita. Carreadores e terreiros tudo ou quase tudo por conta deles. As covas seriam grandes com oito pés (troncos) cada. No fim de 1961 mudaram para lá, sofreram muito e eu também. Em 1962, a área já estava pronta para o alinhamento e depois coveamento. Os palmiteiros eram tantos que quando fazia esse serviço em companhia deles era difícil botar os pés no chão. Quando acabei de fazer tal serviço, morava junto a eles, a comida era arroz com macarrão. Um ano depois era o contrário, feijão com macarrão e a tal de minestra [...]. Quando foram para lá levaram bastante arroz, depois plantaram arroz e feijão, mas só produziu o feijão (PONCE MARTINS, 2003, p.79-80).

Após concluir a limpeza da área, Braz desceu pela estrada Itaguajé a fim de encontrar algum veículo que lhe desse carona. “Portava a pasta com coisas de uso pessoal e mais um revólver, o pessoal do Josias estava comigo, quase no cruzamento apareceu uma cobra, dei dois tiros nela, nisso escuto barulho de caminhão, não tirei as balas detonadas da arma. O caminhão pára e me dá carona. Era dia 11 de fevereiro de 1962, estava com pressa de chegar em casa [...]” (PONCE MARTINS, 2003, p.80). Em Goioerê, pegou um ônibus para Cruzeiro

do Oeste, mas quando lá chegou eram seis da tarde e o ônibus para Cianorte já partira.

Fiquei na saída para Cianorte, perto de um posto, chegou um Jeep com placa de Cianorte: – O senhor vai para Cianorte? Vou sim senhor, aguarda um pouco disse ele. De repente chegaram dois policiais, um branco outro negro: – Vamos para a delegacia fazer uma acareação, houve um crime pelas bandas de Alto Piquiri e pela sua fisionomia temos que averiguar. Fomos para a delegacia, começou o interrogatório, abriram a pasta e deram com o revólver e duas cápsulas detonadas... Parece que é o senhor mesmo o suspeito. Eu tinha feito um empréstimo com mamãe e aquilo constava no meu talão de cheque [...] – O delegado só vem amanhã, o senhor tem aguardar até lá. Fui preso, é claro, na boca da noite aqueles dois elementos se mandaram. Meu companheiro de cela era um preto bêbado que cantava seguidamente a “pampa mia”, dizem que estava preso porque roubou os perus do delegado. Lá pelas nove horas da noite, veio um “Habeas Corpus” clandestino, era claro: – Nós vamos libertar o senhor, promete algo pra nós e mais papo furado. Não fui na deles... Não, vou ficar até amanhã, falarei com o delegado. Às nove horas da noite, sem dinheiro, portava mais ou menos Cr\$1.500,00, mas isso eles já tinham afanado. No meu pensar, a minha liberdade ia ser efêmera, a cadeia era no meio de uma grande quicença. Me obrigariam a assinar o cheque e me dariam uma porrada na cabeça e no dia seguinte estaria eu com a boca cheia de formigas [...]. Lá pelas cinco de “la matina”, apareceram os policiais me propondo assinar uma folha de papel almaço pautada com a relação dos objetos pessoais que na hora da soltura eu iria receber. Naquela minha idade tinha a visão muito boa. Vi um cheque onde iria assinar, entre duas linhas fizeram um buraco no papel. Respondi a eles que não assinava “bosta nenhuma”, escutei eles falarem: Esse é um “Caxias” [...]. Quando raiou o dia 12, chegou um policial com cara de bonzinho e perguntou aos outros: – Porque este senhor está preso? Pelo jeito esse senhor nada deve [...]. Às oito horas me liberaram, começaram a entregar minhas coisas, dei por falta de meu relógio Ômega e da folha de cheque, mostrei aos policiais (não aqueles que me prenderam, outros): – Você acha que nós policiais pegariamos sua folha de cheque? E me deram um possante soco na boca do estômago e outro no cangote [...]. E o relógio o office-boy foi ao correio e levou consigo. O desgraçado me apareceu quase nove horas com o bendito relógio de estimação. Mais depressa me dirigi ao banco, mostrei ao gerente que estava rodeado de clientes: – Tudo bem, mas se manda mais depressa possível para Cianorte, porque eles vão cobrar o cheque lá. Peguei um Jeep de praça bem em frente banco e expliquei meu caso ao motorista, combinado, seguimos imediatamente para Cianorte. Ele disse que toda a semana acontecia isso com diversos fazendeiros e sitiantes. O taxista parecia estar mais apressado do que eu, passou perto do posto e não abasteceu, chegando perto de Tapejara a gasolina do Jeep findou. Passou o ônibus em direção a Cianorte, pensei, lá se vão meus oitenta mil... Nisso, passou outra condução e nos emprestou gasolina. Chegando em Cianorte, ao meio dia, cancelei o cheque e retirei dinheiro para pagar o taxista. Com essa inesperada desventura, a Fazendinha Santa Cruz foi debitada com nove mil cruzeiros (PONCE MARTINS, 2003, p. 80-82).

Este trecho da narrativa mostra que Braz andava armado para se proteger o que fez com que fosse confundido com um bandido procurado e passasse a noite na prisão. E que os policiais corruptos tentaram lhe extorquir dinheiro. Mas o que mais nos chama a atenção, é o fato de o taxista ter lhe dito que este tipo de golpe era comum, acontecia toda a semana com fazendeiros e sitiantes. As áreas de colonização recente eram realmente terras sem lei.

Em 1965, Braz e sua família foram para a Fazenda Santa Cruz, a fim de construir uma casa de madeira de 45 m² para o “Sr. Francisco Mendes, um novo porcentageiro para a formação

de mais 13.000 covas de café no lote 23 de 10 alqueires”. No caminho de ida, a caminhonete 37 quebrou na estrada de Campo Mourão para Peabiru. A família improvisou um fogão e uma barraca, comeu e dormiu ali mesmo, no meio da estrada. Os moradores das proximidades pensaram que fossem ciganos. No dia seguinte, a caminhonete foi consertada. Na fazendinha, demoram mais de um mês para construir a casa do parceiro. “O cunhado Alcides, Ramon e Gines dormiram na casa do Josias. Eu e a Mariana dormimos em cima do arroz; quando dormíamos alguns ratos passavam por nós” (PONCE MARTINS, 2003, p.84-85).

No caminho de volta, em decorrência da chuva, havia muitos atoleiros na estrada, que Braz contornava atravessando por meio de pastos. Esta parte da narrativa evidencia o quanto as estradas da região eram perigosas e que Braz continuava andando armado. “Quando chegamos perto de São Lourenço à noite, num lugar havia um grande pau atravessado na estrada, deixei a máquina funcionando e gritei para o Alcides, que se encontrava na carroceria, para que pegasse a winchester e ficasse de prontidão. Mas parece que ele estava dormindo. Bem depressa tirei o obstáculo e segui viagem” (PONCE MARTINS, 2003, p.85).

Em 31/08/1967, Braz comprou o lote 22 de 8,64 alqueires anexo aos demais e a fazendinha ficou com quase 30 alqueires. “Para adquirir esse lote (que já tinha enfeitado em 1959) fui atrás do proprietário que abria sítio em Rosário do Ivaí, no centro do Paraná. [...] Fiz o negócio por sete mil cruzeiros, dando sinal de um mil cruzeiros. Mas os picaretas falavam que o dono queria dez mil cruzeiros pelo lote. Chamavam o dono de Guimarães, mas ele sendo austríaco, o nome era bem diferente”. No dia 10/11/1967, o dono foi a São Tomé buscar o restante do pagamento e recebeu os seis mil cruzeiros em dinheiro. “Depois voltamos a Maringá e a SINOP transferiu o lote para nós” (PONCE MARTINS, 2003, p.88-89).

O jipe ajudou bastante na Fazendinha Santa Cruz. Auxiliou a fazer as “cavas” para os primeiros terreiros destinados à secagem de café. “Fiz uma “vaca” e parafusei uma lâmina de aço por baixo, o pessoal do Josias cavava com enxadões a terra e depois era puxada para baixo com o Jeep, fiquei quase uma semana fazendo esse serviço”. Bem como, salvou Braz dos encalhes. “Tinha chovido muito [...] na rota de Jesuítas [...] quase chegando ao rio Goioerê, tinha uma grande lagoa de água [...]. De ambos os lados muitas conduções e na frente tinha um ônibus, cujo motorista [...] me indagou se tinha coragem de atravessar, respondi a ele que sim, mas com uma condição: se eu fosse infeliz na travessia [...] teriam que me desencalhar [...] passei e recebi muitos aplausos” (PONCE MARTINS, 2003, p. 82).

Braz conta várias façanhas do jipe. Em um sábado, partiu com o jipe para Jesuítas e em Tuneiras do Oeste, passou por cima de troncos enormes de árvores, jogados no meio da

estrada. “Engrenei a tração dianteira e reduzida e a primeira é claro, este Jeep se Deus quiser vai pular todos esses paus e é já” (PONCE MARTINS, 2003, p. 82). Em 1969, transportou 12 pessoas por 800 km! “Vieram de São Paulo a família de Antônio Madureira composta de 5 pessoas. [...] A nossa dois adultos e 4 crianças. [...] eu fiz uma caixa para colocar as bagagens parafusada no rabicho do Jeep. O roteiro era Jesuítas, Sete Quedas, Serra das Flores, perto de São Jorge do Patrocínio e Cianorte. [...] Logo na saída [...] um motorista ainda pegou carona por 5 km em pé, sobre a caixa de bagagens” (PONCE MARTINS, 2003, p. 82). Em 07/08/69, o jipe foi trocado por uma Pick-up Ford zero quilômetro.

A fazendinha foi vendida por R\$ 450.000,00, em decorrência do cansaço que Braz, já em idade avançada, apresentava em ter que viajar regularmente para visitar a propriedade muito distante de Cianorte.¹⁶⁷ “Desanimei e vendi a propriedade em 11 de novembro de 1999, foram 40 anos de amor e tristezas, lucros e perdas” (PONCE MARTINS, 2003, p. 109).



Figura 47: vista aérea da Fazenda Santa Cruz, em 1999. Fonte: PONCE MARTINS, 2003, p. 110.

6.7. Outras propriedades adquiridas por Braz Ponce Martins: os sítios em São Lourenço e as fazendas no Mato Grosso

“De uns três anos para cá teve o início do plantio de soja no arenito. Em 1970, os Ambrósio plantaram soja no Jataí e deu uma soja muito boa” (PONCE MARTINS, 2003, p. 92).

¹⁶⁷ PONCE MARTINS, Gines. Entrevista concedida a Gelise Cristine Ponce Martins. Cianorte, 16 de março de 2012.

Conforme dados do Censo Agrícola e Agropecuário, entre os anos de 1960 e 1996, com exceção das áreas onde havia pastagens, as demais culturas não somaram 50% dos hectares, no noroeste do Paraná (BATALIOTI, 2004). Segundo Paulo Moraes Barros Neto, “Cianorte tem uma área expressiva que se presta bem para a criação de gado, uma zona de arenito [...] tipo de solo conveniente para o cultivo de colonião e outras gramíneas, ideais para a criação de gado” (CIOFF et al. 1995, p.118). Braz também investiu na pecuária. Em São Lourenço, distrito de Cianorte, comprou os lotes n.º 366 a 369. “Como a terra era fraca e arenosa [...] saiu na base de 780 cruzeiros por alqueire” (PONCE MARTINS, 2003, p. 92).

Em 22/10/1969, adquiri 29 alqueires nas proximidades da Placa Ilhéus e Igarité. O destino dessa área era pasto. A distância de Cianorte até essa propriedade é de 20 km. Dei início à formação do pasto, estaca zero. A área foi desbravada e plantaram mandiocas, só havia carreadores para a retirada das mandiocas e um rancho de coqueiros coberto com telhas na beira da água [...]. Resolvi eu mesmo fazer a implantação do pasto [...]. Convidei o compadre Augusto para trabalhar comigo, topou [...]. Começamos a trabalhar como “boias-frias” três ou quatro anos consecutivos, no início ele e logo depois o Tonho.¹⁶⁸ Fizemos cercas, casas, mangueiras, etc., às vezes, usávamos alguns estranhos. A empreitada foi dura, mas nós vencemos [...]. Na sua aposentadoria dei os dados que ele trabalhava comigo desde 1952, e foi a pura verdade. Sempre, graças a Deus, nos demos muito bem e tomamos nossas cervejas juntos, hora na casa dele e outras vezes na minha (PONCE MARTINS, 2003, p. 114).

A família Ambrósio, que estava ociosa em Jesuítas, após a colheita do café, foi levada ao sítio Jataí, para plantar o pasto e cultivar cereais. “Dei as sementes a eles e me pagariam com a metade da produção. Plantaram arroz, feijão fradinho e soja. Como a família era bem numerosa, construímos um grande rancho, quinze metros de comprimento por seis de largura”. Entre os rios Jataí e Apertados, havia uma reserva de mata nativa, com madeiras de lei, majoritariamente guraçaia. “O ipê tabaco foi serrado para fazer porteiras, o óleo pardo e o alecrim foram aproveitados na mangueira” (PONCE MARTINS, 2003, p.92-93).

No dia 17/09/1971, Braz comprou mais 10,5 alqueires, aumentando a área da propriedade para 39,5 alqueires. “Em 1975, o plantel do Jataí variava de 250 a 300 cabeças de gado” (PONCE MARTINS, 2003, p.92-93).



Figura 48: Gado em São Lourenço. Fonte: arquivos pessoais de Braz Ponce Martins.

¹⁶⁸ Filho caçula do compadre Augusto, que trabalhava na companhia de asfalto, empreiteira de Cianorte à Cruzeiro do Oeste (PONCE MARTINS, 2003).

Em 1979, os 39,5 alqueires de São Lourenço foram trocados por 17 alqueires, em São Tomé, o que evidencia a preferência de Braz pela cafeicultura. “Em 22 de março de 1979, troquei o pasto “Jataí” por 17 alqueires, sendo 7 de café, e o lote 379 e mais 10 alqueires representados pelos lotes 341, 342 e 342-A. O rolo foi feito na base de Cr\$200.000,00. O lote continha 10.500 pés de café” (PONCE MARTINS, 2003, p.95).

Em 1971, Braz adquiriu 08 alqueires na região conhecida por “Baixadão”. “Nessa chácara tive até 100 cabeças de gado, tinha duas casas, mangueira e uma super mina”. Em 1973, o vizinho de Braz, ofereceu-lhe 1.000 hectares de terras no Mato Grosso, na região das terras colonizadas pela SINOP, em troca de terras em São Lourenço. Braz e seus sobrinhos, Reinaldo e Percílio, viajaram para conhecer o local e voltaram desanimados. “É terra roxa na maior parte, mas existe bastante campo sem vegetação alguma. [...] o café era pior do que o plantado na região de Jaguapitã-PR”. Ainda assim, compraram a propriedade em 24/01/1974. “500 hectares foi troca pelos 8,80 alqueires da estrada para São Lourenço e o restante foi comprado pelo Reinaldo e o Percílio” (PONCE MARTINS, 2003, p. 97-101).



Figura 49: Braz e seu sobrinho Percílio, na divisa das terras da SINOP, no Mato Grosso, em 1975.
Fonte: PONCE MARTINS, 2003, p. 99.

Em 1975, Braz adquiriu 22 alqueires na estrada Lorens, também na estrada de São Lourenço, há 10 km de Cianorte. Poucos meses depois, foi obrigado a vendê-los para saldar as dívidas de seus sobrinhos Percílio e Edivaldo, que haviam montado uma fábrica de roupas, em Cianorte. Diante da falência da fábrica, Braz, que era o fiador dos filhos de seu irmão Antônio, teve que arcar com os gastos. Esta empresa foi uma das primeiras indústrias de

confeção de Cianorte.¹⁶⁹ Localizava-se na Avenida América, n.º 4679, onde Braz construiu posteriormente um prédio de quatro andares.¹⁷⁰

Em 1976, comprei a parte dos meus sobrinhos eles me deviam e zerou o débito, dei a Belina 74 e mais vinte mil em dinheiro. Como isso não bastasse comprei mais 100 alqueires do senhor Henrique e foi tudo por água abaixo. Mas o culpado foi eu mesmo. Em 17 de julho de 1981 fomos até lá, eu e o Gines e o Percílio. Achemos as divisas, arrumamos uns peões da fazenda ao lado e limpamos uns 500 metros. Eles me perguntaram: – O senhor vai abrir fazenda? Se quiser, nós derrubamos uns cem alqueires para o senhor. Eu tinha que ter derrubado uns 200 alqueires ou mais. Percílio morava em Sinop, pagaria a ele para administrar e tomaríamos posse da terra. Uma terra muito boa, as matas todas de Castanha do Pará e Itaúba, tiraram muita madeira de lá. Nos dias atuais há um advogado aqui de Cianorte que já protocolou alguma coisa no INCRA e se ganhar a questão vai para o banco da terra, talvez eu me livre daquele grande abacaxi (PONCE MARTINS, 2003, p. 101).

Em fins da década de 1980, Braz perdeu os 414 alqueires do Mato Grosso. Apesar de possuir toda a documentação das terras e ter movido um processo judicial, não conseguiu reavê-las, porque os ocupantes já as haviam cultivado. Braz chegou a pensar que fosse uma ação do Movimento dos Sem Terra (MST). Posteriormente, descobriu que os posseiros eram na realidade grileiros: um fazendeiro vizinho e o juiz da cidade, que também possuíam escrituras da propriedade. O restante que ainda não havia sido perdido foi ocupado pelo próprio advogado que Braz havia contratado em Sinop, para defender a causa. Em 1994, Braz tentou doá-las para a Reforma Agrária, mas seu pedido foi recusado pelo governo. Até hoje, a família paga os impostos destas terras. Em 1977, Braz comprou 100 alqueires da colonizadora SINOP, onde não houve conflitos de posse, que foram vendidos em 1989.¹⁷¹

Em 14 de julho de 1977, compramos mais 100 alqueires na gleba Sinop,¹⁷² no bairro

¹⁶⁹ Em fins da década de 1970, os incentivos municipais foram direcionados para a diversificação da produção agrícola – principalmente para as culturas mecanizadas (milho, trigo, soja), que diminuíram a área da cafeicultura – e para o setor industrial, em especial ao ramo da confecção. A nova atividade econômica se consolidou na década de 1990, empregada grande parte da mão de obra feminina excedente, advinda do êxodo rural. Contudo, a mão de obra masculina migrou em massa para outras regiões (BATALIOTI, 2004). “Aos poucos as confecções [...] foram se instalando e tornaram-se tão expressivas que o município é identificado como a Capital do Vestuário” (CIOFF et al., 1995, p.126).

¹⁷⁰ PONCE MARTINS, Gines. Entrevista concedida a Gelise Cristine Ponce Martins, em Cianorte, 01 de julho de 2012.

¹⁷¹ PONCE MARTINS, Gines. Entrevista concedida a Gelise Cristine Ponce Martins, em Cianorte, 01 de julho de 2012.

¹⁷² A cidade de Sinop foi colonizada pela Sociedade Imobiliária do Noroeste do Paraná (SINOP). A colonizadora foi convidada pelo governo militar a desenvolver, na década de 1970, um projeto particular de colonização no eixo da BR-163. Ao escolher a área onde seria desenvolvido o projeto da Gleba Celeste, a empresa adquiriu os títulos através de terceiros que já havia sido vendido ao Estado. Primeiramente, a colonizadora iniciou o projeto em Vera, onde passaria o traçado da BR-163, mas o governo acabou desviando a rota em 70 km, fazendo com que a colonizadora desistisse do núcleo de Vera e iniciasse o projeto de Sinop. A colonização era baseada em minifúndios, lotes com 100 hectares, com doações de terra para a vinda de órgãos públicos, sendo que a primeira etapa do projeto era destinada a uma população de 80.000 habitantes. O projeto, a princípio, atraiu os pequenos produtores rurais paranaenses e, em seguida, gaúchos e catarinenses, que começaram a incrementar a indústria

Jussara, no distrito de Santa Carmen. Essa terra ficou em Cr\$470.000,00. Com o cruzeiro bem desvalorizado e a inflação galopante, as despesas desta propriedade já estavam em Cr\$808.548,000, com o cruzado veio 8.549 e com o cruzado novo ficou em 133,10. Em 10 de novembro de 1989, foi vendida por 200.000,00 com despesas de 150,00 da mesma moeda. Esta propriedade recebeu o nome de Santa Mariana. O motivo da venda foi o preço do café muito baixo. Gastei muito com a reforma do terreiro na Guaritá, reformas na casa, etc.

6.8. São Tomé: Fazenda Guaritá

“A Fazenda Guaritá se estabilizou com 65 alqueires. Com café, pasto e cana-de-açúcar”.

(PONCE MARTINS, 2003, p. 95)

Braz orgulha-se em afirmar que tudo o que a “mínima parte” produziu entre 1952 e 1963, foi aplicado em terras. “Neste lote [376] foram plantadas 12.500 covas que, depois de formadas, a partir de 1959 até hoje, 07/08/2002, só ficou sem produzir nos anos após as geadas: 1976 e 1995.¹⁷³ Não dá para saber quantos sacos produziu durante os 50 anos de sua aquisição”. Durante os primeiros sete anos não houve produção alguma, depois foram feitas anexações. Ao sítio da Cariaçu, com produção de café, foram incluídos os lotes 377 (comprado da viúva de seu irmão Indalécio), 378 (de 08 alqueires, trocado com sua irmã Carmen, pela “mínima parte”), 379, 341 e o 342 (PONCE MARTINS, 2003, p.67).

Produziram 55.000 sacos em coco até 2001. Nessas propriedades, em 1981 continham 46.500 covas. Com a geada de 1981, foram erradicadas 8.000 covas, restando 38.500 covas. Na geada de 1994, foram erradicadas mais 14.000 covas, restando 24.500. Com a obrigatoriedade de se plantar floresta, temos um saldo mais ou menos de 22.500 [...]. Portanto, não posso reclamar da minha herança ter sido menor que a dos outros, o pouco que produziu foi muito bem aplicado e deu bons frutos. Graças a Deus (PONCE MARTINS, 2003, p.67).

De acordo com a escritura pública de venda e compra lavrada em 12/12/1973, o lote de terras n.º 377, com área de 08 alqueires paulistas, contendo benfeitorias (duas casas de madeira, tulha, terreiro e lavoura cafeeira), foi comprado de Izabel Ponce Martins, por Cr\$200.000,00.¹⁷⁴ Lote este que foi herdado por Izabel Ponce Martins, na partilha dos bens

madeira, uma das principais forças industriais da cidade. Porém, as dificuldades encontradas pelos agricultores, como os altos custos de fretes de insumos, inviabilizaram a proposta de implantação de um polo de agropecuária na região. Sendo assim, a economia até o final de 1980 estava centrada apenas na indústria madeireira (ERARDI, 2007).

¹⁷³ A geada de 1994 desestimulou ainda mais a cafeeicultura, que já declinava desde os idos de 1980. Em muitas áreas de Cianorte, o café foi erradicado e cedeu lugar a outras culturas, principalmente cana-de-açúcar (CIOFF, et al., 1995).

¹⁷⁴ TABELIONATO VIEIRA, Cianorte, registro de 12/12/1973, livro n.º 28-N, folhas 186-187.

deixados por ocasião do falecimento de Indalécio Ponce Martins,¹⁷⁵ conforme consta no Título Formal de Partilha,¹⁷⁶ que se encontra anexado à escritura da propriedade. “A Isabel, viúva do Indalécio, em 1973 quando comprei o lote n.º 377, aqui na Cariacu, deixou comigo a cópia do seu inventário junto com a escritura” (PONCE MARTINS, 2003, p.66). Indalécio havia adquirido o lote da CMNP, em 29/08/1952, por Cr\$ 96.000,00. Braz explica o porquê de a cunhada tê-lo vendido e o destino que deu às terras.

A Isabel minha cunhada viúva, entregou o lote 377 para um fiscal cuidar e colocou colonos [...]. O fiscal cuidava muito mal, o carreador da serventia da propriedade, já estava intransitável. Os cipós batatas tinham tomado conta de todas as covas de cafeeiros. [...] Em 1973, a Isabel resolveu vender a propriedade, um estranho estava entabulando negócio. O picareta me informou que ela estava vendendo. Por quanto, perguntei. – O estranho parece que dá 200.000, mas ela quer Cr\$ 230.000,00. Eu faço o negócio: – Dou um corcel 71, 4 portas no valor de Cr\$ 20.000,00, mais Cr\$100.000,00 e mais duas prestações de Cr\$40.000,00 cada e a última de Cr\$ 30.000,00. O negócio foi realizado em 06 de setembro de 1973. Continha 9.500 covas de café. 5.500 plantadas em 1953 e 4.000 covas em 1958. Como o cafezal velho estava com muitos cipós e brotos, foram cortados logo em seguida à compra da propriedade. Foram exterminados todos os cipós e foram mantidos somente quatro brotos por cova de café. Saiu uma brota muito boa. Os quatro mil restantes (a lavoura mais nova) foram tratados muito bem [...], em 1975 produziu perto de 900 sacas que foram estocadas (PONCE MARTINS, 2003, p.94).

Estas 900 sacas foram vendidas após a alta do café, decorrente da geadada de 1975.¹⁷⁷ Com o dinheiro proveniente, Braz comprou mais 10 alqueires em São Tomé, um caminhão F-4000 e realizou as viagens de 1977, nas férias de verão e inverno. Com sua esposa e os quatro filhos, percorreu o país numa Belina 76 e tirou muitas fotos.



Figura 50: A família no Porto de Itajaí-SC, em fevereiro de 1977. Fonte: Arquivos pessoais de Braz Ponce Martins.

O lote de terras n.º 379, com área de 07 alqueires paulistas, foi comprado de Marcilio

¹⁷⁵ “Em 1968, no dia 28 de outubro, nosso irmão Indalécio deixa o nosso convívio. No aproveitamento de uma árvore semicaída em sua propriedade na Água do Elefante. Não dando certo o seu projeto, caiu e sofreu traumatismo craniano, vindo a falecer. [...] A nossa cunhada Isabel, alguns anos depois, casou-se novamente. Atualmente eles são cafeicultores em Araguari – Minas Gerais” (PONCE MARTINS, 2003, p. 114-115).

¹⁷⁶ CARTÓRIO DO CIVEL E COMÉRCIO, Cianorte, autos de n.º 689/68 de 06/12/1968, folhas 9-11.

¹⁷⁷ A geadada quase sempre significava probabilidade de elevação nos preços. Quem possuía café estocado, podia ter bons lucros com o fenômeno (POZZOBON, 2006).

Ariano Guerreiro, por Cr\$ 460.000,00, em 22/03/1979.¹⁷⁸ E os lotes n.º 341, com área de 05 alqueires, n.º 342 com área de 02 alqueires e 342-A com área de 03 alqueires, totalizando 10 alqueires paulistas também foram comprados de Marcílio Ariano Guerreiro, por Cr\$ 840.000,00, no mesmo dia.¹⁷⁹ Consta nos anexos da documentação, que o proprietário os havia comprado da CMNP. Em 1963, Marcílio Ariano Guerreiro adquiriu o lote n.º 379, por Cr\$84.000,00.¹⁸⁰ Em 1966, o lote n.º 341, por Cr\$ 60.000,00.¹⁸¹ Os lotes n.º 342, em 1967, por Cr\$ 20,00 (vinte cruzeiros novos)¹⁸² e o 342-A, em 1971, por Cr\$ 30.00,00.¹⁸³ Estes são os lotes que foram trocados pelos 39,5 alqueires de pastagens, em São Lourenço.

Outros lotes, localizados em áreas arenosas, também foram comprados na Gleba São Tomé, nos quais Braz cultivou cana-de-açúcar e outros produtos. “O plantio de cana-de-açúcar foi feito em terras impróprias para a cafeicultura. E algumas outras plantações foram feitas em terras de cultura de soja. Porém, as propriedades foram adquiridas com o dinheiro proveniente da cultura do café” (PONCE MARTINS, 2003, p. 110).

Tratam-se dos seguintes lotes. O n.º 343-A de 2,5 alqueires, comprado em 1975, da CMNP, por Cr\$50.000,00.¹⁸⁴ O n.º 344 de 05 alqueires, comprado em 1976, da CMNP, por Cr\$50.000,00.¹⁸⁵ O n.º 340-A de 2,5 alqueires, comprado em 19/10/1982, de Bonifácio Seraphim Hernandez Vilhega, por Cr\$ 1.500.000,00.¹⁸⁶ E os lotes comprados de João Ruiz Paris, em 1986. O n.º 333 de 05 alqueires, por Cr\$ 220.000,00¹⁸⁷ e o n.º 390 de 4,5 alqueires, por Cr\$180.000,00.¹⁸⁸ Os pareceres descritivos que estabelecem as divisas e os mapas de localização dos lotes 344-A, 333 e 390, adquiridos de terceiros, foram emitidos pela CMNP.

Braz foi associado da COAMTO.¹⁸⁹ Fez parte do conselho fiscal, da administração geral e foi vice-presidente. Ele justifica o porquê de quase não mencionar a cana-de-açúcar e os outros cultivos em seu memorial: “Não vou contar a história de sacrifício da diretoria e seus cooperados para manter essa usina de álcool por dez anos. Trata-se de cana-de-açúcar e não de café, mas dependeu dele. Esta narração consiste na minha relação e da minha família com a produção de café durante um século” (PONCE MARTINS, 2003, p. 108).

¹⁷⁸ TABELIONATO MORI, Cianorte, registro de 22/03/1979, livro n.º119-N, folhas 386-387.

¹⁷⁹ TABELIONATO MORI, Cianorte, registro de 22/03/1979, livro n.º 119-N, folhas 384-385.

¹⁸⁰ TABELIONATO VALLE, São Tomé, registro de 18/04/1963, livro n.º1, folha 28.

¹⁸¹ TABELIONATO SANCHES, São Tomé, registro de 16/03/1966, livro n.º1-B, folhas 95-97.

¹⁸² TABELIONATO SANCHES, São Tomé, registro de 04/09/1967, livro n.º 3-B, folhas 93-94.

¹⁸³ TABELIONATO VIEIRA, Cianorte, registro de 13/10/1971, livro n.º 13-N, folhas 188-190.

¹⁸⁴ TABELIONATO VIEIRA, Cianorte, registro de 20/12/1975, livro n.º 42-N, folhas 216-218.

¹⁸⁵ TABELIONATO VIEIRA, Cianorte, registro de 17/11/1976, livro n.º 52-N, folhas 65-67.

¹⁸⁶ TABELIONATO VIEIRA, Cianorte, registro de 19/10/1982, livro n.º 85-N, folhas 300-301.

¹⁸⁷ TABELIONATO VIEIRA, Cianorte, registro de 30/05/1986, livro n.º 108-N, folhas 315-317.

¹⁸⁸ TABELIONATO VIEIRA, Cianorte, registro de 30/05/1986, livro n.º 108-N, folhas 312-314.

¹⁸⁹ Cooperativa de Alcool de São Tomé.

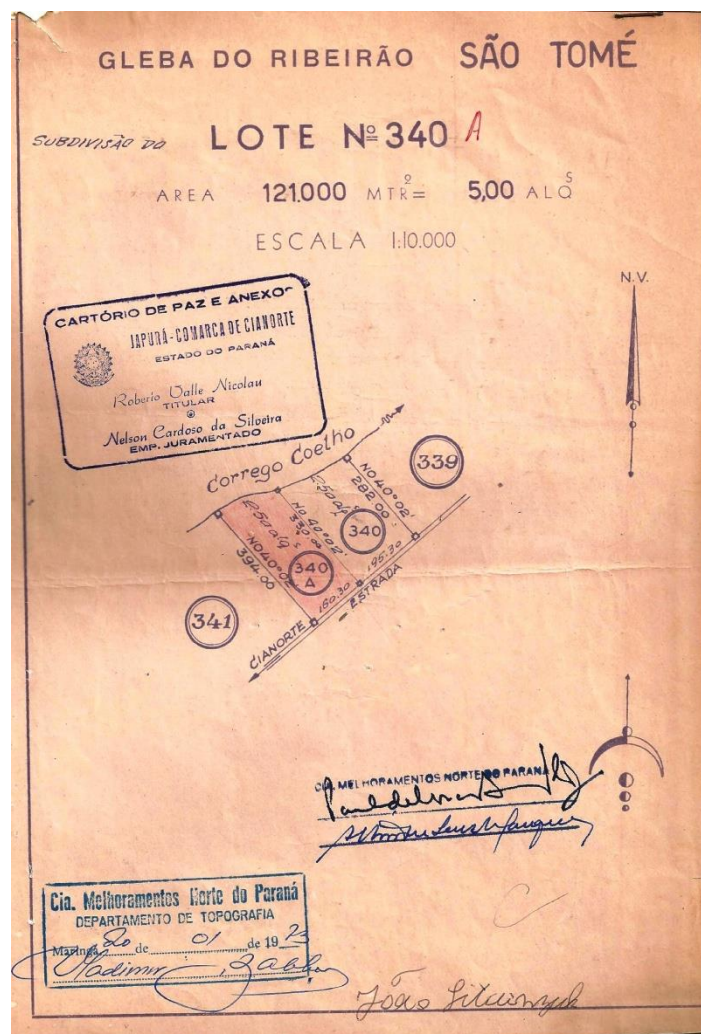


Figura 51: Mapa do lote n.º 340-A, expedido em 20/01/1975, pelo Departamento de Topografia da CMNP.
Fonte: arquivos pessoais de Braz Ponce Martins.



Figura 52: Trabalhadores volantes cortando cana-de-açúcar, na Fazenda Guaritá. Fonte: arquivos pessoais de Braz Ponce Martins.

Todos os lotes comprados são pequenos, com área entre 02 e 10 alqueires paulistas, confirmando o tipo de loteamento realizado pela CMNP. Essas aquisições de terras efetuadas por Braz se inserem na nova conjuntura econômica dos anos 60, 70 e 80, que assinalou a volta da concentração fundiária. A junção dos lotes da estrada Cariaçu, originou a Fazenda Guaritá, de 65 alqueires. Neste contexto, o norte do Paraná se tornou um polo dispersor de populações. Muitos pequenos proprietários se desfizeram de seus lotes, em decorrência de crises na cafeicultura, geadas, modernização da agricultura, dentre outros fatores já discutidos.

Por exemplo, o lote 340-A de apenas 2,5 alqueires, passou por cinco compradores dentro de sete anos. Conforme consta nas escrituras de compra e venda, anexadas à escritura de Braz Ponce Martins, José Arnaldo Zerbinatti, vendeu-o em 29/08/1975, por 40 mil cruzeiros a Antônio Paes Ferrati, que o vendeu a Valdir José Rampazzo, por 40 mil cruzeiros, em 4/11/1980. Rampazzo vendeu a Antônio Conciani por trezentos mil cruzeiros, em 18/03/1981. Conciani vendeu a Bonifácio Seraphim Hernandez Vilherga, por um milhão de cruzeiros, em 06/05/1982, que o vendeu para Braz Ponce Martins.

Após narrar todos os percalços enfrentados para se tornar proprietário de terras, Braz conclui suas memórias, pedindo aos filhos que nunca vendam a Fazenda Guaritá, por ter sido o local onde constitui sua família e realizou o sonho de tornar cafeicultor como seu pai. “[...] procurai pelo amor de Deus e pelo amor a natureza, nunca destruir esta pequena mata, a casa que vocês filhos nasceram. Orientai os vossos descendentes a não venderem de maneira alguma e se possível, construir ou usar as dependências já existentes para um simples museu ou ponto turístico” (PONCE MARTINS, 2003, p.122).

Ao final do livro, percebemos que Braz se orgulha de ter participado do processo de colonização do noroeste do Paraná, ao solicitar que seu primeiro sítio se torne um patrimônio histórico. Portanto, ele visa tornar lote 376, um lugar de memória. “Inicialmente, é preciso ter vontade de memória. [...] a razão fundamental de um lugar de memória é fazer parar o tempo, é bloquear o trabalho do esquecimento, fixar um estado de coisas, imobilizar a morte, materializar o imaterial [...]” (NORA, 1993, p.22).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação teve por objetivo recuperar o cotidiano dos primeiros agricultores do norte do Paraná, por intermédio das memórias de um dos seus pioneiros, Braz Ponce Martins. Assim como a maioria dos migrantes que vieram para esta região, a família Ponce é de origem europeia, e se deslocou do oeste de São Paulo para o norte central do Paraná, no contexto da expansão da cafeicultura para as terras roxas, propagandeadas pela CTNP, na década de 1930. Do campo migraram para a cidade, em busca de melhores condições de vida, para se deslocarem novamente para as novas frentes de expansão, no noroeste do Paraná, adquirindo pequenos lotes de terras da CMNP, na década de 1950.

Vimos que o norte do Paraná, caracterizado pelas imagens da “Terra da Promissão” e do “Eldorado Cafeeiro”, desenvolveu-se de modo surpreendente entre os anos 30 e 50 graças à riqueza trazida pelo café. Mas o que “o café deu, o café tirou” e, a partir da década de 1960, o norte do Paraná se tornou um polo dispersor de populações, graças ao esgotamento das terras devolutas e à decadência da produção cafeeira. Contudo, o destino de Braz Ponce Martins foi outro. Apesar de todos os percalços, Braz soube tirar proveito das altas e baixas da cafeicultura, adquirindo propriedades no noroeste e oeste do Paraná e até no Mato Grosso. Logo, faz parte de uma minoria de sitiantes que conseguiu ascender socialmente. Segue-se um breve resumo conclusivo sobre o que foi discutido em cada capítulo de nossa dissertação.

No capítulo I, ANÁLISE DAS MEMÓRIAS DE BRAZ PONCE MARTINS: CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS, realizamos a crítica da autobiografia, com base nos parâmetros da História Cultural. Discutimos o conceito de memória e suas relações com a história. Recorremos a um debate historiográfico sobre as vantagens e desvantagens de se trabalhar com uma fonte literária, uma memória de si. Demonstramos como o uso dos arquivos pessoais e de entrevistas de pessoas próximas ao protagonista auxiliam na contextualização da narrativa memorialística. E destacamos a importância da cultura material e do cotidiano para a História.

Uma vez que as memórias de Braz foram escritas no presente do autor, que recorreu às suas lembranças de mais de 70 anos, constatamos que a autobiografia é uma seleção de suas experiências de vida, que foram submetidas a uma lógica discursiva, que vinculou os acontecimentos e produziu uma unidade coerente onde só existiam fragmentos. Deste modo, Braz concedeu um sentido a sua trajetória, como se tudo que houvesse se passado com ele, levasse a um único fim: ser cafeicultor. Este intento transparece no próprio título do livro,

“Memorial de um século de cafeicultores” e no fato de Braz ter deixado de descrever outros aspectos importantes de sua vida, como a vida conjugal e o cultivo de cana-de-açúcar. A autobiografia é um esforço de representação de si mesmo, onde Braz se descreve como o pioneiro que com muito trabalho e privações conseguiu adquirir seu pedaço de chão e prosperar. Sua autorrepresentação condiz com o imaginário da colonização do norte do Paraná, visto que a História Regional idealiza a figura do pioneiro que obteve sucesso.

Neste primeiro capítulo, chegamos à conclusão de que a memória é a estrutura mais ampla e abrangente, é o próprio cimento da vida cotidiana. Pois, a narração de uma história de vida pode conter descrições bastante fidedignas das ações rotineiras, sendo interessantes, na medida em que levam à melhor compreensão dos valores coletivos e das próprias ações de um grupo, justamente devido à sua subjetividade. A narrativa memorialística de Braz Ponce Martins revelou vários aspectos do cotidiano dos imigrantes na cafeicultura paulista e dos primeiros agricultores do norte, noroeste e oeste do Paraná.

Sabendo que só é possível construir o conhecimento histórico, por meio de uma análise crítica das recordações do passado, buscamos problematizar, contextualizar e comparar nosso objeto de pesquisa. Os capítulos subsequentes foram dedicados a inter cruzar as informações obtidas na autobiografia e nos arquivos pessoais de Braz, com a bibliografia disponível sobre as temáticas que incitam.

No capítulo II, HISTÓRIA DAS ORIGENS E DA INFÂNCIA DE BRAZ PONCE MARTINS: O COTIDIANO DOS IMIGRANTES ESPANHÓIS NA CAFEICULTURA PAULISTA (1897-1938), inserimos a trajetória da família Ponce, que emigrou da Espanha em 1897, para trabalhar nas fazendas de café do oeste paulista, em sua conjuntura histórica. Para tanto, remontamos às condições da Europa em fins do século XIX e início do século XX que, em virtude da industrialização e da modernização da agricultura, impeliu milhares de camponeses para a América, onde as terras eram abundantes e baratas e os governos dispunham de políticas de subsídio à imigração. Com base nas lembranças de Braz a respeito da colônia espanhola em que morou nos seus primeiros anos de vida, descrevemos o cotidiano de uma comunidade de espanhóis, no interior de São Paulo, com destaque à aquisição de terras e à preservação da identidade cultural.

Em suma, o objetivo do segundo capítulo foi compreender as causas da imigração espanhola para o Brasil, as políticas de imigração promovidas pelo governo brasileiro, o trabalho dos colonos na cafeicultura paulista, o modo como se dava o acesso do imigrante à propriedade de terras e o processo de assimilação/resistência cultural, com a finalidade de

contextualizar as narrativas acerca das origens da família Ponce e da primeira infância de Braz. Ademais, concluímos que esta primeira parte da autobiografia é uma fonte importante sobre a imigração espanhola para o Brasil, visto que os relatos escritos dos imigrantes e seus descendentes são raros, devido ao alto grau de analfabetismo presente entre os espanhóis.

No capítulo III, A (RE)OCUPAÇÃO DO NORTE DO PARANÁ E O DISCURSO QUE A LEGITIMOU (1840-1945), estudamos os primórdios da colonização, quando os indígenas são expulsos de seus territórios, em nome do progresso e da civilização. Discutimos o processo de expansão da cafeicultura do oeste paulista para o norte paranaense. Analisamos a legislação estadual que impulsionou a concessão de terras devolutas a companhias privadas de colonização. Enfatizamos a colonização empreendida pela iniciativa privada, visto que a família Ponce integrou à imensa corrente migratória atraída pela propaganda da Companhia de Terras Norte do Paraná. Remetemos à constituição da CTNP, de capitais ingleses, e às suas negociações com o Estado, bem como a ação do governo ao promover a ocupação da região, o que ocasionou conflitos entre várias empresas/concessionárias, posseiros e grileiros.

Observamos que várias tribos habitaram o norte do Paraná em diferentes momentos históricos. Os Guarani que, na época em que este território pertencia à coroa espanhola, foram aldeados pelos jesuítas e caçados pelos bandeirantes. Os Kaingáng que ocuparam a região depois que os Guarani sobreviventes migraram para os Sete Povos das Missões, no século XIX, sofreram as investidas dos primeiros colonizadores e, na década de 1930, seus remanescentes já estavam confinados em reservas. E os Xetá que tomaram contato com o homem branco apenas na primeira metade do século XX e foram praticamente dizimados.

Verificamos que a maioria dos pesquisadores considera a colonização do norte do Paraná como um prolongamento da cafeicultura paulista. Porque em fins do século XIX, paulistas e mineiros atravessaram a fronteira e se estabeleceram no nordeste do Paraná, em busca de terras não esgotadas pelo processo produtivo. Ao passo que outros alegam que a (re)ocupação da região ocorreu concomitantemente a outras regiões consideradas vazias pelo capital em São Paulo. E que o café ainda não era o principal produto da economia.

Concluímos que o Estado, além de agir como colonizador direto, também incentivou e facilitou o empreendimento das companhias privadas, embora o discurso da CTNP/CMNP afirme o contrário. E que os conflitos pela posse da terra, não ocorreram somente em Porecatu e em Jaguapitã, casos de repercussão nacional. Mas inclusive na área da CTNP, que em seus escritos afirma ter pagado até três vezes pela terra, enquanto que, na realidade, como indicam vários depoimentos, utilizava-se de uma guarda particular para expulsar os posseiros. Ainda

assim, a historiografia oficial procura ocultar estes conflitos, idealizando o passado da região.

O capítulo IV, A FAMÍLIA PONCE SE ESTABELECE NO NORTE DO PARANÁ (1934-1945), teve por objetivo mostrar o modo de vida dos primeiros agricultores do norte do Paraná, entre as décadas de 1930 e 1940. Intuito justificável diante do fato de a historiografia regional ainda não tem se preocupado tanto com esta temática. Em um primeiro momento, apresentamos o contexto no qual se insere esta parte da narrativa autobiográfica, a saber: conjuntura de recessão econômica e baixa nos preços do café; início das vendas dos lotes de terras pela CTNP e chegada dos primeiros migrantes, que enfrentam inúmeras dificuldades para se estabelecerem em suas pequenas propriedades; e fundação do núcleo de Rolândia.

Em um segundo momento, mostramos as primeiras impressões da família Ponce a respeito do norte do Paraná, condizente com o ditado popular “o norte do Paraná é só fama: quando não é poeira, é lama”. O desbravamento de Rolândia: a derrubada das matas, a construção das primeiras moradias, o plantio dos cafezais e a rotina de trabalho na Fazenda São Manuel. E, na chácara de Londrina, elencamos as dificuldades enfrentadas pela comunidade durante a Segunda Guerra Mundial. Como se tratam das lembranças da infância de Braz, as brincadeiras em meio à mata e o dia a dia na escola têm espaço privilegiado, na narrativa. No quarto capítulo, também destacamos o desflorestamento ocorrido na região.

O capítulo V, O PROCESSO DE (RE)OCUPAÇÃO DO NORTE DO PARANÁ SE COMPLETA (1945-1975), destinou-se a contextualizar as lembranças da juventude e fase adulta de Braz Ponce Martins. Primeiramente, analisamos a fundação da cidade de Londrina, no início da década de 1930 e seu rápido desenvolvimento, graças ao fato de ser sede da CTNP e à cafeicultura. A cidade recebeu grandes contingentes populacionais, o que culminou em um processo de urbanização desordenado, levando às classes dominantes a estabelecerem políticas segregatícias, nos anos 50. Em seguida, estudamos como se efetuou a transferência da CTNP aos brasileiros, a formação da CMNP, suas medidas colonizadoras e a diversificação das atividades da empresa.

Constatamos que a expansão cafeeira tomou um novo fôlego, beneficiada pelos altos preços do pós-guerra, levando à ocupação de territórios no noroeste do Paraná, como Cianorte, cidade esta, fundada pela CMNP, que se beneficiou da cultura até a década de 1970, apesar de possuir um solo majoritariamente arenoso e suscetível a erosões. Vimos como a cafeicultura entrou em decadência a partir da década de 1960, por causa de crises de superprodução ocorridas em resposta à conjuntura favorável da década anterior. E como o governo, tanto a nível federal quanto estadual, iniciou os programas de diversificação

agrícola, que foram acatados de vez, após a geada de negra de 1975.

Por fim, estudamos as consequências do esgotamento da fronteira e da crise da cafeicultura: a expulsão de milhares de trabalhadores do norte do Paraná, que se deslocaram para novas frentes de expansão; e a reconcentração fundiária, haja vista que alguns sitiantes e fazendeiros expandiram horizontalmente suas terras e/ou investiram em novas tecnologias. Bem como as vertentes da historiografia paranaense que estudam a colonização da região: a historiografia tradicional, que se limitou a reproduzir o discurso da CTNP/CMNP e os novos estudos de História Regional, de viés mais crítico.

Concluimos que o processo de colonização do norte do Paraná se completou entre os anos de 1945 e 1975, período este de apogeu e decadência da cafeicultura que, primeiramente, estimulou um grande crescimento populacional e, posteriormente, acarretou o êxodo rural e a migração em massa para outras regiões, principalmente, para o Mato Grosso e para o norte do país. Contexto histórico presente no quinto capítulo, com destaque para a ação da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná e os debates travados na historiografia após 1970.

No capítulo VI, MEMÓRIAS DA JUVENTUDE E DA FASE ADULTA: O COTIDIANO NA CIDADE DE LONDRINA E O DESBRAVAMENTO DAS NOVAS FRENTES, NO NOROESTE E OESTE DO PARANÁ (1946-1975), as narrativas da juventude enfocam os empregos urbanos, a política, a cultura e o lazer na “Capital Mundial do Café”. A fase adulta do autor centra-se na cafeicultura e na aquisição de propriedades nas novas frentes pioneiras, no noroeste e oeste do Paraná e no Mato Grosso. Por meio da autobiografia, de entrevistas com seu filho Gines Ponce Martins e de escrituras de propriedades, podemos demonstrar como se davam as transações comerciais, as relações de trabalhos e os produtos cultivados.

Em um primeiro momento, destacamos rotina de Braz Ponce Martins em Londrina, em fins dos anos 40 e início dos 50. Ele passou sua juventude convivendo com o crescimento desordenado da cidade e os problemas de infraestrutura decorrentes, como a falta de energia elétrica. Braz carregou malas na rodoviária, trabalhou como balconista em uma venda, foi office-boy, auxiliar de escritório, representante de vendas e gerente de uma firma. Ele faz referências ao Grêmio Literário e aos artistas famosos que conheceu. Assistia comícios, discutia preferências ideológicas e exercia seu direito de voto, em uma época que abstenção era altíssima. E gostava de assistir jogos de futebol de modo clandestino, passeava de carro pela cidade sem carteira e ia muito ao cinema, um dos principais divertimentos dos jovens.

Em segundo lugar, mostramos como Braz realizou seu sonho de se tornar proprietário

de terras. Graças à “mínima parte”, os setes alqueires herdados de seu pai, que assume em 1951, começa a acumular pecúlio a fim de adquirir outras propriedades. De início, Braz continuou morando na cidade de Londrina e deixou seu primo Augusto como “porcenteiro” na pequena propriedade em Rolândia. No ano de 1952, seus irmãos adquiriram pequenos lotes da CMNP na região de Cianorte, hoje São Tomé. E reservaram o lote 376 para Braz.

Em 1955, Braz e o cunhado compraram uma chácara nas imediações de Londrina, para criar porcos, tendo em vista os baixos rendimentos do café neste período. A sociedade foi desfeita em 1959, quando Braz se casou com Mariana Gonçalves Martins e se mudou para o lote 376 para plantar café. A partir de então, expandiu suas propriedades. Braz comprou os lotes vizinhos em São Tomé, formando a Fazenda Guaritá. Adquiriu a Fazendinha Santa Cruz da Colonizadora SINOP, em Jesuítas, no oeste do Paraná. Comprou outras propriedades em São Lourenço, nas proximidades de Cianorte, e no Mato Grosso. De todas estas terras, após vendas, trocas e perdas, restou somente a Fazenda Guaritá, com 65 alqueires, atualmente administrada pelos seus filhos.

Após a realização desta pesquisa, chegamos à conclusão de que “Memorial de um século de cafeicultores”, escrito por Braz Ponce Martins, com a finalidade de contar sua história e de sua família, é uma fonte histórica de grande relevância para a compreensão da expansão da cafeicultura no século XX, responsável pela ocupação capitalista das terras do oeste paulista, do norte e oeste paranaenses. Com destaque para o cotidiano dos primeiros agricultores que se estabeleceram nestas regiões.

Referências bibliográficas

- ADUM, Sônia Maria Sperandio Lopes. **Imagens do progresso: civilização e barbárie em Londrina, 1930/1960**. Assis, Dissertação de mestrado, UNESP, 1991.
- AGUIAR, Cláudio. **Os espanhóis no Brasil: contribuição ao estudo da imigração espanhola no Brasil**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1991.
- AGUIAR, Joaquim Alves de. **Espaços da Memória: um estudo sobre Pedro Navas**. São Paulo: Edusp, 1997.
- ALBUQUERQUE, Mário Marcondes de. O norte novo do Paraná. In: **Grandes regiões e grandes pioneiros**. Curitiba: Lítero-Técnica, 1995.
- ALBERTI, Verena. Os historiadores e a fonte. In: PINSK, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.
- ALMEIDA, Ana Maria Chiarotti de. **Participação social dos operários de origem rural em uma área urbana: Londrina**. Curitiba: Grafipar, 1981.
- ALMEIDA, Ana Maria Chiarotti de. A Morada do Vale: sociabilidade e representações, um estudo sobre famílias pioneiras do Heimtal. São Paulo, Tese de Doutorado, USP, 1995,
- ANTONACCI, Maria Antonieta Martinez. Atravessando el Atlântico: Escenarios migratórios. **Historia Antropologia y Fuentes Orales**, Barcelona, v.28, p.03-31, 2002.
- ARIAS NETO, José Miguel. **O Eldorado: representações da política em Londrina (1930-1975)**. Londrina: EDUEL, 1998.
- BASSANEZZI, Maria Silvia Beozzo. Absorção e mobilidade da força de trabalho numa propriedade rural paulista (1895/1930), 1975, Araraquara, SP. In: II CONGRESSO DE HISTÓRIA DE SÃO PAULO. **O café: Anais do II Congresso de História de São Paulo**. Revista de História LIX, Araraquara, 1975.
- BASSANEZZI, Maria Silvia Beozzo. Família e imigração internacional no Brasil. In: **Série Cursos e Eventos – CEDHAL**. São Paulo: 7, 1996.
- BARROS, Myriam Moraes Lins de. Memória e Família. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.2, n.3, p. 29-42, 1989.
- BARROSO, Vicente. **O Famoso Norte do Paraná - Terra onde se anda sobre dinheiro**. Caxias do Sul. São Miguel, 1956.
- BATALIOTI, Telma. **Cianorte: ocupação pioneira, modernização da agricultura e impactos sócio-espaciais**. Maringá, Dissertação de Mestrado, UEM, 2004.
- BELLOTTO, Manoel Lelo. A Imigração Espanhola no Brasil. Estado do fluxo migratório

para o Estado de São Paulo (1931-1936). **Estudios Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe**, Tel Aviv-Israel, v.3, n.2, p.59-73, 1992.

BENATTE, Antonio Paulo. **O centro e as margens. Boêmia e prostituição na “capital mundial do café” (Londrina: 1930-1970)**. Curitiba, Dissertação de Mestrado, UFPR, 1996.

BENATTE, Antonio Paulo; TOMAZI, Nelson Dacio. As terras do Nordeste do Paraná segundo Romário Martins. In: **Anais do II Encontro Regional GT Religião e Religiosidades da ANPUH PR/SC & da 40ª. Semana de História DEHIS/ UEPG**. Ponta Grossa: Editora Aos Quatro Ventos, 2011, p.133-151.

BERLINI, Cintia Stela Negrão. **Espanhóis em Bauru - Histórias de Vida: 1896-1930**. Assis, Dissertação de Mestrado, UNESP, 1999.

BORGES, Vavy Pacheco. Desafios da memória e da biografia: Gabrielle Brunesieler, uma vida (1874-1940). In: BRESCIANI, Maria Stella; NAXARA, Marcia (orgs.). **Memória e (re)sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. Campinas: Unicamp, 2004.

BOSI, Eclea. **Memória e sociedade. Lembranças de velhos**. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta M. (coord). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2001.

BUARQUE, Chico; GUERRA, Ruy. **Calabar**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.

BURKE, Peter. História como memória social. In: **Variedades de história cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

CALLIGARIS, Contardo. Verdades de autobiografias e diários íntimos. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, n. 21, 1998/1.

CANCIAN, Nadir Aparecida. **Conjuntura econômica da madeira no Norte do Paraná**. Dissertação de mestrado, UFPR, 1974.

CANCIAN, Nadir Aparecida. **Cafeicultura paranaense (1900-1970)**. Curitiba: Grafipar, 1981.

CÁNOVAS, Marília Dalva Klaumann. **A emigração espanhola e a trajetória do imigrante na cafeicultura paulista: o caso de Villa Novaes, 1890-1930**. São Paulo, Dissertação de Mestrado, USP, 2001.

CÁNOVAS, Marília Dalva Klaumann. **Hambre de Tierra: imigrantes espanhóis na cafeicultura paulista, 1880-1930**. São Paulo: Lazuli Editora, 2005.

CÁNOVAS, Marília Dalva Klaumann. **Imigrantes espanhóis na Pauliceia: Trabalho e**

- Sociabilidade Urbana.** São Paulo, Tese de Doutorado, FFLCH/USP, 2007.
- CARONE, Edgar. **Classes Sociais e Movimento Operário.** São Paulo: Ática, 1989.
- CASTELLS, Manuel de. A construção da identidade. In: **A era da informação: economia, sociedade e cultura. O poder da identidade.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer.** Petrópolis: Vozes, 1994.
- CERNEV, Jorge. **Liberalismo e colonização: o caso do Norte do Paraná.** Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado, Universidade Gama Filho, 1988.
- CERNEV, Jorge (org.). **Memória e Cotidiano: cenas do Norte do Paraná: escritos que se recompõem.** Londrina: IPAC/ UEL/ MEC.SESU, 1995.
- CESÁRIO, Ana Cleide Chiarotti. Norte novo: a expansão da fronteira e seu conteúdo simbólico. In: PAZ, Francisco Moraes. **Cenários de economia e política: Paraná.** Curitiba: Prephacio, 1991.
- CESÁRIO, Ana Cleide Chiarotti. **Poder e partidos políticos em uma cidade média brasileira: um estudo de poder local. Londrina: 1934-1979.** São Paulo, Tese de Doutorado, USP, 1986.
- CIOFFI, Helena; PRAXEDES, Irene; VARELLA, Izaura; MESQUITA, Wilma. **Cianorte. Sua história contada pelos pioneiros.** Cianorte: Gráfica Ideal, 1995.
- CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo.** Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- CHIZZOTTI, Antonio. O cotidiano e as pesquisas em educação. In: FAZENDA, Ivani (Org.). **Novos enfoques da pesquisa educacional.** São Paulo: Cortez, 1992.
- COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. **Colonização e Desenvolvimento do Norte do Paraná.** São Paulo: Ave Maria, 1975.
- CORBIN, Alain. O prazer do historiador. **Revista Brasileira de História.** São Paulo, v.25, n.49, p.11-31, 2005.
- CORTEZ, César; LAGOEIRO, Danilo do Amaral Santos. Cambé: os germânicos de Danzig fundaram Nova Dantzig. In: BONI, Paulo César (org.). **Certidões de nascimento da história: o surgimento de municípios no eixo Londrina – Maringá.** Londrina: Planográfica, 2009.
- COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos.** São Paulo: Editora UNESP, 2007.
- COSTA, Odah Regina Guimarães da. Comentários sobre “Cafelândia, terra das glebas de outro”. In: **Anais do Colóquio de Estudos Regionais, comemorativo do I Centenário de**

Romário Martins. Boletim do Departamento de História. Curitiba: UFPR, n. 21, 1974.

CUNHA, Paulo Ribeiro da. Entre a memória e a história. In: PRIORI, Ângelo (org.) **História Memória e Patrimônio.** Maringá: EDUEM, 2009.

D'ÁVILA, Rosemeire Pereira. **Lembranças da Imigração. Cenas e cenários dos imigrantes espanhóis em Bauru (1892-1930).** Bauru: EDUSC, 2004.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX.** São Paulo: Brasiliense, 1995.

DIAS, Reginaldo Benedito; ROLLO GONÇALVES, José Henrique. História local e horizonte biográfico: Jorge Ferreira Duque Estrada em Maringá. In: **PRIORI, Ângelo. (Org.) História, memória e patrimônio.** Maringá: EDUEM, 2009.

DURAN, Marília Claret Geraes. **Maneiras de pensar o cotidiano com Michel de Certeau.** Diálogo Educ., Curitiba, v.7, n.22, p.115-128, setembro-dezembro, 2007.

ERARDI, Luiz F. Santos. **Raízes da História de Sinop.** Sinop: Grafitec, 2007.

FALCON, Francisco. História e Poder. CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História. Ensaios de teoria e metodologia.** Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

FERRAÇO, Carlos Eduardo. Eu, caçador de mim. In: GARCIA, Regina Leite (Org.). **Método: pesquisa com o cotidiano.** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FERREIRA, Antonio Celso. A fonte fecunda. In: PINSK, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (orgs.). **O historiador e suas fontes.** São Paulo: Contexto, 2009.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História oral: velhas questões, novos desafios. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Novos Domínios da História.** São Paulo: Elsevier, 2011.

FREITAS, Luis Felipe Rhoden. A identidade cultural na interface com os estudos enunciativos e discursivos. IN: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE TEXTO, ENUNCIAÇÃO E DISCURSO, 2010, Porto Alegre, RS. **Anais do SITED: Núcleo de Estudos do Discurso:** PUC/RS, 1998, p. 322-330.

FONSECA, Vinicius. O norte do Paraná. **O observador econômico e financeiro**, v.18, n.211, p.35-42, setembro, 1953.

FORTUNA, Sonia Castelo Branco. **Terapias Expressivas, Demência de Alzheimer e Qualidade de Vida.** Campinas: Editora Alínea, 2000.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala.** São Paulo: Global, 2011.

GONZÁLES MARTÍNEZ, Elda Evangelina. Los inmigrantes invisibles: condiciones de vida e identidad de los españoles en São Paulo, en la segunda mitad del siglo XX. **Estudios**

Interdisciplinares de América Latina y el Caribe, Tel Aviv-Israel, v.11, n.1, enero-junio, 2000.

GONZÁLES MARTINEZ, Elda Evangelina; NARANJO OROVIO, Consuelo. Notas bibliográficas sobre la emigración española a América Latina em el siglo XX: El caso de Cuba y Brasil. **Revista Española de Investigaciones Sociológicas**, C.I.S/REIS, n. 26, p.215-226, abril/junio, 1984.

GUARINELLO, Norberto Luiz. História científica, história contemporânea e história cotidiana. **Revista Brasileira de História**, v.24, n.48, p.13-38, dezembro. 2004.

GUBERT FILHO, Francisco Adyr. Levantamento de Áreas de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) no Estado do Paraná. In: II CONGRESSO FLORESTAL DO PARANÁ, 1988, Curitiba, PR. **Anais do II Congresso Florestal do Paraná**: Instituto Florestal do Paraná, Curitiba, 1988, v. 1, p. 136 -160.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

HEYMANN, Luciana Quillet. Indivíduo, Memória e Resíduo Histórico: Uma Reflexão sobre Arquivos Pessoais e o caso Filinto Müller. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 19, 1997.

HOBBSAWM, Eric. Não basta a história da identidade. In: **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOFF, Sandino. A ocupação do Norte. In. PAZ, Francisco Moraes (org.). **Cenários de economia e política: Paraná**. Curitiba: Prephacio, 1991.

HOLLOWAY, Thomas. **Imigrantes para o Café: Café e Sociedade em São Paulo, 1886-1934**. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1984.

JOFFILY, José. **Londres-Londrina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

KARNAL, Leandro; TATSCH, Flavia Galli. A memória evanescente. In: PINSK, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

KLEIN, Herbert S. **A imigração espanhola para o Brasil**. São Paulo: Sumaré: Fapesp, 1994.

KLEIN, Herbert S. Migração Internacional na História das Américas. In: FAUSTO, Bóris (org.). **Fazer a América. A imigração em massa para a América Latina**. São Paulo: Edusp, 2000.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e história**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

LANA, Lúcia Campos de Cerqueira; FRANÇA, Renné Oliveira. Do cotidiano ao

acontecimento, do acontecimento ao cotidiano. **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação**, Brasília, v.11, n.3, 2008, p.1-13.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta M. (coord). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2001.

LEVILLAIN, Philippe. Os protagonistas: da biografia. In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, FGV, 1996.

LEVY, Maria Stella Ferreira. O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872 a 1972). **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, 8(supl), p.49-90, 1974.

LOPES, Ana Yara Dania Paulino. **Pioneiros do capital: a colonização do Norte do Paraná**. São Paulo, Dissertação de Mestrado, USP, 1982.

LUZ, France. **O fenômeno urbano numa zona pioneira: Maringá**. Maringá: Prefeitura Municipal, 1997.

MAACK, Reinhard. **Geografia Física do Estado do Paraná**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1981.

MALUF, Marina. **Ruídos da Memória**. São Paulo: Siciliano, 1995.

MARAN, Sheldon Leslie. **Anarquistas, imigrantes e o Movimento Operário Brasileiro, 1890-1920**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MARINÓCIO FILHO. **Dos porões da delegacia de polícia**. Londrina: Gráfica Técnica de Londrina/Canadá Produções Didáticas, 1979.

MARTINS, José de Souza. A imigração espanhola para o Brasil e a formação da força de trabalho na economia cafeeira: 1880-1930. **Revista de História**, São Paulo, FFLCH/USP, n.121, p. 5-26, agosto/dezembro, 1989.

MARTINS, José de Souza. **A imigração e a crise do Brasil agrário**. São Paulo: Editora Pioneira, 1973.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo: Editora Hucitec, 2004.

MASCHIO, Edson. **Escândalos da Província**. Londrina: Promoções Publicitárias, 1959.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n.21, 1998, p.89-103.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros em São Paulo**. São Paulo: HUCITEC, 1984.

MOTA, Lúcio Tadeu. **As guerras dos índios Kaingáng: a história épica dos índios Kaingáng no Paraná (1729-1924)**. Maringá: EDUEM, 1994.

MOTA, Lúcio Tadeu; NOELLI, Francisco, Silva. Exploração e guerra de conquista dos

territórios indígenas nos vales dos rios Tibagi, Ivaí e Piquiri. In: DIAS, Reginaldo Benedito; ROLLO GONÇALVES, José Henrique (orgs.). **Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional**. Maringá: EDUEM, 1999.

MUSSALAM, René. **Norte pioneiro do Paraná: formação e crescimento através dos censos**, Curitiba, Dissertação de Mestrado, UFPR, 1974.

MUSILLI, Célia; ABRAMO, Maria Angélica. **Londrina puxa o fio da memória**. Joinville: Editora Letradágua, 2004.

NADALIN, Sérgio Odilon. **Paraná: ocupação do território, populações e migrações**. Curitiba: Nova Didática, 2000.

NASCIMENTO, Noel. O camponês no norte do Paraná. **Revista Brasiliense**, Brasília, n.41, p.123-128, 1962.

NESELLA, M. L. B.; ALCÂNTARA, J. C. O desmatamento no norte do Paraná: um recorte comparativo ambiental, **Teia**, Maringá, 2002. Disponível em: www.pea.uem.br/teia/teia-art_04.html. Data de acesso: 08/01/2002.

NORA, Pierre. Entre a Memória e a História. **Projeto História**. São Paulo, n. 10, dezembro, 1993.

PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná**. São Paulo: Hucitec, 1981.

PASSOS, Mauro. A mística do catolicismo popular – a tradição e o sagrado. In: XII SIMPÓSIO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE HISTÓRIA DAS RELIGIÕES, 2011, Juiz de Fora, MG. **Anais do XII Simpósio da ABHR: Experiências e interpretações do sagrado: interfaces entre saberes acadêmicos e religiosos**. UFJF, v. 12, 2011.

PATTO, Maria Helena Souza. O conceito de cotidianidade em Agnes Heller e a pesquisa em educação. **Perspectivas**, São Paulo, n.16, 1993, p.119-141.

PEDRIALLI, José Antônio. Um ressentimento histórico. **Folha de Londrina**, Londrina, 1º caderno, 23 de outubro de 1996, p.3.

PEREZ, Jean-Marie. História da cultura material. In: LE GOFF, Jacques; CHARTIER, Roger & REVEL, Jacques (orgs.). **A história nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Imagem, memória, sensibilidades: territórios do historiador. In: **Imagens na história**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008.

PETRONE, Maria Thereza Schorer. **O imigrante e a pequena propriedade**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

POBOZZON, Irineu. **A epopeia do café no Paraná**. Londrina: Grafmarke, 2006.

- PONCE MARTINS, Braz. **Memorial de um Século de Cafeicultores**. Cianorte: Gráfica e Editora Bacon Ltda., 2003.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v.5, n.10, p.200-212, 1992.
- POPOLIN, Cássia Maria; SCHWENGBER, Cláudia Portellinha. Rainha do Café: um resgate histórico e imagético dos primeiros anos da colonização de Rolândia. In: BONI, Paulo César (org.). **Certidões de nascimento da história: o surgimento de municípios no eixo Londrina – Maringá**. Londrina: Planográfica, 2009.
- PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta M. (coord.). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2001.
- PRIORE, Mary Del. História do Cotidiano e da Vida Privada. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da História. Ensaios de Teoria e Metodologia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.
- PRIORI, Angelo. Memória individual, memória coletiva. In: **Introdução aos estudos históricos**. Maringá: EDUEM, 2010.
- PRIORI, Angelo. Movimentos sociais no campo. Perspectivas de abordagem e análise historiográfica. In: PELEGRINI, Sandra; ZANIRATO, Silvia. **Narrativas da pós-modernidade na pesquisa histórica**. Maringá: EDUEM, 2005.
- PRIORI, Angelo. **O levante dos posseiros: a revolta camponesa de Porecatu e a ação do Partido Comunista Brasileiro no Campo**. Maringá: EDUEM, 2011.
- PRIORI, Angelo. **O protesto do trabalho: história das lutas sociais dos trabalhadores rurais no Paraná: 1954-1964**. Maringá: EDUEM, 1996.
- QUEIROZ, Maria Isaura. Pereira de. Introdução. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. In: **Variações sobre a técnica do gravador no registro da informação viva**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1991.
- RAMALHO, Priscila. A história em detalhes. **Revista Escola**, São Paulo, Editora Abril, p. 26-28, julho, 2002.
- RAMOS, Francisco Régis Lopes. Objetos do Caldeirão: museu, memória e cultura material (1936-1997). **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.24, n.48, p.366-384, julho-dezembro, 2011.
- RIBEIRO, Renato Janine. Memórias de si ou... **Revista Estudos Históricos**, v.11, n.21, p.35-

42, 1998.

RICOEUR, Paul. O esquecimento. In: **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

RODRIGUES, Helenice; KOHLER, Heliane. Introdução teórica. In: **Travessias e cruzamentos culturais. A mobilidade em questão**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2008.

ROLIM, Rivail Carvalho. Tensões entre imagens e experiências. In: **O policiamento e a ordem: histórias da polícia em Londrina. 1948-1962**. Londrina: Editora UEL, 1999.

RONSINI, Veneza Mayora. Identidades culturais: do global ao local. In: III CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 2004, Covilhã, PT. **Anais. Ciências da Comunicação em Congresso na Covilhã-Portugal**: Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação, 2004.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta Moraes. (coord). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2001.

SALLES, Jefferson de Oliveira. Atores sociais do desmatamento no Paraná, 1940-1960: contribuições para uma história da indústria madeireira. In: **História do desmatamento no Estado do Paraná e sua relação com a Reforma Agrária**. Disponível em: http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/File/LIVRO_REFORMA_AGRARIA_E_MEIO_AMBIE NTE/PARTE_1_3_JEFFERSON.pdf. Data de acesso: 01/11/2012.

SANTOS, Antonio Cesar de Almeida. **Fontes orais: testemunhos, trajetórias de vida e história**. Curitiba: DAP, 2005 (texto para discussão).

SCHWARTZ, Widson. Pérolas – claras e obscuras – da história de Londrina. In: BONI, Paulo César (org.). **Certidões de nascimento da história: o surgimento de municípios no eixo Londrina – Maringá**. Londrina: Planográfica, 2009.

SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos de memória em terras de história: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, Maria Stella; NAXARA, Marcia. **Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

SERRA, Elpídio. **Processos de ocupação e a luta pela terra agrícola no Paraná**. Rio Claro, Tese de Doutorado, UNESP, 1991.

SILVA, Débora Denise. **Serraria Mortari**. Londrina, Trabalho de graduação em Arquitetura e Urbanismo, UEL, 1986

SILVA, Giovane José. Cultura histórica e memória do catolicismo liberal no Brasil. In: IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, 2009, Maringá, PR. **Anais. Textos completos do IV Congresso Internacional de História**: UEM/PPH/DHI, 2009, p. 2539-2548.

SILVA, Helenice Rodrigues da. “Rememoração”/comemoração: as utilizações sociais da memória. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 22, n. 44, p.425-438, 2002.

SOARES, Vera Lucia. Travessias culturais e identitárias na narrativa de Milton Hatoum. In: RODRIGUES, Helenice; KOHLER, Heliane (org.). **Travessias e cruzamentos culturais. A mobilidade em questão**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2008.

SONDA, Claudia. Reforma agrária, desmatamento e conservação da biodiversidade no Estado do Paraná. In: **História do desmatamento no Estado do Paraná e sua relação com a Reforma Agrária**. Disponível em: http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/File/LIVRO_REFORMA_AGRARIA_E_MEIO_AMBIENTE/PARTE_1_4_CLAUDIA_SONDA.pdf
Data de acesso: 01/11/2012.

SOUZA, Éder Cristiano de. **Os excluídos do café: as classes populares e as transformações no espaço urbano de Londrina, 1944-1969**. Maringá, Dissertação de Mestrado, UEM, 2008.

STOLCKE, Verena. **Cafeicultura. Homens, mulheres e capital (1850-1890)**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SOUZA FILHO, Oswaldo Melo. Discurso autoritário, discurso subserviente e discurso libertário na estrutura patrimonialista brasileira. In: I JORNADA INTERNACIONAL DE ESTUDOS DO DISCURSO, 2008, Maringá, PR. **Anais da I Jornada Internacional de Estudos do Discurso**: UEM/Departamento de Letras, 2008, p. 316-326.

THOMSON, Alistair. Reconstituindo a memória: questões sobre a relação entre a História oral e as memórias. **Projeto História**. São Paulo, n.15, p. 51-84, 1997.

THOMSON, Alistair; FRISCH, Michael; HAMILTON, Paula. Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta M. (coord). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2001.

THOMPSON, Paul. A memória e o eu. In: **A voz do passado: história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TOMAZI, Nelson Dacio. **Certeza de lucro e direito de propriedade. O mito da Companhia de terras Norte do Paraná**. Assis, Dissertação de Mestrado, UNESP, 1989.

TOMAZI, Nelson Dacio. **“Norte do Paraná”: História e Fantasmagorias**. Curitiba, Tese de Doutorado, UFPR, 1997.

- TOMAZI, Nelson Dacio. Construções e silêncios sobre a (re)ocupação da região Norte do Estado do Paraná. In: DIAS, Reginaldo Benedito; ROLLO GONÇALVES, José Henrique (orgs.). **Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional**. Maringá: EDUEM, 1999.
- TOSSERI, Olivier. A Segunda Guerra acabou em maio de 1945. Falso! **História Viva**, São Paulo, Duetto Editorial, n. 94, agosto, 2011.
- VELLOSO, Mônica Pimenta. A literatura como espelho da nação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.1, n.2, p.239-263, 1988.
- VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**. Brasília: Editora da UnB, 1982.
- WESTPHALEN, Cecília Maria; MACHADO, Brasil Pinheiro; BALHANA, Altiva Pilatti. Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno. **Boletim do Departamento de História** - Universidade Federal do Paraná. Curitiba: UFPR. n. 7, 1968.
- WACHOWICZ, Rui Christovam. **Norte Velho, norte pioneiro**. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1987.
- WACHOWICZ, Rui Christovam. **História do Paraná**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2010.
- ZANI, Antonio Carlos. Casas de madeira em Londrina. In: GAWRYSZEWSKI, Alberto (org.). **Patrimônio Histórico e Cultural: cidade de Londrina**. Londrina: UEL/LED, 2011.